



**III Encontro de Pesquisa em História**

27 a 30 de maio de 2014 | Belo Horizonte, UFMG

**ANAIS DO III ENCONTRO  
DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG**

**Simpósios Temáticos 6 a 10**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG  
Belo Horizonte  
2014

**Reitor da UFMG**

Jaime Arturo Ramírez

**Vice-Reitora da UFMG**

Sandra Regina Goulart Almeida

**Diretor da FAFICH**

Fernando de Barros Filgueiras

**Vice-Diretor da FAFICH**

Carlo Gabriel Kszan Pancera

**Chefe do Departamento de História**

Tarcísio Rodrigues Botelho

**Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História**

José Newton Coelho Meneses

**Coordenadora do Colegiado de Graduação em História**

Adriane Aparecida Vidal Costa

**Realização**

Departamento de História - UFMG

**Comissão Organizadora**

Alexandre Bellini Tasca

Eliza Teixeira de Toledo

Igor Barbosa Cardoso

Lídia Generoso

Igor Tadeu Camilo Rocha

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Marcella de Sá Brandão

Regina Mendes de Araújo

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Thiago Henrique Oliveira Prates

**Arte Gráfica**

Gabriel Nascimento

**Monitores**

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Átila Augusto Guerra de Freitas

Bruno César Gordiano

Camila Neves Figueiredo

Gabriel Afonso Vieira Chagas

José Antônio de Souza Queiroz

Kelly Morato de Oliveira

Larissa Cristina Amaral

Lenon Augusto Luz de Moraes

Ludmila Machado P. O. Torres

Marcela Coelho Freitas Silva

Maria Alda Belfor Oliveira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Raquel Marques Soares

Raquel Neves de Faria

**Apoio**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Programa de Graduação em História

## Sumário

### **ST 06: História da África e seu ensino no Brasil II**

Uma análise do fracasso da Missão dos Jesuítas na Guiné: Catolicismo- Religiões Africanas – Islamismo ..... 459  
Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas

Por uma África contemporânea na sala de aula ..... 468  
Raissa Brescia dos Reis; Taciana Almeida Garrido Resende

### **ST 07: Teoria da História, História da Historiografia e Filosofia da História**

Aspectos da historiografia sobre as festas do Império brasileiro ..... 478  
Amanda Renata Rezende

A condição política pós-moderna: Jean-François Lyotard e a proposta de experimentação pragmática do tempo histórico ..... 487  
Danilo Araújo Marques

A 13<sup>a</sup> Lição sobre a História ..... 494  
Felismina Dalva Teixeira Silva

As articulações possíveis entre os conceitos “sujeito” e “tempo” na história da história ..... 504  
Fernanda Schiavo Nogueira

História Comparada em perspectiva: velhas e novas formas de se fazer História ..... 514  
Glauber Miranda Florindo

Nas visões da história a marca do tempo: deslocamentos interpretativos sobre a guerra do Paraguai, nas concepções históricas de Visconde de Taunay (1879), Julio José Chiavenatto (1979) e Francisco Doratioto (2002) ..... 524  
Leonildo José Figueira

O Presentismo em “Cidadania no Brasil” ..... 534  
Pedro Henrique Resende

História, Cultura e Nihilismo em Nietzsche: esboço de uma investigação ..... 540  
Raylane Marques Souza

A Crônica Franciscana na Nova Galícia e na Nova Granada (século XVI): fragmentos de uma Historiografia Indiana ..... 549  
Thiago Bastos de Souza

Sobre gatos, livros e Revoluções: as querelas intelectuais de Robert Darnton e Roger Chartier ..... 559  
Victor Callari

Metaperspectiva e imaginário: contribuições iserianas para a Teoria da História ..... 569  
Yasmin Franca Magalhães

**ST 08: História e Natureza**

Anotações sobre a representação de doenças em jornais sul-mineiros do início do século XX e metodologia para uma história da imprensa ..... 580  
Graciley Fernandes e Lucio Reis Filho

Modernização e natureza em Minas Gerais no século XIX: mito e história na transfiguração da gestão capitalista de recursos em preservacionismo avant la lettre..589  
Marcus Vicnicios Duqe Neves

“Clima Glorioso” ou “Calores Insuportáveis”? uma interpretação do clima amazônico nos discursos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henry Walter Bates ..... 599  
Pedro Henrique Maia Braga

O “Paraíso Terrestre” como Arcádia ou um “Parnaso Mineiro”? A natureza na poesia de Cláudio Manoel da Costa ..... 607  
Rute Guimarães Torres

O estabelecimento dos imigrantes italianos no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa - ES e a destruição da Mata Atlântica ..... 617  
Simone Zamprogno Scalzer

**ST 09: História da polícia, do crime e da justiça criminal no Brasil: perspectivas historiográficas e teórico-metodológicas.**

Guarda de Chumbo: Ditadura e militarização da polícia no Estado de São Paulo (1967-1970) ..... 627  
Gabriel dos Santos Nascimento

Um olhar sobre a Polícia Federal do Brasil: percursos institucionais e atividade de inteligência na virada do terceiro milênio ..... 637  
Jaseff Raziel Yauri Miranda

Trabalhadores, processos-crimes e ação policial nos anos 1950. Qual “espontaneísmo grevista”? Quais “greves de massa”? ..... 649  
Juliana Martins Alves

Os culpados por devassa: A ação da Justiça no termo de Ribeirão do Carmo (1711 – 1745) ..... 659  
Maria Gabriela Souza de Oliveira

A precariedade das cadeias coloniais: o caso a cadeia velha de Vila Rica ..... 668  
Mateus Frizzone

A repressão (correção) à vadiagem: a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino e a transformação do vadio em trabalhador nacional - Sabará (1895-1901) ..... 675  
Sérgio Luiz Milagres Jr

Maria Midão: fogo, paixão e desordens nas imediações da praça de mercado do Rio de Janeiro) ..... 682  
Vitor Leandro de Souza

**ST 10: Pensar a ditadura no cinquentenário do golpe: sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)**

Caos na Boca do Lixo: a representação tropicalista do Brasil em “O Bandido da Luz Vermelha” ..... 693  
Fábio Santiago Santos

Festivais e Protestos: Resistência cultural ao regime militar no Brasil ..... 702  
José Fernando Saroba Monteiro

A imprensa na transição: valores políticos e projetos de democracia (1979-1988) .... 710  
Mauro Eustáquio Costa Teixeira

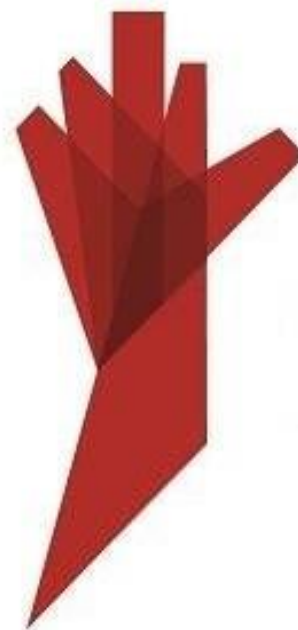
“Pra frente Brasil”: música, discurso, dispositivo, identidade nacional e produção de verdade na ditadura militar no Brasil ..... 719  
Nayara Cristian Moraes

A crise de 1964 na imprensa: o “Correio da Manhã” e a radicalização política das direitas e esquerdas no governo Goulart ..... 729  
Renato Pereira da Silva

A transição política democrática: as “Diretas Já” e o jornal “Estado de Minas” ..... 739  
Rochelle Guitierrez Bazaga

## **Simpósio Temático 06**

### **História da África e seu ensino no Brasil II**



**Coordenadores:**

**Raissa Brescia dos Reis**  
Doutoranda pela UFMG  
rah.brescia@gmail.com

**Taciana Almeida Garrido**  
Mestranda pela UFMG  
ticianagarrido@gmail.com

## Uma análise do fracasso da Missão dos Jesuítas na Guiné: Catolicismo- Religiões Africanas – Islamismo

**Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas**

Mestranda em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

[jeocasta@hotmail.com](mailto:jeocasta@hotmail.com)

**RESUMO:** O objetivo deste artigo será demonstrar as dificuldades encontradas pelo primeiro grupo de jesuítas, que foi enviado a Guiné, em 1604. Pretende-se, demonstrar como a presença do islamismo, e principalmente dos bexerins teriam dificultado a tentativa de catequização. Pretende-se, também, demonstrar como as religiões africanas também foram um empecilho ao objetivo destes padres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guiné; Catolicismo; Islamismo; Religiões Africanas.

Durante a Expansão Marítima, fenômeno que se iniciou no século XV, a Igreja esteve intimamente ligada ao Estado, por isso com a expansão das conquistas portuguesas seguiu-se um alargamento da abrangência da presença das estruturas da Igreja em diferentes coberturas espaciais. Uma vez que, “nos espaços ultramarinos missão e colonização caminhavam a par, acompanhando-se mutuamente.” (SANTOS, 1995, p.434)

O interesse e responsabilidade da Coroa portuguesa de expandir a fé cristã fica evidente em três bulas papais (Dum diversos 1452/ Romanus Pontifex 1455/ Inter Coetera 1456), que reforçam o poder e o dever de Portugal de fornecer assistência religiosa (enviar missionários, erigir dioceses, apresentar candidatos ao bispado e aos demais benefícios eclesiásticos) aos territórios “descobertos”.

Este interesse da Coroa em expandir a fé cristã está ligado também a intenção de reforçar os circuitos políticos-administrativos nas áreas “descobertas”, com o objetivo de viabilizar e facilitar a colonização. Na região denominada como Guiné do Cabo Verde<sup>1</sup> esta estratégia da Coroa também fez-se evidente.

O arquipélago de Cabo Verde era desabitado até 1460, já a área costeira (Guiné) era povoada por uma diversidade de povos. Diante da dificuldade de se estabelecer e controlar a região da Guiné. Uma vez que, para isto os portugueses necessitavam de permissão dos governantes africanos, a Coroa optou por iniciar a colonização de Cabo Verde, a partir de

---

<sup>1</sup> “Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné”, “Rios de Guiné do Cabo Verde” são expressões que foram utilizadas pelos viajantes nas próprias fontes do período das navegações portuguesas, para denominar o espaço geográfico que compreendia todos os portos e rios entre o Rio Senegal e a Serra Leoa. Este espaço também incluía Cabo Verde. (HORTA, 2005, p. 2).

1460, com o objetivo de controlar o comércio com os povos da Guiné a partir das ilhas. Contudo, como afirma Walter Rodney, Portugal não conseguiu controlar o comércio na região da Guiné, os governantes locais não se submeteram ao exclusivismo comercial, não aceitavam que deveriam comercializar apenas com os portugueses. (RODNEY, 1965, p.314)

No contexto de colonização de Cabo Verde e da tentativa de influenciar a Guiné, percebemos inúmeros processos que se relacionam com a presença da Igreja e do discurso religioso nesta região. Em 1497, as ilhas de Cabo Verde são incluídas na titularia do vigário de Tomar. Ou seja, era responsabilidade da ação da vigária de Tomar a dotação, construção e apetrechamento de igrejas, além da nomeação de curas. Percebe-se, através desta iniciativa um interesse em estabelecer a presença da Igreja e de sua influência. Em 1514, a nova diocese do Funchal passa a ser responsável pela área corresponde a Guiné do Cabo Verde. Entretanto, percebendo a necessidade da criação de espaços eclesiásticos individualizados para os territórios ultramarinos, o Rei de Portugal (D. João III) solicita ao papa, em 1532, a criação de novas dioceses (com sedes na ilha dos Açores, Cabo Verde, S. Tomé e Goa). Atendendo ao pedido do Rei, em 1533 é criada a Diocese de Santiago de Cabo Verde. Vale ressaltar que os limites da diocese de Cabo Verde estendiam-se muito além do arquipélago, era responsabilidade da Diocese de Santiago o espaço da costa, conhecido como “Guiné”. Entretanto, esta área era de tal forma ampla, que a Diocese não consegue ter controle sobre espaço. Na região da Guiné, o Bispo limitava-se a enviar sacerdotes visitantes, a ação destes era muito superficial, limitando-se à administração dos sacramentos, sem uma ação voltada efetivamente para a conversão.

Mas a partir de 1604 este contexto vai ser alterado e a região conhecida como “Rios de Guiné do Cabo Verde” vai receber missões jesuítas. Os jesuítas foram enviados a “Guiné do Cabo Verde” com a finalidade de analisar a viabilidade do estabelecimento de uma Missão na região com o intuito de auxiliar a Coroa e a elite Cabo Verdiana a “manter” o controle da região da Guiné. Uma vez que, no período conhecido como União Ibérica, entre 1580-1640, em que a Coroa da Espanha e de Portugal estiveram unidas, vai se aprofundar a divisão e a disputa entre a Península Ibérica (católica e interessada em defender aquilo que considerava seu “direito histórico” sobre o Ultramar) e o Norte Europeu (protestante e interessado em conquistar espaço no comércio). Esta disputa vai se aprofundar e terá como consequência a intensificação das violações do exclusivismo. Na região da Guiné, isto fica evidente, no final do século XVI e início do século XVII, percebemos uma presença significativa de ingleses, franceses e holandeses na região. (SILVA, 1995, p.14-15).



Esta presença de ingleses, franceses e holandeses ameaçava os interesses da elite cabo-verdiana que até então tinha privilégios no comércio desta região. Diante disto, esta elite cabo-verdiana reivindica uma presença mais efetiva da coroa na região e o envio de religiosos. Diante destas exigências, a Coroa envia o primeiro grupo de jesuítas a Guiné, em 1604. Este primeiro grupo era composto por quatro membros, três padres (P. Baltazar Barreira, P. Manuel de Barros, P. Manuel Fernandes) e um irmão (Ir. Pedro Fernandes). Baltazar Barreira foi designado como superior desta missão, pela sua experiência. Uma vez que, já havia sido missionário em Açores e Angola. Como superior da missão, ele escreveu muitas cartas. São as cartas escritas por este padre que serão analisadas neste texto.

É interessante perceber como as descrições das primeiras cartas dos jesuítas são eufóricas e otimistas. Nestas primeiras cartas eles afirmam que foram bem recebidos, que a missão será um sucesso, que a terra é boa e o clima também. Ao chegar a Santiago<sup>2</sup>, Baltazar descreve uma recepção entusiasmada do povo e das autoridades, “fomos recebidos com grande aplauso e alegria de toda a terra”, descreve uma visão favorável do clima e espaço, “é muito menos doentia que antes, (...), e acho mais tolerável que Angola, além de outras comodidades a que leva vantagem”, descreve a qualidade da terra, “porque tudo o que quere plantar e semear se dá muito bem”, e conclui que “pelo que tenho visto nesta terra, não duvido de nossa ficada nela”. (BARREIRA, 1604, p. 41-47)

Percebe-se, portanto, como o padre manifestava-se confiante no futuro da missão e as suas grandes expectativas iniciais. Expectativas que são lançadas também sobre o território da Costa, Baltazar nesta mesma carta afirma, em relação à Guiné:

[...] e assim ainda contra minha vontade, fico esperando o mês de Outubro para ir com o beneplácito e parecer de todos (a Guiné), e de lá espero mandar tão boas informações da disposição daqueles Reis e gentilidade para receber nossa santa fé católica, que se tome assunto sobre nossa ficada e perpetuação nestas partes. (BARREIRA, 1604, p. 46)

Contudo, este otimismo inicial vai aos poucos sendo destruído. Uma vez que, o clima não se mostra tão tolerável e cómodo como afirmava o Padre, prova disso é o falecimento de dois dos seus companheiros de missão, Padre Manuel Fernandes, em agosto de 1604 e do Padre Manuel de Barros em outubro de 1605. Além das dificuldades de adaptação ao espaço, Baltazar Barreira encontra também na Costa da Guiné outras dificuldades ao sucesso da missão, entre elas: a presença do islamismo na região e a dificuldade em combater as práticas religiosas africanas.

<sup>2</sup> Santiago era a principal ilha do arquipélago de Cabo Verde, onde estava localizada a cidade da Ribeira Grande. Era a sede do bispado de Cabo Verde, que foi criado em 1533, e que cobria o arquipélago e a costa.

## Os Islamizados

A presença de agentes islamizadores na costa da Guiné foi considerado um dos maiores empecilhos a propagação do catolicismo nesta região. Os padres tinham uma visão demasiadamente negativa sobre o islamismo, acreditavam que os povos da região que tinham sido influenciados pelos bexerins (sacerdotes-comerciantes divulgadores do Islã) eram de difícil conversão, além de representarem um perigo, uma vez que poderiam espalhar o islamismo pela região.

Além de representar os povos islamizados como falsos e traiçoeiros, o discurso dos padres tende a distinguir os islamizados dos “gentios”, reforçando a perspectiva de que os “gentios” são mais facilmente convertidos que os islamizados:

A disposição para se fazer fruto nesta gentilidade em uns é grande e em outros não; daqueles que já receberam a seita de Mafoma não parece que há que tratar, os outros que somente a cheirarão e ainda tem ídolos que adoram pode haver mais esperança, e já um Rei destes me deu palavra que se faria cristão e escreveu sobre isso a Sua Majestade, mas os que estão mais dispostos para receber a nossa Santa Fé, são estes reinos da Serra Leoa e outros vizinhos a eles, por não terem notícia de Mafoma e de sua lei. (BARREIRA, 1965, p.172)

Contudo, vale a pena destacar que esta visão inicial de que os “gentios” seriam facilmente convertidos vai sendo, aos poucos, problematizada pelos próprios padres. Eles vão percebendo que os povos que eles caracterizam como “gentios” não abandonam suas práticas religiosas tão facilmente como eles imaginavam.

Entre os povos que Baltazar Barreira define como islamizados, podemos citar os Jalofos e os Mandingas. Sobre os Jalofos, o padre faz apenas uma classificação rápida: “Depois dos fulos se segue os Jalofos; estes começam no rio Senegal da banda do Sul e correm ao longo da costa até os Barbacins (...) segue todos a seita de mafoma (...)”. (BARREIRA, 1965, p.163)

Já sobre os Mandingas, encontramos mais referências em suas cartas:

Estes descem por uma parte e outra do Rio Gâmbia mais de 200 léguas, da banda do Norte e da banda do Sul pelo Sertão. (...) Segue a Seita de Mafoma como os mais que atrás ficam, e tem mesquitas e escolas de leis e escrever, e muitos casizes que levam esta peste a outros reinos da banda do sul, enganando a gente com nominas que fazem de metal e de couro, muito bem lavrados, em que mete escritos cheios de mentiras, afirmando que tendo consigo estas nominas nem na guerra nem na paz haverá coisa que lhe faça mal. (BARREIRA, 1965, p.166)

Através desta carta percebemos que Baltazar Barreira identifica que os Mandingas têm mesquitas e escolas, estas são informações preciosas, na medida em que ficamos sabendo que

existiam locais onde as pessoas se reuniam por razões religiosas e também locais onde os Bexerins (pregadores do Islã) ensinavam e divulgavam o islamismo através do ensino da leitura e da escrita. Acreditamos, portanto, que o desenvolvimento do Islã deu-se através da propagação realizada pelos Bexerins e por meio de instituições como as mesquitas e escolas.

De acordo com o Padre Baltazar os casizes levavam a diversos reinos nominas que tinham a função de enganar os povos. Sabemos que estas nominas, correspondem as famosas “bolsas de mandingas”. Estas nominas eram colares de couro cozido, costuradas que continham dentro pequenas partes do Alcorão escritas em um pedaço de papel, que funcionavam como amuleto, talismã para quem os utilizava. Ou seja, as pessoas acreditavam que utilizando aqueles colares estavam protegidas, já que eles possuíam um caráter curativo e miraculoso, por isso eram distribuídos por figuras tão importantes, os Bexerins.

Para o Padre Baltazar Barreira a presença do islamismo e principalmente dos Bexerins na Guiné representava um perigo e uma dificuldade para a expansão do cristianismo nesta região e para o sucesso da missão jesuíta pela qual ele era responsável. Por esta razão, ele se preocupa em descrever nas suas cartas quem eram os povos islamizados, como os Bexerins tinham poder nesta região e como era responsabilidade da Coroa enviar mais missionários e mais verbas para combater a disseminação do islamismo. Porém, é preciso destacar que os pedidos e esforços do padre não foram suficientes para dar a missão o sucesso esperado. É preciso compreender que a centralização por parte da Coroa portuguesa nos reinos do Congo e Angola fez com que a região da Guiné, de certa forma fosse legada a uma posição periférica e com isto poucos investimentos foram realizados. Além disso, a missão jesuíta também foi fragilizada pelas práticas religiosas africanas, como veremos no próximo tópico.

### **Práticas Religiosas Africanas**

O que é evidente nas cartas do Padre Baltazar é a preocupação em demonstrar que a Guiné estava dividida entre povos islamizados e os chamados “gentios”. A associação de alguns povos da Guiné com o termo “gentio” não é ingênua. Os “gentios” para Baltazar Barreira são aqueles que não têm religião, são caracterizados pela ausência de lei, adoram ídolos, praticam encantamentos, feitiços e sortilégios e podem ser facilmente convertidos. Esta opinião inicial do padre vai aos poucos sendo modificada, a medida que ele percebe que a conversão destes povos não é tão simples como ele imaginava.

No ano de 1610, depois de seis anos naquela terra, Baltasar Barreira vai alterando suas visões positivas. Se antes a terra era muito sadia e prometia grandes realizações, agora ele alegava que a companhia não queria aceitar a missão:

[...] que esta missão foy pretendida muitos anos sem a Companhia a aceitar, por entender que somente serviria de morrer nela os obreiros que mandasse (que se acetou por dar gosto a S. Magestade), que são mortos nella tantos e tã bõs sogeitos, a má qualidade da terra, e como pera haver gente que queira tresidir nella hé necessário fazerlhe favores, e não estreitarlhos mais que aos que vive e Europa e em terras sadias.(BARREIRA, 1965, P.172)

Antes desta frustração diante do fracasso da Missão, Baltasar Barreira escreve cartas que trazem informações sobre as práticas religiosas que ele percebe ao passar por Bissau, Guinala, Biguda e Serra Leoa. Descreve, principalmente, as práticas religiosas dos Beafares, Barbacins e dos povos que viviam na Região de Serra Leoa.

Sobre os Beafares, Baltazar Barreira afirma que ele está empenhado na conversão “desta gentilidade” e que deseja que “pelo menos até a Pascoa ver se posso desarraigar alguns vícios de má costa que, são muy comuns na Guiné.”<sup>3</sup> Baltasar afirma que o Rei dos Beafares estava doente, no momento em que ele chegou, por esta razão ele teve que tratar com os principais do Reino e com o Loreguo, “que é a segunda pessoa depois delRej”, sobre as questões de fé. (BARREIRA, 1965, p.55-58)

O padre afirma que eles:

Aceitaram tudo o que lhes disse com mostras de grande alegria e diziam que elles querião ser os primeiros que se bautisassem e que elRej faria o mesmo, **e facarião todos com huã só mulher, que hé a maior deficuldade que há na conversão desta gentilidade.** Dizião mais que Deus nos trouxera aly não somente pera bem de suas almas, mas também para conservação e aumento de seu Reino e bens temporaes. (BARREIRA, 1965, P.55-56)

Percebemos através deste trecho que o Padre reconhece que existiam algumas práticas que dificilmente eram alteradas e que dificultavam a tentativa de conversão, uma delas era a questão da união com várias mulheres. Na Guiné era permitido que o homem tivesse várias mulheres, desde que, conseguisse e tivesse meios para mantê-las. Concluimos a partir deste trecho que os representantes dos Beafares entendiam a aceitação da fé cristã como uma possibilidade de aumentar o seu Reino e conseguir benefícios. Ou seja, como uma possibilidade de negociação.

Barreira também cita outra prática que os Beafares tinham dificuldade em abandonar:

<sup>3</sup> “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros”, p.58.

Entre outras coisas que procurei persuadir-lhes (...), foy que, se El Rei moresse, não matassem gente, porque tem por costume matar muitas de suas mulheres e de seus criados, e até o cavalo em que andava, **por lhes meter o diabo em cabeça que aquelas que matão ande tornar a ser suas mulheres na outra vida, e o mesmo dos criados e cavalos.** ( BARREIRA, 1965, p.55-56)

Nesta carta, o padre nos deixa informações importantes sobre as cerimônias fúnebres e sobre como os Beafares entendem a morte. Os Beafares acreditam que a comunidade corresponde a um espaço que sustenta constante relação entre os vivos e os mortos. Para eles, o universo se interliga, por isto quando o rei morre seu espírito ainda está vivo e por isso matam suas mulheres, criados e cavalos, para que todos estes continuem o servindo. Acreditam que caso estas cerimônias não sejam realizadas. Isto pode gerar uma insatisfação neste espírito, isto não é o desejo da comunidade, já que eles sabem que este espírito tem o poder de interferir no mundo dos vivos.

Já sobre os Barbacins, Baltasar Barreira observa que eles acreditam nos Janbacoses, “Jabacouçes, que assim chamam os feiticeiros que adivinham, e curão cõ remédios, e cõ palavras aprendidas na escola de Satanás, e por esta causa era aly muy desejada a Companhia.” (BARREIRA, 1965, p.378)

Os Janbacoses eram sacerdotes das religiões tradicionais da Costa da Guiné e tinham como função principal identificar os feiticeiros e comedores de alma que provocavam enfermidades e mortes. Eles seriam os intermediários entre o mundo visível e o invisível, intercedendo junto aos ancestrais, e eram também responsáveis por realizar cerimônias e adivinhações.

Para compreender o significado e a função dos Jabacouses para as sociedades da Guiné, é necessário observar que a religião destes povos preocupava-se simultaneamente com o corpo e a alma. Sendo assim, acreditavam que se uma pessoa estava doente, esta doença tinha relação com uma desordem intencional (entre o corpo e a alma) que muitas vezes era provocada por um ser humano, reconhecido pela sociedade como feiticeiro, comedor de almas. Portanto, o significado da doença está ligado a esfera do sagrado e a doença só pode ser compreendida dentro do contexto em que vive o doente. Com o objetivo de identificar a causa sobrenatural da doença, a população se dirige ao Janbacose. O Janbacose identificava quem havia causado o mal a pessoa e ao mesmo tempo utilizava seus conhecimentos sobre as ervas para curar a mesma. Percebe-se, portanto, que os Janbacoses realizavam a cura do físico e do espiritual.

Além da presença dos Janbacoses, Baltasar Barreira aponta outras dificuldades para a conversão dos Barbacins. Entre elas: a dificuldade de aceitar o casamento com apenas uma mulher, além de “serem dados a idolatria, e não haver casa, nem caminho, nem lugar em que não tenham muytas chinas, que são os seus ídolos, nos quais creem e confiam como se tivesse na mão o que lhe pedem.” (BARREIRA, 1965, p.172)

Percebe-se, portanto, que aos poucos, o próprio Padre percebe que a missão de converter os povos da Guiné não seria tão fácil como as visões iniciais queriam demonstrar. Os padres irão encontrar muitas dificuldades neste processo.

### **Considerações Finais**

Acredito que as cartas missionárias constituem ainda um potencial a ser explorado e que podem e devem ser utilizadas na construção da História da África, desde que se realize um trabalho metodológico com estas fontes, perguntando-se sempre: Quem escreveu? Para quem escreveu? Com qual intenção escreveu? Onde se manifesta a presença do etnocentrismo nestas fontes? Quais obras foram consultadas e influenciaram a escrita da fonte utilizada? Estas são perguntas simples que devem ser permanentemente realizadas pelo historiador ao trabalhar com qualquer documento. As cartas dos missionários podem nos fornecer importantes informações sobre as características de vários povos da Guiné, sobre seus costumes, crenças, comércio e localização geográfica. Cabe ao historiador a função de saber explorar estas fontes.

### **Fontes**

Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/8/1606. In: MMA. 1965, IV.  
Carta do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal”, 22/7/1604. In: MMA, 1965, IV.  
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/8/1606. In: MMA. 1965, IV.  
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre André Álvares”, 08/01/1610. In: MMA. 1965, IV.  
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial dos Jesuítas”, 19/03/1612. In: MMA. 1965, IV.  
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros, 28/01/1605. ” In: MMA, 1965, IV.  
Carta ânua do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal”, 01/01/1610. In: MMA, 1965, IV.  
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/08/1606. In: MMA, 1965, IV.

### **Referencias Bibliográficas**

CARVALHO, Beatriz. Entre Mouros e Cristãos: os Mandingas da “Guiné do Cabo Verde”. Sécs. XVI e XVII. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFF. 2013.105f.

HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII). In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

MOTA, Thiago Henrique. A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas. 1594-1625. Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação da UFF. 2014. 281f.

RECHEADO, Carlene. As missões franciscanas na Guiné (Século XVII). Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa. 2010. 117f.

RODNEY, Walter. Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650. *The Journal of African History*, v.6, n.3, Cambridge University Press, 1965.

SANTOS, Maria Emília Madeira. SOARES, Maria João. Igreja, Missionaç o e Sociedade. In: *História Geral de Cabo Verde. Volume II*. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). Lisboa. Praia: IICT. 1995.

SANTOS, Vanicl ia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII). *Revista Metis*, v. 10, n. 19.

SILVA, Antonio Correia e. Cabo Verde e a Geopolítica do Atl ntico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) *História Geral de Cabo Verde. Volume II*. Lisboa (Portugal): Instituto de Investiga o Científica Tropical; Praia (Cabo Verde): Instituto Nacional de Cultura, 1995.

## Por uma África contemporânea na sala de aula

**Raissa Brescia dos Reis**

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[rah.brescia@gmail.com](mailto:rah.brescia@gmail.com)

**Taciana Almeida Garrido Resende**

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[tacianagarrido@gmail.com](mailto:tacianagarrido@gmail.com)

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é propor o início de um debate entre professores e pesquisadores sobre a importância da inserção da temática da História da África contemporânea (século XIX, XX e XXI) na sala de aula. Após a promulgação da lei 10639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos Africanos no ensino básico, multiplicaram-se o interesse e os investimentos de pesquisa sobre o tema. Com uma produção historiográfica ascendente, propomos uma investigação sobre os modos como este conteúdo vem sendo selecionado para a sala de aula e sobre seus avanços e necessidades até o momento.

**PALAVRAS-CHAVE:** África contemporânea; Lei 10639/2003; Ensino; História.

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to propose the beginning of a dialogue between teachers and scholars about the importance of the inclusion of contemporary African History (XIX, XX and XXI century) in classroom. Since teaching Africa and Africans history in high school is obligatory by law 10639/2003, interest and investments on researches multiplied. We witness a rising historiographic production on this subject and therefore we propose an investigation into the ways in which this content has been selected for the classroom and on their progress and needs.

**KEYWORDS:** Contemporary Africa; Law n. 10639/2014; Education; History

Este trabalho apresenta-se como uma breve e inicial contribuição de duas historiadoras que se dedicam ao estudo da África contemporânea. Assim, o apelo e a militância pela inserção desta temática na agenda escolar não poderia ser revestida de maior empenho. O ponto de partida para a apresentação deste texto surgiu de discussões marginais à academia, mas foi inserido em debates sistemáticos em grupos de estudos e, mais recentemente, em cursos de extensão. As questões suscitadas convergiram para a constatação da carência de leituras da África contemporânea no ensino de história da África no Brasil e para o papel das novas gerações de africanistas para este cenário.

Propomos, então, colocar em discussão o tema do ensino de história da África contemporânea, aqui considerada no amplo recorte cronológico dos séculos XIX e XX, e



a sua quase ausência em sala de aula. A ideia central é trazer à pauta as questões ligadas à negligência desse período na abordagem adotada para o ensino da história do continente e os perigos da exclusão dos agentes africanos atuais do palco central do que se convencionou chamar de história geral ou mundial no ensino de história na educação básica. Esse esforço vem para responder a uma pergunta mais ampla acerca de como a África é representada em sala de aula no Brasil e os motivos que se estabelecem em torno das imagens construídas.

No país, a partir do esforço de construção e posituação de identidades negras promovido pela sociedade civil organizada, marcadamente pelos grupos do Movimento Negro Unificado, ocorreu durante os anos 2000 uma crescente demanda por novas visões acerca do continente africano. A tônica geral dessas novas narrativas requisitadas era o destaque de sua relação histórica com a constituição da sociedade brasileira. Unindo-se a essa perspectiva, houve o esforço político e institucional pela construção de um novo diálogo internacional entre o Estado brasileiro e os vários países africanos. Estratégia imersa em uma abordagem alternativa das relações externas brasileiras, voltada para o eixo de cooperação Sul-Sul e não mais, ou não apenas, para o consagrado eixo Norte-Sul.

Sobre este segundo ponto, menos importante neste artigo, é ainda interessante notar como os historiadores vem se furtando ao diálogo com os internacionalistas na construção de narrativas e abordagens sobre tal conformação contemporânea. Prova disso, são os sucessivos debates e grupos de estudos fundados em departamentos de Relações Internacionais, notadamente na UNB e na UFRS, para a discussão da inserção africana contemporânea; o que não se confirma nos departamentos de História das principais universidades do país. Configura-se, portanto, uma ampla demanda por novas narrativas e por diálogos entre as ciências humanas que possam conformar e dar significado aos novos âmbitos nos quais a ligação Brasil-África passa a se inscrever. Esse quase silêncio sugere mais uma vez a escolha em não abordar um continente africano contemporâneo e nos remete à questão central deste texto.

O papel oferecido pelo campo historiográfico e pela prática docente no ensino básico em muito dialogam com os dois fatores apontados anteriormente. O espaço para novas narrativas sobre uma história que contemple a presença africana ainda é incipiente e, em sua maioria, parece se focar nas relações estabelecidas entre a história brasileira e africana ocasionadas pelos muitos anos de escravidão e de tráfico de homens e mulheres escravizados no continente africano. Muitas vezes opta-se pela ressignificação destas velhas

ligações através do investimento em narrativas que focam nas sociedades e Estados africanos do século XIX, ou anteriores, do que a busca por análises dos países africanos e suas dinâmicas nos séculos XX e XXI. Ainda que as relações imediatas entre Brasil-África, sejam elas institucionais, econômicas ou mesmo sociais e parte central das construções e fundações identitárias, estejam intimamente delineadas pela história do tempo presente das relações atlânticas, a abordagem do olhar historiográfico resiste. A pergunta da qual decorre esta tentativa inicial de resposta é, portanto, por que tal recusa e quais suas possíveis consequências.

### **Destaque à lei 10.639: resposta a demandas de movimentos sociais.**

As delimitações do texto da lei 10.639, de janeiro de 2003, seguindo as tendências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecem os parâmetros gerais a serem adotados na educação básica para a inclusão obrigatória do

estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.<sup>4</sup>

O texto da lei deixa entrever o tom da abordagem historiográfica desejada e mantém clara a relação entre a obrigatoriedade do ensino de História da África na Educação Básica e a necessidade de re-fundação das identidades raciais no Brasil. Entende-se a importância desse esforço na construção de relações sociais mais justas e como oportunidade rara de contrapartida social para o fazer historiográfico e mesmo para o ensino de História. A temporalidade a ser trabalhada para tal fim, porém, não é explicitamente apontada.

Uma análise dos livros didáticos selecionados e indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem entre suas diretrizes centrais a garantia da realização da lei aqui exposta, no entanto, permite verificar que a África e os africanos adentram o campo da história de forma específica e temporalmente restrita. Na prática, a adoção da lei 10.639 no livro didático, principal material de formação não só do aluno mas também do professor da educação básica - cuja relação com a História da África é ainda incipiente, por uma falha das instituições de ensino superior no Brasil - minimiza ou ignora as dinâmicas e contextos políticos e sociais contemporâneos. O texto do Guia de Livros Didáticos PNLD 2013, no tópico que se dedica especificamente a estabelecer o que se espera dos livros avaliados no que concerne ao ensino de história da África, aponta o problema aqui discutido ao afirmar que

<sup>4</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Acesso em 14/06/2014.

a resistência dos povos escravizados e a existência de quilombos como forma de luta pela liberdade ocupam a posição mais escolhida pelos autores para a abordagem desses temas. Aparece também com frequência a contribuição dos africanos e dos afrodescendentes para a cultura brasileira, principalmente em relação a música, dança, alimentação, religião, festas e termos incorporados à língua portuguesa.<sup>5</sup>

Além da preferência por uma temporalidade mais apartada, o excerto põe em tela outra dimensão da narrativa hegemônica sobre o continente. Os africanos, suas sociedades e suas várias formas de organização e manifestação política permanecem obscurecidos. Apesar da relativa valorização do que seria a participação desses homens e mulheres, principalmente pensados a partir da figura do escravo ou ex-escravo, na construção cultural do Brasil, o olhar oferecido pelos livros didáticos, e muitas vezes demandado em sala de aula, permanece restrito. A importância da presença africana é basicamente ressaltada pela relevância de suas práticas artísticas e culturais e relacionada diretamente ao período do tráfico de sujeitos escravizados, entre os séculos XVI e XIX. Aparentemente, por se tratar de um momento óbvio de relação do continente com o território brasileiro em conformação. Nesse sentido, como a abordagem se foca neste momento, esses sujeitos acabam adentrando a narrativa histórica a partir de sua participação em esferas outras da formação do Brasil, que não a política e institucional. Um problema que a historiografia revisionista acerca do papel do escravo, de sua agência enquanto atores históricos, e mesmo a demanda por uma história anterior ao tráfico e ao escravismo moderno, não foram capazes de resolver.

### **Hipóteses para uma resposta às questões colocadas.**

A principal hipótese aqui aventada é relacionada a uma espécie de demanda identitária que estaria ligada aos movimentos sociais brasileiros, como o Movimento Negro Unificado, que estiveram por trás da criação e implementação da lei 10.639, aqui já mencionada. A ideia é que a mobilização da História da África seria centralmente uma tentativa de dar relevo a um vínculo entre a população negra africana e a população brasileira. E o caminho escolhido para o estabelecimento de emblemas e de uma narrativa identitária positiva acaba recorrendo ao período histórico anterior ao estabelecimento do tráfico atlântico como forma de refundar os laços com um passado erigido em origem. Nota-se, portanto, uma preocupação em dar a ver práticas sociais, culturais e religiosas que se estabeleceriam em Estados africanos dos séculos XVI, XVII e XVIII, comumente relacionando-as a cenários brasileiros do mesmo período ou posteriores.

---

<sup>5</sup> Disponível em [www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?...pnld-2013-historia](http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?...pnld-2013-historia), Acesso em 14/06/2014, p. 24.

Esse trabalho de construção de novos significados e valores em torno de agrupamentos sociais constitui em si mesmo um objeto passível de ser historicizado e é parte importante dos debates perpetrados em torno das relações étnicas no Brasil e do esforço de reparação do racismo infiltrado nas estruturas sociais e políticas brasileiras. O engajamento político dos professores da educação básica e, em outra dimensão, dos professores universitários também deve ser levado em consideração para a análise desse momento histórico da educação no Brasil e significam as escolhas historiográficas realizadas tanto no ensino básico quanto no superior. O ensino da história do continente, que guarda relações culturais com o Brasil marcadas pela violência, é mobilizado para a construção de narrativas positivas ou para a “superação” de estigmas identitários internos. A escrita e o fazer historiográfico não são e nem devem ser isentos de função social, ou reivindicarem neutralidade, afinal guarda sempre relações subjetivas com a história do presente e com as realidades sociais daqueles que os experienciam.

A universidade, nesse sentido, acaba sendo atingida de forma indireta por essas novas prerrogativas do ensino de História da África no ensino básico, inclusive por seu papel formador dos quadros de professores. Ao mesmo tempo, a produção acadêmica atua sobre as novas narrativas do ensino básico de forma direta. É sugestivo, portanto, que tenha ocorrido um aquecimento do campo de estudos em História da África, antes bastante marginal na produção historiográfica brasileira, após a criação e aplicação da lei 10.639. Também no espaço universitário o incipiente campo dedicado ao assunto possui uma tendência clara. A adesão a períodos mais distantes e a tentativa inicial de aproximação da temática através do momento que tradicionalmente a escrita da História do Brasil convencionou aproximar da História africana: a escravidão e o tráfico atlântico.

Prova desta afirmação é a pesquisa de doutorado desenvolvida pela historiadora Márcia Guerra Pereira, que investiu seus estudos na demarcação e compreensão das características da área de História da África nas universidades nos últimos dez anos. Segundo a autora, nas instituições onde as disciplinas são oferecidas em um único semestre, há três tipos de abordagens: o curso de perspectiva diaspórica, preocupado em analisar a África no Brasil; os cursos articulados em torno da escravidão e do tráfico atlântico e os cursos montados na forma de um longo painel cronológico (PEREIRA, 2012, p. 160). Para Guerra, mesmo nas universidades,

o traço principal dos programas (avaliados entre 2010 e 2012) é o tratamento da África negra em um diálogo estreito com problemas e demandas colocados com a afirmação da identidade negra (PEREIRA, 2012, p. 161). Segundo a autora, ainda é a escravidão “que parece justificar a inclusão dos estudos de África na formação acadêmica dos historiadores brasileiros, levando a definição de um espaço de reflexão essencialmente atlântico”, o que vem a ser confirmado quando se analisa os programas dos cursos de História da África ministrados nos departamentos de História de universidades do Brasil. A pesquisa confirmou que a grande maioria dá sua ênfase à África subsaariana (PEREIRA, 2012, p. 161) Nesse sentido, um ponto de convergência entre todos os programas universitários, segundo Guerra, é a escolha do marco dos grandes reinos dos séculos V e VI na África, o que põe em tela mais uma vez a opção por negligenciar a história contemporânea do continente, mesmo na instância de formação do professor da educação básica.

Outro dado sintomático que aponta para essa verticalização do ensino sobre os temas da África antiga ou moderna orientados pelas demandas identitárias internas do país são as escolhas dos livros distribuídos nas escolas públicas do país em 2014. Avaliados por professores universitários especialistas no tema, as obras selecionadas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) temático 2014, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ligada ao MEC apontam para a relação imbricada entre Brasil e África. Ao todo, serão distribuídas 85 mil exemplares desses livros. Os títulos selecionados que interessam para esta discussão são: África e Brasil Africano; História e cultura afro-brasileira; e Origens Africanas do Brasil contemporâneo: história, línguas, culturas e civilizações<sup>6</sup>. O interessante é a ausência de obras didáticas que abordem o continente africano isolado de sua contribuição na cultura brasileira, o que levanta uma questão importante: De qual África estamos falando no Brasil?

### **A importância da abordagem em sala de aula de uma História da África Contemporânea.**

Depois de levantadas essas breves questões, propomos a investida da comunidade de professores e pesquisadores que, mesmo cientes dos desafios da inserção dessa “nova” história no currículo da educação básica, desempenham esforço para concretizá-la e torná-la possível. A História da África Contemporânea poderia ser uma maneira efetiva para a

---

<sup>6</sup> Todos os títulos selecionados pelo PNBE podem ser consultados através do endereço <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=28/01/2014>. Acesso em 14/06/2014.

realização dos intuitos sociais da lei 10.639 e, ao mesmo tempo, uma forma de tornar o tema mais próximo ao aluno e talvez mais atraente. Construir outras narrativas acerca das múltiplas realidades africanas seria uma alternativa interessante para fundar novas percepções acerca do continente africano. Mantendo o investimento na positivação da presença africano não apenas na formação cultural brasileira mas na construção da Modernidade.

Além de refazer as ligações do aluno com o continente africano em sua atualidade, interpretações que superassem a alteridade acachapante que o objeto parece suscitar na opinião pública brasileira, como demonstra o trabalho de Anderson Oliva, seriam uma forma de revestir de significados positivos as relações com o continente africano. Em artigo, Oliva resgata reportagens veiculadas na revista de ampla circulação, *Veja*, e sua atuação nas representações dos africanos, que converge na consolidação “do imaginário coletivo ou o conjunto comum de estereótipos e notícias circulantes sobre a África: as cenas do tráfico e da escravidão, os conflitos e as guerras, as epidemias e a fome, a miséria, a desorganização generalizada e a natureza exótica” (OLIVA, 2008, p. 142). Trata-se de uma imagem negativizada e homogênea que extrapola a sala de aula e engendra a reprodução de um lugar marginalizado para o continente africano. Para o historiador, tais imagens compõem “o cenário mental de grande parte dos brasileiros”. E, nesse sentido, talvez uma abordagem da África contemporânea por outros matizes na sala de aula seja um dos caminhos para a construção de cenários concorrentes.

Essa proposta seria também uma possível solução para a exclusão do tema da história da África do dia-a-dia da sala de aula e sua quase segregação a momentos específicos, que constituem quebras na rotina do aluno, como a chamada Semana da Consciência Negra. A adoção de um olhar para a História Contemporânea, que considere mais do que as relações criadas pelo escravismo moderno entre o continente, o Brasil e parte do Ocidente, seria uma forma de romper esta tendência, inclusive pelo simples fato de imprimir a presença africana em outros momentos históricos, tradicionalmente restritos a um olhar eurocêntrico, como a Segunda Guerra Mundial, por exemplo. A agência de sujeitos e sociedades africanas em temporalidades distintas acaba por promover um olhar familiarizado com a diversidade, o que vai ao encontro das diretrizes gerais apresentadas pela LDB de uma educação formadora de cidadãos críticos e capazes de participação política democrática.

Além disso, acredita-se que mesmo as demandas político-identitárias, centrais para a implantação da obrigatoriedade do ensino de história da África no Brasil, seriam amplamente contempladas. Uma narrativa que amplie as visões sobre os países africanos traz a

possibilidade de construção de um esquema mundial mais amplo do que a antiga dicotomia entre um Norte, representado como rico e capaz, e um Sul decadente e vitimizado. Mais do que a identificação com imagens de uma África homogênea e mitificada, o estudante poderia ter acesso a um continente contemporâneo, diverso e conflituoso, mas com mazelas sociais e soluções políticas nem sempre tão distantes do Brasil. É premente a construção de novas imagens sobre África, que não sejam parte de uma história única de negativização e estereótipos.

Nesse sentido, este trabalho propõe a adoção do ensino da História da África contemporânea como uma forma de dar novo fôlego e novos matizes às imagens do continente e dos africanos criadas e cultuadas em sala de aula. Não seria a percepção de Áfricas em construção, em constante formulação social e política, ativas e presentes no cenário mundial, inclusive em diálogo e negociação com o Estado brasileiro, mais interessante para um ensino voltado para a positividade da diversidade e das várias identidades brasileiras?

### Referências Bibliográficas

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LOPES, Carlos. *A Pirâmide Invertida – historiografia africana feita por africanos*. IN: Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa: Linopazas, 1995. 21-29.

CÉSAIRE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Présence Africaine, 1983.

\_\_\_\_\_. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 1955.

FANON, Frantz. *Os Condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 2 Volumes. Lisboa: Europa-América, 1991.

\_\_\_\_\_. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

M'BAH, Abogo. *Panafricanismo clássico: identidade e reconhecimento*. Nsibidi, Palma de Mallorca, Islas Baleares, Espanha, n. 1, ano 0, dezembro de 2004.

M'BOKOLO. *África negra: história e civilizações*. Tradução. Salvador; São Paulo: EDUFBA; Casa das Áfricas, 2009.

OLIVA, Anderson. Notícias sobre a África: representações do continente africano na Revista Veja (1991-2006). *Afro-Ásia*, n. 38, 2008.

PEREIRA, Márcia Guerra. *História da África: uma disciplina em construção*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2012.

SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011.

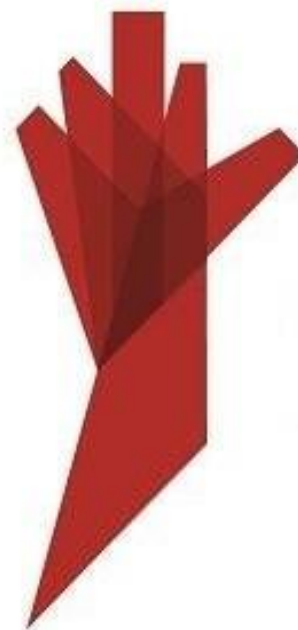
SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.



## **Simpósio Temático 07**

**Teoria da História, História da  
Historiografia e Filosofia da História**



**Coordenadores:**

**Danilo Marques**

Mestrando - UFMG  
danielomarques.his@gmail.com

**Walderez Ramalho**

Mestrando - UFMG  
walderezramalho@gmail.com

**Mariana Vargens**

Mestranda - UFMG  
marianavargens@gmail.com

**Andréa Mara Araújo**

Mestranda - UFMG  
andreamara.araujo@yahoo.com.br

## Aspectos da historiografia sobre as festas do Império brasileiro

**Amanda Renata Rezende**

Graduada em História

Universidade Federal de Ouro Preto

[amanda-rezende@hotmail.com](mailto:amanda-rezende@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo objetiva discutir as inquietações em relação às condutas e as tentativas de controle social no espaço urbano na formação do Estado nacional brasileiro. Pretende também demonstrar a reorientação pedagógica das massas através dos folguedos populares, uma vez que cabia a eles suscitar uma identificação com o governo vigente, estreitando os laços entre o político e o social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia; Estado-Nação; Folguedos; Identidades sociais.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the concerns related to the conducts and attempts of social control within urban area in the formation of the Brazilian national State. It also seeks to demonstrate the pedagogical reorientation of the masses through the popular folguedos, for it was up to them raise an identification with the current government, strengthening the bonds between the political and the social.

**KEYWORDS:** Historiography; State-Nation; Festivals; Social identities.

### Introdução

O início do século XIX, se apresenta como um momento de grandes transformações do território luso brasileiro, sobretudo com a vinda da Família Real e da Corte portuguesa em 1808. Essa data representou um marco em nossa história colonial, pois desencadeou uma série de alterações associadas aos aspectos físicos, sociais e políticos que culminaram em uma reorganização e adaptação da estrutura burocrática lusitana nos trópicos.

A transferência da sede do império português para sua possessão territorial americana “foi imediatamente interpretada como a ruptura com um tempo velho e a abertura de uma nova época” (ARAÚJO, 2009: 86). Esse evento nos apresenta uma série de peculiaridades importantes para compreendermos como a escrita da história nacional foi produzida ao longo da primeira metade do oitocentos. Para Valdeci Lopes de Araújo, a chegada da Família Real dilatou significativamente a produção de uma narrativa ilustrada<sup>1</sup>, que passou a desenvolver

<sup>1</sup> Lembrando que, “por narrativas ilustradas entendemos os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo de atividade humano, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade” (ARAÚJO, 2009, p. 86).

seus trabalhos a partir de uma nova perspectiva de historicidade, “bem como uma nova perspectiva de unificação da história brasileira” (ARAÚJO, 2009, p. 86).

Esse momento histórico, referido na Historiografia Brasileira como um tempo em que se afloraram as sensações de rápida celeridade dos acontecimentos, foi constituído por inúmeros processos de dinamização e modernização da nação que se erigia. Na nova sede do poder metropolitano, foram constituídas novas feições culturais, sociais, de ordem material e demográfica da população (CHAMON, 2002, p. 31; ALENCASTRO, 1997, p. 38), em maior ou menor grau:

Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuraram-se nos trópicos portuguesas preocupações próprias de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar “os enormes recursos naturais” e as potencialidades do império nascente, tendo em vista o fomento do bem estar da própria população local (DIAS, 1996:181, 182).

As transformações advindas da transposição da sede do Império português já nas primeiras décadas do século XIX se enraizaram, sobretudo, com a criação da imprensa, que desencadeou a circulação de informações e de mundos antes “desconhecidos”. Essa nova ordenação política e social, permitiu a determinados grupos uma perspectiva de vida que se aproximasse do gosto, da delicadeza e da distinção pautados nos costumes franceses - modelo de elegância e racionalidade - especialmente após 1822.

A modernidade e o progresso compunham a ordem do dia e as concepções acerca do que significava tais conceitos se refletia cada vez mais no âmbito político, intelectual e social da população, onde esse último passou a ser regido por um código de etiquetas que gradativamente caminhou rumo as relações cada vez mais particulares.

A historiografia do período evidencia como as concepções de modernidade eram diretamente ligadas a disciplinarização dos indivíduos e por fim, da sociedade como um todo. A regulamentação e reordenação do espaço público a partir das festas era, desde o período colonial, uma importante estratégia utilizada pelos governos que tencionavam o domínio da população. No império, elas, ainda na mesma proposta de estimular o “espírito público” entre as pessoas, apresentaram maior rigidez na regulamentação do público visando à reorganização da vida privada.

Utilizadas como fomento entre a identificação do povo e das políticas governamentais, os folguedos eram também momentos que “buscava[m] reduzir e atenuar as divergências entre os seus habitantes” (CHAMON, 2002, p.31). Contudo, a sociedade, em sua natureza e especificidade, sempre recriou e dotou de significação as leis e os costumes que lhes eram

imputados. É preciso conceber a ineficácia do imaginário da elite em relação “a homogeneidade desejada ou a completa concordância, no que diz respeito às mudanças empreendidas (...). O percurso foi permeado de vitórias e derrotas, muita tolerância e incansável persistência” (ARAÚJO, 2000, p.93).

### **O Brasil oitocentista e suas transformações**

A trajetória do Brasil independente contou, primordialmente, com as elites que caminharam no sentido de incorporar e absorver a modernização e a civilidade europeia que chegava ao Rio de Janeiro - o centro receptor - e eram redistribuídas ao restante do território (ALENCASTRO, 1997, p.24). Afoitos pelas novidades o povo era instruído a reorganizar sua vida de maneira a corresponder à elegância e distinção das pessoas bem-educadas. Houve, portanto, um movimento que visava “a construção e a propagação de novas regras de conduta social, bem como a aceleração de novos códigos de polidez” (ARAÚJO, 2000, p.86). Os municípios passaram a receber novas perspectivas e diretrizes que articulavam-se aos ideais difusores do Império.

Estas elites políticas e intelectuais, responsáveis pelo projeto e o desenvolvimento da construção do Estado monárquico, contribuíram significativamente para o alargamento de uma ideia de sociedade civilizada e progressista. A perspectiva de tradição civilizada não deveria ser composta somente pelas camadas abastadas da sociedade. Era necessário ir além, a nação formava-se por diversos setores sociais e, para que as expectativas apregoadas pelos “curadores” do progresso surtisser efeito, necessariamente a disciplinarização e a reorientação dos “bons costumes” precisava ser disseminada entre a maioria da população.

É importante não perdermos de vista que, inerente à colonização portuguesa, o território brasileiro herdou significativamente uma cultura lusa. Com o rompimento entre Brasil e Portugal em 1822, as elites desejosas por deslegitimar os costumes “grosseiros” e criar uma imagem equiparável às nações civilizadas, intentou desvincular a sociedade brasileira do arcaico Portugal. Sempre atentas ao progresso europeu desejavam a todo modo “fazer o Brasil despertar do que consideravam como ‘morrinha colonial’” (ARAÚJO, 2000, p.124). Neste contexto, percebemos que as transformações na qual a Europa e a América vinham passando, acarretaram na “periferização das antigas metrópoles ibéricas” (COSTA, 2010, p.7), que foram deixadas à margem da composição desse processo civilizatório que emergia.

A concepção de nacionalidade será arquitetada e reforçada pela ideia de um governo capaz de trazer aos trópicos a civilidade que os laços coloniais lhe privaram, apresentando discursos que destacam os elementos dessa lusofobia. Podemos notar na historiografia, como

Portugal se tornou sinônimo de antiquado, rude e atrasado, dessa maneira, a perpetuação dos seus costumes opunha-se ao ideário de nação que estava sendo formulado naquele momento. Como não deixa dúvidas o excerto retirado do artigo *Programa Histórico: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*<sup>2</sup> é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram o nosso continente, escrito pelo Visconde de São Leopoldo:

O Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas, de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo. Havia a metrópole receada as consequências; traçou portanto, plano de repressão ou desenvolvimento dessas geniais faculdades: princípios, ideias, instituições antissociais, sufocadoras de qualquer progresso, predominavam; mandar despótico, e obedecer cegamente: eis o eixo do nosso governo colonial (PINHEIRO, 1908, p.62).

A escrita da história e sua produção no pós-independência também ganhou um novo rigor no processo de articulação entre passado, presente e futuro. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, foi fundamental na composição e registro da nossa historiografia. O IHGB não detinha sob seu domínio o monopólio dessa escrita, mas ali era o lugar em que a nossa história estava sendo veementemente pensada e escrita. Era preciso ter uma história na qual as pessoas devessem acreditar para exercer sua função patriótica, uma vez que ela perderia sua função política caso a verdade histórica se disseminasse de maneira individual.

No que diz respeito às formulações normativas, elas implicavam em critérios que faziam referência aos padrões de universalidade e igualdade de uma unidade nacional. Convém ressaltar também a influencia e a importância das práticas higienistas que se desenvolveram nesse período; a medicina alçou um papel fundamental no respaldo da lei que entrava em vigor, tornando-se muitas vezes inimiga das festividades que se associavam a molhadelas ou combates corporais (ARAÚJO, 2008, p.135).

Observamos assim, um cotidiano que foi se alterando, sobretudo, nas camadas mais abastadas da população, provocando mudanças no consumo e nos costumes sociais. Mas nem toda ação é completamente passiva, logo, devemos nos atentar para as alterações, os desrespeitos às disposições legais e, as reafirmações constantes da legislação. Os jornais

---

<sup>2</sup> Não havia, antes de 1838, um centro de escrita da história brasileira, em geral, essa escrita era realizada no interior de clubes políticos. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi uma tentativa de “retirar essa história das ruas” e, a partir de suas representações podemos compreender melhor como a sociedade apreendia o passado e traçava a trajetória rumo à nação que se estruturava. Assim, é importante investigar “a maneira como as pessoas elaboravam, construíam, adaptavam, digeriam e transformavam, a partir de suas experiências concretas, todo fluxo de mudanças ocorridas no século XIX” (ARAÚJO, 2000, p.125).

locais e as posturas municipais nos mostram não só como a legislação tendia a disciplinarização ambicionada pela “moralidade”, mas também como essas iniciativas poderiam e eram burladas (ABREU, 1999, p.188).

As inquietações em relação às condutas, assim como as tentativas de controle das interações sociais no espaço urbano pelos dispositivos das posturas municipais no século XIX, traziam de maneira bastante sutil a adoção de atitudes e culturas educadas à moda francesa ou parisiense. As ações dos indivíduos passaram a ser cerceadas tanto no domínio público, quanto privado, por uma série de Códigos de Postura que já na primeira metade do oitocentos almejava “civilizar o Império em termos de limpeza, saneamento, moral pública organização e embelezamento do espaço urbano” (ABREU, 1999, p.219).

As transformações até aqui referidas, buscaram também apresentar ou estabelecer uma reorientação pedagógica das massas através de inúmeras festividades espalhadas pelo território brasileiro:

Empenhados em conferir ao país uma imagem de ordem e civilidade, apostando na civilização e no progresso, as elites adotaram como postura tirar dos festejos todas as práticas populares associadas ao passado colonial. O discurso dirigia-se contra o "antigo" em nome do "moderno", contra o "bárbaro" ou “selvagem” (ARAÚJO, 2000, p.105).

A sensação de proximidade à realeza, a marcha do progresso, a circulação de ideias, a dinâmica econômica e o patriotismo são considerações que ganharam corpo e puderam ser observados na íntegra durante a formação do Estado nacional (CHAMON, 2002:21). Esses acontecimentos estavam sempre ligados por um nexo comum - a festa - e eram recebidos com tamanha empolgação e alegria que a população frequentemente ia às ruas comemorar.

### **Minas Gerais e as festas populares**

Em um rápido panorama, o povoamento do território de Minas Gerais foi marcado pela busca dos metais preciosos. A corrida pelo ouro acarretou em um intenso crescimento demográfico e o tônus social da população se mostrava bastante instável, uma vez que o nomadismo era uma característica própria da mineração. Essa situação atravessaria todo o setecentos e, uma gama de recursos foram destinados, ao longo da colonização, para a manutenção e ordem do controle social, dentre eles as folganças populares, fossem elas religiosas, políticas ou de caráter profano (SANTIAGO, 2003, p. 80).

Nesse contexto iremos de encontro à historiografia que se refere à província mineira como “decadente” e “estagnada” após o declínio da mineração. Para Carla Almeida, o declínio da mineração não provocou grandes transformações na estrutura produtiva dessa sociedade, o que houve foi uma “reestruturação econômica” ou “acomodação evolutiva” onde

o comércio de subsistência passou a ocupar o espaço da “atividade nuclear” (ALMEIDA, 1995, p.88). Tomando como referência essa perspectiva, os mineiros, sobretudo por intermédio da elite detentora dos meios de produção e do comércio, foram capazes de operarem em defesa dos seus interesses e destacarem-se na política e reordenação da vida pública (CHAMON, 2002, p. 27-28).

Em uma sociedade tão complexa como essa, os folguedos tiveram papel fundamental na organização e consolidação dos projetos estruturais de poder e administração referentes à vida social. Apresentavam-se como instrumento capaz de oferecer de maneira sutil, contudo, bastante eficaz, as perspectivas sociopolíticas que os aparelhos administrativos e a elite desejavam propagar. A rua, deste modo, tornava-se espaço privilegiado para o desenrolar das festas, pois estava ao alcance do olhar de todos.

Ao voltarmos nossa atenção para os séculos XVII e XVIII, neste momento a colonização portuguesa não primava pelo estabelecimento de vínculos entre as regiões do território. Não havia, portanto, relações que favorecessem a interiorização de uma identidade comum, o sentimento de pátria ou nação por parte da população era bastante difuso. Essas concepções começaram a ser formuladas no século XIX onde as elites políticas passaram a se preocupar com os contornos de uma “brasilidade”, tendo a seu favor o uso da língua portuguesa e da religião católica como mecanismos a serem agregados a uma unidade nacional (ARAÚJO, 2000, p.101, 102).

O século XIX foi o período das grandes transformações no processo de modernização e construção do Estado brasileiro. Minas Gerais exerceu uma importante função política e econômica na construção desse novo Estado. Os eventos e mudanças políticas e sociais eram geralmente motivos para comemorações, já que, segundo Chamon, esse foi um período de grande efervescência e experimentações. Com a instalação da dinastia de Bragança nos trópicos, mais do que uma diligente transformação na vivência e nos ideais de progresso, criou-se no imaginário da população novos valores e identidades sociais.

As festas faziam parte da vida da comunidade e havia, portanto, um tradicional e repleto calendário festivo<sup>3</sup> que compunha o cotidiano da população mineira. Estavam sempre atreladas, de maneira direta ou não, ao poder do Estado e da Igreja, que as estabeleciam como “concessão” ou permissão social (PRIORE, 1994, p. 29). Essas festas poderiam ter caráter e motivações diferentes e se manifestavam no “desenrolar do espaço público, nas ruas e praças

<sup>3</sup> Havia um extenso calendário festivo, contendo louvores a Monarquia e a Família Real como casamentos, aniversários, coroações, etc., além destes, eventos cívicos como a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, a instalação de indústrias, o fim de revoltas e sedições, celebrações religiosas da páscoa e pentecostes, e populares como o entrudo, carnaval, batuques, dentre outros (CHAMON, 2002, p.30).

onde todos circulam, lugares que misturam pessoas e atividades diversas, lugares de encontros e de múltiplos usos” (CHAMON, 2002, p.31).

De maneira geral, percebemos que essas festanças não eram nem pretendiam ser apartadas da massa populacional, ao contrário, eram momentos de descontração e alegrias, mas também de um controle “velado” por parte das instituições de poder:

Tanto a Igreja quanto o Estado, ao perceberem que não poderiam suprimir as festas, decidem integrá-las à vida social das populações mediante regras do que seria considerado um bom comportamento. Oferecem, portanto, uma bula sobre a forma de bem utilizar tais celebrações (PRIORE, 1994, p. 91).

Nessa perspectiva, a festa pode ser entendida como uma extensão, um adendo ao cotidiano de uma coletividade que projeta simbolicamente suas visões e representações de mundo. Ao nos depararmos com as composições físicas e lúdicas das festividades, percebemos distintas possibilidades de análises dos discursos internalizados.

Existia uma construção de festa ideal por parte da elite e do governo, que seria “capaz de fazer com que os moradores de suas vilas e arraiais acreditassem e legitimassem uma série de valores e de classificações que eles procuravam impor para a sociedade” (CHAMON, 2002:40). Quando observamos este “impor”, compreendemos sua sutileza no desenrolar do rito festivo e também a partir dos discursos veiculados pelos jornais da época. Os folguedos representavam e difundiam idealizações e simbologias da pátria brasileira, que passou a respaldar e ocupar o centro das atenções de muitas festas naquele momento<sup>4</sup>.

As comemorações festivas eram passíveis de discursos que, de maneira afável, perpassaria as distintas camadas sociais envolvidas ali. Os sentimentos, resignificações, reconstrução dos sentidos e do viver social a partir do uso de símbolos desenvolviam-se em consonância com as especificidades e individualidades própria de cada região. Num sentido amplo, a festa é o dilatar da vida social em que a “produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais” (GUARINELLO, 2001:972) são reorganizadas e/ou constituídas.

A possibilidade encontrada no direcionamento da população para os desígnios e necessidades de cada época por meio dos atos comemorativos se apresentava como uma oportunidade de amplo alcance. A visibilidade dada pela estrutura material e pelas vozes dentro dos periódicos conclamados refletia um convite feito de maneira perspicaz e sedutora:

São, portanto, convidados todos aqueles que amam o progresso da civilização a tomarem parte nos ditos festejos para os quais vão-se armar as

---

<sup>4</sup> Não podemos, porém, nos esquecer de que foram criados vários dispositivos de regulamentação e proibição pelas Câmaras para algumas formas de se brincar e festejar.



ruas de S. José, Direita e Rosário, sendo entretanto para desejar que mais algumas ruas a exemplo d'aquelas se armassem, dando assim aos habitantes das mesmas uma inconcussa prova de adesão às festas civilizadoras. Viva o carnaval! Viva o povo ouro-pretano! (Diário de Minas, Ouro Preto, n. 202, 07/02/ 1874).

É importante lembrar, no entanto, que a perfeita sintonia entre a festa e a idealização das mesmas estava, segundo os estudiosos sobre o assunto, longe se serem reais (BAKHTIN, 1987, p.07). A transformação dos espaços públicos em lugares dotados de sentidos comunitários não coibia a existência de conflitos e confrontos, ao contrário, ela poderia suscitar vários sentimentos e aspirações indesejados (CHAMON, 2002, p.139-169).

### Fontes Impressas

Diário de Minas, Ouro Preto, n. 202, 7 fev.1874.

Leis do Império. Actos do Poder Legislativo, Lei do 1.º de Outubro de 1828.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes – Visconde de São Leopoldo. Programa Histórico: O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéias de illustração, que em diffrentes épocas se manifestaram o nosso continente. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro, 3ª Ed. 1908. p. 61-68.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Editora Nova Fronteira: São Paulo; Fapesp: 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem no império. In: *História da Vida Privada no Brasil* (v.2) São Paulo: CIA das Letras. 1997. P. 10-91.

ALMEIDA, Carla Maria C. *Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. LPH: Revista de História, nº 05, 1995. P.88-111.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de Entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Annablume, FAPEMIG, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Formas de Ler a Aprender com a História do Brasil Joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22 n. 1, p. 85-98, jan/jun, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais*. São Paulo. Ed. Hucitec, 1987.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUFS, 2002.

COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, mai. 2010. P. 5-25.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Veneza, África, babel: leituras republicanas, tradições coloniais e imagens do carnaval carioca. In: KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/EDUSP. 2001.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/EDUSP. 2001.

PRIORE, Mary Del. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A vila em Ricas festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica - 1711-1744*. Belo Horizonte, C/Arte, FACE/FUMEC. 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Viajantes em meio ao Império das festas. In: KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/EDUSP. 2001.

## A condição política pós-moderna: Jean-François Lyotard e a proposta de experimentação pragmática do tempo histórico

Danilo Araújo Marques

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

danilomarques.his@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve análise sobre algumas passagens presentes no livro *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard. Partindo de seu diagnóstico do que seria essa “condição pós-moderna”, acreditamos ser factível entrever uma possível proposta política do autor, que parece sugerir uma atitude pragmática de ação, na qual a performance e a eficiência interessem mais que os propósitos, não mais procurados além daquilo que é oferecido imediatamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-modernidade; política; fim das utopias; presentismo.

**RÉSUMÉ:** L'objectif de ce text est présenter une brève analyse de certaines passages au livre *La Condition postmoderne*, de Jean-François Lyotard. Á partir de son diagnostic de ce qui serait cette «condition postmoderne», nous croyons qu'il est possible d'entrevoir une proposition de politique possible de l'auteur, ce qui semble indiquer une attitude d'action pragmatique où la performance et l'efficiency soit plus interessant que les propositions, lesquelles seraient au-délà de l'expérience immédiate.

**MOTS-CLÉS:** Postmodernité; politique; fin des utopies; presentisme.

Desde o início da chamada “era pós-industrial”, na década de 1950, as transformações tecnológicas têm impactado profundamente a natureza e o estatuto do saber, da ciência e da universidade: eis o ponto de partida para a reflexão proposta em *A condição pós-moderna*, publicado no final década de 1970. De acordo com seu autor, Jean-François Lyotard, a ciência moderna recorreu a certas narrativas ou relatos (*récits*) para se legitimar como saber: dialética do espírito, emancipação do sujeito, crescimento da riqueza etc. No entanto, diante deste quadro, Lyotard oferece uma proposta básica de diagnóstico, qual seja: a de que, nessa “condição pós-moderna”, aquilo que o filósofo moderno elegeu como questão, a problemática do conhecimento, fazendo da filosofia um metadiscurso de legitimação da ciência, mostrou-se ineficaz. Ao se invalidar este enquadramento metafísico da ciência, conceitos caros ao pensamento moderno, como “razão”, “progresso” e “totalidade” entraram em crise, ao passo que a busca de novos enquadramentos teóricos passaram ser instrumentalizados a fim de legitimar a produção científico-tecnológica nessa era pós-industrial: “eficácia”, “desempenho” e “otimização do sistema” são alguns dos novos termos. É enquanto questão

cultural que o pós-moderno se coloca, diz Lyotard: ele se caracteriza, sobretudo, pela incredulidade em relação ao metadiscurso filosófico e suas pretensões universalizantes.

Segundo nosso autor, a ciência era vista como autorreferente e autorrenovadora pelo filósofo moderno. Atividade nobre que tinha como função romper com o “mundo das trevas” e contribuir para o desenvolvimento moral e espiritual do homem. Neste contexto, para Lyotard, duas grandes formas de relato faziam as vezes de legitimação dessa ciência: uma mais política, que via em sua conquista o impulso emancipatório dos povos no caminho do progresso; e outra mais filosófica, para a qual a difusão do conhecimento não se legitimaria por um princípio utilitarista *tout court* de seus benefícios. Não servindo, pois, a algo – e concebido como um metaprincípio filosófico – o saber encontraria sua legitimidade em si mesmo, como saber dos saberes, especulativo.

Por outro lado, o cenário pós-moderno do século XX iria na contramão de qualquer uma dessas concepções do saber científico ou da produção e difusão do conhecimento. Para Lyotard, na sociedade pós-industrial de cultura pós-moderna, a ciência não é mais vista como o horizonte de ação emancipatória da humanidade, a “vida do espírito especulativo” ou qualquer coisa que o valha, mas como um conjunto de mensagens passível de ser traduzido em quantidade de informação (*bits*). Assim, a atividade científica perde a sua aura de práxis investidora na formação do “espírito”, da humanidade, e se impõe como tecnologia intelectual, como valor de troca, submetida ao capital e ao Estado, atuando como uma mercadoria particular: a força de produção. A universidade, enquanto produtora do conhecimento torna-se, por conseguinte, uma instituição importante no cálculo estratégico político dos Estados. Como disse Wilmar do Valle Barbosa no prefácio à edição brasileira do livro: “Se a revolução industrial nos mostrou que sem riqueza não se tem tecnologia ou mesmo ciência, a condição pós-moderna nos vem mostrando que sem saber científico e técnico não se tem riqueza.” (LYOTARD, 1986, p. XI).

É todo este processo que Lyotard denomina “deslegitimação”: a crise dos dispositivos modernos de explicação da ciência, da divulgação do conhecimento. No entanto, para além das crises do dispositivo especulativo do idealismo alemão ou do dispositivo emancipatório iluminista-marxista, a deslegitimação pós-moderna versaria sobre novas linguagens que escapam às determinações teóricas dos dispositivos modernos: com a recuperação das noções de “acaso” ou de “caos”, o que se teria é a crise da concepção central de legitimação na modernidade, isto é, a noção de ordem. Essa crise reabriria, portanto, a discussão em torno de sua ideia oposta, a “desordem”, que mostra a impraticabilidade da submissão de todos os

discursos – os chamados “jogos de linguagem” – à autoridade de um metadiscorso universal, que se pretende a síntese do significante.

Neste contexto de deslegitimação pós-moderna, outro dispositivo de legitimação se impõe: a administração da prova, como parte da argumentação que procura obter o consentimento dos destinatários da mensagem científica, cede lugar a um novo “jogo de linguagem”, onde o que se coloca em questão não é mais a verdade, mas o desempenho. Como contraponto, este dispositivo prioriza a questão do erro: o que importa a partir de então não é afirmar a verdade, mas localizar o erro no sentido de aumentar a eficácia. Não existe mais uma metalingua universal, o projeto do sistema-sujeito fracassou, o da emancipação nada tem a ver com o conhecimento. Para Lyotard, isso faz com que a sociedade mergulhe em um positivismo de conhecimentos particulares, na medida em que as pesquisas fragmentam-se e passam a se legitimar pelo desempenho. À filosofia restou romper com as funções humanista ou especulativa de legitimação e se reduzir ao estudo das lógicas ou das histórias das ideias. Sabe-se, agora, que a legitimação não pode vir de outro lugar senão da prática da linguagem e de sua interação comunicacional. A nostalgia do relato perdido desapareceu. “Face a qualquer outra crença”, afirma Lyotard, “a ciência que ironiza (*sourit dans sa barbe*) ensinou a dura sobriedade do realismo.” (LYOTARD, 1986, p.74)

Ora, se nos voltarmos por um momento para a crítica que Herbert Marcuse faz ao produto ideológico que surge nas chamadas “sociedades industriais” tecnologicamente desenvolvidas – da mesma década de 1950 –, lembraremos que um dos pontos analisados é justamente a emergência de um “empirismo neopositivista” como característica marcante do que ele denomina “comportamento unidimensional”. Escrevendo cerca de dez anos antes de Lyotard, em *Ideologia da sociedade industrial*, Marcuse diagnostica a emergência de uma ética dominada pela não-contradição e não-transcendência no universo estabelecido da locução e do comportamento, o que, por sua vez, implicaria em uma ruptura com a dialética ontológica, a lógica da contradição e a bidimensionalidade históricas. É nesse *medium* social que, na forma de um “empirismo total”, o pensamento filosófico transmuta-se em um pensamento afirmativo, no qual “a crítica filosófica critica dentro da estrutura social e estigmatiza noções não-positivas como mera especulação, sonhos ou fantasias.” (MARCUSE, 1967, p.165) De acordo com ele, Marcuse:

O pensamento (ou pelo menos sua expressão) é não apenas enfiado na camisa-de-força do uso comum, mas também incitado a não pedir e a não buscar soluções além das já existentes. “Os problemas não são resolvidos pelo fornecimento de informação nova, mas pela rearrumação do que sempre

soubemos”. [...] A pobreza auto-estilizada da Filosofia, comprometida, em todos os seus conceitos, com o estado de coisas em questão, suspeita das possibilidades de uma nova experiência. (MARCUSE, 1967, p.169)

Nessa conjuntura de comportamento unidimensional, em que a descrição toma o lugar da explicação – em detrimento de qualquer consideração hipotética –, “a pobreza auto-estilizada da Filosofia” de que fala Marcuse diz respeito a um pensamento filosófico que, em detrimento de qualquer experiência abstrata, pretende se legitimar como empírico – ou realista, como diria Lyotard – voltando-se para a prática da linguagem e sua interação comunicacional. “Todo um ramo da Filosofia analítica”, por exemplo, diz Marcuse,

está empenhado nessa empresa, mas o método exclui de imediato os conceitos de uma análise política, isto é, crítica. A tradução operacional ou behaviorista assimila termos como “liberdade”, “governo”, “Inglaterra” com “vassoura” e “abacaxi”, e a realidade daqueles com a destes. (MARCUSE, 1967, p.172)

Portanto, nessas “sociedades industriais” de tecnologia avançada, o “comportamento unidimensional” é posto “diante de um *a priori* empírico que não pode ser transcendido”. Dessa forma, “o mundo experimentado [mostra-se como] o resultado de uma experiência restrita”, na qual “o neopositivismo não está preocupado com a ambiguidade e a obscuridade grandes e gerais” – as quais, de acordo com o filósofo, seriam próprias do universo realmente estabelecido da experiência (MARCUSE, 1967, p.173).

Voltando ao estudo d’A *condição pós-moderna*, pode-se afirmar, portanto, que é a respeito deste emergente *ethos* empírico-realista da sociedade pós-industrial – para ficar com o conceito proposto pelos estudos de Alain Touraine e Daniel Bell – que Wilmar Barbosa chama nossa atenção para o fato de que uma observação fundamental aparece implícita no texto de Lyotard, qual seja, a de que o contexto pós-moderno tende a eliminar as diferenças epistemológicas entre procedimentos científicos e políticos (TOURAINÉ, 1969; BELL, 1977). O autor do prefácio à edição brasileira do livro de Lyotard, pontua, com perspicácia, que, diante dessa observação, a epistemologia baconiana é retomada pelo contexto pós-moderno e, em uma via não-cartesiana, parte do pressuposto de que “verdade” e “poder” são indissociáveis. Assim como dizia Francis Bacon, também de acordo com o dispositivo pós-moderno “conhecimento é poder”. Contudo, enquanto aquele filósofo inglês – um dos expoentes da modernidade – vislumbrava neste postulado uma possibilidade emancipatória, de transcendência crítica da experiência vivida em um novo mundo livre de “ídolos”, de acordo com Barbosa,

A problemática do ‘novo mundo’ não parece seduzir o filósofo pós-moderno, avesso [...] aos metadiscursos de emancipação. Preocupado com o presente e com o reforço do critério de desempenho [...], ele parece ter abandonado os caminhos da utopia, esse modo de encantar o mundo que anima as lições de Bacon e de outros modernos. [...] Para isso, é necessário que o conhecimento (inclusive a filosofia) esteja mais perto do concreto, do presente, cooperando com as forças do acontecimento, decodificando e dando coerência aos detalhes da cotidianidade. (LYOTARD, 1986, p.XIII)

Diante deste cenário – em que o recurso aos grandes relatos está excluído e onde, no limite, o princípio do consenso também parece insuficiente como critério de validação – Lyotard propõe um dispositivo de legitimação que logre ir além do simples critério do desempenho. Observado como um comportamento comum da pragmática científica, Lyotard acaba por sugerir à pragmática social o critério da paralogia: “um poder que desestabilize as capacidades de explicar e que se manifeste pela regulamentação de novas normas de inteligência [...], pela proposição de novas regras para o jogo de linguagem”<sup>5</sup> (LYOTARD, 1986, p.112). Para Lyotard, em uma sociedade que se legitima por este critério da paralogia a crença na humanidade como sujeito coletivo universal, que procura sua emancipação comum, desaparece e cede lugar ao caráter local do consenso para as regras que definem cada jogo de linguagem, abrindo espaço, dessa forma, para as multiplicidades do que ele chama de “metaargumentações” limitadas no espaço-tempo (LYOTARD, 1986, p.119).

Segundo David Harvey, em uma obra quase homônima a que aqui se analisa, intitulada *Condição pós-moderna*, o critério da paralogia proposto por Lyotard define uma postura claramente política (para não dizer politicamente radical em certo sentido): a defesa do pluralismo e da problemática da alteridade, a ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com os códigos que lhes são próprios, e de ter essa voz aceita como autêntica e legítima. Algo como a concepção foucaultiana de “heterotopia”: a coexistência de espaços geralmente incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros (FOUCAULT, 2001).

No entanto, de acordo com o geógrafo, aceitar essa “atomização do social em redes flexíveis de jogos de linguagem” traz o grave problema – não menos político – da comunicação. Diante de um quadro social fragmentário, que tem como critério de legitimação a paralogia, como aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna, segundo Harvey,

---

<sup>5</sup> Tentando explicar em termos estritamente kuhnianos, o critério da paralogia seria algo aproximado de uma pragmática científica legitimada não pela estabilidade da “ciência normal”, mas pelo constante advento diversificante da “ciência revolucionária”, o “antimodelo do sistema estável” para Lyotard. (LYOTARD, 1986; KUHN, 2006)

é a de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas e ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo (do tipo de Dewey) se torna então a única filosofia de ação possível. [...] A ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa e seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados, mesmo quando coerentes com eles. (HARVEY, 2012, p. 55-56)

Contudo, para além da crítica à ação política pós-moderna pautada pelo pragmatismo, neste cenário paralógico de fragmentação e instabilidade da linguagem, segundo Harvey – retomando Fredric Jameson – a condição da personalidade humana que se esboça é o da esquizofrenia. A incapacidade linguística de unificar passado, presente e futuro faz com que o mesmo aconteça nas próprias experiências biográfica e psíquica: a experiência se reduz a uma série de presentes puros e não relacionados no tempo (JAMESON, 1984). Esse descentramento do indivíduo impede-o de se dedicar a projetos que se estendem temporalmente ou na produção de um futuro melhor que o presente e o passado. Para Harvey,

o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive linguísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente, para não falar de conceber estratégias para produzir, algum futuro radicalmente diferente. (HARVEY, 2012, p.57)

É neste sentido, portanto, que entendemos tanto o diagnóstico, quanto a proposta de Lyotard para a dita “sociedade pós industrial, cultura pós-moderna” como profundamente marcados por um senso político de ação pragmática. Apropriando-nos da crítica esboçada por Marcuse à ideologia da chamada “sociedade industrial”, o critério da paralogia – a despeito de se colocar como uma alternativa para além do critério do desempenho – parece, ainda, não lograr uma “transcendência do universo estabelecido”, suspeitando, para continuar nas palavras do filósofo alemão, “das possibilidades de uma nova experiência” (MARCUSE, 1967, p.169).

Diante deste quadro analítico, percebemos que as utopias políticas das ditas “metanarrativas modernas” – que vislumbravam aquilo que Reinhart Koselleck qualificou como um “horizonte de expectativas” aberto e necessariamente distinto da ordem presente – parecem dar lugar, na “condição pós-moderna”, a uma experiência do tempo histórico profundamente marcada por aquilo que François Hartog chamou de “regime de historicidade presentista”, onde é possível perceber a proposta de uma ação política que tende a ser



concebida dentro dos limites de domínios isolados no espaço e no tempo (HARTOG, 2013). Tal como afirmou o historiador francês em uma entrevista cedida à revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, *Temporalidades*, “Na verdade, [há trinta ou quarenta anos] estamos começando a trilhar um caminho: o conceito moderno de história (futurocentrado) tem perdido eficácia para dar sentido a um mundo que [...] é inteiramente absorvido no único presente cabível [...]” (MARQUES, SOUZA, RODRIGUES, 2013, p.15). É, portanto, no sentido de uma espécie de pedagogia de uma *práxis* limitada pelas fronteiras deste “único presente cabível” que entendemos o texto de Lyotard como uma proposta pragmática de experimentação do tempo histórico nesta chamada “pós-modernidade”, a “Idade da Emergência” que já traz em si seu próprio horizonte de expectativas e é tão cara a este *Novo tempo do mundo*, como nos diria o filósofo Paulo Arantes (ARANTES, 2014).

### Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

FOUCAULT, Michel. “Des autres espaces” [conference au Cercle d’Études Architecturales, 14 de março de 1967], *Architecture, mouvement, continuité*, n.5, p. 46-49, outubro de 1984. Apud *Dits et Écrits*. vol. 2 (1976-1988). Paris: Gallimard, 2001.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

JAMESON, Fredric. Postmodernism, or the cultural logic of the late capitalism. *New Left Review*, n.146, p. 53-92, 1984.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARQUES, Danilo Araújo; SOUZA, Débora Cazelato; RODRIGUES, Deise Simões. Entrevista com o Prof. Dr. François Hartog. In: *Temporalidades*, Belo Horizonte, vol. 5, n. 2, p.10-15, Mai./Ago. 2013.

TOURAINE, Alain. *La société post-industrielle*. Paris: Denoël, 1969.

## A décima terceira lição sobre a história: apontamentos sobre uso de fontes bibliográficas<sup>6</sup>

**Felismina Dalva Teixeira Silva**  
Doutoranda em Educação  
Universidade Federal de Uberlândia  
felis.dalva@gmail.com

**RESUMO:** O presente texto é resultado de apontamentos de aula na disciplina Hermenêutica e História e tem como objetivo pensar sobre a escrita da história. A principal conclusão apresentada nessa pesquisa bibliográfica é que há uma outra possibilidade de se escrever história, diferente da proposta dos cânones da tradição; possível de ser realizada pela via da estética. Os conceitos são os propostos pela hermenêutica a partir da obra de Schleiermacher no século XIX; Hans Gadamer e a contribuição da estética conforme proposto por Kant.

**PALAVRAS CHAVE.** Hermenêutica; Escrita da História; Estética.

**ABSTRACT:** This paper analyzes appointments from class in the history and hermeneutic discipline. The principle purpose is to analyze about hermeneutic and history to think about history writer. The main conclusion in this research bibliography is that there is another way to write history stay away from canons of tradition, possible to do for the esthetic. To discussion are studied conceits from hermeneutic and from Schleiermacher works in XIXth century; in comparison with Gadamer and the contribution form Kant esthetic.

**KEY WORDS:** Hermeneutic; Writer History; Esthetic.

### Introdução

Um historiador luta com a escrita das palavras. Um neófito tem o desafio de lidar com a linguagem para responder quais os procedimentos no estudo e interpretação das fontes e como essa tarefa efetiva na construção do texto historiográfico. Uma demanda é não permitir que método e conteúdo sejam separados. Essa prática, ou o resultado dela é que valida o conhecimento em história: o discurso escrito.

Os atos heroicos dos gregos foram considerados dignos de serem contados. Da mesma maneira a vida dos reis e dos santos nos anais e crônicas escritas nos mosteiros. Os príncipes dos séculos XIV e XV sustentavam cronistas para que louvassem seus feitos. Os relatórios diplomáticos sobre os acontecimentos das cortes e os humores do rei tinham objetivo de perenidade. A escrita da história pertence a um circuito de comunicação operando dentro de padrões consistentes, sedimentados.

---

<sup>6</sup> Texto elaborado a partir de notas de aula na disciplina Hermenêutica e História, Professor Dr. André F. Voigt. Programa de Pós Graduação/Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia. 2003. As reflexões do presente texto são de inteira responsabilidade da autora

Mesmo com a chamada “virada” da história; parcial evidentemente, uma vez que a questão visceral, o método, *não virou* junto com as demais questões, a tarefa do historiador é revelar esses circuitos ao pesquisar as fontes e imitar historiadores experientes. Antoine Prost no livro *Doze lições sobre a história* afirma textualmente:

a solidez do texto histórico, ou seja, sua *admissibilidade científica*, dependerá do esmero que tiver sido aplicado na construção dos fatos; portanto, o aprendizado do ofício incide, simultaneamente, sobre o método crítico, o conhecimento das fontes e a prática do questionamento. É necessário aprender, simultaneamente, a tomar notas corretamente, a *ler corretamente um texto* sem se equivocar sobre seu sentido, suas intenções e seu alcance, além de formular questões pertinentes. (PROST, :73. sem grifo no original).

A citação de Prost não deixa dúvidas sobre as questões práticas da produção do texto histórico, muito menos sobre a intencionalidade de um historiador. Apesar de o ofício ser considerado como um trabalho no âmbito da oficina, o próprio autor demonstra receio das críticas dos pares ao propor a escrita de um manual fechado em doze lições. O argumento com o qual se protege é afirmar que se trata de um manual para iniciantes. O autor apresenta, em doze lições, orientações práticas sobre a profissão e conclui com a discussão sobre a função social da história.

Porém, toda a possibilidade da prática historiográfica se resume em doze lições? Para ser admitido na comunidade de historiadores é necessário esmerar em repetir os moldes propostos pela tradição? Há um modelo de leitura correto de um texto, de um documento ou artefato? Quem julga e define os sentidos possíveis na escrita da história? Qual o significado de não se equivocar ao interpretar o sentido de uma fonte bibliográfica? A hermenêutica pode contribuir para essa discussão? Há mais alguma lição não contemplada pelo autor e que deve fundamentar a escrita historiográfica?

O presente texto apresenta reflexões sobre o estudo das fontes bibliográficas em história com foco nas demandas da construção do texto escrito. A hipótese subsumida é que diferente da proposta da escrita fundamentada na retórica é possível uma análise e escrita com base numa poética não subjugada às regras dessa mesma retórica.

### **Uma história escrita sob regras**

A palavra *ofício* associada à produção do conhecimento em história demonstra uma tensão entre método de abordagem e de procedimento. Muitos que exercem esse ofício escrevem e pensam sobre ele, afirmam que existem questões objetivas que mobilizam os historiadores; enquanto outras, ficam a cargo dos filósofos (Prost, 2008, p.7). Uma questão é

de ordem epistemológica, que se refere ao estatuto de cientificidade da história e outra de caráter prático, sobre os procedimentos que validam o conhecimento historiográfico. Na primeira estão imbricadas fortemente as demais e todos os desdobramentos dessa questão por se referir ao método de abordagem da pesquisa em história.

A partir de Platão (séculos IV e III A.C) um novo tipo de conhecimento começa tomar forma, diferente do conhecimento venatório e divinatório. (GINZBURG, 2003, p.80). Nos tempos imemoriais, conhecimento era fruto de experiência pessoal intensa, o livre jogo da imaginação, tendo na arte sua maior expressão. A partir das ideias de Platão (427-347 a.C.), filósofo da linguagem e da fala, a realidade passou a ser entendida como mundo de ideias. A partir dessa compreensão, até os deuses do Olimpo foram presos pelo *logos*. Aristóteles, (384-322 A.C) reforçou essa perspectiva com a lógica formal aristotélica e a lógica material. Esses paradigmas se tornaram o modelo ocidental para se pensar a realidade; um “poderoso instrumento da abstração” (GINZBURG, 2003, p.167) que tem sido referência para valorizar determinados tipos de conhecimento até os dias de hoje.

O primeiro a sistematizar a relação da linguagem com a exteriorização do pensamento foi Aristóteles na obra sobre a Poética e a Retórica. A retórica aristotélica é uma proposta de regras de linguagem seguras para explicitar a relação pensamento e linguagem. As palavras escritas são signos das palavras faladas transmissoras de uma comunidade moral de sentido, racional, que se tornou hegemônica enquanto discurso. A realidade é explicada apoiando-se na razão crítica e na lógica material; o caminho correto para o conhecimento verdadeiro. As figuras de linguagem, se bem utilizadas, criam alegorias capazes de representar os valores de uma comunidade.

Aristóteles estabelece a demarcação entre o que é Poesia e qual o papel do poeta; o que é história e a função do historiador. Segundo ele “não é papel do poeta narrar o que aconteceu”. (Livro IX, p. 249); “não diferem o historiador e o poeta por escreverem em verso ou prosa (...), diferem sim, em que diz um as coisas que sucedera, e outro as que poderiam suceder”. Segundo o filósofo, “a poesia é algo mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular”. (Livro IX, p.249).

Utilizando os recursos da própria retórica, Aristóteles estabelece uma cesura entre história e arte. A partir dessa divisão entre arte e vida são estabelecidas normas para o exercício do ofício de historiador e um modelo retórico de escrita. Essa prática poderia ser analisada a partir da epistemologia. No entanto tal reflexão sempre foi uma tradição frágil e ameaçada; considerada por historiadores reflexão inútil; tarefa de filósofos (Aron, Ricoeur),

uma tentação a ser afastada definitivamente. Mesmo historiadores da primeira geração de *Annales* recusaram refletir sobre a epistemologia, considerada “uma insuportável vaidade”. (PROST, 2008, p.7-9).

Entretanto, muito mais do que crítica sobre a abordagem, trata-se de embates entre campos de força; a manutenção do controle do discurso dominante sobre o que é história. Pensar a epistemologia poderia revelar quão frágeis são as estruturas duramente construídas, a partir da *Escola dos Annales*, para demarcar as fronteiras sobre o conhecimento em história. Essas demarcações constantemente ameaçadas por outras ciências, sempre exigiram um esforço hercúleo para que permanecessem firmes. É certo, porém, que nenhum historiador pode fugir do confronto entre a prática e a reflexão; a tensão decorrente da necessidade de se pensar os aspectos metacognitivos do seu ofício.

Ao fazer uso das regras da retórica aristotélica, (reforçada e burilada por Cícero e Quintiliano), o historiador torna-se dependente dos fatores externos da comunidade. Essa asserção mostra que é um sujeito heterônomo por conformar-se ao modelo da tradição. Ele atinge a autonomia no momento em que há a congruência da apreensão dos valores desse grupo. Os valores são introjetados e ao escrever para uma comunidade moral de sentido que valida esse discurso essa produção será aceita como historiografia. A escrita fica submetida à retórica baseada no contexto de autoridade e comunidade que dita normas e valores. Pensar em fontes é pensar na necessidade de escrutinar os textos que se creem herméticos para depurá-los e apreender a verdade sobre o momento histórico que representam.

### **A história necessita da hermenêutica?**

Uma das características atribuídas ao discurso histórico é exatamente o fato de analisar os fenômenos linguísticos quanto à sua evolução no tempo. Figura da mitologia grega o deus Hermes tinha a missão de entregar as mensagens dos deuses sendo necessário utilizar um método racional de interpretação. Ele detinha a verdade ou a falsidade da mensagem surgida da necessidade de iluminar uma profecia recebida. Surge uma hermenêutica ligada à interpretação dos textos sagrados e, mais tarde, tendo o uso disseminado nos textos profanos. A hermenêutica, arte da compreensão, refere-se à análise correta do texto para encontrar explicações coerentes sobre uma realidade. Essa tarefa inclui também a reflexão sobre a escrita; trata-se de uma via de mão dupla.

Lutero (1483-1546) é considerado um dos mais importantes hermeneutas ao defender a interpretação da Bíblia como não sendo exclusividade da igreja. A preocupação de Lutero

era a hermenêutica do sagrado;porém, é possível inferir que tenha se inspirado no método de Lorenzo Valla (1406-1457) no estudo do texto Doação de Constantino.Em 1618 é publicado o *De Re Diplomatica* de Mabillon (1632-1707); ambos considerados marcos na análise de documentos utilizando a filologia.A partir do século XIX, a teoria hermenêutica ressurgiu com os trabalhos de Schleiermacher,(1768-1833); Dilthey,(1833-1911); Heidegger, (1889-1976); Gadamer,(1900-2002).

Schleiermacher (2005), percebe a relação entre o autor, o texto e a cultura da época do autor estudado e foi denominada círculo hermenêutico.Os níveis apresentados pelo autor são: o histórico; o gramatical e o espiritual. O histórico significa analisar se o texto é autêntico, comparado a outros textos do período, a hermenêutica da letra. O nível gramatical permite analisar o significado das palavras no texto, a hermenêutica do sentido.(psicológica/técnica). O último é o espiritual que possibilita a apreensão do sentido literal.

Uma contribuição importante de Schleiermacher foi ter desenvolvido uma sistematização da arte de compreender, importante para a história. A prática usual no período era apenas agregar observações aos textos utilizando os *commonbookplaces*. Essa atividade possibilitava apenas uma compreensão fragmentada da mensagem. Schleiermacher defendeu que a dificuldade de compreensão e o mal-entendido não são levados em conta só em momentos ocasionais; trata-se de momentos integradores que se procura eliminar de antemão. A prática da interpretação hermenêutica é elevada à categoria de um método, na medida em que defende buscar a compreensão como algo que depende do *querer* de um pesquisador e deve ser procurada em cada ponto.

Schleiermacher não explicita a gênese do ato de escrever. Porém, é possível inferir as estratégias de um autor quando se aplica a hermenêutica. Para análise de fontes em história, a hermenêutica apresenta a operacionalização do método de forma clara. Se concordantes com Schleiermacher, analisar o psicológico do autor possibilita ao historiador analisar a memória pessoal do autor; a idade, as leituras e experiências diversas vividas por ele; sua vida cotidiana. Segundo o autor “conhecer a vida interior do autor”, “ver condensado no momento do discurso aquilo do passado e do futuro”. (SCHLEIERMACHER, 2005, p.118).

Um leitor hermeneuta atenta para a posição social que o autor ocupa no mundo e as implicações desse lugar de onde escreve. Essas informações oferecem pistas sobre o pensamento que esses sujeitos tinham a partir da linguagem que se apresenta no texto.Os elementos da escrita que serão utilizados, o uso de termos específicos, o vocabulário, as metáforas; enfim, nos recursos de tessitura selecionados pelo escritor para composição da

artesanias do texto. Esses elementos são alegorias que o escritor utiliza para estabelecer conexões com as verdades transmitidas pela tradição e se encontram presentes no seu momento social, político, enfim a vida da comunidade daquele autor.

Schleiermacher propõe regras gerais para a interpretação que apresentam semelhanças com os cuidados dos historiadores no estudo de textos como fontes. Práxis rigorosa: “a compreensão precisa ser querida[desejada] e buscada sob todos os aspectos”; compreender o discurso primeiramente tão bem e depois, melhor do que seu autor” para que possa “trazer à consciência o que lhe pode permanecer inconsciente”. (SCHLEIERMACHER, 2005, p.113-115). Toda a figura de linguagem para um hermenêuta é o resultado de um ato de linguagem que é a expressão de um pensamento. Essa asserção reduz a obra à vida do autor. Documento histórico é o fruto do pensamento e dos atos dos homens do passado. Ao utilizar essa prática no estudo de fontes bibliográficas, um historiador atualiza e reafirma os valores morais presentes nesses atos.

Os estudos hermenêuticos avançaram com a contribuição de Gadamer, (1900-2002). Hans-Gadamer faz a defesa do resgate dos preconceitos e busca reabilitar a autoridade e a tradição. Para fazer história, um conhecimento objetivo sobre o homem, torna-se necessário resgatar a autoridade fundada na tradição e o método possível é a hermenêutica. Esse resgate passa evidentemente, pela atualidade da ética aristotélica, fundada no conhecimento do justo e injusto, transmitidos pela comunidade. A sabedoria para apreender a verdade parte da compreensão desses valores, resultante da capacidade de julgamento. Saber julgar é conhecer a tradição.

Essa asserção adotada por Gadamer resgata a aproximação da atividade do historiador com o juiz (*histor* em grego) e o filólogo, atividade que permite conhecer o sentido das palavras nas fontes. Para entender a hermenêutica como procedimento universal há necessidade do uso da retórica; pela via das suas regras, partilhadas por todos, haverá compreensão do discurso.

### **Escrever história e as fontes bibliográficas: um problema de julgamento e autoridade.**

Utilizar fontes bibliográficas na escrita da história é um problema de julgamento e de autoridade. O julgamento de uma fonte é o processo no qual se baseia a percepção, impregnada dos valores que um historiador carrega. A percepção é eminentemente julgadora e o resultado propõe ser o conhecimento. Ela envolve interpretação e isso significa que não é íntegra e consistente; tem como base o senso comum transmitido. Nestes termos é importante

observar que quando se fala em percepção fala-se em termos de seletividade. Para um pesquisador a avaliação é o pré-requisito óbvio da percepção.

Ao mesmo tempo, o julgamento sempre envolve rejeição. Ao abordar uma fonte o historiador pode não enfatizar aspectos positivos do que é julgado. O que foi percebido é rejeitado ou julgado, ou julgado e considerado insuficiente. Ele está unido por normas comuns, então rejeita ou considera insuficiente determinada informação. Quando faz um julgamento contrário a algum fato o efeito é aquele fato ser excluído da condição de fato histórico.

Essa questão está implícita em todos os recortes de um historiador; seja uma batalha, um político, uma instituição. Esse aspecto não pode ser evitado em nenhum tipo de julgamento porque nele está implícito acreditar que “a realidade é dele” para que selecione dessa mesma realidade o que quiser.

A análise histórica mostra que esta capacidade de julgar é profundamente apreciada na profissão. Por que um historiador julga? Há uma única causa do julgamento: o problema da autoridade. A autoridade é advinda da aceitação da tradição humanística retórica. A autoridade é realmente uma questão de autoria, conferida por um grupo de pessoas que se afirmam historiadores com o acordo de seus colegas e público. (PROST, 2008, p.33). Quando o historiador tem um problema de autoridade, é porque acredita que é o autor da realidade que *criou*. Ao perceber que os outros estão ameaçando os valores que defende, então luta pela autoria.

O desdobramento da questão da autoridade é a autoria. Estando certo que é capaz de autoria, o historiador acredita que produz a verdade. Quem vence a disputa em torno da autoria decidirá quais serão os sujeitos protagonistas da história.

### **A décima terceira lição sobre a História**

O surgimento dos estudos sobre a estética no século XIX lança novas luzes sobre a questão da produção do conhecimento.

A estética proposta por Hegel (2001:88) entende que a arte e a natureza são coisas separadas. O autor não submete a estética à linguagem (conforme Aristóteles). A síntese arte e natureza se dá entre o sensível e o pensável. Hegel considera que a compreensão da arte implica sempre uma mediação histórica. Esta é uma tarefa a ser exercida pela hermenêutica.



O motor que motiva a hermenêutica é a consciência de uma perda, uma alienação diante de tradição. (GADAMER,2002, p.232). Para Hegel a essência do espírito histórico é a integração do passado na vida atual (GADAMER,2002, p.236) integrando a cultura grega e o exemplo dos seus heróis fortes e vencedores.

Diferente de Hegel, a proposta de Kant, foi um divisor de águas na questão. Para Kant estética é o confronto não consensual entre imaginação e entendimento. Kant utiliza o conceito transcendental para justificar o juízo estético. Com essa asserção ele demarcou a autonomia da consciência estética, derivando a legitimação da consciência histórica. (GADAMER,2002, p.82) Na tradição retórica humanista o juízo está atrelado a capacidade de julgar, a partir da autoridade dada pela comunidade.(GADAMER,2002, p.82).Kant inverteu a relação proposta pela retórica ao considerar a autonomia resultante do esclarecimento como o fundamento para a vida em comunidade. Segundo esse autor, a partir da comunidade de dissenso, fundada no juízo de gosto, estético, e pelo livre jogo, funda-se uma nova comunidade possível de existir na heteronomia; seu fundamento é o *aufklärung*.

Diferente da escrita fundamentada na retórica é possível uma escrita com base na poética. Mas não a poesia aristotélica que determina regras seguras para a arte. A escrita da história que se propõe a partir dos conceitos kantianos sobre estética é pensar junto com Rancière:

o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e uma disjunção essenciais. Escrever história então, é um ato que, aparentemente,é um ato que não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga: desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade: dessa comunidade com sua própria alma”. (RANCIÈRE,1995:7)

Rancière defende que o ato da escrita é político; é a partilha do sensível. (RANCIÈRE.1995, p.7).Ao mesmo tempo a escrita é *muda e falante demais*. Ao se pensar em fontes em história, a letra *morta* dos textos e documentos escritos, dos relatórios dos embaixadores, das cartas e poesias dos anônimos vai rolar de um lado para outro sem saber a quem se destina a quem deve ou não falar. Qualquer um pode então apoderar-se dessas fontes, dar a elas uma voz; construir outra cena de fala? O historiador no seu papel de juiz, enuncia a verdade sobre a história; apropria da voz dos mortos, seja ele um moleiro, o mar, o rei; ele fala no lugar desses sujeitos.Acompanha, através dos enunciados que constrói sobre os acontecimentos, os fatos, as fontes e busca atualizar os valores perpetuados pela tradição, seu ponto de destino.

Quando a escrita emerge das minorias; deles e sobre eles; as mulheres, os homossexuais, os negros, índios; muitos lamentam a devastação realizada pela letra muda/falante, por isso desclassificam homens e mulheres vistos como sem importância; vistos como incapazes de exercerem sua autonomia, despojados da posse da palavra. Apesar desses juízes, os aliados utilizam a palavra e fazem dela as armas com as quais fazem a revolução, mesmo sem ter nada a ver com a política.(tema tratado por Rancière na obra *La nuit des proletaires*). Marcam sua presença na história.

Subvertendo esse discurso do *logos* de quem manda, a escrita circula incontestante, ilegítima, contra a ordem da comunidade que se coloca no papel de legitimá-la, que quer discipliná-la, que à moda aristotélica, gostaria de atribuir a cada palavra a coisa exata que ela representa ou a ideia de que ela é signo e dizer quem *tem topoi* para ser objeto da história. De acordo com Rancière, o historiador tem uma função: *corrigir o mal da escrita da história*, com uma outra escrita. Em vez de um puro trajeto do *logos* que não desvia nem para a direita nem para a esquerda, estabelecida pelos metódicos ou pela nova história, pode ser urdida na própria textura e tessitura das coisas; na artesanaria da *vida-verdade* de cada sujeito.

### Considerações finais

A escrita que se propõe para a história é aquela que atravessa os gêneros do discurso; o de uma escrita menos que escrita, puro trajeto de sentido quase-imaterial, do sentido sem instrumentos de escrita, harmonizado com o ritmo vital da comunidade sã. (RANCIÈRE, 1995, p. 11).

O estudo das fontes bibliográficas em história deve ter como meta reivindicar o princípio de “igualdade em dar a qualquer vida obscura o brilho do Único”; o advento aleatório do anônimo (RANCIÈRE, 1995, p.15). Cada um dos anônimos tem a possibilidade de estabelecer seu próprio juízo, tem a possibilidade da palavra, pode jogar o livre jogo da imaginação e assim estabelecer uma outra comunidade de sentido; uma vida plena de vida vivida na fruição do instante. Comunicar essa vida como a respiração imediata do verdadeiro é a função do historiador. A décima terceira lição sobre a história.

### Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. Disponível em: [www.facebook.com/hermenêutica\\_e\\_historia](http://www.facebook.com/hermenêutica_e_historia). Acesso em: set.2013.

\_\_\_\_\_. *Poética*. Disponível em: [www.facebook.com/hermenêutica\\_e\\_historia](http://www.facebook.com/hermenêutica_e_historia). Acesso em: set.2013.

GADAMER, Hans –Georg. *Verdade e método I*. Petrópolis: Vozes,2002.

\_\_\_\_\_. *Verdade e método II*. Petrópolis: Vozes,2002.

GINZBURG,Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras,2003.

HEIDEGGER, Martin. *Sôbre o humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1967.p.23-100.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica,2008.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*.São Paulo: EDUC,1994.

\_\_\_\_\_. *La nuit des prolétaires*. Paris:Sayard,1981.

\_\_\_\_\_. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed 34,1995.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. Introdução. In: *Hermenêutica e crítica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, V.1. (Coleção filosofia), p.91-121.

SILVA, Felismina D.T. *Hermenêutica e História*. Uberlândia, Instituto de História, 2013. (Apontamentos de aula).

VOIGT, André F. *Aulas proferidas na disciplina Hermenêutica e História*. Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2013.

## As articulações possíveis entre os conceitos “sujeito” e “tempo” na história da história

Fernanda Schiavo Nogueira<sup>7</sup>

Doutoranda

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

[fernandaschiavonogueira@gmail.com](mailto:fernandaschiavonogueira@gmail.com)

**RESUMO:** Na presente comunicação, pretendemos discutir como três modalidades da historiografia (moderna, estruturalista e pós-estruturalista) intermediam o diálogo entre durações temporais consideradas centrais na história-conhecimento, “passado”, “presente” e “futuro”, dependendo de quais são as características peculiares apresentadas pelos sujeitos retratados como protagonistas nos discursos sobre as experiências vividas pelo homem, ao longo do tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** historiografia contemporânea; consciência histórica ocidental; sujeito histórico; tempo histórico.

**RESUMEN:** En esta comunicación, tenemos la intención de discutir la manera en que tres modalidades de la historiografía (moderna, estructuralista y post-estructuralista) median el diálogo entre duraciones temporales que son centrales en la historia-conocimiento, “passado”, “presente” y “futuro”, dependiendo de los rasgos peculiares que se presentan los sujetos retratados como protagonistas en los discursos acerca de las experiencias del hombre a lo largo del tiempo.

**PALABRAS CLAVE:** historiografía contemporânea; consciência histórica ocidental; sujeito histórico; tiempo histórico.

A historiografia moderna, de influência iluminista, apresentava como finalidade a construção de meta-narrativas, centradas no sujeito universal, livre e autoconsciente, considerado como ontologia soberana – o “ser para si”. O epicentro de todos os fenômenos da vida social desencadeados, ao longo do tempo, era ocupado por uma subjetividade abstrata, o “sujeito singular-coletivo”, ou seja, a humanidade em busca da liberdade, a concretização do ideal da totalização de si. Na visão de Hegel, a tomada de consciência representava um valor absoluto, capaz de ser objetivamente atingido: pelo uso da Razão, o “eu” alcançava maior integração consigo, à proporção em que adquirisse cada vez mais autoconhecimento. Segundo o autor, se a Razão constituísse a principal referência norteadora das condutas praticadas

---

<sup>7</sup>A presente comunicação faz parte do artigo apresentado como trabalho final da disciplina cursada na Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a saber: **História da historiografia: da abordagem estrutural da História às querelas pós-estruturalistas**. Agradeço ao professor da disciplina, Prof.Dr. José Carlos Reis, por todas as valiosas contribuições dadas para fortalecer a consistência da minha argumentação. Agradeço ainda ao apoio financeiro recebido da FAPEMIG como sua bolsista de doutorado.

socialmente, o indivíduo encontraria a harmonização plena, tanto interna, a identidade una, coerente, estabilizada, quanto externa, a convivência em uma sociedade moralmente perfeita (HEGEL, 2001). A historiografia moderna seguia uma sequência histórica marcada pela teleologia: todas as transformações acarretadas, ao longo do tempo, estavam orientadas inevitavelmente para convergir em direção a um desfecho privilegiado: a materialização das potencialidades da Razão – a utopia. A busca pela concretização da utopia era acusada de sacrificar a liberdade de criação dos envolvidos na inauguração das mudanças, na medida em que os agentes da ação desempenhavam o papel de meros instrumentos na realização de uma finalidade definida previamente. Contudo, Hegel justificava a transformação dos sujeitos, operadores das mudanças, em objetos, submetidos e aplacados por uma lógica externa e superior, pela necessidade fundamental de todos estarem mobilizados em torno da implantação de ideal nobre, moralmente elevado, isto é, a concretização da utopia, projetada como a instauração do bem comum. De acordo com o autor, a utopia concentrava em si a moralidade mais perfeita, a abnegação do “eu” pelo “outro”, portanto todas as condutas praticadas socialmente refletiam maior dignidade e grandeza, quanto mais estivessem engajados na liquidação do presente em nome do futuro aspirado (HEGEL, 2001).

Para a historiografia moderna, uma vez que o futuro prometia abrigar a implantação de uma sociedade justa, livre, com igualdade de direitos, a destruição violenta do presente garantiria a ruptura brutal com o vivido, realidade imperfeita, dominada pelos poderosos jugos da opressão. Como era o evento que materializava a duração capaz de trazer a interrupção da continuidade, a historiografia moderna articulava narrativas de fôlego curto, nas quais prevalecia o tempo ocorrencial, acelerado, ritmado pela grande velocidade da sucessão dos acontecimentos – a “revolução permanente”. Portanto, se a concretização da utopia, a instauração do bem comum, dependia da liquidação da ordem instituída, era valorizado aquelas instâncias consideradas dotadas de poder suficiente para assegurar as profundas mudanças no estado de coisas vigente. O foco do historiador na historiografia moderna recaía sobre os grandes atores da vida pública, tais como: o Estado, os partidos, o proletariado, as instituições; todos os agentes projetados na condição de “verdadeiros” operadores das transformações. Como a esfera política representava a instância a qual caberia definir quais os rumos seguiria a vida em sociedade, os que ocupassem a posição de superioridade nas relações de poder eram considerados merecedores de destaque, porque situados na vanguarda dos processos vivenciados.

Contudo, o ponto de vista a partir do qual a historiografia moderna aborda eixos estruturadores do conhecimento produzido pelo historiador, os conceitos de “sujeito” e “tempo”, foi abalada por fortes contestações realizadas, seja pela historiografia estruturalista, seja pela pós-estruturalista. Com relação à historiografia estruturalista, a matriz de pensamento transformou em alvo de questionamentos as limitações encontradas quando a historiografia moderna enaltece a consciência como via exclusiva de acesso à compreensão dos comportamentos humanos. Segundo a historiografia estruturalista, as condutas praticadas socialmente, ao longo do tempo, envolvem e envolveram significados inconscientes, não-intencionais, porque são governadas por forças provindas das esferas da vida social, não dependentes diretamente da vontade do indivíduo – eram imanentes da estrutura. Portanto, o novo olhar do historiador detecta a inconsistência da ideia da historiografia moderna do “sujeito singular-coletivo” (denunciado como racionalidade abstrata, universal e desencarnada), na medida em que circunscreve todas as esferas de ação possíveis ao indivíduo dentro das condições históricas e sociais concretas, vividas na época. A valorização da estruturação das experiências “individuais” nas experiências “sociais” (o “socialmente compartilhado”) deslocava o foco do historiador, da biografia, centrada em feitos individuais, tão cara à historiografia moderna, para as relações estabelecidas no interior de grupos, sociedades, civilizações, em suma, de coletividades anônimas. Segundo Braudel, na historiografia estruturalista, a totalidade dos setores da vida social, designada como “estrutura”, apresentava dupla finalidade, tanto desempenhava a função de base de sustentação, fundamentação apta a fornecer as condições de possibilidade da ação, quanto desempenhava a função de “obstáculo”, limitações aptas a restringir a “vontade de ser” ilimitada do indivíduo, a busca pela liberdade incondicional (BRAUDEL, 2005).

Se do ponto de vista da historiografia estruturalista não existia uma “alteridade pura”, uma potência criadora independente, situada fora das fronteiras do contexto histórico de onde originária, os comportamentos humanos não abarcavam, tão-somente, motivações de cunho unicamente subjetivo, escolhidas ao bel prazer pelo agente da ação. O indivíduo desenvolve estratégias, a partir das quais planeja assegurar a melhor adaptação possível entre a sua intenção original e as resistências sofridas pela sociedade onde vive – o sujeito negocia ininterruptamente com a estrutura onde estava inserido, “age e reage em situação”. Logo, a utopia da liberdade incondicional, aspirada pela historiografia moderna, representa uma idealidade vazia de significado, afinal não era levada em consideração a própria historicidade do sujeito, os constrangimentos causados pelas condições históricas e sociais vividas na época

sobre o poder de escolha individual. De acordo com a historiografia estruturalista, a tomada de consciência de si constitui um processo parcial, fragmentado, uma vez que o sujeito apenas conhece os resultados obtidos depois da vivência de cada experiência, mas não os mecanismos profundos por meio dos quais a tomada de decisão sofre qualquer tipo de regulação, de maior ou menor intensidade. Ora, existem padrões de conduta difundidos indiscriminadamente, rotinas transmitidas de geração em geração, repetidas *ad infinitum*, incorporadas à vida do indivíduo quase por osmose, tipo de absorção mecânica, sem que haja maior reflexão sobre os “por quês” dos atos.

Se, na historiografia moderna, o tempo da consciência era convergente, mobilizado em torno da capacidade realizadora de valores superiores, encarnados na concretização da utopia, considerada a pura emancipação do homem dos jugos de qualquer força opressora, o tempo da inconsciência da historiografia estruturalista não fornece parâmetros capazes de conduzir à ação transformadora. Uma vez que a busca pelo ideal da sociedade perfeita moralmente acarretou efeitos devastadores, como, guerras e totalitarismos, a historiografia estruturalista prefere manter, a salvo, o sujeito, sob a proteção de um passado projetado como duração temporal inerte, subsumida na tranquilidade da rotina de repetição do idêntico. Portanto, cabia ao historiador descobrir, sob a multiplicidade de vivências observadas, uma “razão oculta”, capaz de revelar comportamentos recorrentes, compartilhados socialmente, isto é, a manifestação da “estrutura” sobre a construção de cada alteridade (POUILLON, 1967). Para Dosse, na historiografia estruturalista, a investigação sobre as “permanências do ser”, tendências repetitivas, refratárias à mudanças, demandava o abandono do tempo breve, com rupturas incessantes, em prol do tempo de longa duração, continuidade com mudanças suaves (DOSSE, 2003). O olhar do historiador ofuscado pela magia da novidade, perde de vista a profundidade das regularidades, tradições milenares, antigos modos de pensar e agir no mundo, conservados quase inalterados, objetos igualmente interessante para o profissional. Segundo Braudel, na historiografia estruturalista, mesmo o evento, apenas quando articulado à estrutura, adquiria seu verdadeiro estatuto na escala de tempo, pois, o acontecimento, na realidade, representava a “diferença local”, oscilação leve, aclave suave, não a ruptura violenta. Se caso fosse possível cada evento inaugurar uma linguagem inteiramente nova, haveria transformações sucessivas, desprovidas de qualquer articulação umas, com as outras, o que deturpa o jogo de mudanças e permanências peculiar à história-conhecimento. O acontecimento não constitui uma singularidade absoluta, origem sem antecedentes, surgida de geração espontânea, na medida em que tal duração anexa um tempo muito superior ao

intervalo de sua ocorrência, porque carrega em si familiaridades com períodos distantes (BRAUDEL, 2005).

Contudo, a historiografia pós-estruturalista possibilitou a intensificação no historiador de fortes hesitações sobre as (pseudo) inovações trazidas pela historiografia estruturalista ao denunciar a permanência de valores modernos na condução da prática historiográfica, mesmo sob o estruturalismo. Segundo a historiografia pós-estruturalista, tanto na historiografia moderna, quanto na estruturalista, o sujeito, artífice da história, apresentava capacidade criadora reprimida por pressões externas, impostas por forças abstratas e superiores, seja a “razão” e a “consciência”, seja a “estrutura”. Dessas “fontes de autoridade”, originava o “sentido da vida”, a partir do qual a “vontade de ser” do indivíduo era enquadrada dentro da estreiteza de imposições arbitrárias, ou a eterna busca por ideal distante, a concretização de utopia vazia, a sociedade moralmente perfeita, ou a eterna repetição da rotina, ditada pela inserção na “estrutura”. Tanto a historiografia moderna, quanto a estruturalista, propõem a evasão do presente, a partir, seja do apego ao futuro, a adesão à ação revolucionária que fracassou, seja do apego ao passado, a paralisação na reprodução do idêntico. A escolha de um princípio unificador na escala das durações temporais permitia a imposição de uma homogeneidade artificial para os comportamentos humanos, originalmente, plurais e dispersos, porque considerados resultados, tão-somente, da luta pela concretização, seja da utopia do futuro, seja da continuidade do idêntico do passado. Na historiografia pós-estruturalista, nem o “consciente”, nem o “inconsciente” ocupavam o papel de centro de convergência, a “ontologia absoluta” capaz de proporcionar, à individualidade, identidade una, fechada, coesa, constante, ao longo do tempo – a “essência do ser” (PETERS, 2000).

A historiografia pós-estruturalista retrata uma alteridade descontínua, heterogênea e transitória, capaz de criar para si identidades plurais, de acordo com as necessidades exigidas pelo calor do momento, pela urgência do aqui-agora – a “instância” da experiência vivida. Na visão de Foucault, era simulacro sobre simulacro, cada individualidade forjava para se auto representar uma máscara atrás da outra, em busca da melhor performance, ou seja, agir em situação de modo habilidoso para persuadir seus interlocutores, de tal maneira que ganhasse maior mobilidade – o “poder ser mais” (FOUCAULT, 1986). De acordo com a historiografia pós-estruturalista, a convivência individual com a possibilidade de manifestar identidades plurais não implicava contradições e falsidades, uma vez que seria impecado acreditar na existência de uma “verdade final” sobre o ser, com a qual o “eu” devesse preservar coerência *ad infinitum*. Trazer a lume as sucessivas recriações da subjetividade de si mesma



impossibilita o retorno de uma entidade universal e atemporal, a “natureza humana”, portanto a valorização das metamorfoses sofridas pelo “eu” permitia a afirmação da própria historicidade de cada individualidade. Dito de outra maneira, o processo de substituição de uma identidade por outra não envolve incoerências internas, pois, quando o historiador volta às atenções para as rupturas da subjetividade consigo mesma, lança luz sobre a condição histórica do “ser”, a “pura dispersão”. Ora, para Foucault, a historiografia pós-estruturalista abandona a possibilidade de interligar a diversidade das experiências vividas, ao longo do tempo, através de fio condutor com direção previamente estabelecida, como pretendeu a historiografia moderna, porque a teleologia impõe uma continuidade artificial, capaz de homogeneizar vivências diversas, peculiares (FOUCAULT, 1986).

A historiografia pós-estruturalista descreve as experiências vividas pelo homem, ao longo do tempo, como uma sucessão de descontinuidades, desprovida de destinação, pura alternância de “inícios ininterruptos”, ocorridos pela força do acaso, irreduzíveis à lógica de qualquer explicação generalizante, homogeneizadora. A busca pela criação de totalidades coesas foi contaminada pelo perigoso germe do totalitarismo, porque a construção de uma identidade universal exige a diluição radical da “diferença”, no limite, a própria supressão do “outro”, como ocorreu na historiografia moderna (BAUMAN, 1998). Nela, todas as alteridades antagônicas ao sujeito ocidental hegemônico (homem, europeu, branco, cristão, heterossexual...) sofreram violenta marginalização, porque não estavam enquadradas dentro do estereótipo considerado como o verdadeiro protagonista da história. Mesmo a historiografia estruturalista, articulada em oposição à historiografia moderna, incorreu em erro idêntico, o da uniformização do “singular”, na medida em que reduz todos os comportamentos humanos, por mais diversos e particulares, a meras reproduções das razões imperantes nas esferas da vida social (a sociedade total). Diante da opressão do “todo” sobre as “partes” na historiografia estruturalista, a historiografia pós-estruturalista chama para si a responsabilidade de trazer a tona à pluralidade: a partir de então, modos de pensar e agir no mundo emergem sua singularidade, pois, para cada qual, o historiador articulava um discurso específico, apto a tratar a alteridade nos seus próprios termos. O novo objeto de curiosidade do profissional era o “super-homem”, o “ousado particular”, o sujeito excêntrico, capaz de participar das relações onde estaria inserido com criatividade o suficiente para chamar atenção sobre diferencial da sua individualidade. Na historiografia pós-estruturalista, identidades reconhecidamente marginalizadas (mulheres, negros, indígenas, loucos, homossexuais, etc.) ganharam voz legítima, na medida em que as tradicionais “minorias” eram restituídas ao

merecido lugar de sujeitos históricos. Portanto, a historiografia pós-estruturalista prefere como protagonista da história a concretude das vivências singulares do indivíduo à irrealidade de abstrações vagas, impessoais, representadas, tanto pelo “sujeito singular-coletivo”, quanto pela “estrutura”. Na visão de Chartier, as preocupações do historiador repousam sobre os “micro combates” travados por indivíduos “reais”. disputas cotidianas estabelecidas em relações de poder, cujas estratégias criadas, em luta, aspiravam à integração, à inserção social plena – o saltar para dentro da estrutura! (CHARTIER, 2002).

Na historiografia pós-estruturalista, fortes questionamentos incidiram sobre o grau de eficiência da “consciência” e da “razão” na tomada de decisão, portanto os parâmetros de ação valorizados eram os definidos instantaneamente, sem maior planejamento prévio, guiados pela força dos instintos. Para Nietzsche, de acordo com as exigências impostas pelo aqui-agora, o sujeito forjaria quais os critérios o norteariam na escolha da conduta mais adequada a dar vazão à sua “vontade de ser”, afinal, o indivíduo não era mais obrigado a obedecer a qualquer *a priori* estipulado (NIETZSCHE, 2003). Segundo o pensador alemão, de nenhum referencial emanava a proposição universalmente válida, capaz de fornecer o julgamento absoluto do que seria moralmente correto ou não, pois, todos os valores apresentavam alcance limitado, porque construções humanas, historicamente condicionadas (NIETZSCHE, 1991). Não existe a distinção propriamente dita entre o “verdadeiro” e o “falso”, na medida em que a verdade não manifesta a “coisa em si”, a realidade autêntica: tais categorias nada mais são do que designações resultantes de uma convenção social considerada eficiente na organização da vida em sociedade. O indivíduo, quando desfruta das consequências favoráveis, originadas do processo de aculturação sofrido para inserção social, não questionaria, propositalmente, o quão constituem, os *a prioris* internalizados constituem construções artificiais, como, a verdade (NIETZSCHE, 1991). Segundo Foucault, estar de acordo com as verdades sancionadas não representa a defesa do moralmente ideal, mantenedor do bem comum: aderir ou não à convenção social remete aos posicionamentos tomados em favor da afirmação interesses próprios, em relações de poder. Quem contesta as verdades sancionadas, aspirava à intervenção concreta no plano social, político e institucional, na tentativa de pôr fim a arbitrariedade de poderes constituídos pouco benéficos a si (FOUCAULT, 1984).

À subjetividade, importava desfrutar plenamente dos prazeres no aqui-agora “viver sem sentido”, condição de existência errante, à deriva, isenta da obrigação de estar sempre autoconsciente, em avaliação se as ações praticadas no cotidiano primavam pela idoneidade

ou não. Na visão de Maffesoli, o indivíduo não necessitava arcar com o ônus do julgamento permanente dos comportamentos adotados, a libido ficava desinibida para fruir intensamente o orgasmo propiciado por cada experiência, porque livre de sentimentos de contrição, a vontade culpada cristã (MAFFESOLI, 2003). Para o pensador francês, quanto mais atento aos instintos humanos mais primitivos, mais o indivíduo poderia aproveitar em plenitude o gozo desfrutado por cada instante vivido – o eterno *carpe diem*. A palavra de ordem do pós-estruturalismo poderia ser sintetizada no apelo “morremos, logo vivamos!”, ou seja, se o transcorrer do tempo envolve a permanente degeneração, a melhor alternativa era a busca da felicidade no aqui-agora (MAFFESOLI, 2003). Portanto, o presente foi elevado à condição de auto suficiente, na medida em que a duração temporal tinha a partir de então o direito de existir autonomamente, aliviada das pressões constantes, tanto do excesso de bagagem das experiências do passado, quanto do excesso de projeções de expectativas do futuro.

De acordo com Nietzsche, “poder-esquecer” (o “sentir a-historicamente”) variava, de acordo com o grau de utilidade da lembrança para a vida presente, pois, a definição do que merecia ser recordado ou não, depende se a recuperação do vivido motivaria o homem a “agir em situação”. Logo, se o que valeria era busca pela adaptação plena a cada instante da experiência, o presente duraria mais, não estaria subordinado à lógica do “dever ser”, na qual o dia-a-dia seria consumido com voracidade para ceder lugar à onipotência do ideal vazio do “futuro melhor”. Apesar da valorização da historiografia moderna do futuro como lugar privilegiado da concretização da utopia (a instituição do “bem comum”), aliada à recusa ao vivido, ainda evocassem valores considerados moralmente superiores, nenhuma causa social futura poderia delegar ao segundo plano a luta mais nobre da vida do indivíduo, conseguir ser feliz. A mobilização gerada em torno da concretização da utopia acarretou revoluções desastrosas, das quais resultaram efeitos nocivos, guerras, mortes, autoritarismos, portanto a justiça e a igualdade prometidas permaneceram como um sonho distante. Como o ideal de mudanças fracassou, as transformações estruturais não ocorreram, a individualidade deve não querer nada diferente do que era possível conquistar, isto é, as pequenas alegrias do dia-a-dia – a harmonização com o próprio destino (o *amor fati*) (MAFFESOLI, 2003). O que não significa a defesa de pressupostos da historiografia estruturalista, a estabilização em um tempo imóvel, a repetição cega do igual, sinônimo da “pulsão de morte”. Ora, a historiografia pós-estruturalista reserva espaço de destaque ao sujeito criativo, disposto a correr riscos e inovar com a finalidade de tornar mais prazeroso o cotidiano. O sacrifício do menor e mais corriqueiro desejo da subjetividade não valeria como moeda de troca na luta pela quimera da

justiça e da igualdade na vida em sociedade. A mobilização em torno da concretização da nobre expectativa requisitava a doação integral do indivíduo em uma trajetória de renúncias, sem qualquer garantia de contrapartida, ora, quase sempre o “eu” disse “não” à vida inutilmente, porque a “terra prometida” nunca foi alcançada.

Contudo, apesar das contribuições de grande importância inauguradas pela historiografia pós-estruturalista, as inovações introduzidas não constituem a solução definitiva para os problemas enfrentados na rotina de trabalho cotidiana do historiador. Como qualquer outra proposta de interpretação, o pós-estruturalismo proporciona tanto avanços, quanto recuos para o desenvolvimento da prática historiográfica, portanto, cabe problematizar assuntos caros à matriz de pensamento. Uma vez que a historiografia pós-estruturalista desconstruiu as dualidades entre “bem/mal”, “verdade/mentira”, reinaria o relativismo absoluto, o “vale tudo” onde não importaria quais artifícios eram acionados na busca pela satisfação do ego, o fortalecimento do “eu”. Se não existem valores superiores, capazes de delimitar os parâmetros para orientar a ação, era improcedente diferenciar entre as condutas moralmente corretas e as incorretas, todas apresentariam igual legitimidade, portanto a amoralidade triunfaria soberana. À proporção em que houve a intensificação do culto ao individualismo, a luta pela defesa do bem comum perdeu o apelo e os focos de resistência foram desmobilizados, portanto as desigualdades e as injustiças da ordem instaurada grassam sem maiores impedimentos. Nada era esperado do devir, falta a busca pela concretização do ideal da construção de um futuro melhor, mais equânime na divisão das riquezas, logo, aos indivíduos, nenhuma alternativa restaria, senão a integração no modo de produção vigente, a adequação às regras do capitalismo.

De acordo com Bauman, no modo de produção capitalista, o “forte”, àquele capaz de viver plenamente os prazeres no aqui-agora, se confundia com a pessoa abastada o suficiente para pagar os custos exigidos para se usufruir as benesses propiciadas pelo mundo contemporâneo (BAUMAN, 1998). Como a busca pelo gozo impõe a necessidade de disponibilidade econômica, a ausência de recursos financeiros para o consumo dos confortos oferecidos pelo mercado impede usufruir de todos os prazeres prometidos pelo capitalismo. A existência de pessoas desprovidas de poder aquisitivo para alimentarem a lógica consumista macula a pureza da imagem com a qual o capitalismo pretende se auto representar: a identificação do modo de produção ao acesso ilimitado à abundância. Ora, o banimento do indivíduo do mercado consumidor, grande tônica das relações capitalistas, significava

pertencer à uma “humanidade inviável”, classe parasita que exclusivamente sorveria dos fundos públicos devido à sua inaptidão para produzir dividendos (BAUMAN, 1998).

### Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Bauru: Edusc, 2003.

CHARTIER, Roger. A História entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HEGEL, Georg W. F. *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: ZOUK, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_. Verdade e mentira no sentido extra-moral. In: *Obras Incompletas*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PETERS, Michael. *Pós-Estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POUILLON, Jean. Uma tentativa de definição. In: COELHO, Eduardo Prado (org.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugalia, 1967.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nouvelle Histoire e o tempo histórico: Febvre, Bloch, Braudel*. São Paulo: Anablume, 2008.

## História Comparada em perspectiva: velhas e novas formas de se fazer História

**Glauber Miranda Florindo**

Doutorando

Universidade Federal Fluminense

[gmfhis@gmail.com](mailto:gmfhis@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo traça um breve histórico acerca da constituição da História Comparada. Ainda hoje existe uma espécie de temor, quando se trata do método comparativo na História. Nesse sentido, acreditamos que a História Comparada é um viável viés de pesquisa, que traz a possibilidade de se pensar questões em ambientes diferentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Comparada, Unidades de Comparação, Historiografia.

**ABSTRACT:** This article presents a brief historical about the constitution of Comparative History. We therefore believe that the Comparative History is a viable research bias, which brings the possibility of thinking about issues in different environments.

**KEYWORDS:** Comparative History, Comparison units, Historiography.

Pensar a História Comparada remete diretamente a Marc Bloch, talvez o maior expoente da historiografia surgida no Entre-guerras a defender o método comparativo. Porém, como indica José D'Assunção Barros, “os modernos usos do comparativismo na reflexão sobre a vida humana e social, já como tentativa de construir uma metodologia mais sistemática, remontam ao Iluminismo do século XVIII, sem demérito de outras experiências que podem ser lembradas” (BARROS, 2007, P. 145).

É importante deixar claro que não estamos desconsiderando outras experiências em que o comparativismo, ou o simples ato de comparação, foram praticados. Nosso intuito não é dar um marco fundador para o ato de comparar, portanto, quando nos referimos ao comparativismo surgido no contexto iluminista do século XVIII, nos referimos, sobretudo, aos esforços destes autores para uma maior sistematização do ato de comparar que passava, então, a ser visto como um método.

Voltaire ao escrever *Cartas Filosóficas* em 1733, buscava, ainda que de forma implícita, as diferenças entre a vida e a forma de pensar na França e na Inglaterra. Em 1722, Montesquieu publicaria as *Cartas Persas*, livro que contaria a história de dois viajantes orientais que percorrem a Europa registrando as diferenças de vários países ocidentais (BARROS, 2007, P. 145). De acordo com Barros:

[...] a operacionalização da comparação dá-se aqui em diversos níveis: de um lado, são comparados os vários países europeus entre si, através da mediação dos dois aristocratas persas imaginários, de outro lado, como os viajantes persas criados por Montesquieu têm como referência de suas observações o despotismo persa, este lança luz sobre o absolutismo europeu, ou mais particularmente o absolutismo francês (BARROS, 2007, P. 145).

Um item importante a ser posto em evidência é o que diz respeito ao contexto do Iluminismo em que a natureza humana seria entendida como única, nesse sentido o comparativismo se debruçaria sobre os elementos que comporiam o pano de fundo dessa natureza, fatores como o clima e a demografia dentre outros (BARROS, 2007, P. 147).

Ainda no século XVIII, é preciso pontuar o uso do comparativismo seria praticado também pela economia: *A riqueza das nações* de Adam Smith seria um exemplo em que o autor compara cidades europeias com asiáticas na tentativa de formular uma generalização acerca dos estágios históricos do desenvolvimento (BARROS, 2007, P. 151).

Não podemos esquecer-nos da crítica ao comparativismo surgida nesse período, Um dos seus maiores expoentes teria sido Johan Gottfried Herder que apontava para as impropriedades da comparação uma vez que seriam as sociedades ímpares estas não seriam passíveis de serem comparadas (BARROS, 2007, P. 148).

No século XIX a comparação se tornaria uma forma de conhecimento ainda mais sistematizada (BARROS, 2007, P. 150), podemos citar como exemplo John Stuart Mill cuja metodologia viria a influenciar trabalhos como os de Theda Skocpol e Barrington Moore.

Segundo Gül, antes do surgimento da História Comparada propriamente dita, John Stuart Mill formulou dois métodos de comparação. O “método da concordância” e o “método da diferença”, o primeiro postula que quando duas ou mais variáveis de um fenômeno observado tem apenas uma característica em comum, esta característica é a causa do fenômeno. O segundo diz que quando fenômenos diferentes têm todas as suas variáveis com características em comum e apenas uma se distingue, esta é o motivo da diferença entre os fenômenos.

De acordo com D’Assunção Barros:

As contribuições vinham nesse período quase que exclusivamente do âmbito da Sociologia e da Antropologia, por razões que poderemos discutir, e apenas excepcionalmente os historiadores da época aventuraram-se mais audaciosamente no uso sistemático do comparativismo para compreender sociedades distintas na História (BARROS, 2007, p. 150).

Seriam exemplos os trabalhos sobre a França e a Inglaterra desenvolvidos por Charles Langlois ou os ensaios sobre o Estado Moderno de Otto Hintze (BARROS, 2007, p.150). No que concerne a História, o método comparativo seria utilizado como exceção a uma “regra” imposta pela corrente historicista que colocaria em evidência os fatos únicos e irrepetíveis (BARROS, 2007, p. 150). Nesse sentido, as análises em que apareciam comparações, tinham como uma das temáticas preferidas a da formação do Estado-Nação, no entanto, os historiadores buscariam, sobretudo, diferenças entre os casos estudados, numa empreitada que seria mais política do que científica (GÜL, 2010, p. 144).

Enfim, o método comparado foi empregado pelas mais diversas disciplinas sociais e humanas (também nas ciências exatas), antes de chegar à história, o que veio a ocorrer apenas no final do século XIX (GORTÁZAR, 1993, p.38). Do século XIX para o XX, a História Comparada passou a ser utilizada de forma ampla, grosso modo, a principal preocupação seria com as estruturas sociais e suas transformações (GÜL, 2010, p. 144).

Se o comparativismo foi utilizado na História, no século XIX com uma empreitada política de afirmação do Estado-Nação, afirmam Theml e Bustamante, já no século XX após a Primeira Guerra, o comparativismo seria utilizado como uma resposta contra os nacionalismos, principalmente os surgidos de forma exagerada no século anterior (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 03). Segundo, D’Assunção Barros:

A rejeição dos horrores da Guerra, em alguns casos, ou a resignação pessimista, em outros, parece ter de alguma maneira forçado ao olhar mais abrangente os historiadores que até então vinham se acostumando aos paradigmas das histórias nacionais ou de cunho meramente político (BARROS, 2007, p. 154).

No decorrer desse período começariam a surgir historiadores e sociólogos interessados na comparação de sociedades distintas. A motivação para estes estudos, talvez, se deveu á busca dos processos que teriam levado a Europa ao primeiro grande conflito mundial (BARROS, 2007, p. 154).

Não vamos entrar nos detalhes destes trabalhos, mas são exemplos abrigados no bojo deste primeiro uso historiográfico do método comparado, os trabalhos de Oswald Spengler (1879 – 1936) e Arnold Toynbee (1889 – 1975), cujos trabalhos influenciaram autores como Samuel Huntington. Também, não se pode deixar de mencionar Max Weber que dá uma nova direção ao comparativismo do século XIX e se torna influência para trabalhos como o de Norbert Elias (1897 – 1990) (BARROS, 2007, p. 158 - 160).



Embora os autores indicados acima sejam, junto de outros, os responsáveis pelo que talvez possa se chamar de pontapé inicial ao comparativismo histórico, o primeiro a desenvolver uma “formulação mais sistemática de um método comparativo como parte do *métier* do historiador” foi Marc Bloch. Segundo D’Assunção Barros, é a partir de Marc Bloch que podemos falar da constituição de uma História Comparada (BARROS, 2007, p. 162 - 163).

Marc Bloch definiu os aspectos fundamentais para a prática de uma História Comparada que fizesse sentido; formulou dois aspectos que julgava imprescindíveis: similaridade dos fatos e diferença nos ambientes em que essas semelhanças ocorreriam (BARROS, 2007, p. 165).

Dessa forma seria possível comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, com características análogas observadas em ambos os lados, entre este ou aquele fenômeno, obviamente, sem a possibilidade de serem explicados por influências mútuas, nem por qualquer comunidade de origem. Nas palavras do autor:

On choisit des sociétés séparées dans le temps et l’espace par des distances telles que les analogies, observées de part et d’autre, entre tel ou tel phénomène, ne peuvent, de toute évidence, s’expliquer ni par des influences mutuelles, ni par aucune communauté d’origine. (BLOCH, 1928, p.17)

Também se faz possível análises acerca de sociedades próximas no tempo e no espaço (BARROS, 2007, p. 165), constantemente influenciadas umas pelas outras, que podem apresentar em seu desenvolvimento, justamente por sua proximidade e sua sincronização, a ação das mesmas grandes causas, ou em virtude de terem, ao menos em parte, uma origem comum (BLOCH, 1928, p.19).

A empreitada de Marc Bloch é justificada pelo argumento segundo o qual o comparativismo substituiria o método experimental das ciências. A História não seria inteligível a menos que possa ter sucesso no estabelecimento de uma relação explicativa entre os fenômenos e o método comparativo seria uma ferramenta essencial para lidar como os problemas de explicação (GÜL, 2010, p. 145). Portanto, o método comparado aplicado a História funcionaria, sobretudo, como teste de hipóteses.

Com a sistematização desenvolvida por Bloch, o caminho da História Comparada estava definido, conseqüentemente, surgiram novas problemáticas acerca do método, assim como novas propostas, vejamos algumas delas. Antes, um aviso, não trabalharemos os autores

a seguir de forma cronológica, as diferentes abordagens serão trazidas à baila na medida em que se relacionam umas com as outras.

De modo geral a História Comparada proposta por Marc Bloch, analisava temporalidades próximas e na mesma temporalidade, Segundo Theml e Bustamante, buscava-se “comparar o comparável” “em que o conceito de comparação estava necessariamente atrelado a estas fronteiras e/ou períodos tradicionais, confrontando-se preferencialmente sociedades vizinhas, de mesma natureza e coetâneas” (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 04).

Esse cuidado em comparar somente o que era dado como passível de comparação tinha por motivo um temor em se perder o que é mais caro ao historiador: a singularidade, as especificidades dos processos históricos. Nesse sentido se justificaria o medo de um excesso de abstração que não respeitasse os limites do espaço e do tempo na construção da análise comparativa. Outro temor que se desenharia era acerca do “etnocentrismo”, pois se uma pesquisa estabelecesse uma comparação entre uma sociedade ocidental e uma oriental, geralmente tomar-se-ia por norma as características ocidentais (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 5 - 6).

A partir de meados do século XX ocorreria uma mudança na História Comparada, talvez motivada pelo 2º Grande Conflito, nas palavras de Theml e Bustamante:

Assim, em meados do século XX, com a fragilidade europeia pós 2ª Guerra Mundial e a descolonização afro-asiática, quando se instala a fratura/fragmentação do mundo contemporâneo, evidencia-se um rompimento ou questionamento das fronteiras e referências tradicionais e uma desconfiança em relação a uma concepção evolucionista e progressista, originária do etnocentrismo da cultura ocidental (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 09).

Destes questionamentos e desconfianças surge a possibilidade de se “comparar o incomparável”, perspectiva construída por Marcel Detienne, de acordo com o autor:

En la comparación hay un elemento comparativo por capilaridad gramatical. Una apreciación, una estimación, un juicio rápido, y acto seguido un primer juicio de valor como el que contiene la fórmula casi proverbial “sólo se puede com parar lo comparable”, ¿no implica una primera opción en la mente dei observador que afirma que una cosa, una situación, una persona que tiene ante él es “comparable”? ¿Cómo decidir de antemano lo que es comparable si no es mediante un juicio de valor implícito que parece que ya descarta la posibilidad de construir lo que puede ser “comparable”? (DETIENNE, 2000, p.9)

Detienne postulava a necessidade de se acabar com as hierarquias entre civilizações e culturas, deveria se acabar com o já antiquado pensamento racional, cartesiano e iluminista,

pois os fenômenos sociais não são causais, evolutivos e lineares. Daí a possibilidade de comparar o incomparável (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 10 - 12).

Embora Detienne, frente ao tímido (também prudente) método comparado proposto por Marc Bloch, tenha desenvolvido uma alternativa na qual se torna possível estabelecer um diálogo entre temporalidades distintas acerca do mesmo tema, ou seja, se torna possível estudar objetos como a escravidão, o estado, a república, em diversas temporalidades e espaços, as mudanças ainda se mostraram poucas, talvez pelo medo do anacronismo, o fato é que a maioria dos trabalhos ainda seria sobre o comparativo entre Estados-nações.

Não se faltou críticas para a História Comparada, com o surgimento da teoria pós-colonial, das correntes pós-modernistas, além de questões problematizadas a partir do contexto da globalização. Chamou-se a atenção para a suposta “inabilidade do método comparado em capturar as diversas interconexões – de mão-de-obra, gente, capital, bens, símbolos, ideias, culturas – que se estendem sobre fronteiras políticas convencionais, especialmente o Estado-Nação” (PURDY, 2012, p. 65).

Nesse sentido, afirma Micol Seigel, a História Transnacional trataria de problemas que extrapolariam as fronteiras nacionais, estando esses contidos em unidades maiores ou menores do que Estado-nação (SEIGEL, 2005, p. 63).

A História Comparada juntamente com os modelos de comparação das Ciências Sociais deveria rever seus métodos, devido à impossibilidade de existir uma variável independente, tendo em vista os fatores sociais, que além de mutáveis no tempo, interagiriam entre si (PURDY, 2012, P. 73).

Com o advento da pós-modernidade a crítica ganha ainda mais folego, nas palavras de Rust e Lima:

Quando as investidas epistemológicas pós-modernas dissolvem na própria consciência historiográfica a condição de existência da história e do “real” (a coisa-em-si), elas fazem anunciar a demolição de um dos princípios operativos que por séculos sustentou a tradição intelectual ocidental: a firmeza acessível da ontologia da realidade (RUST; LIMA, 2008, p. 03).

Segundo os autores, a pós-modernidade faria ruir o solo sobre o qual se fundamenta a História Comparada: “a tácita aceitação de que mesmo as sociedades mais distantes entre si no tempo e no espaço compartilham uma mesma natureza humana” (RUST; LIMA, 2008, p. 04). A história Comparada teria se modelado segundo a racionalidade iluminista em que o sentido de uma comparação se daria sobre o pressuposto de uma humanidade pré-existentes e universais (RUST; LIMA, 2008, p. 07). Nesse sentido:

(...) podemos observar com certa frequência a vinculação da propedêutica do método comparativo à busca de continuidades que se apresentam como regularidades acabadas e organizadas linearmente e de descontinuidades apresentadas como unicidades sistematicamente individualizadas e redutoras. (RUST; LIMA, 2008, p. 11).

Enfim, as críticas à História Comparada se desenvolveram na mesma medida com a qual o método comparativo se aperfeiçoou, porém, ainda hoje existe uma espécie de temor, quando se trata do método comparativo na História. O maior problema são as unidades de comparação (espaciais e/ou temporais).

No entanto o método comparado pode ser a solução para se pensar inúmeras questões, a possibilidade de se pensar tendo em vista o confronto de múltiplos focos de análise pode trazer contribuições impossíveis a uma pesquisa que se atenha a apenas um foco.

Acerca das críticas, é bem verdade que a História Comparada deve romper com alguns tabus, talvez revisitar a máxima de Detienne e se arriscar a “comparar o incomparável”, ou pelo menos se permitir abordagens diferenciadas do comparativismo na História. Trabalharemos deste momento em diante, com algumas respostas às críticas descritas acima e propor uma nova forma de abordagem para a História Comparada.

No que diz respeito à crítica elaborada pelos teóricos da história transnacional, ela é bastante útil, afirma Sean Purdy, pois ela evita um excesso de crença na forma de conceber o Estado - nação como algo fechado, também propõe uma maior reflexão sobre estereótipos eurocêntricos. Nas palavras do autor: “A crítica da história comparada estreitamente concebida foi útil por destacar os perigos da reificação da nação, nacionalismo e ideias estereotipadas como o eurocentrismo.” (PURDY, 2012, p. 78).

No entanto, o foco transnacional em si, não seria a resposta, pois se trata de outra escala de análise, ou seja, uma nação ou um Estado, nada mais são do que uma construção que leva em consideração critérios e referenciais, Um Estado pode abrigar várias nações ou pode haver uma mesma nação em Estados diferentes, enfim, o objeto é também algo construído pelo historiador. No caso da Comparação o problema só se mostra válido se o pesquisador construir seus focos de análise de forma simplista, sem levar em conta a natureza do objeto analisado para além de definições previamente ou comumente estabelecidas. Com argumenta Purdy: “A História Comparada mantém sua utilidade em um nível de análise para descobrir as diferenças e semelhanças entre as formações sociais.” (PURDY, 2012, p. 77).

Deve-se valorizar a crítica feita pela possibilidade que ela cria. Uma vez que se perde a inocência acerca da existência de fronteiras frente à sociedade, se torna totalmente viáveis

análises subnacionais. Se for possível comparar sociedades distantes espacialmente, é também possível unidades de análise mais próximas, dentro de uma mesma nação ou dentro de um mesmo Estado ou mesmo dentro de um mesmo esboço de Estado, desde que as unidades sejam bem definidas dentro de uma escala de análise construída sobre critérios complexos.

Sobre a crítica desenvolvida pelas correntes pós-modernas, o problema mais uma vez se dá sobre as unidades de comparação, como observa Rust e Lima:

É possível que um dos problemas enfrentados pela legitimidade epistemológica da comparação (embora não exclusivamente dela) esteja também na maneira como construímos e essencializamos nossas “unidades” comparáveis. Se admitirmos os limites (não a falência absoluta da comparação) da formação de unidades comparáveis, talvez, como proposição, seja vital colocar outra coisa no lugar das unidades atemporais e internamente idênticas a si mesmas. (RUST; LIMA, 2008, p.18).

Os autores prosseguem elaborando uma questão: “é preciso de antemão formar e escolher unidades constante e absolutamente fechadas para se comparar?” (RUST; LIMA, 2008, p. 22). Não, não há porque cair na armadilha de atribuir excessivos créditos aos objetos analisado como se fossem estanques. As unidades de comparação deveriam ser “admitidas potencialmente, como recurso metodológico e *loci* abertos, heterogêneos e provisórios.”(RUST; LIMA, 2008, p. 18).

Portanto, deve se ter em mente os limites das unidades de comparação, é um erro pensar que a o escravagismo oitocentista brasileiro é um dado fechado a ser comparado com o regime escravista norte-americano ou de algum outro país, por exemplo. Há de se duvidar de objetos iguais em contextos diferentes e formulações parecidas. Nesse sentido, portas se abrem para objetos visto como incomparáveis em um primeiro instante.

A História Comparada, frente às suas críticas, tem a possibilidade de se aperfeiçoar. É nesse sentido que trazemos à baila uma proposta: o estudo comparado de unidades de análises definidas dentro de um mesmo espaço em temporalidades subsequentes. Como por exemplo, o estudo dos discursos parlamentares em momentos distintos do processo de constituição política do Estado no Brasil do século XIX ou as transformações ocorridas no modo de produção escravista no decorrer de dois ou mais períodos em uma mesma região. Como argumenta João Paulo Garrido Pimenta:

Na medida em que manifestações de percepções e concepções do tempo histórico - bem como suas materializações em diversos níveis da vida social - seriam sempre experiências históricas únicas, a comparação, por meio de tais categorias, pressuporia a fertilidade da abordagem de contextos variados

que compõe um só, e do cotejamento de diferentes manifestações que resultam em um fenômeno comum. (PIMENTA, 2008, p. 58).

Observar as vicissitudes dos discursos no decorrer do tempo comparando recortes subsequentes – uma vez que há constante transformação, o que faz que o espaço também não seja algo acabado, visto que o que se observa é a dinâmica social nele inserida e esta, sempre se encontra em constante movimento – pode revelar novas possibilidades de análise que permitam ao historiador, novos vieses interpretativos no que diz respeito à compreensão de contextos sociopolíticos, mais que isso, permite ao historiador compreender as vicissitudes do discurso político inserido no processo histórico.

Como enfatiza Ignacio Olabárrri Gortázar, a História Comparada tem por objetivo maior, explicar e expor problemas, nesse sentido, a unidade de comparação está sempre vinculada ao problema da pesquisa a ser investigado, cabe ao historiador desenvolver junto com a problemática de sua pesquisa, suas unidades de comparação, dessa forma:

Ello supone no ya que pueden ser más útiles como unidades de comparación las localidades, regiones o áreas transnacionales que las naciones, sino también que las unidades de comparación no tienen por qué ser unidades geográficas; las comparaciones pueden hacerse entre sistemas sociales, o entre etapas cronológicas distintas de la evolución de una misma unidad. (GORTÁZAR, 1993. p. 52).

Portanto, acreditamos que a História Comparada é um vigoroso viés de pesquisa, que traz a possibilidade de se pensar questões nas mais variadas unidades de comparação. Se limitar a desenvolver pesquisas sobre temporalidades e espaços distintos, ou em temporalidades coetâneas, ou ainda, ter esses prismas de análises como regras estanques, é, sobretudo, impedir ao historiador que se debruce sobre a História Comparada de empreender novas propostas.

Nesse sentido, uma proposta que busque comparar objetos em um mesmo espaço e em temporalidades subsequentes cronologicamente fornece unidade de comparação que não são estanques ou pré-determinadas. Além de se abrir caminho para análises que ao invés de considerar a natureza humana imutável através do tempo, vai no sentido oposto e considera o homem e o que ele produz mutável através do tempo. Portanto, a proposta de se comparar as produções humanas, é uma possibilidade a se pensar como saída às críticas que elencamos acerca do método comparado na História.

Por fim, uma proposta que procure uma nova forma de usufruir do metodologia comparada na História só tem a contribuir com o estabelecimento do método e seu consequente aperfeiçoamento. Impedir novas empreitadas na História Comparada, é impedir ao historiador contribuir para o aperfeiçoamento do método comparativista na História.

## Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história*, Revista de História Comparada, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

\_\_\_\_\_. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. Anos 90 - *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 14, n. 25, 2007.

BLOCH, Marc. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. Revue de synthèse historique. V. 46, p. 15-50, 1928.

DETIENNE, Marcel. *Comparer lo incomparable*. Barcelona: Ediciones Península, 2000.

GORTÁZAR, Ignacio Olabárrri. Qué historia comparada, *Studia Historica - Historia Contemporánea*, v. X - XI, 2010.

GÜL, Serkan. Method and practice in comparative history. *Karadeniz Araştırmaları*, v.26, p. 143-158, 2010.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo, *Revista de História Comparada*, v. 3, n. 1, 2012.

MOREL, Marco. O Partido Caramuru nos anos 1830. IN: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Editora Unijuí; FAPESP, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido Pimenta. História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate. *Almanack Braziliense*, n. 07. 2008.

PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da transnacionalidade, *Revista de História Comparada*, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012.

RUST, Leandro Duarte; LIMA, Marcelo Pereira. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: Para uma epistemologia da História Comparada, *Revista de História Comparada*, v. 2, n. 1, 2008.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais, *Revista de História Comparada*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2007.

## **Nas visões da história a marca do tempo: deslocamentos interpretativos sobre a guerra do Paraguai, nas concepções históricas de Visconde de Taunay (1879), Julio José Chiavenato (1979) e Francisco Doratioto (2002)**

**Leonildo José Figueira**

Mestrando em História, Cultura e Identidades  
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG  
[leo.hist@gmail.com](mailto:leo.hist@gmail.com)

**RESUMO:** A análise de diferentes concepções desse conflito (no Brasil) nos leva a entender que as questões relativas à história não devem ser pensadas somente no resultado final do trabalho mais, que a construção de uma historiografia parte de distintas filiações teórico-filosóficas e metodológicas. Se existência do conflito é certa aos os autores, o que discutimos é a maneira como cada um trata os acontecimentos e, ainda, os interesses que nortearam suas pesquisas.

**PALAVRAS CHAVE:** Guerra do Paraguai; Historiografia Brasileira; Teoria da História

**ABSTRACT:** The analysis of different conceptions of this conflict (in Brazil) has lead us to understand that questions regarding to the story should not be thought just in terms of the final result of the work, but also considering that the construction of a historiography is provided by distinct theoretical affiliation. If the conflict is a fact for the authors, what we have discussed is how each one handles the events and furthermore the interests that which guided their research.

**KEYWORDS:** War of Paraguay; Brazilian historiography; Theory of History

### **A atividade historiadora**

A partir do fato histórico, diversos discursos são elaborados, infinitas concepções podem ser produzidas e, conseqüentemente, resultam em obras (livros, artigos, revistas, etc.) que são caracterizadas como “texto histórico” que, por sua vez estão sujeito a reflexões, críticas vindas de outras concepções ou formações. Neste sentido, analisaremos três concepções historiográficas acerca da Guerra do Paraguai, nas quais Visconde de Taunay, Júlio José Chiavenato e Francisco Doratioto abordam diferentemente as causas e o desenrolar do conflito. Faremos também uma reflexão dos os mecanismos que envolvem a produção do conhecimento histórico e nesse mesmo âmbito a relação da história com o seu objeto.

A história fomenta questões, que são resultantes de um tempo vivido, por quem escreve, uma vez que toda a produção historiográfica está enraizada em uma particularidade; um lugar social, como já afirmava Michel de Certeau. A história se torna, então, uma



reconstrução narrativa, documental e conceitual do passado, porém construída em um presente. (CERTEAU, 2006, p.72)

O conhecimento histórico é produzido por um grupo de profissionais que, carregam consigo certas coisas identificáveis e que lhes são particulares. Levam seus valores, suas posições, suas perspectivas ideológicas, seus pressupostos epistemológicos, etc. O presente enquanto ponto de observação e investigação do passado, muda com a sucessão do tempo. Todo o historiador pretende oferecer um ponto de vista novo e mais abrangente ao escrever a história. Muitas escolas históricas carregam consigo a ideia de que seu ponto de vista é único, definitivo, construídas em bases objetivas e científicas, desvalorizando assim as interpretações feitas anteriormente, e conseqüentemente titulando-as como equivocadas ultrapassadas ideológicas e etc., ignorando a condição temporal em que se deu a elaboração da história (REIS, 1999, p. 11).

### **A Guerra do Paraguai (1864-1870) entre consonâncias e deslocamentos interpretativos no Brasil**

Muitos e diferentes autores escreveram e escrevem sobre o conflito conhecido como Guerra do Paraguai e cada um utiliza-se de meios que lhes são particulares. A Guerra do Paraguai teve três versões predominantes na historiografia brasileira: Primeiramente a versão Oficial, depois a versão revisionista a qual, à partir de 1970, viria a contrapor a historiografia oficial, na década de 90 alguns autores propõem uma nova visão, opondo-se ao revisionismo.

Obra de Visconde de Taunay *A Retirada de Laguna: O episódio da Guerra do Paraguai* foi publicado em 1872; o autor participou do conflito como tenente do Corpo de Engenheiros do Exército. Formado em Ciências Físicas e Matemáticas, largou a vida militar ainda no posto de major para se dedicar à Política, às Letras, às Artes e ao Jornalismo; foi, também, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

A obra de Taunay foi um clássico da literatura brasileira que narra a tentativa de invasão do Paraguai a partir de província de Mato Grosso e sua retirada acometida de várias doenças. A referida obra demonstra claramente sua postura nacionalista de modo a influenciar as gerações futuras com o enaltecimento da bravura e dos atos heroicos dos homens brasileiros, em defesa da pátria. O líder paraguaio é narrado como um homem inconsequente e ambicioso que desejava o confronto com o Brasil a qualquer custo.

Em 1865 – ao arrebentar a guerra que Francisco Solano Lopes, o presidente do Paraguai, na América do Sul suscitara sem maior motivo do que os

ditames da ambição pessoal; quando muito a invocar o vão pretexto da manutenção do equilíbrio internacional – o Brasil, obrigado a defender honra e direitos, dispôs-se, denodadamente, para a luta. A fim de reagir contra o inimigo, em todos os pontos onde podia enfrentá-lo, o plano da invasão do Paraguai setentrional acudiu naturalmente a todos os espíritos; preparou-se uma expedição para este fim. (TAYNAY, 1872, p.8)

Júlio José Chiavenato, no ano de 1979, produziu a obra *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*; ele é um jornalista muito interessado em estudar sobre a América do Sul que, em 1971, percorreu grande parte dos países da América do sul acreditando que só seria possível escrever corretamente a história desses povos através do contato direto com sua realidade. Na referida década o autor fazia parte de uma corrente revisionista da história, a qual se empenhava em dar novas interpretações aos fatos passados, em outras palavras, contestava diversas versões da história. No caso específico desta obra, o autor rejeita as interpretações anteriores sobre a Guerra do Paraguai, designando-as como distorcidas, mentirosas e manipuladoras. Afirma ainda que os historiadores oficiais do Brasil tomavam uma posição patriótica e monárquica e por isso jamais escreviam algo que enunciasse outra face do conflito. Chiavenato se refere a estes historiadores enfatizando que “quem quiser abordar a Guerra do Paraguai com uma visão crítica, sem vícios pseudonacionalistas, correrá o risco de ser excomungado pelos remanescentes do xenofobismo que o Império nos legou”. (CHIAVENATO, 1979, p. 10)

Segundo Chiavenato, a guerra que começou em 1864 e foi até 1870 foi causada especificamente por motivos econômicos, quando a maior interessada na realização da guerra era o imperialismo inglês, o qual teria manipulado e financiado o conflito que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Durante mais de cem anos pairou uma onda de mentiras sobre a Guerra do Paraguai (...) um silêncio criminoso, procurando ocultar de todas as formas possíveis o que foi aquela guerra, o que representou para os povos envolvidos e principalmente, como, por sua causa, o Brasil a Argentina (levando o Uruguai de contrapeso) ficaram definitivamente colonizados pelo capital Inglês. (CHIAVENATO, 1979, p. 9)

No primeiro quartel do século XIX, Francia, chamado de El Supremo assume o poder no Paraguai e exerce uma ditadura em benefício do povo. Quando El Supremo morre, Carlos Antônio Lopez assume o poder de 1840, o qual cria um Paraguai moderno, rumo a um próprio progresso, com o surgimento de fábricas, engenheiros e técnicos são trazidos da Europa para modernizar o país e também envia homens para se especializar. Ao falecer em 1862, seu filho, Francisco Solano Lopez assume o poder aos dezoito anos com o propósito de continuar o

trabalho que seu pai havia começado; (CHIAVENATO, 1979, p. 47) tudo isso sem recorrer aos financiamentos ingleses. (CHIAVENATO, 1979, p. 30).

Na opinião de Chiavenato um novo tipo de domínio é utilizado pelo país britânico. Não mais se realizam intervenções armadas em tropas para ocupação, como outras partes do mundo. Se trata, agora, de corrupção e manipulação associando-se a uma burguesia mercantilista ou à uma nobreza decadente. (CHIAVENATTO, 1979, p. 36).

Francisco Solano Lopez assume o poder no Paraguai num momento onde a Argentina estava à beira de uma guerra civil. Após a independência, a Argentina se divide em 14 províncias; Solano Lopez consegue pacificar os argentinos e impede a marcha de Justo José de Urquiza sobre Buenos Aires. A intenção de Lopez nesse caso era apenas manter o equilíbrio econômico no Prata. Ao mesmo tempo em que Lopez consegue a pacificação, impedindo vinte mil homens, que marchariam de Rosário rumo a Buenos Aires, cria condições para que as províncias argentinas se unam. Nesse mesmo contexto a intervenção brasileira no Uruguai apoiada por Bartolomeu Mitre (presidente de Argentina) facilita o tratado da tríplice aliança, sendo esta, “uma cilada histórica na qual Lopez promove a pacificação da Confederação Argentina, e a mesma se volta contra seu país”. (CHIAVENATO, 1979, p. 52)

Quanto ao quadro econômico sul-americano, tínhamos o Paraguai autenticamente nacionalista e de uma economia emancipada, enquanto o império do Brasil e a Confederação Argentina encontravam-se instáveis politicamente e com uma economia nas mãos dos ingleses. (CHIAVENATO, 1979, p. 58)

Segundo Chiavenato, Francisco Solano Lopez vai fazer a guerra sem entender a natureza das suas origens. Pois, para o governante paraguaio, o desencadear do conflito se prende a tratados não cumpridos, questões de limites e reivindicações territoriais. O Paraguai, portanto, vai à guerra com armas fabricadas por ele próprio e sem necessitar de empréstimos da Inglaterra, como Brasil e Argentina. (CHIAVENATO, 1979, p.110)

Para Chiavenato o Paraguai preservou uma coesão moral ao enfrentar seus inimigos. O exercito brasileiro era formado em sua maioria, por negros escravizados; um povo que continuava sendo levada ao matadouro pelas classes dominantes do império. (CHIAVENATO, 1979, p. 126) O exercito da Argentina tem mais pessoas mortas na retaguarda, na repressão aos movimentos contrários a guerra, do que as baixas ocorridas na linha de frente; muitos são acorrentados e levados, a força para a guerra. No caso do Uruguai,

existe apenas um aglomerado de pessoas comandadas pelo Caudilho Venâncio Flores, o qual via a guerra apenas como um bom negócio. CHIAVENATO, 1979, p. 127)

Chiavenato observa este fato como uma qualidade do heroísmo de Francisco Solano Lopez, somado pela sua coragem e inteligência. No final da guerra, seus soldados são crianças com idade entre seis e nove anos. Com isso Chiavenato destaca a superioridade moral a qual o Paraguai também era superior a seus inimigos. Fato este que caracteriza o exército de Lopez com atribuições heroicas. (CHIAVENATO, 1979, p. 113)

No Brasil, a guerra serviu também para tirar os desocupados das ruas, e cria-se uma falsa situação de progresso, mesmo sabendo que os empréstimos criavam uma situação de total dependência. Para a Grã-bretanha isso era vantajoso, pois estava vendendo suas armas e ainda, assistindo a destruição de um país que poderia ser um forte concorrente no futuro. (CHIAVENATO, 1979, p. 131) Na verdade o império do Brasil e a Argentina passam a ter um alívio as dificuldades econômicas com a guerra. D. Pedro II também acabou resolvendo um problema internacional que incomodava as relações com a Inglaterra. (CHIAVENATO, 1979, p. 132)

Após a guerra a palavra tirana passa a ser um complemento do nome Francisco Solano Lopes; a ele são atribuídos diversos feitos aterrorizantes. Porém os inúmeros atos de selvageria e crueldades atribuídas a Francisco Solano Lopes, isso significa a construção de uma imagem feita por Brasil e Argentina.

Durante a guerra, todos os atos de selvageria eram imputados a Francisco Solano Lopes: informa-se de humanitarismo dos aliados no trato dos prisioneiros paraguaios e da criminosa conduta destes com os soldados da tríplice aliança. Aos soldados de Lopes imputavam-se todos os crimes: degolavam prisioneiros, saqueavam as cidades e violentavam mulheres e crianças. (CHIAVENATO, 1979, p. 133)

Diante disso Chiavenato diz que “se a guerra foi cruel, foi porque era uma guerra” e que a crueldade esteve em todos os lados. Mas “como sempre a história é escrita pelo vencedor e ao vencido imputam-se todas as vergonhas humanas”. (CHIAVENATO, 1979, p.133)

Na opinião de Chiavenato o maior criminoso da guerra foi o conde D’Eu (genro de D. Pedro II), que substituiu o Duque de Caxias no ultimo ano de guerra, assumindo o comando do exercito. A crueldade do Conde D’Eu tem aspectos mais rudes e selvagens que em qualquer momento da guerra. As barbaridades da batalha de Acosta ÑU são relatadas pelo autor:

(...) três mil e quinhentas crianças enfrentaram vinte mil aliados, pois após essa insólita batalha, quando ao seu final, no cair da tarde, as mães das crianças paraguaias, saem do mato para resgatarem os cadáveres dos filhos e socorrem os poucos sobreviventes, o Conde D'EU mandou incendiar a macega, matando queimadas as crianças e suas mães. [...] Depois da batalha Acosta ÑU era um campo em chamas, entre as chamas viam-se pela noite, já, levantar-se um soldado criança que ali fazia ferido e fugia do fogo até ser alcançado e cair no braseiro queimando-se vivo. (CHIAVENATO, 1979, p. 142)

O líder Francisco Solano Lopez, ao final da Guerra, ficaria marcado pela frase: *Muero con mi Pátria!* Jamais um homem entrou para história com uma frase tão tragicamente verdadeira. (CHIAVENATO, 1979, p. 162) Com a guerra terminada e o Paraguai destruído, o mesmo perdeu cento e quarenta mil quilômetros quadrados do território. Segundo Chiavenato “as terras perdidas pelo Paraguai somam em quilômetros quadrados mais que os estados brasileiros, Pernambuco e Alagoas, Espírito Santo e Paraíba juntos”. (CHIAVENATO P.165) O autor ainda continua exemplificando que roubaram do Paraguai “um território maior que Portugal e Dinamarca juntos; maior que a Bélgica e Cuba juntas; maior que a Áustria e a Costa Rica juntos” (CHIAVENATO, 1979, p. 165) Na destruição do País Guarani, destrói-se também a grande esperança de libertação econômica da América do Sul, e consolida-se o domínio do capital estrangeiro.

Na produção obra *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* o historiador Francisco Fernando Doratioto se compromete a desmontar as visões equivocadas que existiam até então e tratar os verdadeiros motivos que provocaram a Guerra do Paraguai. Logo de início, Doratioto destaca a importância de se fazer uma pesquisa baseada em fontes primárias e a importância do ofício do historiador na realização de uma pesquisa.

Doratioto ressalta que após a guerra em 1870, a historiografia tradicional brasileira, especialmente a obra de visconde de Taunay, reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano Lopez e minimizou, quando não esqueceu, importantes críticas às atuações de chefes brasileiros no conflito. (DORATIOTO, 2002, p.18)

A obra de Doratioto mostra vários equívocos tratados pelo revisionismo histórico, especialmente pela obra de Chiavenato. Entre outros, o fato de a Inglaterra ter interesse na destruição do Paraguai; o fato deste país ser apontado como um país progressista e de uma economia autônoma, sendo que na verdade era um país de uma economia rural tão atrasada quanto seus vizinhos; também o fato de Solano Lopez ser considerado um herói. São fatores que formaram opiniões equivocadas durante longas décadas, no Brasil.

Segundo Doratioto, o livro mais marcante do revisionismo foi a obra *La Guerra Del Paraguai: Gran Negocio!*, publicada em 1968 pelo historiador argentino Leon Pomer; obra esta, que influenciou a concepção de Júlio José Chiavenato. O “grande negócio” dito por Leon Pomer seria simplesmente o fato da Inglaterra vender as armas para os países envolvidos na guerra; Chiavenato afirmou, erroneamente, que a Inglaterra tinha interesse em destruir o Paraguai, por este representar uma ameaça aos interesses econômicos britânicos.

Doratioto se contrapõe ao revisionismo, dizendo que os projetos de infraestrutura, que o Paraguai começou a criar desde o governo de Carlos Antônio Lopez, eram atendidas por bens de capital inglês, sendo britânicos, a maioria dos especialistas estrangeiros que implementaram tais projetos. (DORATIOTO, 2002, p.30) A Inglaterra Jamais tinha interesse em destruir o Paraguai, contrariando a interpretação que passou a ganhar espaço a partir da década de 1970. Entre Paraguai e Inglaterra haviam boas relações, inclusive. As verdadeiras origens do conflito segundo o autor se encontram no processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais. (DORATIOTO, 2002, p.23)

O Paraguai queria ampliar seu comércio com o exterior para se modernizar, mas para isso precisava de um porto marítimo. O porto de Buenos Áries insistia em cobrar altas taxas de modo a dificultar a comercialização paraguaia; outra opção para o Paraguai seria o Porto de Montevideú no Uruguai. O fato é que nesse momento o Uruguai estava à beira de uma guerra civil, fato este que para Doratioto serve para entender a Guerra do Paraguai.

Solano Lopez oficializou uma aliança com o governo Uruguaio estabelecendo um eixo Assunção-Montevideú. Nesse mesmo contexto os fazendeiros gaúchos reclamam ao Brasil, denunciando abusos de autoridades uruguaias a cidadãos brasileiros que apoiavam o partido Colorado. O Império do Brasil cedeu às pressões dos gaúchos, primeiro para não ser acusado de omissão frente à situação; depois para evitar que os Argentinos colhessem sozinhos os frutos de uma vitória do Partido Colorado. (DORATIOTO, 2002, p.47) De um lado estavam Paraguai e Uruguai e de outro, Brasil e Argentina; esse era o contexto geopolítico no qual se desenrolaria a Guerra do Paraguai. A interferência na política interna do Uruguai pelo Brasil resultou numa ação militar do Paraguai.<sup>8</sup> Para Doratioto “o ataque paraguaio ao Mato Grosso causou indignação no Brasil, visto como um ato traiçoeiro e injustificável (...) bem como pelo

---

<sup>8</sup> Com o apoio de Brasil e Argentina, o caudilho Venâncio Flores (representante do partido Colorado) estava preparado para subir ao poder, substituindo o líder do Partido Blanco no Uruguai. Assim, em 12 de outubro de 1864 Flores, com a ajuda das tropas imperiais, assumiu o poder no lugar dos *Blancos*.

fato de Marquês de Olinda ter sido aprisionado sem declaração de guerra” (DORATIOTO, 2002, p. 111)

Doratioto enfatiza que apesar de uma inferioridade esmagadora e grande inferioridade demográfica e econômica, o governo paraguaio pretendeu enfrentar o império, o mais povoado e rico dos estados sul-americanos, aliado à Argentina e Uruguai. (DORATIOTO, 2002, p. 93) A vontade de Lopes, de lutar, era tão grande que mesmo com armamento obsoleto e um único vapor armado (Tacuarí), o governo paraguaio buscava o confronto que o destruiria por completo. (DORATIOTO, 2002, p.64). Solano Lopes viu país ser arrasado no final da guerra; em um longo conflito no qual ele mesmo fora o agressor, quando decidiu iniciar a guerra contra o Brasil (com a invasão do Mato Grosso) e contra a Argentina (com a invasão a Corrientes).

Outro contraponto em relação ao relato de Chiavenato está no fato de o Brasil ter levado os escravos para a guerra, apenas para preencher os vazios da tropa. Neste caso os escravos que fizessem parte do exército “ganhavam a liberdade ao passo que o dono que libertassem os seus, para esse mesmo fim, eram recompensados com títulos de nobreza”. (DORATIOTO, 2002, p. 227).

No caso paraguaio o recrutamento de escravos começou em setembro de 1865, enquanto no Brasil, os voluntários foram contratados para substituir os convocados e os escravos, somente foram enviados, para substituir seus proprietários. (DORATIOTO, 2002, p.273). Neste caso Doratioto discorda com os números, apresentados por Chiavenato, sobre a quantidade de negros na guerra, segundo o qual a proporção era 45 negros para um soldado branco.

Solano Lopes enganava o povo paraguaio através de periódicos como o jornal *El Centinela*, o qual jamais relatava a derrota paraguaia, muito pelo contrário, o Paraguai seria o grande vencedor. (DORATIOTO, 2002, p.314). Após sua morte em Cerro Corá, até o final do século XIX ele era odiado pelos sobreviventes. O revisionismo histórico surgiu com o objetivo de reconstituir a imagem de Lopes transformando-o em herói por ter sido morto junto com sua pátria, mas segundo Doratioto foi ele próprio, o Paraguai, quem ocasionou a guerra, que resultou na vitória da Tríplice Aliança.

Na obra *Maltita Guerra* autor apresenta diversos atos perversos de Solano Lopes, mostrando que o mesmo não admitia erros. Na batalha de Curuzú “os soldados eram perfilados, contava-se até 10 e o décimo soldado era retirado da formação. Ao final da

contagem do batalhão os soldados que foram separados era fuzilados sem piedade”. (DORATIOTO, 2002, p.237). Muitos outros exemplos presentes na obra de Doratioto revelam o quão sanguinário era o governante paraguaio. (DORATIOTO, 2002, p.343). O revisionismo de Chiavenato observa tais fatos como situações normais, uma vez que se tratava de uma guerra; enquanto Doratioto designa tais atitudes, de Lopes, como atitudes covardes e bárbaras.

Para Doratioto, a Guerra do Paraguai expôs a fragilidade militar do Império brasileiro, em grande parte estrutural, devido ao regime escravocrata. Porém, foi capaz de superar tal fragilidade, “de mobilizar todos os seus recursos e de atingir o apogeu de seu poder econômico no Prata”. (DORATIOTO, 2002, p. 488)

### **Conclusão**

Podemos perceber que as obras de Visconde de Taunay, Júlio José Chiavenato e Francisco Doratioto trazem muita divergência, entre si, no entendimento da Guerra do Paraguai, por bordarem o conflito sob diferentes óticas e motivações. Ambos os autores estão inseridos em um lugar social marcado por particularidades; estão localizados em um tempo e um espaço diferente, sendo influenciados por diferentes práticas e simpatias teóricas.

A Guerra do Paraguai não está pronta e esgotada na obra de Doratioto, assim como não esteve em nenhuma das que a antecederam; e assim, confirmamos uma questão posta por José Carlos Reis, segundo a qual, não há um passado fixo a ser esgotado pela história ao passo que não exista uma verdade absoluta, mas o que existe, são “verdades”, esta que resulta da subjetividade de quem escreve.

### **Referências bibliográficas**

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Forense Universitária, 2006.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.



MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos In: *Anual del CEL*, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevos Mundos.

MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagem à FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

TASSO FRAGOSO. General Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934-5. 5 vol.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de). *Diário do Exército (1869-70)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

## Presentismo em *Cidadania no Brasil*

**Pedro Henrique Resende**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[pedrohenriquer\\_1@hotmail.com](mailto:pedrohenriquer_1@hotmail.com)

**RESUMO:** François Hartog reflete sobre o tempo histórico na obra *Regimes de Historicidade*. Ele defende que viveríamos num regime de tempo presentista, no qual o presente é onipresente. O diagnóstico de Hartog se aplicaria a historiografia brasileira? Apoiado no livro *Cidadania no Brasil*, de José Murilo de Carvalho procuro por evidências que demonstrem a possibilidade de instrumentalização do presentismo em nossa historiografia.

**PALAVRAS CHAVE:** Presentismo; Pós-modernidade; Historiografia brasileira.

**ABSTRACT:** François Hartog reflects about the historic time in his work “*Régimes d'historicité*”. He defends that we would live in a present time regime, in which time is omnipresent. Would Hartog’s diagnostic be applicable to Brazilian historiography? Supported by the book *Cidadania no Brasil*, written by José Murilo de Carvalho, I aim to propose evidences that display the instrumentalisation possibility of the presentism within our historiography.

**KEYWORDS:** Presentism; Postmodernity, Brazilian historiography.

Na obra *Cidadania no Brasil, O longo caminho*, publicada em 2001 pela editora Civilização Brasileira, o historiador José Murilo de Carvalho retrata o percurso iniciado em 1822 para a construção de uma democracia e de uma cidadania no Brasil. O autor, baseando-se nas ideias de T.A. Marshall, defende que a cidadania plena é aquela que combina direitos políticos, civis e sociais, além da lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. Logo na introdução, José Murilo chama a atenção para um problema, estaríamos passando por uma crise no modelo de Estado-nação. A internacionalização do sistema capitalista, e a criação de blocos econômicos reduzem cada vez mais os poderes do Estado e afeta os direitos políticos e sociais. O modelo de cidadania de Marshall estaria em risco, e um novo modelo, baseado no consumo estaria em franca ascensão. O ponto do livro que mais nos interessa é justamente a reflexão que o autor faz sobre a posição do Brasil diante desse cenário de transformações.

Dividido em quatro capítulos mais uma conclusão, o autor traça o percurso histórico de como os direitos civis, políticos e sociais foram adquiridos ao longo da história nacional. Os capítulos são divididos em marcos temporais, sendo o primeiro deles chamado de

*Primeiros Passos (1822-1930)*. Nele, o autor demonstra a força que os grandes proprietários de terra, senhores de engenho e posteriormente coronéis, exerciam sobre a máquina do Estado e sobre as eleições. O caráter das eleições no período era marcado por fraudes, manipulação de votos e corrupção. Oligarquias exerciam influências locais para garantir a sua permanência no poder. O jogo político acontecia dentro de uma relação que envolvia troca de favores entre coronéis, governadores e presidente. Outro ponto marcante desse período é a escravidão. A escravidão criava dois grupos antagônicos em relação à cidadania. Senhores e escravos não desenvolveram consciência de cidadãos. “O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios, e o escravo estava abaixo da lei” (CARVALHO, 2001, p.53). O autor demonstra que durante o período, rebeliões que ocorreram pelo país podem ser indícios de um princípio de consciência coletiva.

No capítulo II, *Marcha acelerada (1930-1964)*, é descrito a ascensão dos direitos sociais. O governo Vargas foi marcado por uma ditadura e pelo avanço do nacionalismo. O presidente ditador possuía postura desenvolvimentista e trabalhista. Desde que chegou ao poder concedeu inúmeros direitos sociais a população. O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Por outro lado foi uma legislação que suprimia a participação política e que precarizou os direitos civis. Vargas trouxe para perto de si o trabalhador urbano através dos sindicatos, mas não estendeu os direitos sociais aos trabalhadores do campo. Os grandes donos de terra ainda detinham poder e era melhor não criar problemas com os coronéis. Ao período que vai da deposição de Vargas em 45 até o golpe de 64, o autor dá o nome de primeira experiência democrática. Durante esse período houve estagnação dos direitos sociais e ampliação dos direitos políticos e civis.

Durante o capítulo III, *Passo atrás, passo adiante (1964-1985)*, José Murilo descreve o golpe militar e demonstra que por mais ambíguo que possa parecer, a ditadura militar foi um período de expansão dos direitos políticos. Mesmo o voto tendo perdido valor diante da máquina de repressão estatal, o número de votantes aumentava a cada eleição e foi importante para enfraquecer o regime, já que a partir das eleições de 74 a oposição ao regime foi ficando cada vez mais forte e o espaço de ação dos militares se reduzindo. Assim como na ditadura Varguista, os militares também ampliaram os direitos sociais e reduziram os direitos civis, mas por incrível que pareça iniciaram um processo de ampliação dos direitos políticos.

No capítulo IV, *A cidadania após a redemocratização*, é narrado o período pós ditadura militar. A eleição de um presidente civil reacendeu a esperança democrática da população. A expansão final dos direitos políticos foi recebida com entusiasmo e otimismo.

Universalidade do voto, liberdade aos partidos. Características de uma democracia plena. Pouco tempo após a posse do primeiro presidente civil o entusiasmo da população se transformou em decepção. O presidente Sarney não conseguiu controlar a inflação e muito menos demonstrou melhoras sociais. Na eleição seguinte, já com voto direto, a população elegeu Fernando Collor, que prometia acabar com a corrupção, mas logo se viu envolvido no maior escândalo de corrupção do país até então. A população humilhada e ofendida foi às ruas pedir o impedimento do presidente. O impedimento ocorreu dentro da lei, e o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto. As eleições seguintes também aconteceram dentro da legalidade, mas os progressos sociais continuavam a passos lentos.

Na conclusão, José Murilo de Carvalho levanta pontos importantes. Para ele, ao longo de sua jornada, o Brasil ainda não foi capaz de concluir um projeto de cidadania. Num percurso muito específico, no qual os direitos sociais vieram antes dos civis e políticos através de um ditador carismático, o poder Executivo foi excessivamente valorizado. Os direitos sociais foram implantados em momentos no qual o legislativo pouco ou nada atuava. Cria-se a imagem de Executivo centralizador e todo poderoso. A população em busca de soluções rápidas elege candidatos com características messiânicas. Vargas, Jânio Quadros, Collor.

A contrapartida desse “Executivo Imperial<sup>9</sup>” é a desvalorização do legislativo e a criação de uma visão corporativista de direitos coletivos. Benefícios sociais não são tratados como direitos de todos, mas fruto da negociação direta de cada grupo ou de cada indivíduo com o governo.

O autor é otimista em alguns aspectos. Para ele, tanto a esquerda como a direita estão convictas em relação à democracia. Soma-se a isso o cenário internacional que não abre espaços para golpes de Estado e ditaduras. Por outro lado, o cenário internacional também traz complicações. A queda da União Soviética, a expansão do mercado em ritmo acelerado e movimentos de minorias provocam mudanças entre a relação Estado, sociedade e nação. O foco dessas mudanças é o enfraquecimento do papel do Estado como fonte de direitos e de identidade coletiva. Dentro do pensamento liberal renovado, o cidadão torna-se cada vez mais consumidor.

Durante quase 200 anos o Brasil correu atrás de um modelo de cidadania ocidental que hoje se encontra em crise. O Brasil ainda não foi tão afetado por essas mudanças como EUA e Europa. Romper com a tradição do estatismo é algo difícil. Algumas dessas mudanças de

---

<sup>9</sup> Supervalorização da imagem do presidente;

ordem global podem ser benéficas ao Brasil. Entre elas a organização da sociedade para dar embasamento social ao político e combater o Estado clientelista, e a criação de novas formas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas.

José Murilo de Carvalho considera como outro sintoma do renascimento liberal no Brasil o desenvolvimento da cultura do consumo. Os pobres reivindicam o direito de consumir. Não querem ser cidadãos, querem ser consumidores. A cidadania que reivindicam é o direito ao consumo. Essa é a cidadania pregada pelos liberais. A cultura do consumo dificulta a construção da cidadania e a redução das desigualdades.

José Murilo de Carvalho parece desesperançoso em relação à construção da cidadania no Brasil. Movimentos de minoria, e o enfraquecimento da identificação com o Estado são, para o autor, empecilhos. Defensor da democracia, demonstra que a nossa ainda carrega problemas, mas acredita que com o exercício democrático continuado as melhorias sociais podem acontecer. O autor enaltece o fato da nossa democracia não correr riscos. Esquerda e direita estão conformadas. Soma-se a isso o contexto internacional desfavorável a golpes.

Democracia, liberalismo, crises de identidade, enfraquecimento dos estados nacionais e transformação dos cidadãos em consumidores. Este é o cenário descrito pelo historiador. O presente é o ponto de vista de Carvalho. O autor procura historicizar o seu presente, se afasta do passado, pois esse não dá conta das questões atuais, ao mesmo tempo ele é conservador em relação ao futuro, não questiona a democracia liberal. Para François Hartog, na lógica presentista, a democracia-liberal é vista com um bem em si mesmo. O capitalismo é tratado como algo natural, que está aí e irá continuar.

Outra característica do presentismo é a volatilidade das relações. As pessoas não tem mais razão para se identificar com o Estado e passam a ter múltiplas identidades, se relacionam com diversos grupos. Ao reduzirem sua identidade ao Estado estarão se privando de outras identidades e oportunidades. José Murilo também percebe esse movimento na nossa história. Os mais pobres, cada vez mais reivindicam o direito de consumir. Querem se integrar a lógica de mercado. O Estado não tem muito a lhes oferecer. Quem antes estava fora busca formas de se integrar.

Essas características não estão presas somente no livro analisado. Em resenha sobre Regimes de Historicidade publicada recentemente na revista *História da Historiografia*, o historiador Walderez Ramalho nos demonstra outras possibilidades da aplicação do

presentismo no Brasil. O autor destaca o comportamento de revistas que fazem forte apelo ao instante como algo já histórico.

A proclamação da história já realizada antes mesmo do evento se concluir demonstra a ampliação desmesurada do presente, em detrimento do passado e do futuro. Essa forma de articular o tempo não é exclusiva da chamada “grande mídia” no Brasil, mas um elemento da cultura histórica consolidada em 1989. (RAMALHO, 2014, p.153)

O regime de historicidade presentista de Hartog parece ter chegado ao Brasil. Provavelmente não plenamente. O próprio José Murilo destaca que certas mudanças ainda não atingiram o Brasil, nossa relação com o Estado, por exemplo, ainda é forte. Assim como nossa democracia traçou um caminho único, o nosso presentismo também tem suas peculiaridades. O autor não parece exatamente satisfeito com essa situação, mas demonstra estar conformado. Conformismo, talvez, seja uma palavra chave dentro do presentismo. Para Hartog a aceitação desse mundo de horrores é o horror de que esse mundo pare de funcionar. Não há mais a esperança de um grande dia da humanidade. Com um presente único, estagnado e perpétuo, mais se reage do que se age. O atual governo do PT parece estar inserido nessa lógica. As políticas públicas parecem ser quase sempre emergenciais. Os polêmicos bolsa família, cotas raciais, médicos cubanos e PROUNI são alguns dos exemplos de soluções imediatistas para problemas que são mais profundos. A atenção é toda voltada para programas, em detrimento dos sistemas, como o de ensino e de saúde. Buscam resolver os problemas de forma imediata, parece não existir paciência para desenvolver projetos de âmbito estrutural.

*Cidadania no Brasil* é uma obra histórica que nos possibilita pensar o presentismo dentro da realidade brasileira. Ao que nos parece, José Murilo de Carvalho propõe uma síntese pautada amplamente na perspectiva de tempo presentista. O tempo histórico problematizado por Hartog pode, sim, ser instrumentalizado na historiografia brasileira. Mais do que isso, o presente inflado e o tempo acelerado estão presentes em nossas relações sociais e políticas públicas. Vários historiadores têm sugerido que após 1989 o mundo teria entrado em uma nova lógica, no Brasil podemos considerar 1988 como o marco do nosso presentismo. Depois de um longo período de ditadura a população pode eleger de forma direta um presidente. Infelizmente, isso não foi o suficiente para solucionar os problemas do país, a consequência foi à aceleração do tempo e a busca de soluções imediatas.

**Referências bibliográficas:**

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Trad. Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart; Camila R. Moraes; Maria C. Alencar Silva; Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patricia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ; Contraponto, 2006.

## História, Cultura e Nihilismo em Nietzsche: Esboço de uma investigação

**Raylane Marques Sousa**

Mestranda em História | Bolsista CNPq  
Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG  
[marques.raylane@gmail.com](mailto:marques.raylane@gmail.com)

**RESUMO:** Neste artigo, discutirei sobre a recusa de Nietzsche à ciência da história e à cultura histórica de seu tempo, mediante a análise da obra *Segunda Consideração Intempestiva* (1874). A partir da investigação dos problemas que afetam a história e a cultura alemã no século XIX, a minha análise salientará algumas das razões que levaram Nietzsche a tentar uma ruptura em relação à concepção de ciência e cultura histórica que figura na modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Cultura; Nihilismo; Século XIX. Nietzsche.

**RÉSUMÉ:** Dans cet article, je discuterai sur le refus de Nietzsche à la science de l'histoire et à la culture historique de son temps, par le moyen de l'analyse de l'œuvre *Deuxième Considération Intempestive* (1874). À partir de l'investigation des problèmes qui affectent l'histoire et la culture allemande au XIXe siècle, mon analyse mettra en évidence quelques-unes des raisons qui ont conduit Nietzsche à essayer une rupture en rapport à la conception de la science et de la culture historique qui figure dans la modernité.

**Mots-clés:** Histoire; Culture; Nihilisme; XIXe siècle; Nietzsche.

### Cultura e Historiografia Alemã no Século XIX

No final do século XVIII e limiar do século XIX, a Alemanha encontra-se diante de problemas substanciais que influenciam decisivamente na posição assumida pelos seus historiadores de ofício. Como aponta o historiador espanhol Josep Fontana, dois problemas são mais urgentes: 1) promover a unificação política dos estados-nação e 2) investir na modernização alemã, abstando-se da via revolucionária, alternativa então seguida pela França (FONTANA I LAZARO, 2004, p. 221). A abertura encontrada pelos intelectuais alemães para promover a integração dos estados e incentivar a modernização das unidades que compunham a Alemanha no período é via unidade cultural, e esta pautada na língua alemã. Movidos por esse intuito, os estudiosos alemães trabalham para resgatar elementos considerados representantes da cultura nacional, como mitos, poesias, leis antigas, crônicas medievais. Tais elementos, ao serem reunidos, deveriam contribuir para a criação de um passado clássico comum aos alemães e para a construção da identidade do povo alemão.



Tendo em vista isso, inicialmente, a história faz uso dos métodos de crítica erudita, pegos emprestados do campo da filologia clássica, e tenta aperfeiçoá-los à maneira do trabalho do historiador. O então responsável por introduzir na historiografia alemã o método de crítica erudita da filologia clássica é o historiador alemão Georg Niebuhr. Não obstante, o comumente disseminador do “método científico” na historiografia alemã é Lepold Von Ranke, com suas abstrações sobre o estudo dos fatos passados (FONTANA I LAZARO, 2004, p. 224-225). Também nesse movimento que visa conferir à história um estatuto de cientificidade aparecem como importantes colaboradores os discípulos de Ranke, como Johan Gustav Droysen e Jacob Burckhardt, entre outros<sup>10</sup>. O primeiro alcançou notabilidade através de seus cursos de metodologia da história; o segundo, a partir dos estudos inovadores sobre história da cultura. No mesmo trilho, seguindo o longo processo alemão de unificação política, apresenta-se a consolidação da história como ciência nas universidades alemãs da época. É, precisamente, nessa circunstância, em que a história se esforça para garantir um regime de cientificidade, que Friedrich Nietzsche (1844-1900) escreve sobre a história e a cultura histórica alemã.

Nietzsche, como um homem participante das questões do seu presente, vivencia intensamente o momento em que a história (*Geschichte*)<sup>11</sup> busca equiparar-se às ciências naturais. Na ótica nietzschiana, pensar que a ciência histórica pode equiparar-se às ciências naturais significa admitir que a história obtém respaldo num conhecimento puramente objetivo, imparcial e, desse modo, desprovido de qualquer sentido valorativo. Isto significa executar a subjetividade daquele que conhece em prol de uma neutralidade que se revela inalcançável. À vista disso, na concepção de Nietzsche, a chamada objetividade (*Objektivität*) proposta pelo “método científico” das ciências naturais apresenta-se como pura ilusão, porque todo conhecimento está inextricavelmente envolvido com alguma perspectiva teórica

---

<sup>10</sup> Georg Niebuhr (1776-1831), historiador alemão. Trata-se de um autor citado por Nietzsche, na II Consideração Extemporânea, quando o filósofo refere-se à importância da atmosfera a-histórica para a produção de todo grande acontecimento histórico. Lepold Von Ranke (1795-1886), historiador alemão. É considerado o fundador do historicismo alemão, vertente que Nietzsche tanto critica em seus escritos de juventude. No entanto, Nietzsche o cita várias vezes em sua obra, admirando seu estilo de escrever sobre os fatos passados. Johan Gustav Droysen (1808-1884) estudou em Berlim com Hegel. Ele é contra o Positivismo e a favor do Historicismo. Jacob Burckhardt (1818-1897), historiador suíço da cultura e amigo de Nietzsche na Universidade da Basileia. Em consonância com a concepção de cultura desse autor, Nietzsche desenvolve o seu ideal de cultura. Como se pode ver, em sua obra, Nietzsche dialoga com alguns dos principais teóricos da Escola Histórica Prussiana.

<sup>11</sup> Sobre a história grafada como “*Geschichte*”, Nietzsche trata a tendência dos historiadores modernos em transformar todo fenômeno em conhecimento histórico. Já quando se refere à história grafada como “*Historie*”, Nietzsche apresenta a história como ela se manifesta e é utilizada, sem a pretensão moderna do controle científico. Sobre os significados em torno do conceito de história em Nietzsche, ver a nota de rodapé em: NIETZSCHE, 2005, p. 67. Sobre as transformações filológicas e semânticas em torno do conceito de “história” na língua alemã, ver: KOSELLECK, 2006, p. 41-60.

avaliadora. Entretanto, Nietzsche ainda evidencia outro problema, de natureza diversa, mas que está em correspondência com o outrora explicitado, qual seja: a doença moderna do sentido histórico (*historische Sinn*) de todas as coisas. Na análise de Nietzsche, a ciência histórica na modernidade é contagiada pela febre do sentido histórico, do historicismo, o qual toma todo saber histórico como composto por fatos isolados, autônomos, progressivos, teleologicamente orientados, o que a faz deixar de lado o fortuito, o casual, o contingente, próprio da subjetividade humana.

Diante disso, Nietzsche decide escrever sobre o valor e a necessidade do conhecimento histórico para a vida. Trata-se da obra *Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida* (1874). Esse trabalho pode ser considerado um libelo, no qual ele tece, de forma polêmica e até militante, violentas e severas críticas à história e à “cultura histórica” (*historische Bildung*) alemã moderna, que se desenvolve sobre os alicerces de um saber histórico pretensamente científico, vicioso e paralisador das virtudes humanas.

A “cultura histórica” denunciada por Nietzsche através dos seus escritos se forma a partir do evento político europeu da unidade alemã (1871) pela constituição do império (*Reich*), onde as principais consequências foram: 1) A elevação do rei da Prússia ao estatuto de imperador (*Kaiser*), bem como a promoção de Berlim, a capital da Prússia, a capital do império (*Kaiserreich*); 2) A aceleração do processo de modernização e especialização da economia e 3) O redirecionamento dos estabelecimentos de ensino, principalmente das universidades, para atender às demandas da produção e do mercado, ou seja, tratava-se de formar a inteligência a serviço da propriedade e do lucro, e não a serviço da vida (NORBERT, 2012, p. 14-19).

Nietzsche identifica a “cultura histórica” engendrada pelos eruditos especialistas formados nas universidades alemãs do seu tempo como sendo apenas uma cultivação dos acontecimentos do passado, aglutinação de meras ruínas e relíquias históricas, desprovida de qualquer forma vital. Ele assegura que os historiadores alemães têm o saber e a erudição, mas sem o processo de vida, isto é, eles têm conhecimento do conteúdo histórico, porém tal conteúdo apresenta-se desprovido de sua forma vital, porque eles desconhecem a sua utilidade em prol da vida prática.

De fato, forma e conteúdo são irreconciliáveis nesse tipo de “cultura histórica”. Nietzsche deixa entrever isso em sua já citada obra de juventude *Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida* (1874), quando retrata que a “objetividade de eunucos” e a “doença do sentido histórico”, presentes na cultura histórica alemã contemporânea, tornam

os historiadores passivos e continuadores de estilos anteriores, em vez de ativos e criadores de novos estilos. Para Nietzsche, mostra-se urgente, “mais fervorosamente do que a reunificação política, a unidade alemã no sentido superior, a unidade da vida e do espírito alemães, uma vez destruída a antinomia entre forma e conteúdo, entre interioridade e convenção.” (NIETZSCHE, 2005, p. 107)

Segundo o filósofo, embora a Alemanha tenha alcançado a unidade política e a prosperidade econômica, os alemães, e mais especificamente os historiadores alemães, não têm o que comemorar, pois a Alemanha pós-guerra encontra-se em estado de degenerescência cultural, no qual a “autêntica cultura” alemã, que para Nietzsche é a concepção grega de cultura, a qual não faz distinção entre vida e pensamento, entre aparência e querer (NIETZSCHE, 2005, p. 177), cedeu lugar a uma cultura que era apenas uma saber superficial sobre a cultura, porque mantinha a contradição entre vida e conhecimento e não estava enraizada na vida (NIETZSCHE, 2005, p. 168).

Assim sendo, a cultura que os alemães acreditam ter alcançado após a Guerra Franco-Prussiana e Unificação Alemã, em meio aos conflitos territoriais e ao nacionalismo emergente, para Nietzsche, não é a verdadeira cultura, a “cultura autêntica” (REIS, 2011, p. 137). Não se trata de “um estilo de vida nem uma unidade artística harmoniosa, mas uma desordenada amálgama de todos os estilos” (NIETZSCHE, 2005, p. 60), de “épocas, costumes, obras, filosofias, religiões e conhecimentos estranhos” (NIETZSCHE, 2005, p. 101-102). É, portanto, uma cultura cultivadora da barbárie, a qual perdeu de vista que “o conhecimento histórico, como todo outro conhecimento, deve estar a serviço de uma força não histórica” (NIETZSCHE, 2005, p. 289), isto é, da vida em seu significado criativo. Ao contrário dos historiadores modernos, a cultura, para Nietzsche, “não significa simplesmente saber, ciência, *Wissenschaft*” (COPLESTON, 1958, p. 60), mas unidade entre forma e conteúdo, conhecimento histórico e vida, criação e experimentação.

### **A doença do “século da história”: historicismo**

Em sua *II Consideração extemporânea*, Nietzsche aponta três possibilidades de se conhecer o passado, a saber: a história monumental (*monumentalische Geschichte*), a história tradicionalista (*antiquarische Geschichte*) e a história crítica (*kritische Geschichte*). Na descrição que o filósofo faz dessas três perspectivas de avaliação do passado, ele deixa entrever contundentes críticas ao saber histórico promovido pelos historiadores cientificistas alemães modernos.

A partir do conceito de história monumental, Nietzsche faz uma crítica aos historiadores que tomam como dignos de imitação unicamente os exemplos dos grandes homens, e descartam assim o valor dos feitos dos homens comuns do presente. O autor alemão defende o estudo daquilo que a antiguidade produziu de clássico, mas afirma que é impossível o retorno regular do clássico, devido às mudanças e às deformações ocorridas pela passagem do tempo. Para Nietzsche, enquanto a historiografia alemã moderna se baseia na história monumental, fechando-se somente na análise dos feitos dos grandes homens do passado e esquecendo-se dos feitos dos homens do presente, a história será uma deformação do real, tal como ele acredita ser a poesia.

A mais dura crítica de Nietzsche é contra o modo conservacionista de fazer história. Segundo o filósofo, os historiadores conservacionistas são aqueles que cultivam, se possível, todos os objetos do passado, como um “ferro-velho ancestral” (*Urväter-Hausrath*), onde tudo o que é bolorento, velho, é digno de ser guardado como patrimônio para a sociedade vindoura. Esta forma de avaliar o passado, atribuindo às coisas grandes e pequenas um valor semelhante, Nietzsche considera um erro irreparável. Trata-se de um problema avaliar tudo a partir da mesma escala de valores, porque as coisas minúsculas passam a ter a mesma importância dada às coisas mais excelentes. O autor afirma que a paixão pelo antigo e, conseqüentemente, a veneração do pretérito, desencadeia no historiador moderno um espírito colecionador, de forma que o novo, o que está em vias de florescer, é rejeitado e esquecido em detrimento do velho, do bolorento.

Além da forma monumental e tradicional de investigar o pretérito, tem-se um terceiro modo, o crítico. Para Nietzsche, a história crítica tem a função de interrogar o passado, colocando-o frente ao tribunal da história, para julgá-lo de acordo com as inquietações propostas pelo presente. O problema desta forma de se olhar o passado está no exacerbado senso de justiça que o historiador desencadeia, o qual o faz condenar todo o passado, porque o sentimento de justiça não pode ser considerado imparcial. Desta forma, o seu veredito é sempre a favor de uma determinada época em detrimento de outra. Esse tipo de história, cuja divisa é: “Faça-se a verdade, ainda que o mundo pereça” (*Fiat veritas, pereat vita*), na opinião de Nietzsche, é um processo perigoso para vida, porque um julgamento incoerente de determinada época pode desencadear no presente e no futuro algo ruim para a saúde de um homem, de um povo, de uma cultura (*Kultur*).

O importante ao analisar essas três formas de se lembrar o passado é perceber como Nietzsche sugere que o homem moderno, o homem reproduzidor da “cultura histórica”,

pense sobre o passado, não de forma factual, apenas como o que já passou, mas como baliza para se pensar o presente e projetar o futuro.

O filósofo enfatiza que o conhecimento histórico produzido na modernidade não passa de um saber nocivo à cultura, e isto porque os historiadores oitocentistas entendem o tempo apenas como sucessão de acontecimentos, e o passado apenas como reservatório dos fatos encadeados entre si. Tal forma de saber ignora as temporalidades históricas e a vida em prol de uma objetividade factual ilusória.

Não obstante, Nietzsche não deprecia o valor dos estudos históricos, pelo contrário, ele afirma que a vida tem necessidade do serviço da história. A crítica do autor repousa sobre o “método científico” utilizado pelos historiadores modernos na decomposição e análise dos fatos históricos. Segundo Nietzsche, tal forma de dissecação dos fatos históricos ignora a contribuição e, porque não, a parcialidade da subjetividade humana, e colabora para a reprodução de um tipo de “cultura histórica” preocupada apenas com a cultivação dos fatos passados, portanto sem qualquer liame com a vida.

Para Nietzsche, o problema da ciência moderna e, em específico, da ciência histórica, está no método de busca da verdade dos fatos, que não aceita instâncias, intermediários, entre o conhecimento e sua aplicação na prática. Ainda segundo Nietzsche, a ciência moderna, e neste meio se inclui a ciência histórica, é um mal degenerador porque promove a cisão entre o conhecimento e a vida, isto é, entre um conhecimento, que quer ser puramente objetivo, comprovável cientificamente, e a vida, a subjetividade humana, a interioridade daquele que conhece. De fato, a intenção da ciência moderna é superar pela via do conhecimento objetivo dos fatos a causalidade, o fortuito, o contingente, da experiência subjetiva humana. Contra esta pretensão da ciência moderna e dos homens modernos à verdade objetiva dos fatos e exclusão total do elemento subjetivo na elaboração do conhecimento, Nietzsche insurge-se em sua obra. Diante do exposto, acredita-se que a objetividade (*Objektivität*) ilusória é um dos problemas que afetam a história na modernidade.

Entretanto, Nietzsche ainda evidencia outro problema, de natureza diversa, mas que está em correspondência com o outrora explicitado, qual seja: a doença moderna do sentido histórico (*historische Sinn*) de todas as coisas. Na análise de Nietzsche, a ciência histórica na modernidade é contagiada pela febre do sentido histórico, do historicismo, o qual toma todo saber como saber histórico composto por fatos isolados, autônomos, progressivos, teleologicamente orientados, o que a faz deixar de lado o fortuito, o casual, o contingente, próprio da subjetividade humana.

Com efeito, segundo Nietzsche, o que há de prejudicial no excesso de sentido histórico na modernidade é o perigo de sacrificar o presente em detrimento de uma fixação pelo passado. Assim, para determinar até que ponto a abordagem histórica é salutar para o indivíduo, para o povo ou para a cultura (*Kultur*), Nietzsche sugere que seja desenvolvida a “força plástica”, força criadora, remodeladora do passado, que delimite até que ponto o passado deve ser esquecido, ou o inverso, até que ponto deve ser lembrado. Para medir o grau de “força plástica” do indivíduo, do povo ou da cultura em questão, “força que permite a alguém desenvolver-se de maneira original e independente, transformar e assimilar as coisas passadas ou estranhas, curar as suas feridas, reparar as suas perdas, reconstituir por si próprio as formas destruídas” (NIETZSCHE, 2005, p. 73), o filósofo alemão afirma que é necessário ter uma natureza com raízes profundas e vigorosas, porque assim maior é a parte do passado que o indivíduo pode assimilar ou acolher. Se tal natureza não pode mais abarcar qualquer acontecimento passado, longínquo ou próximo, ela o esquece; o horizonte está fechado e nada mais se pode lembrar para além desse horizonte. Do contrário, uma natureza fraca, sem raízes profundas e fortes, que não reconhece limite, de tudo se apropria; atrai para si qualquer acontecimento passado, é egocêntrica. Não reconhece, portanto, a “lei geral” que diz que “cada ser vivo não pode ser sadio, forte e fecundo senão no interior de um horizonte determinado” (NIETZSCHE, 2005, p.74).

### **Niilismo**

De acordo com a reflexão de Patrick Wotling, o termo niilismo (*Nihilismus*), na obra de Nietzsche, significa “desvalorização dos valores supremos” e adquire esse sentido após a famosa sentença nietzscheana “Deus está morto!” (WOTLING, 2001, p. 38), proferida no parágrafo 125, do livro *A Gaia Ciência*. Segundo a interpretação de Wotling, para compreender o niilismo em sua correta dimensão, é necessário distingui-lo em duas formas, a saber: o niilismo passivo e o niilismo ativo. Nos dois casos, o autor menciona a existência dum deslocamento entre os degraus de potência das pulsões, que faz com que os ideais se exprimam através do sistema de valor em vigor (WOTLING, 2001, p. 38). Na primeira leitura de Wotling, o niilismo passivo significa, por assim dizer, um erro de alvo, mira. O que domina o mundo é o sentimento generalizado de tristeza, desencorajamento, paralisia e crença no nada, porque o mundo não é mais o que o homem moderno acreditava que ele valia. Wotling denomina isso de “niilismo do declínio, do esgotamento, de uma forma de imersão

no pessimismo e no sentimento inibidor do vazio de todas as coisas, nada tem valor, nada vale a pena.” (WOTLING, 2001, p. 38)<sup>12</sup>

Ao contrário do niilismo passivo, o niilismo ativo é criador, e é caracterizado pela satisfação, pelo contentamento, pela “alegria do espírito” (*gaieté d’esprit*), como Nietzsche frisa no parágrafo 343, da obra *A Gaia Ciência*. Na segunda leitura de Wotling, o niilismo ativo experimenta a situação de desencantamento como forma de estímulo para a criação de novos valores, de novas interpretações das coisas e do mundo. Como coloca Wotling, essa atitude do homem moderno, de tentar criar novos valores no momento de desabamento dos antigos valores, indica “o reconhecimento em face do caráter insondável e proteiforme da realidade, e da vida, que se diverte dos nossos esforços para fixar uma forma fácil de governá-la.” (WOTLING, 2001, p. 39)<sup>13</sup>

Segundo Nietzsche, a crença da ciência, da história e da cultura ocidental nas categorias da razão é a causa da doença do niilismo. Para Nietzsche, a história da humanidade inicia o seu projeto baseada na primeira forma de niilismo, o niilismo negativo. Ou seja, é segundo o princípio da negação real e efetiva da vontade que a história se desenvolve e se faz. Da mesma forma, apresenta-se a cultura ocidental como domesticadora dos instintos humanos, como negação da força vital. O niilismo negativo promove a instauração dos valores religiosos, isto é, dos valores metafísicos, que invertem as relações e provocam no homem moderno a supervalorização do suprassensível e a vontade de um além-mundo.

Como enfatiza Nietzsche, a crença na racionalidade hegemônica no século XIX, é a fonte essencial por meio da qual se desenvolvem todos os valores supremos sustentados na modernidade.

## Bibliografia

COPLESTON, Frederick S.J. *Nietzsche: filósofo da cultura*. Trad. Eduardo Pinheiro. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958, p. 60.

FONTANA I LAZARO, Josep. Historicismo e nacionalismo. In: *A história dos homens*. Tradução: Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando Da Costa. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 221.

---

<sup>12</sup> “Il s’agit donc d’un nihilisme du déclin, de l’épuisement, d’une forme de immersion dans le pessimisme et le sentiment inibant de la vacuité de toute chose rien n’a de valeur, rien ne vaut la peine.”

<sup>13</sup> “La reconnaissance face au caractere insondable et protéiforme de la réalité, et de la vie, qui se joue de nos efforts pour la fixer dans une forme facile à maîtriser.”

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. In: *Escritos sobre história* (Org: Noéli Correia de Melo Sobrinho). Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005, p. 67.

NORBERT, Elias. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Editado por Michael Schröter. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 60-61.

REIS, José Carlos. *História da Consciência Histórica ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 137.

SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. *Escritos sobre Educação*. 6. Ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2012, p. 14-19.

WOTLING, Patrick. *Le vocabulaire de Nietzsche*, Paris, Ellipses, 2001, p. 38-39.



## A Crônica Franciscana na Nova Galícia e na Nova Granada (Século XVI): Fragmentos de uma Historiografia Indiana

Thiago Bastos de Souza

Mestrando

PPGH - UERJ/IBPA

[toca98@hotmail.com](mailto:toca98@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo busca apresentar algumas reflexões – ainda em estágio inicial – sobre a produção das crônicas coloniais no Novo Mundo – Índias Ocidentais espanholas -, tendo como foco algumas crônicas franciscanas produzidas na Nova Espanha/Galícia e Nova Granada no século XVI, visando corroborar a idéia do Historiador Francisco Esteve-Barba e sugerindo a existência de uma Historiografia Indiana.

**PALAVRAS-CHAVES:** Crônica; Historiografia Indiana; Franciscanos; Nova Espanha; Nova Granada

**ABSTRACT:** This article aims to present some reflections - still in initial stage- about the production of colonial chronicles in the New World – Spanish West Indies - focusing on some Franciscan chronicles produced in Nueva España / Galicia and Nueva Granada in the sixteenth century. It aims to corroborate the idea of the Historian Francisco Esteve-Barba, and suggests the existence of an Indian Historiography.

**KEYWORDS:** Chronicle; Indian Historiography; Franciscans; Nueva España; Nueva Granada.

Ainda que largamente utilizada para a produção de grandes estudos historiográficos nos anos 1990 - conjuntura em que notamos uma grande aproximação entre história e antropologia, a produção de teses culturalistas, bem como transformações e “passagens” da História das mentalidades à História cultural (VAINFAS, 1997)-, a crônica não foi sempre e enfaticamente problematizada por essa historiografia como uma forma de escrita das Índias Espanholas. Os direcionamentos historiográficos nesse contexto, no que se refere aos temas e análises relacionados à colonização espanhola, tendem a modelos explicativos, e as discussões podem ser mapeadas por meio de palavras-chaves, como: conquista/colonização, encontro/choque de culturas, cópia, duplicata, ocidentalização.

Notamos, entretanto, que, nos anos 1960, Francisco Esteve-Barba (ESTEVE-BARBA, 1964), por meio de um livro intitulado *Historiografia Indiana*, lança uma primeira sistematização sobre essas crônicas, apresentando um breve catálogo do que, segundo ele, seriam todos os tipos de variações de crônicas produzidas nas possessões espanholas.

Partindo do princípio de que, por meio da expansão colonial, existe um paulatino processo de mundialização ibérico/espanhola, podemos sugerir que os processos de colonização iniciados no Novo Mundo apontam para uma reavaliação, ou reordenação, da organização “Mundial”. O Historiador Raminelli (RAMINELLI, 2008, p. 17), ao avaliar a formação do império português no ultramar - dentro de uma ótica de expansão global -, sugere que a colonização proporciona “(...) a circulação de bens, pessoas e instituições (...)”, ou seja, a inserção do europeu, ocidental, em diversas partes do globo. Ainda que em constante mescla com diversas formas de organizações socioculturais, faz com que a irrupção de instituições e de formas de viver, que carregam muito do Velho Mundo, se torne uma espécie de “denominador comum”, ou elementos culturais, facilmente reconhecíveis: cristianismo, organização administrativa, indumentária, hábitos, estrutura sanitária, organização urbana distinta, entre outros aspectos.

No que tende à “circulação de bens, pessoas e instituições”, supomos que, por mais que as evidenciações institucionais, administrativas, ou mesmo conquistadoras, sejam as mesmas nos mais diversos cantos do globo, ainda assim, como nos lembra Eliott (ELLIOT, 2004), cada contexto colonial é um contexto, com suas peculiaridades, inovações e improvisos.

É possível supor que existe uma homologia política e institucional na expansão espanhola pelo mundo, ou seja, há uma estrutura (arquétipo) política que conforma as crônicas, porém elas são também fragmentadas, visto que registram, criam, ou distorcem a realidade de contextos distintos – já que são marcadas pelo ato de relatar dos “inventores” da América -:

The fact that they recorded a new reality also endows these writings with an enormous intrinsic interest. As they "invented" the New World, to use Edmundo O'Gorman's famous phrase, the early writers framed the founding images and topics — of Utopia, civilization and barbarism -which would resonate in European and Latin American writings, as well as influence colonialist policies, for centuries to come. At the same time, for the players of the Conquest writing to the Crown was more a routine than a reflective act, an act of obligation, service and reporting. (MERRIM, 1996, p. 59)

O ato de registrar, o relato, cerceado por um horizonte de expectativa europeu, projetado em um novo espaço social, no qual reside a busca pelo fantástico, ou ainda, no qual o imaginário penetra no real- como apontaria Backzo (BACZKO, 1985)-, são as características inerentes à crônica. Além da conjuntura política, este tipo de texto nos permite

pensar em uma historiografia indiana que, segundo Esteve-Barba (ESTEVE-BARBA 1964), abarca as possessões espanholas no Novo Mundo, ou América, entre os séculos XVI-XVIII.

A possibilidade de administração da coroa foi aparentemente condicionada pelo olhar do viajante, conquistador, religioso, burocrata, mestiço e até mesmo indígena<sup>14</sup> ou, recorrendo mais uma vez a Merrin:

(...) So it was that men of arms, at times ill-prepared for the task, became men of letters, who could create texts as nuanced and strategically crafted as many works of literature. Carefully couched in the languages of success, they would proffer their failures. So it was, too, that their texts would often acquire a complexity proportionate to those of the malfeasances of which the authors seek to render accounts (...).

Entretanto, a escrita das Índias, ou Historiografia Indiana, campo aberto a inumeráveis possibilidades de interpretação e articulação, é mais que uma hipótese, ou uma expectativa. Para isso, podemos operacionalizá-la por meio de três noções/conceitos:

A primeira seria a noção de família textual, apresentada por Stephanie Merrim, para avaliar o que seriam os 50 primeiros anos da produção historiográfica no Novo Mundo:

For these reasons, and for the purposes of analysis, we might therefore understand the historiography of the first fifty years of the Hispanic New World as a textual "family" and series. As in any family, its members at once share certain defining traits and retain their individuality. In order to showcase both familial aspects, of communality and uniqueness, we shall treat the works as a textual series, drawing comparisons between them and showing how they echo and fold back on each other. (Merrim, 1996, p. 60)

Ainda que Merrim direcione a noção de família textual a um contexto específico - noção essa que também pode ser encontrada em reflexões de Walter Mignolo (MIGNOLO, 1982) sobre as crônicas coloniais-, entendemos que esta noção é mais que uma característica literária ou estilística que aproxima escritos diversificados, é fruto de um evento conjuntural. Dessa forma, os agentes histórico-sociais precisam esclarecer e justificar o que estão vivendo.

A segunda noção operacional é a de *convencionalidade cultural*, apresentada por Jose Boixo. Esta se apresenta como uma importante chave e, como ele, acreditamos na necessidade e na possibilidade de alocar a crônica em um quadro de referências comum, de possibilidades conceituais referentes a uma determinada época, ou a um determinado contexto. A Definição de crônica no momento da conquista não pode ser a mesma de outros contextos:

---

<sup>14</sup> - Sobre a produção textual de indígenas e mestiços não confeccionada no espaço interno, específico, oficial, mas nas franjas do arcabouço de ocidentalização, vinculada e remetida à ordem da monarquia, ver as reflexões sobre Garcilaso de la Vega e Poma de Ayala, elaboradas por Garcindo (GARCINDO 2013).

Ciertamente, los términos ‘cronica’ y ‘cronista’, al ser de origen medieval, pierden su significado original a partir del siglo XVI. Su proveniencia hay que explicar por el carácter oficial que la corona da al cargo de ‘cronista’ hasta el siglo XVIII. (...) En realidad el cargo de ‘Cronista de índias’ se crea por primera vez en 1526. (BOIXO, 1999, 227)

O terceiro critério de operação por meio do qual avaliamos a historiografia indiana é o conceito/noção de campo apresentado por Bourdieu (Bourdieu, 2011). Entendemos que a oficialização do cargo de cronista pela coroa espanhola no século XVI faz com que o ato de relatar, logo de concepção e apreensão de um presente-passado, seja sustentado politicamente, ou seja, relatar e apresentar o ocorrido, mais que um exercício particular, se tornou um dever político da coroa, já que essa função ficará a cargo do cronista mayor de Índias. Será ele quem terá autorização/poder para reivindicar os escritos produzidos no Novo Mundo, a fim de compor as Relaciones ou Historias Generales. A respeito, Esteve-Barba comenta:

En 24 de septiembre de 1571 se publican, como consecuencia de la visita, unas ordenanzas, entre las que nos interesa, sobre todo, la tercera. (...) se ordenaba ‘tener siempre hecha descripción y averiguación cumplida y cierta de todas las cosas del Estado de las Indias, así de la tierra como de la mar, naturales y morales, perpetuas y temporales, eclesiásticas y seglares, pasadas y presentes y que por tiempo serán, sobre que puede caer gobernación y disposición de ley, y según la orden y forma del título de las descripciones, haciéndolas executar continuamente con mucha diligencia y cuidado’. Este título de las descripciones, que no ha llegado a nosotros, era sin duda, una disposición legal con instrucciones concretas para hacer conforme a ellas las descripciones histórico-geográficas, y desde luego daba normas al escribano de cámara de gobernanación para asentar en el Libro de las descripciones que tenía a su cargo cuanto se fuera recibiendo de nuevo (Ordenanza 75). Al mismo tiempo, dicho escribano debía facilitar al cronista cosmógrafo todo lo que viniera de las Indias tocante a historia o cosmografía ‘para lo que ordene, ponga en forma, corrija y verifique las tablas de dicho libro’. Estas disposiciones contenían, pues, en germen, un centro de investigaciones científicas relativas a América o, más concretamente, si tenemos en cuenta las obligaciones que se imponían al Cronista cosmógrafo, un plan para escribir una vasta enciclopedia americana referida a la geografía, a la etnografía y la historia natural del Nuevo Mundo (...) Por su parte, el cosmógrafo cronista debe recoger los testimonios verdaderos, asentar la exactitud histórica y colaborar por este medio en el mejor régimen de los lejanos países (...). (ESTEVE-BARBA, 1964, p.112/113)

A partir dessa ordenança, percebe-se que os cronistas e as crônicas formaram parte de uma espécie de “sistema” que conectava e possibilitava o trânsito e a circulação de informações vinculadas aos vários contextos com os quais entravam em contato no mundo colonial. É possível sugerir, ainda, a existência de um campo político oficial, de trânsito pelo qual circulam as crônicas coloniais, ou para os quais elas devem convergir. Há, então, a existência de um “espaço” entre uma produção cultural e o local de produção dessa cultura, o

campus, que se constitui nessa lacuna intermediária, dotado de agentes sociais e instituições e que possui características e normatividades próprias.

E importante perceber que os agentes sociais, ou o cronista, circulam dentro de um campo de possibilidades gerado pela oficialidade política da escrita, ou atendem a determinadas normativas, porém esses agentes, dentro de seus determinados grupos – religiosos, índios, conquistadores, mestiços, poetas, viajantes, entre outros -, não deixam de possuir aspirações e necessidades próprias. Por meio de um *habitus*, interiorizam demandas externas, mas também exteriorizam suas demandas e consolidam seu espaço e interesses, por meio das mais diversas capacidades de adaptação e refração.

Sendo ainda mais claros, um mesmo indivíduo, ou cronista, pode transitar por diversos campos e microcampos, trocando experiências com eles, ainda que exista uma estrutura política maior, detentora da permissividade do que se escreve, que é a coroa.

Para usar uma expressão cara a Jacques Revel (REVEL, 1998), ainda que exista uma tentativa de oficialização da administração da vida social, isso não impede que exista um “jogo de escalas”. Ao mesmo tempo em que os cronistas e ordens religiosas atendem a demandas políticas, atendem também a necessidades internas e regionais de uma sociedade que aos poucos será colonial e consolidada. Como nos lembra Hausberg e Mazin:

(...) Aún cuando se insistió en la reivindicación local, no se renunció al universalismo propio de la ‘monarquía católica’. Las vidas de muchos autores transcurrieron en ambas orillas del Atlántico; algunos transitaron incluso del virreinato septentrional al meridional y viceversa. En consecuencia, sus escritos se hacen eco de la circulación de hombres, ideas y objetos, de suerte que la literatura de finales del siglo XVII es hispánica antes que ‘andaluza’, ‘peruana’ o ‘mexicana’ (HUSBERG; MAZÍN, 2011, p. 294)

Os instrumentos teóricos que buscamos em Bourdieu (BOURDIEU, 2011) nos permitem observar, em primeiro lugar, que o cronista é um agente que tem como característica transitar por espaços diferentes de produção cultural. Corroborando alguns pressupostos bourdieusianos, notamos que os microcampos que compõem a historiografia indiana, dotados de autonomia, também apresentam capacidade de refração, ou buscam estratégias para existirem entre o oficial e o não oficial.

A autonomia do campo, como no caso das ordens mendicantes, sobretudo os franciscanos, não ocorre em desconexão com um campo de poder maior, que é o de oficialidade da escrita, no qual notamos o cronista maior de índias como o principal expoente, e sim em articulação com ele.

### **A Crônica franciscana: uma das muitas escalas de variações da Historiografia Indiana – Nova Galícia/España, Nova Granada.**

Nossa intenção em fazer breves comentários sobre a crônica franciscana consiste em indicá-la como uma das muitas escalas da Historiografia Indiana, e certamente como um microcampo privilegiado, com interesses e demandas internas, inerentes à ordem e aos seus determinados contextos geográficos, mas sempre em diálogo/conexão com o campo maior de escrita, oficializado pela coroa, logo pertencente também a uma *convencionalidade cultural* e a uma *família textual*, e esta inserida em uma conjuntura política, que funciona como uma espécie de balizador do que é permitido, mas que ao mesmo tempo oferece diversos subterfúgios.

Notamos, na produção religiosa, em nosso caso a franciscana, elementos comuns à confecção da escrita que são perceptíveis em zonas distintas de colonização. Tendo como referência leituras prospectivas dos escritos de Fray Toríbio Motolinia (MOTOLINIA, 1984) e Gerónimo de Mendieta (Mendieta, 1870), cronistas atuantes na colonização e organização da Nova Espanha, e de Fray Pedro de Aguado (AGUADO, 1916), presente em outro extremo da conquista colonial, a Nova Granada, percebemos, ainda que os contextos geográficos e coloniais sejam distintos, a existência de uma conformidade, ou direcionamentos, nas informações presentes nos textos, ou uma forma de visão/intenção do mundo que se observa e se cria, principalmente por meio da expectativa.

Como sustenta Esteve-Barba:

(...) Así, pues, cada historiador es como un nuevo Heródoto: triple padre a un tiempo de la Historia, de la Etnografía y de la Geografía, a la vez alborozado y extrañado ante el contacto imprevisto con los nuevos aspectos que se van presentando a sus ojos. (...). (ESTEVE-BARBA, 1964, p.12)

Nos dois extremos do Novo Mundo, os franciscanos estão preocupados em desbravar territórios, naturalmente para cristianizá-los e submetê-los/reconduzi-los à administração da Igreja.

Essa iniciativa, que possui como principal referência as Sagradas Escrituras, conforma, baliza os textos, e não pode deixar, em alguns momentos, de ser vista como uma projeção do imaginário sobre o real. Isso pode ser notado nos diversos relatos de intervenção da providência divina, de atuações demoníacas no cotidiano da conquista e na busca incessante pelo batismo como elemento de salvação e conversão, algo que suscita, inclusive, divergências entre alguns franciscanos na Nova Espanha.

Porém, além de traços que se inserem em uma tentativa de conquista do imaginário, ou cristianização do imaginário, como propõe Gruzinski (GRUZINSKI, 2003), existem outros menos chamativos, mas que também estão presentes na forma de se estruturar a crônica dos franciscanos, ou na preleção de informações que devem compor o que em algum momento será a *Relación* ou *Historia General*. Identificamos esses aspectos como sendo: a chegada dos 12 apóstolos franciscanos ao México em 1524; a presença entre eles de frei Martín de Valencia; desenvolvimento da ordem e a instalação das primeiras *parroquias*; morte de franciscanos que se aventuraram na conversão em zonas ou locais menos povoados ou de população mais hostil; inserção paulatina das demais ordens religiosas; necessidade de construção de uma rede de comunicação entre os mendicantes; preocupação com a idolatria; preservação e transformação dos costumes locais; tentativa de registro de uma história recente da inserção dos franciscanos no Novo Orbe

Evidentemente que essas propostas de registro se adequam às peculiaridades de cada local, todavia, ainda que a geografia, a língua e os nativos sejam distintos e, por consequência, também os desafios, a motivação missionária parece ser a mesma: evangelizar.

Existem extremos e diferenciações na produção das crônicas, porém esses fragmentos, que oscilam entre a oficialidade e a possibilidade de solicitação dos escritos por parte de cronistas, como Antonio de Herrera y Tordesillas e Gil González Dávila, e a produção missionária dos franciscanos estão conectados a um campo, ou mesmo a um denominador comum, que seria a Historiografia Indiana.<sup>15</sup>

Uma boa sugestão de equiparação de textos para se observar a transformação e a concomitância de problemas em áreas distintas, bem como a transformações dos costumes, as dificuldades difundidas durante o processo de conversão e as similaridades que existem nas ações de cristianização pode ser vista em um fragmento de *Historia Eclesiástica Indiana* de Geronimo de Mendieta (MENDIETA, 1870), mais precisamente: capítulo XXXIV. “Del daño que ha hecho y hace el llamarte a los españoles, para La cristandad de los Indios” e no

---

<sup>15</sup> - Porém é necessário dizer novamente que, ainda que distinções geográficas e socioculturais quanto aos territórios coloniais sejam perceptíveis, uma mesma conjuntura política pode dar um contorno ou um sentido comum a essas distinções. Interessante trabalho é o de Patrícia Faria, ao analisar a produção textual de dois cronistas Franciscanos: Frei Buenaventura Salina y Córdoba e Frei Miguel da Purificação. O primeiro residente em Lima e o segundo, em Goa - Índias espanholas e portuguesas, respectivamente-, porém inseridos em contextos políticos comuns: a expansão ultramarina e a União Ibérica. Faria, por meio de uma análise comparativa, irá mostrar como esses cronistas, habitando espaços sociopolíticos distintos, destinam seus escritos a um único fim: a reivindicação de direitos e reconhecimento eclesiástico dos franciscanos nascidos nas Índias (*Filhos das índias*) em relação aos peninsulares. (FARIA, 2013)

XXXV: “En que se suman muchas cosas que para la cristandad de los indios han hecho y hacen daño” do livro quarto e na introdução de *Historia de Santa Marta y Nuevo Reino de Granada* do frei Pedro de Aguado (AGUADO, 1916).

Concluindo essa reflexão, ainda em estágio inicial, podemos dizer que pensar a historiografia indiana nos leva a avaliar constantemente o papel da escrita e a capacidade que ela possui de fazer com que centro e periferia no mundo colonial alternem suas posições. A oficialização do cargo de cronista por parte da coroa e a institucionalização da forma de se organizar o passado são as bases de sustentação política para a existência desse campo historiográfico indiano, porém ele não possui apenas dimensões exógenas, com vias a nutrir as curiosidades da velha Espanha, mas também endógenas, que são orientadas em função dos direcionamentos e interesses dado pelos atores e grupos sociais às suas superfícies sociais específicas.

A regionalidade pode converter-se em centralidade, a partir do momento em que admitimos que as informações produzidas, ao ocuparem um espaço nos olhares dos diversos inventores das Américas, são oriundas de um processo constante de circulação que desperta o interesse nas zonas periféricas. Sendo assim, centralidade e *periferialidade*, na forma de escrita das Índias, é apenas uma questão de ponto de vista, ou quem sabe de alteridade.

O cronista, colono, viajante, funcionário, indígena, posteriormente, crioulo e mestiço são todos, em última instância, pertencentes ao mundo criado, ou duplicado pelas monarquias ibéricas, ou, em nosso caso propriamente dito, a Espanha. São, também, em últimas instância, membros de uma sociedade de corte, ou de uma corte cristã. Acessar as diversas instâncias dessa corte depende do lugar ocupado no tabuleiro dos interesses coloniais, mas todos em sua medida participam dela.

Então é preciso entender a escrita primeiramente como um elemento administrativo, a serviço da coroa, e respaldado politicamente. Os interesses, evidentemente, coexistem, se articulam e se sobrepõem, a partir do momento em que o Novo Mundo moderniza o velho, em que uma ordem colonial, ou uma sociedade colonial, com interesses próprios – mas ainda criada sob os ideais e arquétipos da velha- passa a existir, porém não devemos nos esquecer de que é a expansão comercial que promove o fim do “enclausuramento” do mundo. Para usar uma expressão cara a O’Gorman (O’GORMAN, 1992), será a escrita, e o ato de produção da história, inicialmente como relato, a responsável por amarrar as conquistas e a expansão.



A escrita é, como nos lembra Certeau (CERTEAU, 2000), um instrumento técnico que promove o contato entre os contemporâneos e os mortos, possui um local sociopolítico, econômico e cultural de produção. Advogar por uma historiografia indiana é supor que, no avançar do comércio, da burocracia e da escrita – estando esta sempre articulada a um jogo de escalas-, esses instrumentos de administração são também instrumentos de autoridade e regularização da expansão. Esses aspectos estão presentes em uma ótica de produção textual fragmentária, inerente à dispersão geográfica e suas especificidades, mas estão inseridos em uma homologia que se caracteriza pela temporalidade dos séculos XVI-XVIII, pela existência de famílias textuais e, sobretudo, por uma convencionalidade cultural.

### **Bibliografia:**

AGUADO, Fray Pedro de: *Historia de Santa Marta y Nuevo Reino de Granada*. Tomo. I. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Jaime Ratés, 1916.

BACKZO, Brosnilaw. A imaginação social, in LEACH, Edmund ET alii. *Anthropos-homem*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BOIXO, J. Hacia una Definición de las Crónicas de Indias. *Anales de Literatura Hispanoamericana*, Madrid, v. 28, n. 1. 1999. p. 227-237.

BOURDIEU, Pierre *O Poder Simbólico*. Ed: 15ª. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Ed: 2ª Trad, Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ELLIOT, J.H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. V1. América Latina Colonial. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1997.

ESTEVE-BARBA, Francisco. *Historiografia Indiana*. Madrid: Editorial Gredos, 1964.

FARIA, P. O sangue e a fé: escrita e identidade de franciscanos nascidos em espaços coloniais ibéricos (Lima e Índia Portuguesa, século XVII). *Estudos Ibero-Americanos PUCRS*, Rio Grande do Sul, v. 37, n.1, jan/jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/8327>> Acesso em: 13/09/2013

GARCINDO DE SÁ, Eliane. *Mestiço: Entre o Mito, a Utopia e História*. Reflexões sobre a Mestiçagem. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2013.

GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI – XVIII*. Trad. Beatriz Perrone-moisés São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HAUSBERG, B; MAZÍN, Ó. Nueva España: los años de autonomía. In: GARCÍA, E. V. et al. *Nueva Historia General de Mexico*. México D.F.: El Colégio de México, 2011, p. 263-306.

MENDIETA, Fray Gerónimo de. *Historia Eclesiástica Indiana*. México: Antigua Librería Portal de Augustinos n. 3, 1870.

MERRIM, Stephanie. The first fifty years of Hispanic New World historiography: the Caribbean, Mexico, and Central America. In: ECHEVARRÍA, R; PUPO-WALKER, E. (org) *The Cambridge History of Latin American Literature*. V1. Discovery to Modernism. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 58-100

MIGNOLO, Walter. Cartas, crónicas y Relaciones del descubrimiento y la conquista. In: Luis Iñigo Madrigal (Coord), *Historia de la literatura hispano-americana*. Epoca Colonial. Madrid: Cátedra, 1982. Tomo I

MOTOLINIA, Fray Toribio. *Historia de los Índios de La Nueva España*. Relación de los Ritos Antiguos, Idolatrias y Sacrificios de los Indios de la Nueva España, e de la Maravillosa Conversión que Dios en Ellos ha Ibrado. Mexico: Editorial Porrúa, S.A, 1984.

O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. Ed. 1ª Trad: Ana Maria Martinez Corrêa; Manoel Lelo Belloto. São Paulo: UNESP, 1992.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo. Alameda editorial. 2008.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. Ed. 1ª. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VAINFAS. R. Historia das mentalidades e história cultural, In: *Dominós da história*. Ensaios de Teoria e metodologia, Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-164.

## Sobre gatos, livros e revoluções: as querelas intelectuais de Robert Darnton e Roger Chartier

**Victor Callari**

Mestrando em História e Historiografia

Universidade Federal de São Paulo

[victorcallari@hotmail.com](mailto:victorcallari@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo analisa os debates entre Robert Darnton e Roger Chartier, desde as críticas desenvolvidas pelo historiador francês ao estudo intitulado “O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa”, passando pelas diferentes interpretações acerca das origens da Revolução Francesa, o papel dos livros nesse processo, até o desenvolvimento de dois caminhos diferentes para a consolidação do campo conhecido como História do Livro e da Leitura.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Cultural; Historiografia; Robert Darnton, Roger Chartier;

**ABSTRACT:** This article analyzes the debates between Robert Darnton and Roger Chartier, from criticism developed by French historian to the study entitled "The great slaughter of cats and other episodes in French cultural history" through different interpretations of the origins of the French Revolution, the role of books in the process, to the development of two different paths to the consolidation of the field known as the history of books and reading.

**KEY-WORDS:** Cultural History; historiography; Robert Darnton, Roger Chartier;

### Introdução

Robert Darnton e Roger Chartier são dois dos historiadores mais influentes de sua geração. O primeiro nasceu em Nova Iorque, Estados Unidos, em 1939, formou-se em Publicidade e Jornalismo na Universidade de Harvard e doutorou-se historiador pela Universidade de Oxford em 1964. É presidente do *American Historical Association* e da *International Society of Eighteenth-Century Studies*. Foi professor da Universidade de Princeton entre os anos de 1968 e 2007, durante esse período dedicou-se aos estudos culturais e culturais populares da França do século XVIII com ênfase nos meios de comunicação e na história e circulação dos impressos, gênero hoje conhecido por História do Livro e da Leitura. Após esse período se tornou diretor da Universidade de Harvard e em seus cinquenta anos de carreira, publicou mais de quinze livros, além de inúmeras outras obras em conjunto, trabalhos em periódicos, além de ter apresentado diversas palestras e seminários.

Dois aspectos da vida de Robert Darnton tiveram forte influência sobre sua maneira de pensar a História, sobre seu estilo ensaístico e sobre os questionamentos conduzidos por ele ao passado, o que acabaria por marcar toda sua produção historiográfica. O primeiro deles foi

a iniciativa de seguir o caminho de seu pai. Seu trabalho como repórter e, posteriormente, como colunista no jornal *The New York Times* lhe garantiu a possibilidade de “estar em contato com segmentos marginais da sociedade nova-iorquina” (GODOY, 1995). O outro episódio diz respeito ao seminário de “História e Antropologia”, lecionado por mais de vinte anos na Universidade de Princeton ao lado do antropólogo Clifford Geertz. Originalmente criado pelo historiador estadunidense como “History 406: The history of Mentalities”. Ao ouvir a pergunta do antropólogo sobre qual seria a definição de “mentalidades” para os historiadores e após respondê-la ouvir “isso parece antropologia” foi que aos poucos o seminário sobre história das mentalidades transformou-se em um seminário sobre “História e Antropologia”.

A aproximação com os métodos oriundos da Antropologia, como a “thick description” se consolidaram dentro da produção historiográfica de Darnton e foram incorporadas ao estilo jornalístico de sua escrita, juntamente à sua posição a favor da pesquisa empírica e o retorno ao trabalho nos arquivos. Da sua aproximação com a Antropologia teve origem o trabalho intitulado “O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa”, livro que marcou o início dos debates com o historiador francês Roger Chartier.

Chartier é um dos mais atuantes e respeitados historiadores franceses das últimas décadas; o pesquisador francês possui, assim como Darnton, mais de quinze livros publicados, entre organizações e obras autorais. Roger Chartier nasceu em Lyon, em 1945, doutorou-se simultaneamente na *Ecole Normale Supérieure de Saint Cloud* e na *Sorbonne*, em 1969, tornando-se mestre assistente da Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais entre 1975 e 1983, diretor da mesma instituição a partir de 1984 e professor no *Collège de France* a partir de 2007. É considerado um dos mais influentes historiadores da quarta geração dos *Annales*. Chartier divide com o historiador estadunidense um grande interesse de pesquisa pela História do Livro na França do século XVIII, porém com ênfase destacada às práticas de escrita e leitura. O historiador francês também desenvolveu pesquisas sobre política, cultura e cultura popular, além de reflexões sobre as relações entre a cultura do século XVIII e as origens da Revolução Francesa. Apesar de ter se destacado em cada uma das áreas estudadas, Chartier alcançou enorme prestígio também por suas reflexões teóricas sobre a produção do conhecimento histórico diante das chamadas “crises das ciências sociais”, sua produção foi um dos alicerces que conduziu a historiografia francesa das mentalidades para a chamada História Cultural. As noções de práticas, representações e apropriação desenvolvidas pelo autor, a partir do diálogo com outros autores como *Michel de Certeau*, *Pierre Bourdieu*,

Norbert Elias e Michel Foucault, ampliaram os horizontes das pesquisas culturais na França, rechaçaram a idéia de uma História de “Terceiro Nível”, tornaram-se pilares fundamentais na consolidação do campo dos estudos culturais e das representações dentro da esfera da luta de classes e de uma História Social.

### **O grande massacre de gatos:**

Publicado em 1984, o livro do estadunidense Robert Darnton não demorou a causar alvoroço dentro e fora da comunidade acadêmica. Sua primeira impressão de dez mil exemplares esgotou em pouco tempo nos Estados Unidos. Phillip Benedict escrevendo em 1985 no calor das polêmicas suscitadas pelo livro afirmou:

Em el pequeño mundo de los historiadores norteamericanos que se ocupan de Francia, La publicación de *The great Cat Massacre and other episodes in French Cultural History* de Robert Darnton es un gran acontecimiento literário (...) La fascinación del libro es fácil de comprender y su êxito es amplamente merecido. (BENEDICT, 1995, p. 61)

Em um diálogo que acabou por se estender durante décadas, o historiador Roger Chartier, antes de iniciar suas críticas e questionamentos às conclusões estabelecidas por Darnton, escreveu:

Any French historian will find Robert Darnton's most recent book' an invitation to reflection, but-and let me make this clear from the start- that is what makes the work of such engrossing interest. An invitation to reflection, first, because it combines two purposes generally considered incompatible: understanding the radical foreignness of the behavior and thought of men of three centuries ago and distinguishing a lasting French identity in that alien world. (CHARTIER, 1895, p. 682)

O livro apresenta seis capítulos independentes uns dos outros e agrupados pela tentativa do autor em examinar o universo mental da sociedade francesa do Antigo Regime. Darnton buscou as maneiras de pensar e de se expressar, tanto de homens e mulheres comuns, como camponeses e artesãos urbanos, passando tanto por personagens anônimos, como um simples burguês ou um policial com seus arquivos, quanto por personagens consagrados como Rousseau e os enciclopedistas Diderot e d'Alembert.

Em resenha publicada pela primeira vez em 1985, em um periódico dos Estados Unidos, Roger Chartier parecia apresentar pequenas restrições às análises realizadas por Darnton em seus capítulos finais, fosse por suas conclusões ou por suas abordagens metodológicas; em contrapartida, demonstrava grandes ressalvas às categorias, noções e afirmações presentes nos dois primeiros capítulos.

There is an incontestable rupture in the book between the first two essays and the last four. The first two aim at recreating a situation on an anthropological terrain; hence they take the written texts only as a means of access to the spoken tale or to the act of the massacre. The remaining four attempt to show how both a position within society and an intellectual stance are expressed by means of a piece of writing (descriptive, administrative, philosophical, or epistolary). A common question underlies both groups, to be sure: How do men organize and manifest their perception and evaluation of the social world? But whereas the views and judgments of the peasants who told or heard the tales and of the workers who did away with the cats are accessible only through the mediation of texts relating what they are supposed to have heard, said, or done, the views of the burghers, administrators, and Philosophes are available to us in the first person in texts wholly organized according to strategies of writing with their own specific objectives. (CHARTIER, 1985, P. 686-687)

Chartier procurou evidenciar que apesar das fontes utilizadas em todos os capítulos possuírem a mesma tipologia - textos escritos -; elas possuem especificidades enquanto “portas de entrada” para a forma como pensavam os franceses no século XVIII, e essas especificidades não podem ser ignoradas ou descartadas, o que obrigaria Robert Darnton a fazer uso de abordagens distintas:

This perhaps explains the contrast between Darnton's treatment of Contat's narration, which is obliterated as a narration and held to be a transparent account of the massacre it recounts, and his treatment of the other texts, considered, to the contrary, in their full textuality and analyzed for their conceptual categories and the rhetorical formulas that shape their intended effects. (CHARTIER, 1985, P. 686-687)

Para Chartier, a narrativa acerca do massacre de gatos não foi produzida por uma testemunha ocular dos acontecimentos, muito menos foi escrita no contexto em que o massacre se concretizava podendo, portanto, existir inúmeras clivagens e objetivos diversos na composição do texto, construídas pelo seu autor a partir do relato ao qual ele se baseia. As anedotas procuravam destacar o ofício dos impressores, dando unidade aos grupos especializados e garantindo sua autonomia diante do governo opressor. Chartier pergunta em seu texto:

But can we qualify as a text both the written document (the only remaining trace of an older practice) and that practice itself? Is there not a risk here of confusing two sorts of logic, the logic of written expression and the logic that shapes what ‘practical sense’ produces? (CHARTIER, 1985, P. 685)

Essas condições ignoradas por Darnton seriam, de acordo com Chartier, diametralmente opostas às condições que permitem a abordagem antropológica de Geertz no qual o historiador estadunidense tanto se inspira.

Outro aspecto ao qual Chartier objeta-se reside na afirmação “Frenchness exists”, uma espécie de identidade francesa que, segundo Darnton, seria perceptível nos contos

camponeses, incorporada pela literatura e seus personagens e que estaria presente na tradição popular. Para o historiador francês é impossível traçar uma continuidade segura que sustente essa afirmação, devido, entre outros fatores, pelo próprio conteúdo que os contos sustentam. O terceiro elemento de discordância entre os dois autores reside na compreensão da historiografia francesa e sua produção em meados da década de 1980. Darnton apresenta seu trabalho de uma “história antropológica” como um esforço para superar as limitações da “história das mentalidades” definida, majoritariamente, por seu modelo serial e quantitativo, uma História de Terceiro nível, na definição de Chaunu. Roger Chartier opõe-se à essa interpretação afirmando que a História produzida pelos franceses naquele momento já não é mais a mesma elaborada por Volvelle e teorizada por Chaunu. Ao afirmar que a definição de “mentalidade” utilizada pelos franceses era demasiado vaga, Darnton colocou em evidência sua noção de “representação” e “símbolo” em rota de colisão com Roger Chartier, para quem as noções utilizadas por Darnton seriam amplas demais e pouco operativas.

Philip Benedict, Giovanni Levi, Dominick LaCapra, Pierre Bourdieu foram outros nomes envolvidos na polêmica do “Grande Massacre dos Gatos”, obra que ao completar trinta anos ainda permite à seus leitores debaterem sobre a epistemologia do conhecimento histórico e os caminhos e descaminhos da historiografia.

### **Iluminismo e Revolução e História do Livro.**

Durante a década de 1980 outros embates foram travados entre os dois historiadores, com questões ainda maiores do que as apresentadas no “massacre dos gatos”. Esses embates remetem diretamente a atuação de Robert Darnton como um historiador estadunidense interessado pelo período pré-revolucionário francês, a partir dos intocados documentos da Société Typographique de Neuchâtel. As obras de Darnton revelaram o submundo das letras no Antigo Regime e seu universo de produção e comércio literário. Essa produção atendia a demanda das ruas e editoras, com impressoras nas fronteiras da França que eram encarregadas de piratear e contrabandear obras “filosófica”, desde Voltaire até publicações de caráter pornográfico, consideradas subversivas pela monarquia francesa. Esse submundo, negligenciado durante anos, era significativo, como demonstra o historiador francês Roger Chartier:

Os livros pirateados eram parte fundamental do comércio livreiro, e alimentavam as atividades das gráficas provinciais como das estrangeiras. [...] Representavam grande parte dos negócios livreiros, como atestou o grande número de livros pirateados surgidos dos armazéns quando, como resultado da aplicação de um decreto de Agosto de 1777 referente ao comércio livreiro, houve um período de graça de dois meses durante os quais

tais obras podiam ser autorizadas mediante a aplicação de um carimbo oficial. Existem registros de carimbos oficiais em oito das vinte chambres syndicales do comércio livreiro, e indicam que 387.209 cópias foram recolocadas no mercado dessa maneira. (CHARTIER, 2009, p. 122)

A constatação de Chartier é indicativa de que apesar das fontes encontradas por Darnton não permitirem uma apreciação quantitativa da circulação dos impressos pirateados ou proibidos, esses impressos efetivamente circularam a ponto de mobilizar o aparelho burocrático estatal do *Ancien Régime*. Darnton foi capaz de reposicionar o olhar dos historiadores sobre o mundo das letras, e com isso colocar em dúvida alguns dos cânones consagrados da historiografia francesa, como por exemplo, a relação causal entre o Iluminismo e a Revolução de 1789.

Cabe, assim, na pesquisa da conexão entre o Iluminismo e a Revolução, examinar a estrutura do mundo cultural sob o *Ancien Régime*, descendo das altitudes metafísicas e ingressando nos cafés apinhados de subliteratos. Nesse nível inferior da análise, o Alto Iluminismo parece relativamente domado. As *Lettres philosophiques* de Voltaire podem ter explodido como bomba em 1734, mas, na época de sua apoteose, em 1778, a França já absorvera o choque. Nada houve de chocante nas obras de seus sucessores: eles haviam sido digeridos, completamente integrados a Le Monde. (DARNTON, 1987, p. 49)

Para realizar tal feito, o autor debruçou-se ainda mais no mercado livreiro para descobrir que as obras sediciosas que circulavam na França nem sempre haviam sido planejadas para circularem como livros, tendo nascido de um complexo sistema de informações que circulava, primeiramente, através de “mexericos”, boatos e canções para serem, posteriormente, compilados, escritos, e impressos, chegando, assim, no submundo da literatura francesa. O autor narrou a trajetória de uma obra de grande circulação no século XVIII, chamada *Mémoires secrets pour servir à l’histoire de La République des Lettres en France* que teria surgido da compilação de fofocas e mexericos no salão de Mme Doublet, e que antes de sua publicação, em 1777, havia, ainda, criado um intenso e extenso mercado de cópias conhecido como *nouvelles à la main* (DARNTON, 2005).

As representações sobre a monarquia presentes nos conteúdos dessas obras sediciosas levaram Darnton à conclusão de que tanto quanto a erudição e politização da “filosofia das Luzes” e seus altos literatos, as obras que circulavam clandestinamente e que detalhavam, criticavam e satirizavam a monarquia, os bastidores do poder e seus agentes, cumpriram o papel de humanizar e dessacralizar a figura do rei; retirando a monarquia do pedestal celestial em que se encontrava desde o período medieval e realizando um papel fundamental na explicação da contestação da ordem vigente que se daria em 1789. Darnton não negou os aspectos econômicos ou sociais que levaram a população a pegar em armas contra o Antigo



Regime, mas descobriu e adicionou a isso um universo simbólico de representações sediciosas, pornográficas e satíricas da monarquia francesa que circulavam entre a massa urbana de Paris.

Nos capítulos “Será que livros fazem revoluções?” e “Um rei dessacralizado”, publicados no livro “Origens culturais da Revolução Francesa” Roger Chartier mais uma vez, estabeleceu um diálogo com as pesquisas e idéias defendidas por Robert Darnton. Dessa vez sobre o papel social desempenhado pela “baixa literatura” no *Ancien Regime* e sua relação com a eclosão da Revolução Francesa.

A essência da questão não é o conteúdo dos livros “filosóficos”, que bem possivelmente não tinham o caráter persuasivo que tão generosamente lhes foi atribuído, e sim um novo modo de ler que, mesmo quando os textos estavam em total conformidade com a ordem religiosa e política, desenvolveu uma atitude crítica livre dos laços de dependência e obediência subjacentes às representações anteriores. Nesse sentido, as transformações nas práticas de leitura foram parte de uma mudança mais ampla, nas quais os historiadores têm estado ansiosos por discernir um processo de descristianização. (CHARTIER, 2009, p. 145-146)

Destaca-se então que Chartier procura minimizar a importância dos conteúdos encontrados naquilo que Darnton chamou de “submundo literário”. O historiador francês mostra-se reticente em relação à compreensão dos significados simbólicos desses conteúdos tal qual já se manifestara em relação ao massacre dos gatos. Chartier acompanha a trajetória de Mercier, e seu olhar sobre as mudanças ocorridas no mercado livreiro do século XVIII, destacando a diminuição de obras com caráter religioso e o crescimento de obras com caráter científico, dessa forma observa-se a importância que o autor atribui para as práticas de leitura, referindo-se especificamente às mudanças ocorridas durante o século; quando a “leitura” deixou de ser feita a partir de um intermediário – na maioria das vezes clérigo – e de forma coletiva para uma leitura direta e individual, apenas posteriormente debatida em grupos, graças ao aumento significativo de pessoas alfabetizadas, de livrarias, bibliotecas e editoras.

Para Chartier a multiplicação de impressos no século XVIII foi fundamental para a compreensão de novas práticas de sociabilidade e de relações de poder, resultando em uma nova perspectiva de olhar acerca das relações entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. Recorrendo mais uma vez a Mercier, Chartier chega à conclusão de que:

A longo prazo, os comentários aparentemente contraditórios de Mercier convergem para uma noção comum: quando a leitura penetrou nas circunstâncias mais ordinárias da vida cotidiana e textos consumidos com avidez eram logo abandonados, perdeu a referência religiosa que havia permeado por tanto tempo. Assim, foi forjada uma nova relação entre o leitor e o texto; uma relação sem respeito pela autoridade, alternadamente

seduzida e desiludida pelas novidades e, acima de tudo, pouco inclinada à crença e à adesão. A nova maneira de ler era acompanhada pelo exercício – tanto em larga escala como na prática imediata – do “uso público da razão”, apregoado por Kant por parte das “pessoas privadas”. (CHARTIER, 2009, p. 145)

### Os caminhos para uma “Historia do livro”

As diferentes tradições historiográficas, as filiações intelectuais e as pesquisas sobre o Antigo Regime francês acabaram por conduzir Robert Darnton e Roger Chartier a dois caminhos distintos na definição e elaboração de uma História do Livro e da Leitura<sup>16</sup>, ainda que ambos mantenham o embate pessoal contra o paradigma que insiste em separar cultura popular de uma cultura erudita. Darnton definiu o campo afirmando que “sua finalidade é entender como as idéias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos” (DARNTON, 1990, p. 65). Apesar de o autor reconhecer que as origens dessa área de estudo remetem até o século XIX, suas formas atuais são fruto de uma convergência de diversos pesquisadores das mais distintas áreas de atuação e que se consolidaram a partir da década de 1960 inspiradas nos trabalhos de Lucien Febvre.

Darnton não descarta a importância dos trabalhos quantitativos realizados pelos historiadores franceses, ao contrário, destaca sua importância ao ampliar os métodos de pesquisa, porém à proposta francesa, Darnton apresentou seu estudo sobre uma obra de Voltaire a partir do livreiro Isaac-Pierre Rigaud de Montpellier, o que permitiu ao autor elaborar um modelo de estudo, uma espécie de circuito do livro, e analisar as diferentes etapas pelo qual o livro passara desde seu autor até seu consumidor final, o leitor, permitindo assim, considerar a atuação de seus principais agentes.

A História do livro proposta por Darnton contribuiu com a ruptura do paradigma que colocava cultura popular e cultura erudita em lugares opostos e distintos, Darnton conseguiu recuperar os espaços de intersecção ao acompanhar a trajetória partindo dos documentos encontrados na Société Typographique de Neuchâtel. Porém, ao mesmo tempo em que seu estudo ampliou as possibilidades metodológicas presentes na História do Livro até aquele momento, a elaboração de um circuito foi duramente criticada por seu caráter rígido e inflexível, não sendo possível utilizá-lo em todos os diferentes contextos em que a disciplina se debruçava. Ao revisitar seu artigo vinte e quatro anos depois, Darnton afirmou que o

---

<sup>16</sup> Os atuais estudos sobre a História do Livro e da Leitura possuem na obra “*L'apparition du Livre*”, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, de 1958, seu ponto de partida.

circuito criado por ele anos antes não tinha como objetivo “dizer aos historiadores dos livros como eles devem realizar seu trabalho” (DARNTON, 2008, p.156), muito menos fornecer um modelo a ser seguido independentemente do contexto histórico do objeto e do período estudado.

Em seu artigo Darnton realizou um balanço dos caminhos e descaminhos que suas pesquisas produziram, além de observar o avanço da historiografia dentro do campo da História do Livro, com destaque para as pesquisas de Mckenzie, em Oxford, acerca da materialidade dos textos e de uma “sociologia dos textos”. Don Mckenzie também foi um dos autores lembrados por Chartier em sua aula inaugural no Collège de France em 2007, assim como Lucien Febvre e Henri-Jean Martin como alguns dos percussores da História que vêm sendo produzida hoje dentro desse campo de pesquisa.

A História do Livro e da Leitura, para o historiador francês, ganha contornos relativamente diferentes daqueles apontados por Darnton. Chartier afirmou

Para mim, tratar-se-á de sempre vincular o estudo dos textos, quaisquer que sejam, com o das formas que lhes conferem a própria existência e com aquele das apropriações que lhes proporcionam o sentido. Febvre zombava desses historiadores “cujos camponeses, em matéria de terra gorda, pareciam cultivar somente velhos cartulários”. Não vamos incorrer no mesmo erro, esquecendo-nos de que o escrito é transmitido a seus leitores ou auditores por objetos ou vozes, cujas lógicas materiais e práticas precisamos entender. É exatamente esta a proposta da cátedra, da qual cabe-me agora justificar o título”. (CHARTIER, 2010, p. 14)

A afirmação acima demonstra a importância dada por Chartier à materialidade dos textos e o papel desempenhado pelas regras de leituras intrínsecas ao próprio texto e sua materialidade, diferentemente de Darnton, para Chartier a “história serial do livro” ocupa papel fundamental em suas formulações, entendendo que à esse quadro geral construído pelo levantamento serial das fontes, deve-se acompanhar as questões referentes as diferentes práticas de leituras, à materialidade dos textos, os diferentes significados que as práticas e materialidades ajudam a construir. Nesse sentido pode-se buscar uma proximidade entre os trabalhos de Chartier e os trabalhos de dois dos autores que mais o influenciaram, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau.

Darnton e Chartier promoveram intensos e calorosos debates teóricos e metodológicos nas últimas três décadas, alcançaram alguns dos mais prestigiados cargos acadêmicos que um historiador possa almejar, desde a direção da Biblioteca de Harvard até à Cátedra no Collège de France, e juntos contribuíram para a superação das dificuldades, limites e críticas que haviam sido realizados à História das Mentalidades francesas alguns anos antes, consolidaram

o campo da História Cultural e forneceram pilares de sustentação à uma História do Livro e da Leitura, porém é impossível negar, para além de todas as divergências teóricas que sustentam esse profícuo debate a dimensão que envolve a busca legítima por uma herança da historiografia dos Annales.

## Referências

BENEDICT, Phillip. Robert Darnton y La Massacre de los Gatos: Historia interpretativa o Historia cuantitativa?. In: HOURCADE, Eduardo; GODOY, Cristina; BOTALLA, Horacio (orgs.). *Luz y contraluz de una História antropológica*. Buenos Aires, Biblos, 1995, pp.61.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília. Editora UNB. 1999.

\_\_\_\_\_. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo. Editora UNESP. 2009.

\_\_\_\_\_. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Editora Difel. 2002.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo. Editora UNESP. 2004.

\_\_\_\_\_. Text, Symbols, and Frenchness. In: *The Journal of Modern History*, Vol. 57, No. 4. (Dec., 1985)

\_\_\_\_\_. Escutar os mortos com os olhos. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.24, n. 69, 2010.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro. Graal. 1986.

\_\_\_\_\_. *Boêmia literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

\_\_\_\_\_. *O que é história do livro? Revisitado*. *Revista ArtCultura*, vol.10, nº16. 2008. Disponível em < [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/R\\_Darnton.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/R_Darnton.pdf) > acessado em 17/07/2013.

\_\_\_\_\_. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.

HOURCADE, Eduardo; GODOY, Cristina; BOTALLA, Horacio (orgs.). *Luz y contraluz de una História antropológica*. Buenos Aires, Biblos, 1995

## Metaperspectiva e imaginário: contribuições iserianas para a Teoria da História

Yasmin Franca Merelim Magalhães

Graduada em Letras

UFMG

[yfmerelim@gmail.com](mailto:yfmerelim@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo esboça alguns conceitos presentes na teoria do efeito estético de Wolfgang Iser, frequentemente referidos pelas tendências críticas contemporâneas da Teoria da História. São eles ficção, real, imaginário, metaperspectiva, e dentre os quais destacam-se os dois últimos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imaginário; Metaperspectiva; Teoria da História; Teoria da Literatura.

**ABSTRACT:** This article outlines some concepts in the theory of aesthetic effect of Wolfgang Iser, often referred to by contemporary trends in critical theory of history. They are fiction, real, imaginary, metaperspectiva, and among which are the last two.

**KEYWORDS:** Imaginary; Metaperspective; Theory of History; Literary Theory.

As reflexões sobre linguagem, sobre narratologia e sobre ficção, sejam em suas funções, usos ou fundamentações, seja nas suas condições, por vezes, essencialistas, frequentemente subjazem o pensar sobre o fazer histórico. Teoria Literária, Filosofia da Linguagem, Teoria da História, portanto, apresentam zonas de interseção, que se interpelam, num jogo remissivo, sobre a conformidade do pensamento humano. Hayden White e Paul Ricoer, dois pensadores em lugares de trânsito e de transdisciplinaridade, valem-se da Teoria do Efeito Estético de Wolfgang Iser, para pensar as fontes históricas ficcionais, o próprio esforço interpretativo do historiador, a noção de discurso e a fragilidade da noção de verdade. Sobremaneira, alguns conceitos iserianos, metaperspectiva e imaginário, serão doravante esboçados, na tentativa de apresentar nesta pequena comunicação temática uma mínima mostra das contribuições conceituais de Iser.

Wolfgang Iser entende a linguagem carrega um fundamento negativo, que se dá como uma incompletude irremediável e como aquilo que necessariamente lhe confere um caráter de interação. Assim, ao elaborar seus primeiros estudos recepcionais, como continuidade das proposições de Hans Robert Jauss à escola de Kosntanz, investiga, em princípio, as circunstâncias da interação comunicativa oral para repensar, criticamente, o estatuto das ficções literárias de caráter moderno, e busca, na teorização psicanalítica sobre a interação

comunicativa, a compreensão da negatividade da linguagem, ou da linguagem e seus hiatos. Parte o esteta alemão dos estudos de Edward Jones e Harold Gerard, em *Foundations of social psychology*, e a partir dos quais formula que a contingência da comunicação tanto nasce da interação quanto a propulsiona. Semelhantes observações derivaram também do estudo psicanalítico de R. D. Laing, H Phillipson e A. R. Lee, retomado por Iser, para a observação da relação do texto com o leitor (LIMA, 1979, pp. 85-100.).

As interações na circunstância comunicativa, diz, só se realizam por uma demanda ou necessidade interpretativa, uma necessidade de compreensão, racionalização do outro, ou recebimento comunicacional, e tal necessidade advém da inerente falta de transferência ou permuta da experiência dos sujeitos participantes da interação. Para Laing, a experiência de um outro sobre “mim” ou a própria experiência sobre o outro são invisíveis, reciprocamente, e “o meu campo de experiência contudo, não é preenchido por minha visão direta de mim (ego) e pela do outro (alter), mas pelo que chamarei de 'metaperspectiva' - de minha visão da visão do outro sobre mim” (LIMA, 1979, p. 85.).

O fundamento da interação, ou “a base constitutiva das relações interpessoais” (LIMA, 1979, p. 85.) está, sobretudo, nesta assimetria das partes, formando um hiato vazio, ou “*Nothing*”. “Aquilo que realmente está ‘entre’ e não pode ser nomeado por coisa alguma que aí aparece. O entre é em si mesmo não-coisa, (*No-thing*)” (LIMA, 1979, p. 85.).

No texto, a interação não dispõe, entretanto, como dispõe na oralidade, da possibilidade de questionamento e resposta de um dos sujeitos da comunicação, pois não se dá num eixo dialógico ou como interação diádica. Os vazios e hiatos, percebidos pela projeção simultânea dos sujeitos num eu-tu circular, ocorrem no texto de outra maneira, no entanto resguardam ainda proposições da “metaperspectiva” na interação, agora não mais eu-tu, mas texto-leitor. O texto, como materialidade, pode-se depreender, encobre o outro da interação, que se afigura no narrador, mas remete ao autor.

Ela (a interação própria ao texto) está disposta ou afixada pelo próprio texto e sua variabilidade depende da experiência, denominada pela tradição hermenêutica da Escola de Kontanz, de horizonte de expectativas do leitor. Vê-se então que Iser demonstra que a circularidade quebra-se nesta interação e o que movimento que a descreve é um movimento percebido pela leitura. “A teoria da recepção de Iser é uma teoria das variáveis da recepção, cujas constantes se encontram apenas no lado do próprio texto. Em Iser as constantes são sempre e apenas constantes do texto, que têm a função de gerar as variáveis da recepção” (STIERLE *apud* LIMA, 1979, p. 28.).

Assim, o texto prescinde de reguladores da comunicação para modular ou direcionar a leitura. Há, no texto, “complexos de controle”, que são vazios constitutivos, reguladores da atividade projetiva, das inferências às quais o leitor é forçado. Esse hiato apresenta seu grau mais agudo na recepção de um texto ficcional, uma vez que “o texto ficcional se localiza por depositar seu centro de gravidade nos vazios” (LIMA, 1979, p. 24.), seu elemento primordial incide no não-dito que é o espaço de projeção ou experiência estética. Esta afirmação, no entanto, está justificada porque o estudo iseriano recai sobre o objeto estético de caráter moderno, que estaria relacionado à superação dos limites da forma representativa tradicional, e ao cada vez maior vazio constitutivo que modula os complexos de controle do texto. “Significa que nele [no texto ficcional moderno] a indeterminação alcança seu máximo grau, muitas vezes próximo da desorganização entrópica” (LIMA, 1979, p. 85.).

No campo teórico iseriano, no entanto, a interação do leitor com o objeto estético não se dá apenas como uma interpretação ou semantização, e sim, muito além, como uma experiência do efeito estético produzido no texto, o imaginário. Esta teorização vai se distanciar, em muitos elementos, da tradição hermenêutica, provocando algumas rupturas, que justificam a mudança de nome na continuidade teórica. Enquanto Jauss defende a Estética da Recepção, Iser propõe a Estética do Efeito.

Assim, os vazios acumulados na linguagem, por sua vez impossível de compreender o todo, formulam-se como uma possibilidade interativa, na medida em que a linguagem para ser comunicável, necessita de um esforço cognitivo e sensível daquele que a recebe. Iser também entende que este esforço é similar ao que faz o esforço cognitivo do homem de compreensão de si mesmo, relacionado a uma necessidade inerente ao homem, uma condição ou disposição antropológica. Este esforço, no entanto, materializa-se como uma determinação sempre ficcional e transgressiva.

### **Ficção ou ficcionalização como disposição antropológica**

*O traçar do limite das coisas ( a produção de significância) não corresponde a um automatismo da linguagem e assim admite desvios, interrupções, vazios, somos conduzidos à vacilação entre o compreensível e o incompreensível, o conhecido e o desconhecido. Aquilo que apenas se pode dizer que é assim é aquilo para o qual não se encontra um limite, aquilo que apresentando nas suas limitações, no seu ser-comum, faz dele emergir o vazio que o destitui como tal ou tal coisa, como o conhecível.*  
(Silvina Rodrigues Lopes)

O processo humano de ficcionalização, conforme defende Iser, está disseminado em diversas atividades da existência humana, e, de tal modo intrincado a ela, configura-se como uma “disposição antropológica”. Ela é justificada por ser o homem incapaz de lidar

inteiramente com o real. É na modernidade, defende Iser, que o homem toma ciência desta limitação e da descontinuidade do próprio pensamento, e, para tanto, dobra-se a ele a fim elaborar uma teoria do conhecimento, que investiga a natureza humana fragmentária. E constata que “a mente humana não tem condição de dar conta inteiramente do real - e decorrente de procedimentos que implicam forçosamente cortes, ruptura de convenções, travessias de limites e novas articulações, o mundo se mostra diferente de qualquer suposto correlato seu” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 9.).

A literatura, como apenas uma pequena parte, pequena mostra dos acontecimentos humanos em que o processo de ficcionalização ocorre, executa severas transgressões nos limites do real, e detém para si uma “vocalização transgressora, de cuja realização depende fundamentalmente sua própria razão de existir” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 9.). Ela é uma materialidade em que se verifica a fragmentação do pensamento humano, e, por conseguinte, sua fragmentação identitária.

O escopo de obras literárias que Iser se propõe a analisar, em sua última teorização, é aquele em que primeiro se vislumbram as operações de ficcionalidade emancipadas do mito, na tentativa de compreender o próprio movimento de ficcionalização, são obras modernas que tematizam a modernidade, e tematizam assim também a ficcionalização, estão flutuando, sobretudo, no limiar da era moderna. Era à qual a contraposição ao período antigo é especialmente profícua para evidenciar como o emprego humano da ilusão ocorre: a ficção na Antiguidade preenchia o desconhecimento “oferecia, por meio do mito, o que a existência não facultava, o sentido” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 11.). Na Modernidade, no entanto, a ficção serve à observação do desconhecimento do homem sobre si mesmo e sobre a natureza e à constatação de que “a mente não somente não é integrada a um cosmo de que receberia todos os dados, como padece de limitações perturbadoras” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 11.).

Vista, de modo irrefletido, “como antípoda da realidade”, a ficção foi assim tratada desde a modernidade e naturalizada em “um saber tácito”, sem que tenha sido reconhecida como uma produção de conhecimento, *status* dado apenas a formas discursivas cientificadas, analíticas ou filosóficas. Entretanto, a ficção estaria, conforme defende Iser, não apenas nos textos percebidos como literários ou como predominantemente ficcionais, mas em qualquer processo especulativo do pensamento, seja ele um esforço de teorização ou mesmo um procedimento científico, uma vez que o próprio experimento realiza-se como uma formulação hipotética, uma expectativa, e se dá, assim, como um trabalho resultante da imaginação e não prontamente empírico.



A ficcionalidade tematizada na ficção apresenta-se como um processo de produção de conhecimento sobre o fazer ficcional, mas o seu próprio estatuto, o estatuto da ficção não é passível de ser definido, ou não o foi até o presente, nem mesmo ficcionalmente. Tampouco a definição de literatura parece possível, fazendo a teoria literária apenas esforços de aproximação a tais respostas, e experimentando por vezes seus próprios limites. O que se aproxime de uma definição talvez seja a constatação de que a literatura formula-se como um meio pelo qual se transpõe a necessidade antropológica do homem de reformular o real, o qual pode ser averiguado na sua materialidade, e na mudança formal que sofre esta materialidade, pois que “a literatura tem um substrato: um substrato de alta plasticidade que [...] se manifesta na reformulação do já formulado e como um meio que atualiza, nas formas da escrita, o que, independente dele, permanece inacessível” (ISER, 2013, p. 26.).

A literatura seria, portanto, um meio, um suporte que veicula e aporta um processo de entendimento do homem sobre o mundo, sobre si mesmo, e sobre o próprio fazer.

Propõe-se, assim, que se pense o ficcional segundo uma perspectiva antropológica ampla, ou seja, como produto humano e simultaneamente definidor do humano. Trata-se, pois, não de adotar a mirada da Antropologia como disciplina constituída (mesmo que não se descartem diálogos com vertentes das antropologias cultural, filosófica, social, estrutural, gerativa, histórica), mas de conceber uma Antropologia Literária, que parte da idéia de que há uma “plasticidade humana” que se manifesta de maneira privilegiada na literatura e nas artes, já que estas são capazes de oferecer uma “auto-interpretação do homem” (BRANDÃO, 2003, p. 7.).

As artes, como Iser defende, e como retoma Luis Alberto Brandão, também aportam a plasticidade do homem, e igualmente se revelam como um meio que veicula do homem o seu reflexo, o entendimento de si mesmo, sua densidade existencial, seus valores e a concepção filosófica da sua formulação. A interpretação e a experimentação daquilo que é pela arte aportado são também processos ficcionais, que, num *mise en abyme*, também compreendem uma “disposição antropológica básica” e resultam de processos que rivalizam com os limites da mente, que demandariam uma “cibernética da interpretação” (ISER in ROCHA, 1999, p. 18.), empreendimento teórico de Iser, posterior à publicação de *O fictício o e imaginário, perspectivas de uma antropologia literária*, que serve agora à composição deste trabalho.

### Dos atos de fingir

*A crítica da ficção significa revelar os esquemas da representação para um mundo que se subtrai à visibilidade; em contrapartida, a afirmação da ficção significa enfatizar o que é inacessível à cognição.*

(Wolfgang Iser)

Segundo Iser, a ficcionalidade que se faz percebida em um objeto literário divide-se em operações básicas do fingimento, que, por sua vez “é provocar a repetição da realidade no texto”. (ISER, 2013, p. 34.). Essas operações, determinadas por Iser como seleção, a combinação e a autoindicação, apontam para os elementos de ficcionalidade, porque evidenciam um processo cognitivo de apropriação do real pela mente humana. Entretanto a autoindicação, ou o autodesnudamento, (a depender da tradução) como o terceiro ato de ficcionalização é aquele que determina o literário em relação às outras ficções.

Desde o início de sua teorização, Iser propõe uma quebra na estrutura binária de oposição do real ao ficcional, que se naturalizou no já mencionado “saber tácito” e “irrefletido” sobre a ficção, para assim formular uma estrutura triádica em que se verifica, na disposição da ficcionalidade, também uma configuração do imaginário. Defende Iser, que o ato de fingir não é uma finalidade em si mesma, mas “a preparação de um imaginário (*Die Zurüstung eines Imaginären*)” (ISER, 2013, p. 31.).

A importância do imaginário como elemento fundamental na compreensão do processo de ficcionalização, de estrutura triádica, é de que não mais se formule ontologicamente o conceito de ficção por pura e simples oposição ao seu par elementar, o real, o que teria trazido complicações heurísticas à “teoria do conhecimento do início da idade moderna”, que se questiona sobre a existência “de algo que embora existente não possui caráter de realidade” (ISER, 2013, p. 32). Sobre a questão, Luis Alberto Brandão aponta que

na tríade, importa a natureza relacional dos termos, sem que se possa jamais estabelecer fundamentos. Assim, pode-se afirmar que o fictício é uma realidade que se repete pelo efeito do imaginário, ou que o fictício é a concretização de um imaginário que traduz elementos da realidade, mas a rigor não se pode dizer o que são o real (a não ser que este corresponde ao “mundo extratextual”), o fictício (além de que se manifesta como ato, revestido de intencionalidade) e o imaginário (exceto que possui caráter difuso, e que deve ser compreendido como um “funcionamento”) (BRANDÃO, 2003, p. 7.).

O ato de fingir, como repetição do real, atribui, por meio dela “uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito (*Vorstellbarkeit*) do que é assim referido” (ISER, 2013, p. 34.). Assim, como Iser propõe em sua teoria literária marcada pela necessidade antropológica de ficcionalização, há sempre a necessidade humana de experimentação do imaginário, transposto ao texto e transmutado em efeito.

“Como produto de um autor, cada texto literário é uma forma determinada de acesso ao mundo (*Weltzuwendung*)” (ISER, 2013, p. 34.) e esta forma, esta determinação, é

resultante da inserção de elementos do real que foram pelo autor selecionados. Esta seleção defende Iser, é um ato de fingir, “uma transgressão de limites, na medida em que os elementos acolhidos pelo texto agora se desvinculam da estruturação semântica ou sistemática dos sistemas de que foram tomados” (ISER, 2013, p. 35.).

Nesse sentido, a citação e a alusão, como formas de referência intertextuais coletadas de um outro tecido discursivo, convertem-se também em formas de seleção. Dado que operam retirando do sistema de valores, contexto e textualidade, fragmentos que serão deslocados e estarão a compor novas tessituras. “A seleção possibilita apreender a intencionalidade do texto. Pois ela faz com que determinados sistemas de sentido se convertam em campos de referência do texto, e estes, por sua vez, se transmutem no contexto de interpretações possíveis”. Interpretação “que deve sua realização à irrealização das realidades incluídas no texto” (ISER, 2013, p. 36.).

Vale citar aqui, propondo um jogo, a importância da citação para a modernidade. A citação como um fragmento possui uma força discursiva de coesão do movimento moderno, que Iser reconhece ser sempre um ato ficcional. A citação elucida a ideia de encontro de duas épocas:

O fragmento em si, implantado com uma aparente arbitrariedade no novo com/texto, o interrompe, provocando um choque de distanciamento devido à sua singularidade. No entanto, é o próprio estranhamento que impele tanto o leitor como o historiador à procura do parentesco escondido na “bagagem” do fragmento, ou seja, à descoberta da verdadeira proximidade (OTTE, 96, p. 219.).

A nova tessitura em que os elementos selecionados se incluem formula outro ato de fingir: a combinação. Ela é a gama de relações estabelecidas. Iser demonstra que a combinação pode operar no campo lexical, com a junção de dois ou mais semantemas que estarão a formar um neologismo com carga semântica diversa dos semantemas primários/originais.

A exemplo, Iser toma o termo joyciano “*benefiction*” formado por *benediction* e *fiction*. Nele, se “emprega o significado lexical para romper com a determinação semântica do léxico” (ISER, 2013, p. 37.). A junção combinada destas estabelece uma relação de “forma e fundo”, que cria alternâncias da proposição hermenêutica do sentido criado em face da emergência de um semantema em relação ao outro. “A instabilidade de uma relação, de tal modo organizada que conduz à oscilação, provoca um espectro semântico que não mais se deixa reconduzir a nenhum dos dois campos lexicais [originários]” (ISER, 2013, p. 37.).

A rima poética, conforme descreve Iser, também propõe a relação de “forma e fundo” que, à semelhança do exemplo anterior, por contraste e alternância, “revelam [ou enfatizam] a diferença [semântica] na semelhança [sufixal, sonora ou de realização acústica]” (ISER, 2013, p. 37.). O exemplo dado por Iser, é visto nos versos de Eliot, em Prufrock:

“Should I, after teas and cakes and ices,  
Have the strength to force the moment to its crisis?”

Ices e crisis, apesar da similaridade na realização acústica, devido ao alçamento da vogal alta e tônica “i”, apresenta valores semânticos distintos, contrários, que se reforçam.

A combinação, como uma transgressão, cria, inventa, forja “relacionamentos intratextuais” (ISER, 2013, p. 37.) que como produto do fingimento é manifestado como um fato da ficção, “*fact from fiction*” (ISER, 2013, p. 37.) um fato que não é visível no real, nem tampouco dele participa, mas na ficção alcança perceptibilidade, torna-se disponível ao receptor. “Dela, da relação que a combinação produz, depreendem-se três planos de rompimentos de fronteiras, ou seja, de sua transgressão” (ISER, 2013, p. 37.).

O primeiro grande rompimento, produzido pela combinação, aos limites do real, tem estreito vínculo com o ato da seleção e está a circunscrever, colar e articular as mais diversas linguagens, línguas, perspectivas, imagens, formulando uma bricolagem de materiais, elementos de naturezas díspares, abarcados em um texto, um uno, fragmentado. “A ficção pode manter unidas dentro de um único espaço uma variedade de linguagens, de níveis de focos, de pontos de vista, que seriam contraditórios noutras espécies de discurso, organizados quanto a um fim empírico particular” (SNELL *apud* ISER, 2013, p. 39.).

A organização entrópica na ficção está tal modo irregular ou instável, em função de seus elementos internos fragmentários que, numa perspectiva classificatória, a ficção se balizaria por sua dificuldade de definição, categorização e, assim, quanto mais incategorizável maior sua ficcionalidade: “A força, o poder de qualquer texto, mesmo o mais descaradamente mimético, está naqueles momentos que excedem nossa capacidade de categorizar, que conflitam com nossos códigos interpretativos, mas que mesmo assim parecem corretos” (SCHMIDT *apud* ISER, 2013, p. 39.). Para tanto, os relacionamentos intratextuais carecem de ser convincentes e de ilusionar o leitor.

Iser defende que os “espaços semânticos” do texto, criados pelos relacionamentos, instituem “campos de referência intratextuais, resultantes de elementos de que o texto se apropriou” (ISER, 2013, p. 39.) e que podem ser transgredidos no decorrer do enredo da

ficção. São esses “espaços semânticos” os sistemas de valores formulados no texto, que se revelam a partir da caracterização e convivência dos personagens distintos, e, em dado momento, estes sistemas podem ser subvertidos, superados pelos próprios personagens que os detém ou pelo choque de um outro, ou transgredidos na relação que se formula com a convivência dos personagens de sistemas de valores distintos, com a feitura do impossível: quando um herói realiza o irrealizável.

A seleção e combinação estão dispostas internamente no texto operando como “transgressões de limites do texto e contexto” (ISER, 2013, p. 41.). O terceiro ato de fingir, no entanto, complexifica os sistemas até o momento descritos na medida em que age como “desnudamento da ficção” e extrapola as relações intratextuais. Está a evidenciar o contrato entre autor e leitor para o qual a ficção literária se distingue mais claramente da ficção no sentido *lato*. “Assim o sinal de ficção não designa nem mais a ficção como tal, mas o contrato entre autor e leitor, cuja regulamentação comprova o texto não como discurso, mas como 'discurso encenado'” (ISER, 2013, p. 41.).

A regulamentação do modo de encenar o discurso é o que pode instituir uma prescrição formal do fazer literário, o gênero, que se consolida ao longo de um período formando uma tradição. “Desse modo, os gêneros literários se apresentam como regulamentações literárias efetivas de longo prazo, que permitem uma multiplicidade de variações históricas nas condições contratuais vigentes entre autor e público”(ISER, 2013, p. 41.).

O encenado, que traz à percepção fragmentos identificáveis da realidade, formula um todo reconhecível, que estaria sob o signo do fingimento, encetando sempre para a percepção do mundo não real, mas o mundo do *como se* o fosse.

Os atos de fingir reconhecíveis no texto ficcional se caracterizam então por darem lugar a determinadas configurações, distinguíveis entre si: a seleção resulta na configuração da intencionalidade do texto; a combinação, na configuração do relacionamento; e o autodesnudamento, na configuração do pôr-entre-parêntesis. Poder-se-ia descrever estas configurações apoiando-se na formulação já empregada de Goodman: *'fact from fiction'* sua peculiaridade consiste em que nem são qualidades daquilo a que se referem, nem são idênticas ao imaginário. Ao contrário do imaginário, são altamente determinadas quanto à faticidade de seus campos de referência, são o não-dado. O fictício então se qualifica como uma forma específica de 'objeto transicional', que se move entre o real e o imaginário com a finalidade de provocar sua mútua complementariedade. Enquanto objeto transicional o fictício seria um fato, porquanto por intermédio dele se realizam contínuos processos de troca, ainda que em si mesmo seja ele um nada, pois existe apenas por estes processos de comutação (ISER, 2013, p. 51.).

A partir da discriminação dos atos de fingir, Iser problematiza a ausência de um estatuto da ficção, que, apesar de ser identificável em seu caráter de acontecimento pelos atos de fingir “seu fundamento permanece vazio” (ISER, 2013, p. 51.). E não se podendo compreender seu fundamento, deve-se deslocar a investigação para a sua realização, sua materialização, “o discurso literário” que “deve se transformar em referência, isso significa explicitar a historicidade das formas de sua manifestação, a partir das quais a ficcionalidade literária se transformou em consciência” (ISER, 2013, p. 58.).

### Conclusão

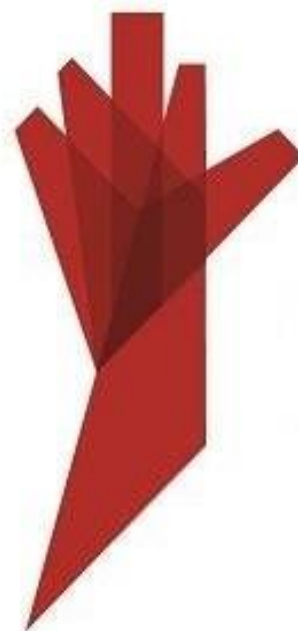
Conclui-se, neste, que a metaperspectiva dá-se como um movimento que se imprime bidirecionalmente na linguagem, na troca diádica da circunstância comunicativa oral, mas que justifica na escrita e a ela confere os complexos de controle que orientam a leitura. Assim, está de modo a admitir a projeção do leitor e a tentativa deste de maior escavar a linguagem e sofrer do efeito que produz o imaginário nela transposto. É possível, a partir deste pequeno esboço, o entendimento da noção de ficcionalidade por Iser, recuperado nas tendências críticas da Teoria Histórica Contemporânea, não só como aquilo que é Literatura, mas como aquilo que também abrange o próprio fazer histórico, visto como um fazer ficcional.

### Referências

- BRANDÃO, Luis Alberto. *Cadernos de literatura. Transgressões a Iser*. (NAPq) Fale UFMG, 42. Novembro, 2003.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário. Perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.
- \_\_\_\_\_. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luis Costa. (Org.). *A literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, Luis Costa. O leitor demanda (d)a leitura. In: *A literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OTTE, Georg. Rememoração e citação em Walter Benjamin. *Revista de estudos de literatura*. Belo Horizonte, v. 4, p. 211-223, 1996.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Teoria da Ficção: Indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

## **Simpósio Temático 08**

### **História e Natureza**



**Coordenadores:**

**Fabíula Sevilha de Souza**

Doutoranda em História – UFMG  
fsevilhas@yahoo.com.br

**Lucas Madsen da Silveira**

Mestrando em História – UFMG  
madsens@hotmail.com

**Rute Guimarães Torres**

Mestranda em História – UFMG  
rutetorres@gmail.com

**Yuri Simonini Souza**

Doutorando em História - UFMG

# Anotações sobre a representação de doenças em jornais sul-mineiros do início do século XX e metodologia para uma história da imprensa<sup>1</sup>

**Graciley Borges**

Graduanda em História

[gracileyfernandes@yahoo.com.br](mailto:gracileyfernandes@yahoo.com.br)

**Lúcio Reis Filho**

Mestre em Comunicação, Historiador e Professor

UEMG – Campanha

[luciusrp@yahoo.com.br](mailto:luciusrp@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa sobre a representação de doenças em jornais da primeira metade do século XX. As atividades são fomentadas pelo Programa PAPq da Universidade do Estado de Minas Gerais e a metodologia consiste na investigação, coleta de dados e análise das fontes. O projeto se justifica pela necessidade de observar o papel dos impressos na construção da vida social e política no sul de Minas Gerais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Imprensa; Doenças; Panaceia; Profilaxia; Representação.

**ABSTRACT:** This paper presents the partial results obtained through research on the representation of diseases in newspapers from the 20<sup>th</sup> century first decades. Minas Gerais State University Research Support Program finances the activities, which consists in research, data gathering and analysis of the sources. The project is justified by the need of further studies on the role of press within southern Minas Gerais' social and political life.

**KEYWORDS:** History of the Press; Diseases; Panacea; Prophylaxis; Representation.

## Introdução

Nestas breves anotações apresentaremos os resultados parciais obtidos com a pesquisa *Das Moléstias e dos Prodígios: profilaxia, panaceias e representação de doenças através de impressos na primeira metade do século XX*, financiada pelo Programa de Amparo à Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PAPq/UEMG). Conforme sugere o título do trabalho, objetivamos analisar o imaginário da saúde e das doenças no sul de Minas Gerais, bem como investigar as formas de representação que, através do discurso da imprensa, indicam valores e comportamentos sociais. Inserida no campo da história social e cultural, incluindo a história da saúde e das doenças, a pesquisa fundamenta-se na observação do mundo social enquanto ambiente em que os indivíduos e grupos elaboram suas práticas

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo Programa PAPq/UEMG no biênio 2013-2014.



cotidianas, produzem representações e discursos sobre fenômenos históricos diversos, construindo sistemas de sentido que dão corpo a experiências singulares e coletivas.

### **História da imprensa: texto e contexto**

Segundo Kellner, a cultura da mídia produz imagens, sons e espetáculos que ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. Essa cultura é constituída pela imprensa, entre tantos outros produtos da indústria cultural, e se organiza com base no modelo de produção de massa, *para a massa*, a partir de fórmulas, códigos e normas convencionais (2001, p. 9). A imprensa nasce com o capitalismo e acompanha o seu desenvolvimento. Em outras palavras, “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1999, p. 1). Ao longo dos séculos, os impressos tomaram grande variedade de formas que englobam livros, almanaques, jornais, revistas, pasquins, panfletos avulsos, boletins, opúsculos etc. Na realidade crescente de sua circulação, as publicações periódicas desempenharam papel ativo nos processos de transformações culturais, sociais e políticas que eclodiram na modernidade ocidental, a exemplo da secularização, urbanização e democratização de suas sociedades. O Brasil se insere no mundo capitalista ocidental desde o século XVI. Pode-se dizer, então, que a história do país e a história da imprensa caminham juntas. Nesse passo, ritmado pelo desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, estabeleceu-se a empresa jornalística.

A historicidade inerente aos impressos abre vastas possibilidades de análise. Segundo Martins e Luca, “a história da imprensa é irmã siamesa da cidadania, do espaço público compartilhado e da democracia” (2008, p. 8). Portanto, não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural. Assim, parece-nos imprescindível observar a especificidade e pluralidade das fontes; quem as escreve e as mensagens que transmitem; as estratégias, apelos e valores que esses veículos evocavam em seu discurso; suas condições de produção; o funcionamento das tipografias; de que forma esses textos chegavam ao público, considerando sua leitura e recepção. Percorrido esse caminho, Darnton destaca a importância de observar como os leitores entendiam os sinais na página impressa e quais eram os efeitos sociais dessa experiência. Ao propor uma *história social e cultural da comunicação impressa*, o autor indica que o estudo dos meios de comunicação em perspectiva histórica deve envolver todo o processo de sua construção, movimento que termina na interpretação dos leitores (1990, p. 112).

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se no pressuposto essencial para a análise de textos em pesquisa histórica. Cardoso e Vainfas apontam que a história é sempre texto, pois o documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente (1997, p. 378). Todavia, a história não se reduz à estrutura textual. Para Muir, todos os eventos históricos só podem ser entendidos dentro do contexto de tempo e espaço em que ocorreram; além disso, as investigações históricas requerem apreciação cuidadosa das intenções e inclinações dos autores dos textos (2005, p. 8). Investigar o contexto sócio histórico no qual os impressos operam, pois, denota a importância de relacionar texto e contexto. Assim, buscamos os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos mesmos, relacionando-os ao social.

Falar em história da imprensa é, portanto, se reportar ao que se produziu, de que forma, ao como se produziu, para quem se produziu e que consequências trouxe essa produção para a sociedade. É se referir, igualmente, à forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais. Formas de leituras, formas de apropriação, interpretações plurais de sentido (BARBOSA, 2004).

Enfim, interessam-nos os processos comunicacionais e as intrincadas relações que se desenvolvem em torno desse sistema; igualmente, a maneira pela qual se constituem historicamente os fenômenos no mundo dos impressos, ou, nas palavras de Kellner (2001, p. 10), os modos de interseção entre os impressos e os movimentos políticos e sociais, além da maneira pela qual os periódicos moldam a vida cotidiana, influenciando o modo como as pessoas pensam e se comportam, como se veem e veem os outros e como constroem sua própria identidade. Sodré percebe uma ligação dialética entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista pela influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço ostensivo que parece comprovar tal ligação consistiria na tendência à unidade e à uniformidade, através da universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento (1999, p. 1-2).

Dedicamo-nos a um *corpus* específico de textos e textualidades, veiculado pelos jornais sul-mineiros na primeira metade do século XX. Observaremos os processos comunicacionais estabelecidos em seu interior e também a relação dos leitores com esses objetos culturais. O interesse em desenvolver uma pesquisa que envolve o trabalho cuidadoso e criterioso com as fontes justifica-se pela urgência em atender às expectativas do *Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort*, que visa à preservação e à divulgação do seu acervo. Pretendemos, também, contribuir com a divulgação da metodologia da história social

e cultural da comunicação impressa. Nas palavras de Sagan, “divulgar a ciência – tentar tornar os seus métodos acessíveis aos que não são cientistas – é o passo que se segue natural e imediatamente” (2006, p. 42). Por fim, objetivamos oferecer à comunidade local maior contato com a própria cultura, de modo a contribuir para a construção de sua identidade.

O exame do material visual apoia-se na abordagem da *nova história*, cuja base filosófica reside na ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída (BURKE, 1992). Especificamente, da história cultural que se propõe a identificar o modo como dada realidade é construída, pensada e interpretada em diferentes contextos de espaço-tempo (CHARTIER, 1990). Falaremos, pois, em *representações* enquanto classificações que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Burke sugere que só temos acesso ao passado e ao presente via categorias e esquemas – ou, como diria Durkheim, “representações coletivas” – de nossa própria cultura (2000, p. 72). Carvalho (2005) sintetiza o conceito: “as representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes”.

### **As fontes documentais**

As atividades de pesquisa vêm sendo desenvolvidas no *Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort*, órgão subordinado à Biblioteca Pública Municipal Cônego Vítor, de Campanha, Minas Gerais. Criado a partir da fundação de uma seção especial na Biblioteca, em 28 de junho de 1996, pela Lei Municipal n.1879, o *Centro de Estudos* destina-se à guarda, preservação e divulgação da história da cidade. A instituição, que assegura boas condições de uso científico, social e cultural, tem disponibilizado o fundo a historiadores, promovendo a preservação da memória. Campanha mantém ricos acervos documentais que reportam aos séculos XVIII, XIX e XX, de valor inestimável para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa científica. A cidade, hoje com mais de 270 anos, é considerada o berço de diversos municípios da região sul de Minas Gerais, tendo participado ativamente do cenário político, econômico e cultural do estado e do país. As fontes documentais mantidas pelo *Centro de Estudos* atestam a importância dessa e de várias outras cidades sul-mineiras em diferentes contextos sócio-políticos e culturais de Minas e do Brasil. Aos historiadores, esses importantes acervos têm possibilitado a interpretação e a reconstituição de amplo espectro da história regional. O acervo pertencente à biblioteca particular do Monsenhor José do Patrocínio Lefort, doado ao *Centro de Estudos*, mantém a “Seção de Documentos Históricos”, destinada à coleção e preservação da memória da cidade e da região. Compõe-se

de material impresso diversificado, que compreende jornais, revistas, catálogos, livros cartoriais, livros de atas, editais e termos da Câmara Municipal. Para atender aos visitantes que buscam informações sobre a cidade, disponibiliza arquivo completo de escritores campanhenses e muitas de suas obras, bem como as biografias de grande parte dos vultos que emprestam os seus nomes a ruas e logradouros públicos. Há, ainda, um conjunto bibliográfico sobre a história das cidades do sul de Minas, como os raríssimos exemplares do *Almanaque Sul Mineiro*, de 1874 a 1884, de autoria do escritor campanhense Bernardo Saturnino da Veiga; parte de uma coleção de revistas produzidas pelo *Arquivo Público Mineiro*, abrangendo o período de 1896 a 1929; obras voltadas ao estudo de genealogia; esboços de árvores genealógicas, documentos e correspondências pessoais; medalhas, quadros, troféus e inúmeros documentos avulsos. Nas coleções encadernadas de jornais encontram-se disponíveis desde exemplares avulsos até coleções completas de quase cem jornais raros, muito dos quais editados e impressos em tipografia da cidade, abrangendo um período que vai de 1832 a 1966, além de alguns títulos editados em outras cidades da região. De relevância inestimável para o campo da história social e cultural, ou para o estudo da história dos costumes e da imprensa no sul de Minas Gerais, essas fontes documentais têm servido de apoio a historiadores e pesquisadores de grandes centros universitários do Brasil.<sup>2</sup>

### Resultados Parciais

Primeiro, mapeamos todo o acervo e identificamos trinta jornais pertencentes à primeira metade do século XX, cada qual com centenas de edições disponibilizadas para consulta. Depois da sondagem inicial – análise preliminar ou das fontes com vistas a elaborar o projeto de pesquisa – montamos um cronograma de atividades. Com base no planejamento, procedemos à análise mais aprofundada do conjunto documental já delimitado. Através do trabalho de leitura e análise sistemáticas do material selecionado, passamos a identificar os artigos relacionados ao universo da saúde e das doenças, transcrevendo-os em fichas, junto dos dados de cada publicação. Na primeira etapa da pesquisa, esgotamos todo o acervo de jornais pertencentes ao recorte temporal pré-determinado. Foram identificados e transcritos 493 artigos relacionados ao escopo proposto, sendo 238 provenientes do *A Campanha* – jornal com o maior número de edições (836), todas publicadas entre os anos de 1900-1934 – e 255 dos outros 25 jornais que veicularam notícias sobre o tema no período, entre os quais figuram o *Cruzeiro do Sul*, o *Colombo*, *O Campanhense*, o *Hidrópolis* etc. A pesquisa se encontra em

<sup>2</sup> Dados de acordo com a entrevista concedida a Adelino Ferreira por Angélica Andrès, então Diretora da Biblioteca Pública Municipal Cônego Vítor e coordenadora do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort no período de realização da entrevista, em 21 de maio de 2005.

fase de desenvolvimento. Na segunda etapa do projeto, iniciada em abril de 2014, deu-se início à elaboração de um banco de dados digital para organização e classificação dos fragmentos a serem posteriormente submetidos à análise, procedimento já iniciado com o material proveniente do *A Campanha*. Tecemos algumas considerações a esse respeito.

### ***A Campanha*: órgão republicano**

O primeiro número do semanário *A Campanha* data de vinte e dois de setembro de 1900. “Leva na frente, por título e por égide, o nome desta velha terra da Campanha [...]”, município que outrora “falava por si e por todo o sul de Minas”. A mensagem do editorial estabelece como objetivo servir a esta terra. Quando saúda o reaparecimento do antigo *Monitor Sul-Mineiro*, não o faz de forma acrítica. Ataca os seus redatores, por não “agitarem questões de controvérsia”, e o próprio periódico, que se estaria limitando “a um simples noticiário e alguns artigos de moral e religião, não cogitando absolutamente de se fazer órgão de outras necessidades e aspirações da população campanhense”. Diante disso, o novo jornal assume tais responsabilidades. “Na liça do jornalismo mineiro mais uma tenda se levanta”, continua o editorial, definindo-se enquanto semanário republicano, preocupado em discutir, com imparcialidade e independência, todas as questões relativas aos interesses da cidade e do município. Uma nota aparece no canto superior direito das primeiras edições:

Aspirando a verdadeira ordem e o verdadeiro progresso e rezando o mesmo credo político que fez outrora as glórias do seu nome, *A Campanha* é e será sempre a defensora convicta dos interesses deste município e a promotora estrênuo de sua prosperidade.

Nessa atitude, *A Campanha*, trazendo em seu programa o pressentimento de seu futuro e a iluminar-lhe a rota a estrela brilhante de seu passado, se manterá franca, intransigente e enérgica – não esmorecerá nunca!

Segundo Cohen, uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia as raízes políticas da atividade jornalística, que se teria constituído sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações. “Jornalismo e literatura, imprensa e política: equações que se desenvolvem no ritmo das transformações sociais, apontando a formação de círculos de intelectuais dispostos a interferir nos destinos nacionais por meio da difusão de ideias”. Porém, Cohen sugere que a variedade de tendências políticas não se repetia na aparência material. No início do século XX, ou até que os avanços técnicos permitissem diferenciações, os impressos eram muito parecidos, sendo o formato mais comum o de quatro folhas e duas colunas (2008, p. 104; 111). Ao menos até 1934, o jornal *A Campanha* seguia o padrão (que em algumas ocasiões podia variar) de duas folhas, cada qual dividida em quatro colunas.

Para Sodré, a grande e a pequena imprensa existem desde o século XX. A primeira teria feito do tema político a tônica de sua matéria. A segunda, no início do século, estaria ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial – eram raros os jornais de província com estrutura de empresa. “Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar” (1999, p. 324). A redação do *A Campanha*, órgão republicano do município, era composta por membros da elite sul-mineira, os “doutores” Ferreira Brandão, Brandão Filho, Braz Cesarino e Leonel Filho, sob a gerência de João Baptista de Mello. As paixões políticas dos redatores pareciam refletir na imprensa, que as estimulava. Assim, parece-nos evidente o papel desta na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores e comportamentos das elites. Sabe-se que os impressos ocupavam importante parcela do cotidiano do público letrado, muitas vezes influenciando os costumes. Dessa maneira, os discursos destilados no *A Campanha* permitem relacionar a história da imprensa com as raízes políticas da atividade jornalística, que chegava aos leitores à medida que avançava o capitalismo. O papel político do semanário era comumente destacado:

Um dos múltiplos e nobres misteres da boa imprensa é, sem dúvida, recolher a queixa justa que sobe da onda ululante dos que sofrem, para leva-la, como um protesto vigoroso, junto daqueles que, erguidos às alturas do poder, são infiéis às suas missões. [...] No jornal devem refletir-se as ondas sonoras da opinião pública, a fim de repeti-la indefinidamente no órgão auditivo dos governos. Fieis a esses princípios, abrimos de par em par nossas colunas que nunca desdenharam as causas justas, à toda e qualquer reclamação, sem nos importar o alvo que atinjam (NOTAS E NOTÍCIAS, 1916, p. 1-2).

Em nossa tentativa de aprofundar os estudos sobre o papel dos impressos na construção da vida cotidiana, temos notado, ainda que preliminarmente, o posicionamento político da imprensa em relação à moralidade ou à conduta social; seu papel, talvez determinante, na formação da opinião pública; e a veiculação de discursos que reclamam por políticas profiláticas, exigindo a construção de mecanismos de controle de doenças por parte do Estado. Esses três aspectos parecem indicar a abrangência do campo de ação da imprensa, afirmando a força de sua intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural. Contudo, Cruz e Peixoto alertam quanto à impossibilidade de lidar com quaisquer fragmentos de um veículo da imprensa sem remetê-los ao periódico que os publicou numa determinada conjuntura (2007, p. 260). Em complemento, Muir enfatiza que todos os documentos do passado foram escritos consoante certos propósitos, de acordo com as regras de composição textual vigentes em sua época (2005, p. 8). Na medida em que as perguntas centrais se voltam para o modo pelo qual os jornais se constituem como força histórica no interior de dada

conjuntura espaço-temporal, o objetivo da leitura e da análise recai sobre a configuração do projeto editorial, buscando desvendar sua historicidade e intencionalidade.

### Considerações finais

A reflexão acerca do papel dos impressos na construção da vida social nos tem permitido traçar conjecturas sobre a representação da saúde e das doenças em práticas letradas. O posicionamento da imprensa, em relação à moralidade ou à conduta social, tem revelado feições políticas que operam em vias de articular e disseminar valores, sempre determinados por estratos da sociedade, que, em seu contexto, almejavam deter e manter o poder. Justamente, eram os membros desses estratos que produziam os impressos, veículos solidificadores da força política das elites nas diferentes esferas da vida social. Suas vozes, muitas vezes, exigiam a construção de mecanismos de controle de doenças; clamavam por medidas profiláticas que afastassem os miasmas da epidemia. No mundo moderno, que parecia caminhar rumo à saúde e à riqueza universais, as reluzentes possibilidades de consumo apareciam estampadas nos jornais, impondo-se com toda a força, modificando valores, introduzindo padrões e conformando o imaginário social. No entanto, não podemos esquecer que a tenda do *A Campanha* se levantou na liça do jornalismo mineiro. Falamos de um ambiente externo ao dos grandes centros urbanos, com *ethos* particular. Portanto, devemos compreender o modo pelo qual essas realidades eram construídas, pensadas e interpretadas no universo sul-mineiro de início do século XX, em que os triunfos da ciência dividiam espaço com os métodos tradicionais de cura, ainda muito presentes naquele contexto espaço-temporal. Pode-se falar na retenção de traços arcaicos? Talvez. Além disso, resta avaliar o papel dos impressos na formação da opinião pública. Importante ressaltar que a pesquisa *Das Moléstias e dos Prodígios* encontra-se em fase de desenvolvimento, longe de esgotar todas as possibilidades de análise suscitadas pelas fontes documentais.

### Referências

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho – GT História do Jornalismo. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2004.

BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- CAMPANHA 1900 – SETEMBRO 20. *A Campanha*, Campanha/MG, n.1, p. 1-2, 22 set. 1900.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n.35, São Paulo: PUC-SP/Programa de Pós-graduação de História, dez. 2007.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- MUIR, Edward. *Ritual in early modern Europe*. UK: Cambridge University Press, 2005.
- NOTAS E NOTÍCIAS. *A Campanha*, Campanha/MG, n.668, p. 1-2, 28 out. 1916.
- SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.



## **Modernização e natureza em Minas Gerais no século XIX: Mito e história na transfiguração da gestão capitalista de recursos em preservacionismo *avant la lettre***

**Marcus Vinícius Duque Neves**  
Mestre em História Social da Cultura  
UFMG  
[duqueneves@yahoo.com.br](mailto:duqueneves@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Este trabalho visa discutir brevemente o aparecimento recente de obras históricas com análises anacrônicas sobre a percepção ambiental de empreendedores e empresas na história de Minas Gerais. Esses erros de análise se devem à confusão entre a abordagem administrativa que encarava de forma capitalista e por fins cálculos as relações de custo/benefício. Tanto essa lógica operacional como interesses pessoais dos administradores produziram decisões geradoras da manutenção de áreas verdes próximas aos empreendimentos, adoção de energias hoje consideradas menos danosas ao meio ambiente ou do uso de certos tipos de matérias-primas renováveis. Porém, se durante o século XIX a Província de Minas Gerais conheceu as primeiras companhias de capital estrangeiro no ramo da mineração aurífera, e estas intensificaram a utilização de tecnologia de ponta, introduzindo uma maior racionalidade na gestão de recursos materiais diversos, por outro lado, diversos estudos indicam que nenhum efeito positivo no meio ambiente se relacionou com uma preocupação genuinamente ambiental, como algumas obras teimam em apontar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Natureza; modernização; meio ambiente.

**ABSTRACT:** This paper aims to shortly discuss the recent appearance of historical works with anachronistic analyzes on environmental perception of entrepreneurs and companies in the history of Minas Gerais. These errors of analysis are due to confusion between the administrative approach that viewed the capitalist form and detailed calculations the cost / benefit. Both operational logic and personal interests of managers, produced decisions that generated the maintenance of green areas next to the enterprises, adoption of energy today considered less harmful to the environment or the use of certain types of renewable raw materials. However, if during the nineteenth century the province of Minas Gerais met the first companies of foreign capital in the business of gold mining, and these intensified the use of the best available technology, introducing greater rationality in the management of various material resources, on the other hand, several studies indicate that no positive effect on the environment was related to a genuine worry about the environment, as some works insist to tell.

**KEYWORDS:** Nature; modernization; environment.

Por vezes há polêmica sobre o uso que se deve fazer da expressão *História Ambiental*. Por isso muitos optam por definir a abordagem metodológica específica como *História e Natureza*, retirando o termo contemporâneo que apesar de parecer amplo, pode, ao contrário, tolher os muitos aspectos das relações que pretende tal linha de pesquisa abordar.

Tal discussão se insere nos limites que se devem perceber os discursos sobre a natureza, que são sempre temporalmente, espacialmente ou socialmente marcados. E se o discurso sobre a natureza e sua conservação se protraí até tempos remotos, por outro lado tais discursos devem ser analisados com cuidado, em suas motivações, nos fins e nos limites dos conhecimentos que os orientam. Não se trata, pois, de negar a existência de múltiplos discursos sobre a natureza na história, mas de determinar-lhes os limites através da análise de seus tempos, sujeitos e sociedades.

Os discursos historicamente predominantes sobre a natureza na cultura ocidental não podem ser desvinculados substancialmente de suas fontes, em geral provenientes dos discursos e documentos de conteúdo jurídico e econômico, além de percepções mais poéticas e mágicas dos mitos, da cultura popular e das literaturas. Como deve estar atento o cientista social, aos homens históricos não é possível se apartar dos interesses mais básicos que regem suas vidas. Porém, apesar da pretensão holística das visões culturalmente marcadas e suas interpretações utópicas, elas se apresentam incompletas ao historiador da atualidade, pela inexistência de conhecimentos que hoje estão acessíveis pela ação de disciplinas como a ecologia, a biologia molecular ou a química orgânica profundamente marcada pelos avanços tecnológicos das últimas cinco décadas, além das críticas distópicas necessárias para se escrever boa história ambiental.

Assim, é evidente que as visões sobre a natureza existentes no século XIX comportam limites e perspectivas que têm de ser consideradas em seu tempo. Assim como as formas do registro e a que fins se destinam, sob a pena de incorrer o historiador em profundo anacronismo, criar (ou recriar) utopias e até mesmo heróis.

A primeira distopia necessária é a subversão da construção histórica da relação do homem ocidental com a natureza como algo inerentemente positivo. A ideia da construção da natureza como algo exterior à sociedade foi obra da mercantilização. Com o auxílio da ciência, a mercantilização criou o mito do progresso. O progresso como última utopia do moderno, prometia a felicidade através da científica e total apropriação dos bens e recursos ambientais pela razão. Pois então, vejamos a América, fronteira final do pensamento colonizador moderno. (DIÉGUES, 1998; LOBATO, 2008)

Entre as obras que perseguiram a trajetória da mentalidade ocidental sobre a natureza, se sobressaem as de Frederick Turner, *O Espírito Ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens* e de Eric Wolf, *A Europa e os povos sem história*. Segundo esses autores, não seria possível entender o sentido das catástrofes sociais e ambientais da história

do Novo Mundo sem percebê-las de pontos de vista que incluíam as mentalidades que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo. Em suas obras fica evidente que a forma de gerir problemas sociais, entre eles a questão primeira da sobrevivência, tinha aspectos muito diferenciados entre as sociedades do novo mundo, e que a conquista da América pelos europeus se evidenciou por uma postura predatória que está na base do mercantilismo e servirá de entrada posteriormente às posturas do capital. (TURNER, 1990; WOLF, 2005)

Dessa importante diferenciação entre os aspectos sociais que se definiram nestas sociedades para além das necessidades imediatas de sobrevivência, o porquê de se apresentar a cultura ocidental europeia do século XIX claramente capitalista, já imbuída da postura de gestão que visa prioritariamente o lucro, com o uso instrumental da ciência e de fins cálculos cada vez mais despida de quaisquer outras considerações. Este tipo de gestão reduz todo e qualquer elemento da natureza em valor de troca e comércio, ou seja, apenas pela visão de que são recursos a serem ‘usados’ e nada mais. (TURNER, 1990; WOLF, 2005)

Porém, como lembram os autores citados, outros modelos de gestão de sociedades não se centram primordialmente na apropriação predatória da natureza como eixo de sua reprodução social. Neste aspecto, o antropólogo deve lembrar ao historiador que outras sociedades, ao cuidar de seus problemas e tensões, têm outras soluções e procuram válvulas de escape criativas e diversas. Na busca da riqueza predatória, que visa acumulação e aumento exponencial das necessidades, criadas constantemente e incessantemente, o estilo de vida capitalista no século XIX sofre de profunda incompatibilidade com a crítica ambiental.

Assim, outras soluções para estas questões visam gerir as relações entre indivíduos e sociedade através de esquemas simbólicos ou relacionais, ou seja, muito menos focadas na perseguição e produção incessante de ‘riqueza’ material, o que, aliás, note-se que qualquer tipo de gestão, para adquirir o qualificativo de ambiental teria que internalizar a resolução de problemas relacionados com bem estar, qualidade de vida e perspectivas sociais, para além da acumulação material de caráter individualista ou empresarial.

No caso do Brasil novecentista, obras específicas e fundamentais como a de Warren Dean, *A Ferro e Fogo*, sobre a história da devastação da mata atlântica brasileira, ou a mais recente obra de José Augusto de Pádua, *Um sopro de destruição*, também apresentam exemplos das várias mentalidades relacionadas com a natureza, desfazendo muito mitos. (DEAN, 2002; PÁDUA, 2002)

Warren Dean mostra, por exemplo, que muitos naturalistas do século XIX se horrorizavam com o impacto de atividades as mais variadas que se desenvolviam no Brasil. Ele cita que a derrubada de árvores enormes e centenárias pelos caboclos para a retirada de uma orquídea e vendê-la a colecionadores era algo tão corriqueiro quanto queimar toda uma floresta para plantar café. O horror dos naturalistas, contudo, gera poucos comportamentos efetivos no sentido da defesa da natureza, exatamente por não encontrar eco na sociedade de então. Ele conta que alguns naturalistas sonegavam informações de localização de plantas colecionáveis para não produzir uma corrida exploratória para atender o mercado de colecionadores europeus, mas, no entanto, a defesa de espécies consideradas raras não era acompanhada de críticas severas à forma de produção predatória geral, que de qualquer forma só encontrava eco nas legislações do XIX no sentido econômico mais comum, da manutenção de recursos úteis. Uma orquídea não seria considerada algum recurso digno de produzir uma legislação protetora no século XIX. (DEAN, 2002)

Já na obra de José Augusto Pádua, vemos os limites do discurso de preservação na sequência de argumentos de Vieira Couto no início do século XIX, que na sequência de uma crítica ao desperdício se deleita com uma visão futura de ‘milhares de fornalhas’. (PÁDUA, 2004: 115-116)

Outra personagem do início do século XIX em Minas Gerais e que sempre é comentado como crítico ambiental é o alemão Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege. Ainda que alguns historiadores insistam na ideia de que as críticas de Eschwege ao desperdício de recursos naturais seja um discurso ambiental refinado, ele está em sintonia com Vieira Couto e seu tempo. Eles eram exímios administradores do uso do trabalho e dos recursos naturais, apenas isso. Seu discurso sobre a natureza continua bem datado e o papel de gestor a serviço do estado português é que o orienta a fazer as críticas sobre os desperdícios de recursos em caráter geral, não sua condição de naturalista. O título da principal obra de Eschwege é claramente baseado em uma visão economicista, não ambiental. O *Pluto Brasiliensis – Riqueza brasileira* – deixa claro o enfoque instrumental econômico e não apresenta nada sobre relações ecológicas ou pontos em que o pensamento naturalista do início do XIX legaria para o atual ambientalismo. (DOULA&COSTA, 2004; ESCHWEGE, 1979)

Qual a diferença então, de um naturalista do século XIX para um ambientalista atual? O que os diferencia? O que diferencia as críticas ambientais possíveis do século XIX do ambientalismo do final do século XX?

Para o naturalista do século XIX o desperdício é condenável, e tal condenação é puramente econômica. Seu pensamento instrumental sobre a natureza se caracteriza por critérios classificatórios que apenas começaram a sondar as questões de interdependência dos seres vivos, do homem e do meio ambiente percebido em sua totalidade. Ainda se trata de compreender a natureza para exercer poderes civilizatórios e exploratórios sobre a mesma. Os estudos dos aspectos ecológicos ainda estavam no nascedouro, emperrados pela visão disciplinar que não conseguiria, diante do avanço da mercantilização da natureza, fazer uma crítica politicamente referenciada da aceleração da destruição ambiental de dentro da utopia renascentista do conhecimento humanista. (BARCELLOS, 2008)

Nas obras de naturalistas como Eschwege, Saint Hilaire, Burmeister, Spix, Martius, Vieira Couto, José Bonifácio, Sir Richard Burton e outros, ou nas referências contidas em relatórios de governadores e outros funcionários públicos podemos perceber, com os olhos de hoje, que a mineração colonial deixara profundas cicatrizes ambientais: rios assoreados; margens de córregos e rios desnudas e reviradas; montes de cascalhos amontoados como rejeito de minerações; profundas ravinas sem vegetação e em desmoronamento constante (voçorocas); morros cuja vegetação de suas vertentes e arredores havia sido retirada a ferro e fogo para facilitar a descoberta de veios e aproveitar madeiras para escorar minas e grupiaras, fazer bicares suspensos por vigas, escoramentos e tudo mais necessário à atividade de mineração e para a vida ordinária dos mineradores e de quem vivia nos arredores. (DEAN, 2002; PÁDUA, 2002)

Desde o início da exploração aurífera houve diversos bandos, regimentos e regulamentos que buscavam evitar desastres e litígios, entre eles os acidentes e desavenças causados pela retirada imprevidente da vegetação e pela falta das madeiras essenciais. Em nenhum momento as justificações desses preceitos legais se escravavam em saberes e dizeres de naturalistas, mas sim dos juristas e políticos, sem se afastar de seu objetivo básico: manter as explorações funcionando o melhor possível, dentro de ótica estritamente jurídica da prevenção de litígios e da ótica econômica da relação custo/benefício. A maior parte destas disposições manteve-se em vigor durante o século XIX adentro.

No século XIX a chegada de empresas estrangeiras para a exploração aurífera produziu um emprego diferenciado de tecnologia e a retomada de explorações subterrâneas que se tornaram mais profundas. O maquinário continua movido pela força hidráulica e usado principalmente nas fases do processamento, fora das minas. Se isso interfere positivamente

como fim dos grandes desmontes hidráulicos, porém o maior ritmo de lavagem dos minérios assoreia mais rápido os rios. (LIBBY: 1984; 1988)

### **Empresas mineradoras, construção histórica e memórias**

No quadro que se esboça na análise econômico-ambiental desses diversos autores, em longo prazo e nos recortes de suas obras que tratam apenas do século XIX, vemos um capitalismo sem atos ‘mitigados’; sem formas de autocrítica; sem a gestão de recursos que considere o bem estar geral da sociedade como um bem primordial.

Na mineração empresarial do novecentos em Minas os avanços técnicos foram significativos no que toca à empresa de mineração mais longeva: A *Saint John del Rey Mining Company*, em sua mina principal, em Morro Velho. Sempre buscando estar na ponta de desenvolvimentos tecnológicos, tornou-se uma empresa muito bem sucedida, mas suas operações se realizaram com muitos percalços, principalmente com diversos acidentes que impuseram vários períodos de suspensão de suas atividades principais ao longo do século XIX. Porém, a maior parte destas atividades ainda era tributária de técnicas de mineração onde ocorria alto consumo de madeiras para escoramento e produção de carvão. (HOLLOWOOD, 1955; EAKIN, 1989; LIBBY, 1984)

Logo, ao fim do século, chegar-se-á na discussão sobre o uso tecnológico dos diferentes tipos de energia para as máquinas exploratórias. Discute-se se haverá manutenção da força hidráulica e sua sofisticação, ou se há viabilidade na continuação dos investimentos em máquinas a vapor; ou se é possível o emprego de uma nova tecnologia que parecia engatinhar no final do século XIX: a hidroelétrica. (HOLLOWOOD, 1955; LIBBY: 1984)

Essa tecnologia é defendida por um jovem engenheiro escocês, George Chalmers, que se tornara o mais longo administrador da *Saint John del Rey Mining Company* no Brasil, proprietária da exploração de Morro Velho e algumas minas menores. (HOLLOWOOD, 1955; EAKIN, 1989; LIBBY: 1984; RODRIGUES, 2012)

Neste momento, final do século XIX, há o ápice de um liberalismo voraz que encontra eco nas práticas monopolísticas das grandes empresas e está em diversas partes do globo em atividades diversas. O mote é o progresso, objetivo inconsequente e disforme que tem em sua base o eurocentrismo e as novas conquistas de escala do capitalismo industrial. Se já existiam críticas sociais fortíssimas sobre esse fenômeno, no entanto não há críticas significativas.

Em relação ao período anterior à adoção da energia hidrelétrica, Morro Velho necessitava de grandes quantidades de madeira para escoramento e para a fabricação de

carvão, e teria um *modus operandi* para lidar com essa demanda, destacado por Douglas Cole Libby:

Embora a Companhia possuísse várias matas nas imediações de Morro Velho, das quais retirava parte da madeira necessária, a grande maioria do suprimento de madeira provinha de lenhadores e carreiros da região. Já em 1846 temos notícia de contratos para o suprimento fixo de madeira e de carvão vegetal. Tais contratos multiplicaram-se no decorrer dos anos, e o resultado foi nada menos do que o desflorestamento de grandes áreas na região. (LIBBY, 1984:79)

Comprovada por meios documentais que a administração das matas visa manter o preço da madeira e do carvão baixos, concluindo que “essas matas, então, serviam como reservas florestais, já que dentro da racionalidade capitalista da empresa, a opção mais cômoda era de concentrar na produção de ouro, deixando para outros o fornecimento de materiais essenciais, a não ser nas horas de grande necessidade.” (LIBBY, 1984: 83-84)

O interesse primordial era o de manter o fluxo de energia barata, ou seja, o custo de um insumo – energia – por um período longo de tempo, cálculo que merece elogios pelo tipo de operação mental refinada que exige, mas nem por isso se torna algo relacionado diretamente com um pensamento preservacionista. Se o custo de longo prazo pendesse para a destruição, não há dúvidas de que essa seria a escolha.

A visão memorialística de administradores de empresas do século XIX como ambientalistas é, portanto, irreal e não se justifica pelo fato dos documentos os mostrarem a comprar e queimar carvão mais barato, produzido em locais mais distantes de suas empresas e salvando através de sua opção, algumas centenas de árvores nos terrenos próximos, de propriedade da própria empresa.

Outro exemplo do engano sobre o sentido de documentos produzidos em um passado cujos referenciais de enaltecimento de autoridades era a prática usual, está na opção, em um livro recente, de mostrar fotos de George Chalmers com o resultado de sua pescaria, pelos idos da primeira década do século XX, afirmando que ele gostava muito mais da pesca do que da caça. Opção que deixou de lado as muitas fotos existentes do mesmo administrador com catitus, veados, jacutingas, ou centenas de perdizes mortas, se utilizando de um depoimento de um amigo, feito para enaltecer o dito administrador, publicado em 1953. (RODRIGUES, 2012; MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA, 1996)

Independentemente do fato de a nobreza europeia ter pendores para a caça, fazendo dela um esporte e conservando em suas propriedades áreas reservadas, do mesmo modo, e que

isso pudesse ser uma característica de empreendedores de origem inglesa, nem por isso as faz preservacionistas em sentido atual. Ainda que a existência dos animais para a caça no longo prazo se apresentasse aos caçadores, a manutenção de seu esporte não pode ser visto anacronicamente. Estudar tal relação é inevitável à história ambiental, mas não tomá-la sem a devida valoração no tempo, distorcendo a intencionalidade dos agentes.

Ainda, no livro *Morro Velho: História, fatos e feitos*, de 1996, um capítulo tem o título de ‘Desenvolvimento sustentável – conceito atual praticado desde o passado’. O capítulo defende que tal conceito já era praticado pela década de 1930, ‘ao dispor seus rejeitos em depósitos engenhosamente construídos em vales ao longo do Ribeirão do Cardoso.’ (MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA, 1996: 145)

Porém, se isso se destinava a explorar o rejeito ainda aurífero no futuro com técnicas que se esperava aprimorar, nenhuma preocupação havia com a natureza. Podemos reduzir o conceito de desenvolvimento sustentável apenas na administração de rejeitos para serem explorados posteriormente? Não acredito que tal conceito se reduza a isso. A conclusão disso é a poluição e o assoreamento do mesmo córrego pela mesma empresa na década de 1950, quando passava por dificuldades financeiras e a barragem do Cardoso já estava cheia. A questão do lucro esteve na frente de qualquer outra. O córrego mudou de nome, inclusive nos mapas, para ribeirão da água suja. Qual a sustentabilidade disso? (MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA, 1996: 145-146; MAY, 2010; MOTTA, 2006)

Logicamente toda a história do pensamento sobre a natureza, e por consequência praticamente todo o pensamento econômico, se apresenta como objeto de estudo da história ambiental. Porém há de se respeitar as concepções acerca da natureza dentro de seu tempo, pelas suas lógicas internas, sob pena de incorrer no anacronismo.

Certo que nem todo historiador é um ambientalista e nem vice-versa, contudo a análise da formação dos conceitos ambientais complexos é recente. E o estudo sobre a percepção sobre a natureza, ao contrário, pode ser considerada muito antiga. A proteção sugerida de ambientes onde se apresentam recursos naturais por agentes históricos do passado, que surge geralmente em obras históricas pela expressão ‘crítica ambiental’, merece certo cuidado. O que ocorreu em geral foram críticas econômicas em que a natureza aparece em evidência, mas como coadjuvante da atividade humana, não como objeto em si ou principal preocupação. Nesse aspecto toda gestão capitalista de recursos terá o meio ambiente como coadjuvante secundário.



Somente muito recentemente - algumas poucas décadas - considerações ambientais aparecem limitando ou formatando o aparato produtivo. Mesmo assim ainda cabem muitas críticas sobre se as leis ambientais atuais conseguiram colocar o paradigma ambientalista em mesmo nível de importância que as necessidades e argumentos do mundo produtivo. A resposta, para alguns importantes setores da economia me parece ser um retumbante não, por não ter conseguido profundas transformações na estrutura produtiva.

Mesmo que tenhamos que reconhecer com certa naturalidade o fato das empresas buscarem reescrever sua história de forma mais simpática, isso, entretanto não pode passar os limites, ao menos para o meio acadêmico, dos conceitos e da trajetória histórica de sua elaboração. Usar termos atuais para contextos do passado pode não ter o objetivo de falsear a história, mas não deixa de produzir, muitas vezes, o anacronismo, que é o estabelecimento de uma dissonância, conceitual ou ideal, entre o que realmente era e a interpretação que se faz fora das chaves de pensamento do período que se analisa.

Isso abre outras questões, não metodológicas, mas, políticas: Há certa teimosia em recriar heróis? O herói econômico e civilizador do século XIX estará sendo transmutado à força para um novo herói ecológico? É o que parece.

Devemos nos perguntar então: a quem pertence a paternidade da expressão ‘desenvolvimento sustentável’? Dos ambientalistas ou dos capitalistas e empresários? Teria o termo originariamente já nascido como uma releitura rasa da ‘gestão capitalista de recursos’? Se assim for, tem ela alguma validade no âmbito das ciências da natureza? Ela é tributária da ciência econômica e devem as ciências da natureza apenas instrumentalizá-la? Deverão as ciências da natureza se portar como os naturalistas do século XIX, guardando suas críticas para si? Se não, o que os ambientalistas trouxeram de novo para tornar tal expressão algo novo e digno de ser incluído como conceito de uma ciência de corte novo, dita ‘ambiental’? Permanece o desconforto com a expressão no meio das ciências naturais? Seria tal confusão de conceitos uma prova de que há uma vertente de ambientalismo ‘fajuto’ e retórico?

### Referências bibliográficas

BARCELLOS, Gilsa Helena. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. 109-123. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (org.) *Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Meio Ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. 79-107. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (org.) *Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história da destruição da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- DOULA, Sheila Maria; COSTA, Maria Fernanda de Aguiar. Ciência, natureza e crítica ambiental na obra do barão de Eschwege: o Brasil sob o olhar de um mineralogista do século XIX. *Estudios Avanzados Interactivos*, año 3, no. 5. IDEA, Instituto de Estudios Avanzados, USACH, Santiago, Chile, julho/2004. Acesso: <http://lauca.usach.cl/revistaidea/html/revista%205/pdf/Sheila%20Maria%20Doula.pdf>
- EAKIN, Marshall C. *British enterprise in Brazil: The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- HOLLOWOOD, Bernard. *A História de Morro Velho*. Trad. Lúcia Machado Almeida. Londres: The St. John Del Rei Mining Company Limited, Samson Clark & Co Ltd, 1955.
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil – O caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Brasília: Brasiliense, 1988.
- MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. 65-77. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (org.) *Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MAY, Peter H. (Org.) *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. *Morro Velho: história, fatos e feitos*. Nova Lima: S/ed., 1995.
- MOTTA, Ronaldo Seroa da. *Economia Ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1789-1888)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- RODRIGUES, Victor. *Nova Lima dos ingleses: a história do pioneiro George Chalmers*. Belo Horizonte: É Editora, 2012.
- TURNER, F. *O Espírito Ocidental contra a Natureza - Mitos, História e as Terras Selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

## “Clima Glorioso” ou “Calores Insuportáveis”? : uma interpretação do clima amazônico nos discursos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henry Walter Bates

Pedro Henrique Maia Braga\*

Graduação em História

Universidade Federal da Paraíba

[henquepedro@gmail.com](mailto:henquepedro@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo discute, através das teses de alguns pesquisadores, como pode ter sido construído uma perspectiva antagônica, “paraíso” e “inferno”, sobre o clima amazônico, representado aqui nos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henry Walter Bates. Estudada por viajantes desde o início da conquista europeia, os relatos de viagem contribuíram para forjar as bases que suportaram a construção de conceitos sobre a Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** clima amazônico; “paraíso” e “inferno”; relato de viagem.

**ABSTRACT:** This article debates, through the theses of some researchers, how could be made a conflicting perspective, “paradise” and “hell”, over amazonian climate, represented here by Alexandre Rodrigues Ferreira and Henry Walter Bates’ reports. Since the beginning of the european conquest, the travel reports helped to invent the bases which supported the construction of concepts about Amazônia.

**KEYWORDS:** amazonian climate; “paradise” and “hell”; travel report.

Há séculos a natureza americana atrai a curiosidade de viajantes e naturalistas de todo o mundo. Dos exploradores e navegantes e cronistas do século XVI, a passar pelo século dos ilustrados, o XVIII, e no alcance dos cientistas do século XIX, a América e os elementos que constituem sua natureza foram coligidos e estudados através da escrita e visões das mais heterogêneas. Em geral, tratou-se de estudar e reconhecer, entre outras coisas, sua viabilidade para a colonização europeia, e se pode acompanhar opiniões variáveis nos relatos de viagem, favoráveis ou não, a rigor, ao espaço descoberto. Posto em comparação com o Velho Mundo, a natureza do Novo Mundo teve, assim, seus caracteres narrados, descritos e, em não poucos exemplos, minuciosamente examinados.

Dentro de sua natureza descrita, narrada, qualificada, o clima obteve atenção significativa dos viajantes e naturalistas que dedicaram parte de suas vidas a singrar e estudar a região. O conceito de que o clima influencia na conformação das sociedades representou

---

\* Esta participação, ainda bastante introdutória, faz parte de um projeto em execução na Universidade Federal da Paraíba, e financiado pela CAPES.

uma verdade que atravessou séculos. Os relatos de viagem contribuíram, assim, para forjar as bases em que conceitos sobre a Amazônia foram confeccionados (GONDIM, 2007).

Isto mostra Antonello Gerbi num de seus estudos sobre o continente americano, *La Naturaleza de las Indias Nuevas*, a cuja tese o mesmo declara: “*El presente estudio (...) nació de las investigaciones acerca de la ‘debilidad de América’, (...) la tesis de que el continente americano es (...) inferior, (...) inmaduro, en comparación con el mundo antiguo*” (GERBI, 1992, p. 15). No quadro da natureza estudado pelos primeiros naturalistas e historiadores da América, unido à fauna e flora e seres humanos está o clima, e não surpreende o fato de que exerça atração significativa e ocupe espaço privilegiado no discurso dos viajantes. O início da conquista assiste a uma reação estupefata diante desta natureza edênica. Se primeiramente houve tendência favorável naqueles que puderam, *de visu, sentir* o Novo continente, outros foram desfavoráveis e denunciaram o caráter maligno do ambiente. Estudos revelam que do conjunto dessas narrativas sobressaem pelo menos duas perspectivas: a) de que o clima é perfeitamente saudável, ao contrário do que se dizia nos círculos intelectuais europeus quanto à sua má influência sobre o organismo humano e desenvolvimento físico dos animais;<sup>3</sup> b) por outro lado, de que zonas de clima quente impossibilitavam a adaptação do ser humano, impróprias para o desenrolar da vida.

Aristóteles (384–322 a.C.) foi um dos principais criadores, na Filosofia, de particular maneira de conceber o clima e a natureza. Para gerações posteriores legou um sistema de pensamento acerca da influência do calor e do frio na formação dos organismos, da sua influência nos seres humanos. Calor e frio como causas reais da geração e destruição, no papel ativo que desempenham no crescimento e decadência do organismo (ROSS, 1987). Foi o filósofo jônico de Estágira que durante o período medieval teve expressiva influência sobre os teólogos/filósofos e obteve, assim, o privilégio da reverberação de sua filosofia além das fronteiras do tempo (NASCIMENTO, 2004). Embora se conheça a importância de outros pensadores a este respeito, foram as bases filosóficas aristotélicas sobre o clima que se solidificaram no pensamento de cronistas e regeram o intelecto do escol da elite culta europeia do século XVI. O calor, extremado nas “zonas tórridas”, representava impossibilidade de adaptação. Embora Aristóteles e outros tivessem seu pensamento retomado pelos cronistas, sua filosofia do clima não ficaria impune:

---

<sup>3</sup> Oviedo pôde dizer que “el clima [ tropical caribenho] es de una dulzura inigualable, y haciéndose día a día más benigno”. GERBI, 1992, p. 347. Ou cf., do mesmo autor, *La Disputa del Nuevo Mundo: história de uma polémica (1750-1900)*, 1982.

Passando o Sol continuamente sobre essa zona tórrida, de um trópico a outro, (...) deve o calor ser extremado a ponto de terem pensado autores acatados (e ainda o pensarem) que somente com grandes dificuldades pode o homem adaptar-se. Mas (...) observa-se o contrário na Ilha do Maranhão e terras adjacentes do Brasil (...) sob a zona tórrida, a dois e meio graus do Equador, (...) seria de fato o calor insuportável não fosse a (...) providência divina atenuar e temperar tal ardor por meios (...) maravilhosos (D'ABBEVILLE *Apud* SANT'ANNA NETO, 1999, p. 21).<sup>4</sup>

De relato em relato, as crenças nos antigos modelos cosmográficos cedeu lugar à outra visão do globo, sem mais espaços escondidos ou distâncias incalculáveis. O pensamento geocêntrico de C. Ptolomeu, bem como o climático de Aristóteles, ou o de Plínio, ganhou cada vez mais críticos contrários. Para o padre capuchinho d'Abbeville, a “experiência” compreende, por excelência, o método de interpretação. Em sua chegada ao Brasil pela armada de Daniel de la Touche em 1612 revelou um conjunto de dados sobre os caracteres climáticos da região, quando os franceses implantaram a França Equinocial em São Luis. Surpreendido, maravilhado esteve o ele? Talvez esperasse deparar um clima insuportável? Atile-se ao momento em que escreve (estava mais quente ou frio?) e às circunstâncias subjetivas do viajante. Pois que demonstra Mary L. Pratt não serem poucas as questões que podem influir na composição de um relato de viagem (PRATT, 2011). A crença antiga fora contraposta, embora não recuse de todo que o clima era meio inconveniente. A “providência divina” parece ter dado um jeito no “ardor”, ao temperar e atenuá-lo com “meios maravilhosos”.

Desbravadores do acesso à verdade, para S. B. de Holanda, aqueles primeiros nautas, unidos ao seu realismo tosco, puderam inaugurar novos caminhos no pensamento científico com o simples fato de, no olhar e no tatear, dos “olhos que enxergam”, das “mãos que tateiam” desmitificarem concepções de um mundo outrora apenas pulsante na seara do abstrato para os antigos, ao desterrar “alguns velhos estorvos ao seu progresso” (HOLANDA, 2000, p. 11-12). Entretanto, a idealização do paraíso na terra, de uma natureza de bonança, deu lugar a uma perspectiva negativa, em que indícios do “inferno” não demoraram (HOLANDA, 2000, p. XI).

Quando a extensão do Éden na Terra se desmancha diante da realidade que lhes assalta, a mudança de visão irrompe gradativamente. O encontro do Paraíso Terreal, utopias oníricas de navegantes e cronistas, não escondem o fato de que o Jardim de Delícias também correspondia a pesares. Para alcançá-lo, depara-se com perigos mastodônticos. Em Holanda,

---

<sup>4</sup> É para se dizer que não apenas Aristóteles pensou imerso na perspectiva. Trata-se de conceitos que tangeram o pensamento de pensadores antigos diversos. Sobre, veja-se Holanda (2000).

a metamorfose do paraíso ao inferno, representada no recrudescimento do pessimismo sobre a Terra, se relaciona ao mesmo princípio religioso que nutria a visão desse Horto no alvorecer da era moderna. Apesar das variações de posicionamento dos pensadores da época, o pessimismo se vincula à Queda. A Terra, obra de Deus e cujo fim seria sua primorosa criação divina, o ser humano, é, assim, vítima de sua Queda, do pecado, e perde caracteres divinos. “Começara-se” o grande martírio, natureza retorcida na perda de seu estado original de portento. E do impacto negativo da conquista ou das teorias que passam a invadir antros intelectuais a partir do século XVIII, nota-se então um discurso que se pôs a qualificar a natureza do Novo Mundo, num juízo negativo de seu clima em constante comparação com o mundo europeu, o Velho Mundo (HOLANDA, 2000, p. 236-237; GERBI, 1992).

Evidentemente, os teóricos do iluminismo não nutriram suas teorias nas mitos de outrora. O posicionamento racional foi contundente entre os iluministas. São notórios, em exemplo, George-Louis Leclerc, ou conde de Buffon (1707-1788), Charles Montesquieu (1689-1755) e Cornelius de Pauw (1739-1799), cujos juízos atribuíam às diferenças climáticas e localizações geográficas elementos matrizes na distinção de cor, estatura, comportamento, índole e capacidade inventiva das populações humanas. Estas ideias estavam dirigidas ao pressuposto da debilidade da própria natureza e do indígena americano para produzir tecnologias e política e economias complexas: traços civilizatórios; e fundamentaram grande parte de teorias sobre a evolução dos povos e das civilizações no século XVIII (PINTO, 2005, p. 183-184; 189-190).

Marcado por intensas disputas entre Portugal e Espanha e outros países, o século XVIII assistiu a coibição de trânsito de viajantes em certas partes da América do Sul, em particular regiões amazônicas. Outros estudiosos da natureza amazônica no século XVIII se mostraram favoráveis ao pensamento de Buffon. No aglomerado de pensadores embevecidos pelo espírito das luzes estiveram Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira. Puderam conhecer *a olho* e descrever aspectos do clima e sua relação com as populações amazônicas. A fim de solucionar o que se considerava um dos maiores debates científicos do período, o formato da terra, La Condamine (1701-1774), em viagem de 1735 à América, deixou suas impressões acerca do clima na formação dos nativos amazônicos. Na incursão de registrar a potencialidade de territórios portugueses no ultramar, a coroa portuguesa enviou o naturalista baiano Rodrigues Ferreira, cuja função, seja no sentido administrativo e colonialista, seja para a História Natural, atuou na confecção de obra extraordinária, considerada um inventário da fauna e flora do Estado do Grão-Pará e

Maranhão, sua “Viagem Filosófica ao Rio Negro”. Além da equação clima-ser humano, o discurso de ambos sobre o clima amazônico apresenta também outros matizes:

Achei em Zaruma a altura barométrica de 24 polegadas e 2 linhas 0,6546mm; sabe-se que essa altura não varia na Zona Tórrida como nos nossos climas (...) Todos os antigos nativos do país são trigueiros e de cor avermelhada, mais ou menos clara; a diversidade de matiz deve-se verossímil, e principalmente, às diferenças de temperatura do ar dos países que habitam, pois vai do maior calor da Zona Tórrida até o frio causado pela vizinhança da neve (LA CONDAMINE, 2000, p. 48, 59; SAFIER, 2009, p. 93).

Pelo character dos naturaes; pela sua côr e phisionomia; pelas suas vozes, e outros viziveis efeitos da influencia do clima; (...) A côr em quase todos é macilenta, as vozes debeis e desentoadas, e todos elles ociosos, e negligentes. (...) Os calores depois das nove horas da manhan, até ás quatro da tarde são insuportaveis, de maneira que se não póde sahir fóra de casa (...) fica tão abafada a atmosphaera, que mal se póde supportar no corpo a mesma camisa (FERREIRA, 1988, p. 678-679).

Os relatos de La Condamine tiveram recepção na Europa. Sabe-se, pelo menos, que Buffon, Hume, Montesquieu, de Pauw e Rousseau o leram, e outros intelectuais do período, e pode-se dizer que seus relatos, portanto, tiveram recepções e interpretações individuais entre os eruditos europeus.<sup>5</sup> Nele, há levantamento de “Amazônias”, cuja diferença climática, oriunda do próprio aspecto heterogêneo de seu espaço, “neve” e “calor”, reflete-se na cor dos índios: de “avermelhada” a “mais ou menos clara”. Ferreira também apresenta a equação clima-ser humano, explicada, por seu lado, no timbre da voz, cor da pele, preguiça, mas, sobretudo, a sugestão, diga-se, de um clima inconveniente, visto que atribui ao calor a qualificação de “insuportável” e, ordinariamente, a agonia de viver num lugar desses, em que mal se pode aguentar no corpo “a mesma camisa por muito tempo”.

A curiosidade sobre a natureza americana e, por extensão, sobre a amazônica não cessa no século das luzes. Na verdade, um evento de grande magnitude, ao irromper na Europa, atinge a dinâmica das nações europeias. Napoleão Bonaparte (1769-1821), ao atingir Portugal com seu projeto expansionista, apressou a mudança da coroa portuguesa para o Brasil, pois antes das tropas de Junot invadirem Lisboa, a Corte já se antecipara em sua fuga cujo destino era o Rio de Janeiro, quando lá aportou, em março de 1808. Os dois eventos, tanto a invasão francesa como, por conseguinte, a transmigração portuguesa, propiciaram em vários aspectos a configuração das bases para que um sem número de expedições e viajantes

---

<sup>5</sup> Veja-se também em SAFIER (2009, p. 103-104) a polêmica entre La Condamine e o judeu sefardita Isaac de Pinto (1717-1787). Acompanhe-se também a contestação do Padre João Daniel aos delírios de gabinete de Montesquieu sobre o clima da zona tórrida, “nem todos os discursos são evidências na praxe, e que nem toda a especulação é infalível nos experimentos”, em: COSTA, 2002, p. 92-93.

pudessem, a partir de então, penetrar em regiões ainda não catalogadas em sua biodiversidade pela ciência natural do período, visto a América Portuguesa estar com suas portas fechadas por longo tempo aos viajantes. A. v. Humboldt, a quem se pode dizer que é um dos marcos iniciadores “das grandes explorações científicas no Novo Continente”, não conseguiu entrar, portanto, na parte territorial portuguesa. Em companhia do botânico Aimé Bonpland, e depois de percorrer países da costa do oceano pacífico em sua conhecida viagem (1799-1804), teve-a interrompida quando decidira transpor as cabeceiras do rio Orenoco e entrar em território português. Neste sentido, Humboldt e Bonpland inspiraram, direta ou indiretamente, outras viagens ao território português, que depois veio a se tornar Brasil em 1822, ao qual o Grão-Pará e Maranhão aderiu em 1823. Estavam lançadas as bases, em virtude de mudanças políticas nas metrópoles, para que viajantes de todas as partes viessem a esse país em gestação, sondar sua natureza, quantificar, qualificar, descrever, ao estilo da ciência positivista seus minérios, recolher e colecionar plantas e animais e... enviar para a Europa, onde a ficariam nos museus metropolitanos. De maioria alemã, francesa e inglesa, pode-se dizer que aquilo que Humboldt não presenciou, não cunhou nas páginas de sua obra, ficou para os seus sucessores e simpatizantes de seu paradigma de viagem levarem adiante. E entre os que fitaram sua curiosidade sobre o Brasil, houve os que tiveram a Amazônia no seu itinerário, como os casos, entre outros, de componentes da Expedição Austríaca, da Expedição Thayer, e daquela encabeçada pelo Barão de Langsdorff (PINTO, 1976, p. 444,445).

Henry Walter Bates foi um dos que estudaram a região no século XIX. De acordo com Hideraldo Costa (2002), a influência do romantismo nos relatos de viagem sobre a Amazônia fez com que propusessem desfazer os rótulos que viajantes anteriores haviam feito sobre um clima impróprio para a vida humana. Não seria de estranhar o então comportamento dos viajantes do XIX, cujo olhar imperialista e que envolvia políticas metropolitanas e ciência, agissem no sentido de isentar o clima amazônico de tamanhos discursos maledicentes. A colonização era, portanto, tão possível como o fato de que o clima não apresentava esses aspectos infernais. Assim, em 1848, pôde dizer que em “geral prevalece uma temperatura alta”, oscilando entre “89° e 94°”, “nunca desce abaixo de 73°, numa média de “81° Fahrenheit”:<sup>6</sup>

Embora muito próxima do Equador (1° 28' lat. Sul), o seu clima não é excessivamente quente. Os norte-americanos residentes na região afirmam

---

<sup>6</sup> 89, 94, 73 e 81 graus Fahrenheit correspondem, na escala Celsius, vigente no Brasil, a 31,667, 34,444, 22,778 e 27,222 graus, respectivamente.



que o calor ali não é tão opressivo quanto em Nova York e Filadélfia no verão. É claro que a umidade é excessiva, mas as chuvas não são tão pesadas nem tão contínuas, na estação das águas, quanto em outros climas tropicais (BATES *Apud* COSTA, 2002, p. 103).

Com diferença a relatos de outros viajantes com tendências detratoras, Bates considera o clima amazônico agradável, delicioso, e mostra como mesmo habitantes do sul dos EUA se encontravam habituados e sequer sentiam grandes diferenças nas temperaturas. Este posicionamento denota o ser favorável a colonização branca e a introdução de traços correspondentes a civilização da região, como comércio, povoamento e aproveitamento das riquezas naturais.

Objetivou-se mostrar ao leitor um problema. Que o clima americano, e, por conseguinte, o amazônico, foi, ao longo de sua história, sujeitado a numerosas interpretações (que, de fato, excedem os singelos exemplos aqui elencados), originárias, do mesmo modo, de diversos viajantes e teóricos europeus. De acordo com algumas teses, parece, entretanto, que apesar da multiplicidade discursiva dos relatos de viagem, as conclusões, a rigor, se tornaram entre as visões do “paraíso”, do “inferno” e “purgatório”. Portanto, dois polos interseccionados por uma “zona de contato”, um lugar do meio, o purgatório. A qualificação da natureza amazônica pela ciência contribuiu para a “invenção” do seu clima, enroupado por estes conceitos que desafiam a perguntar se a região é paraíso, inferno, purgatório, ou, nem uma coisa, nem outra.

### Referências Bibliográficas

COSTA, Hideraldo Lima da. *Questões à Margem do “Encontro” do Velho com o Novo Mundo: saúde e doença no país das Amazonas (1850-1889)*. 264 f. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo, 2002.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, 1988.

GERBI, Antonello. *La Naturaleza de las Indias Nuevas: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GERBI, Antonello. *La Disputa del Nuevo Mundo: história de uma polémica (1750-1900)*. Fondo de Cultura Económica, 1982.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

PINTO, Olivério Mário Oliveira. “Viajantes e Naturalistas”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. III, 5. ed. (O Brasil Monárquico – Reações e Transações. São Paulo: Difel, 1976.

PINTO, Renan Freitas. As Representações Científicas da Amazônia: o lugar das etnociências. In: FREITAS, Marcílio (org.). *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*. Vol. 1. Manaus: Edua, 2005, p. 169-193.

PRATT, Mary Louise. *Ojos Imperiales: literatura de viajes y transculturación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

ROSS, David. *Aristóteles*. Tradução de Luís Filipe Bragança S. S. Teixeira. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

ROSSI, Paolo. *O Nascimento da Ciência Moderna na Europa*. Bauru: SP: EDUSC, 2001.

SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de La Condamine e a Amazônia das Luzes. Trad. de Manuel Amaral Bueno. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 91-114, 2009.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Valer, 2000.

## O ‘Paraíso Terrestre’ como Arcádia ou um ‘Parnaso Mineiro’? A natureza na poesia de Claudio Manoel da Costa\*

Rute Guimarães Torres\*\*

Mestranda na linha Ciência e Cultura na História

Universidade Federal de Minas Gerais

[rutorres@gmail.com](mailto:rutorres@gmail.com)

**RESUMO:** Esta apresentação procura perceber e discutir como a natureza da região de Ouro Preto e Mariana foi representada nos versos do poeta Claudio Manoel da Costa na segunda metade do século XVIII. No contexto de sua produção, o imaginário sobre a natureza idílica do interior e as possibilidades de riquezas minerais, ainda estava presente na cultura literária. Claudio Manoel buscou vislumbrar em sua terra natal o desejado paraíso da “Arcádia”. Mas a paisagem idealizada contrastava com o ambiente de densas florestas e altas serras que desafiavam a dominação e civilização do espaço, mesmo depois da intensificação da mineração e surgimento de grandes vilas.

**PALAVRAS-CHAVES:** paisagem; literatura; percepção da natureza

### Introdução

No drama musical *O Parnaso Obsequioso*, escrito em 1768, o poeta mineiro do arcadismo, Claudio Manoel da Costa, conclama as musas guardiãs dos grandes heróis e inspiradoras das artes e das ciências para prestarem homenagens ao então governador da Capitania de Minas, Sr. José Luiz de Menezes, o Conde de Valadares. A paisagem tomada como inspiração é a alta serra do Itacolomi, coroada pelo Pico que nomeia a serra, entre Ouro Preto e Mariana.

A atribuição do nome *Parnaso* foi feita em referência a uma montanha localizada na parte central da Grécia, que para a mitologia representa o monte dedicado ao deus Apolo, no qual vivem as musas inspiradoras dos poetas. No drama de Claudio Manoel, Apolo conta em versos as boas mudanças percebidas na região aurífera após a chegada de Menezes, que chega aos penhascos mais rudes “para punir e domar a natureza” dos súditos. Menezes, ou, como é mais conhecido, o Conde de Valadares, chega à Vila Rica em 1768 para substituir Luis Diogo Lobo da Silva, que governava desde 1763.

APOLO Enfim tudo é delícia  
Na opulenta região das áuras Minas;  
E tu, ó bom Menezes,

\* O texto em questão foi escrito para ser apresentado oralmente no III EPHIS, atentando para a linguagem mais clara e abordagens mais breves possíveis. Manteremos a grafia original para sobrenome do poeta: Manoel.

\*\* Bolsista CNPq.

Desses troncos incultos, dos penhascos  
Mais hórridos, mais feios,  
Dos queimados Tapuias  
Fazes pulir a bárbara rudeza,  
Fazes domar a natureza fereza.

(Glauceste Satúrnio<sup>7</sup>, *O Parnaso Obsequioso*, Parte II)

O *Parnaso* de onde Apolo conclama suas musas para cantar alegrias e gloriar as Minas está situado ali, entre a antiga Vila Rica e Mariana. O penhasco, por sua vez, foi descrito no poema como uma paisagem áspera, dura e pedregosa, dominada pelo Gênio do Itacolome<sup>8</sup>, representante do poder da Coroa Portuguesa que controlava e vigiava a região, assim como o Itacolome dominava as demais serras.<sup>9</sup>

Para além do drama citado, vários dos poemas de Claudio Manoel da Costa trazem em seus versos descrições da natureza da região de Minas Gerais. Nas suas “Obras Poéticas”, que reúne composições desde que estudava na Europa, o poeta constantemente se refere à paisagem de sua terra natural, fonte de sua inspiração.

Nascido em 5 de julho de 1729, Claudio Manoel da Costa pertencia a linhagem de portugueses com os primeiros paulistas que ocuparam a região. De acordo com a documentação de seu batismo, nasceu no distrito chamado “Vargem do Itacolome”<sup>10</sup>, em Mariana, e foi batizado na Capela de Conceição, no sítio de João Fernandes de Oliveira - o velho, pai do grande contratador de diamantes. (ALCIDES, 2003, p. 17)

Destes penhascos fez a natureza  
O berço, em que nasci! Oh quem cuidara,  
Que entre penhas tão duras se criara  
Uma alma terna, um peito sem dureza!

(*Obras Poéticas*, soneto XCVIII)

Rios, pedras e montanhas, figuras obrigatórias da poesia arcádica, compunham a paisagem afetiva do poeta, que nasceu no sopé da Serra do Itacolome, de “intratáveis penedos” e “montes frios”. As ler seus poemas e, principalmente, aquele considerado sua obra mais notável, *Villa Rica*, nos deparamos com referências à natureza da região que comportam

<sup>7</sup> Glauceste Satúrnio é, na verdade, Claudio M. da Costa.

<sup>8</sup> Personificação criada pelo poeta para o Pico do Itacolome. COUSIN, 1958, p. 225, nota 3.

<sup>9</sup> Sérgio Alcides analisa como o estado emocional e psicológico de poeta, tanto no retorno da Europa quanto no descontentamento com o poder exercido em Minas Gerais, influenciou na caracterização da natureza da Serra do Itacolome. Cf. ALCIDES, 2003.

<sup>10</sup> Ou Várzea, em algumas biografias. O documento original está ilegível. IGREJA Católica de Nossa Senhora da Assunção de Mariana-MG, Capela N.S. Conceição do Sítio da Vargem de Itacolome, Arquidiocese de Mariana-MG, Certidão de Batismo (descrição online) de Claudio Manoel da Costa. Salt Lake City: Filmado pela Sociedade Genealógica de Utah, 1980. nº. 1284522/Item 17Fls. 110 e 110v.

antigos mitos sobre as terras do Novo Mundo, as riquezas minerais e as expectativas de encontrar um paraíso terreal procurado nos sertões que foi durante décadas.

### O imaginário sobre a natureza da região

Dedicado ao Conde de Bodabela, *Villa Rica* foi escrito antes de 1768 e divulgado em 1773. Na *Carta Dedicatória* e no *Prólogo*, o poeta deixa clara sua intenção em honrar a mais importante capitania dos domínios portugueses, as Minas, que lhes tornaram dignas de lembranças e alvo de seu amor pátrio pelas suas riquezas.

*Villa Rica* trata da epopéia dos desbravadores dos sertões das Minas em busca das riquezas tão desejadas e, principalmente, dos conflitos pela posse da região na guerra dos emboabas. Nos “Fundamentos Históricos”, ao narrar as entradas em Minas Gerais, o poeta atribui à natureza participação fundamental na localização das riquezas. Tal referência influenciou diversas produções posteriormente, utilizando-se, inclusive, de descrições como “o faról dos bandeirantes” para se referir aos altos picos.

Romperam os mattos geraes, e servindo-lhes de norte o pico de algumas Serras, que eram os farões na penetração dos densissimos mattos [...]. (COSTA, *Fundamentos Históricos*, p. XII).

Nos versos, os bandeirantes não perdoaram o rio mais remoto e caudaloso, nem a serra mais intratável e áspera (*Villa Rica*, Canto X). Mas, diz o poeta, que o conhecimento do ouro nas montanhas só veio a conceber-se mais tarde, a partir de 1697, aos pés do Itacolomi. Estes homens buscam as ambições do rico metal. Decorreram os sertões em busca do rio e da terra ao pé do Itamonte, que esconde as grandes maravilhas.

Vós, que por tantas vezes discorrido  
Tendes estes sertões, tereis ouvido  
O nome de Itamonte; esta lembrança,  
Este signal só tenho de esperança,  
Acharemos um dia o rio, a terra,  
A nympha e os mais portentos, dónde tome  
Dos thesouros, que espero, a villa, o nome  
[...]

Parte dos grossos mattos descobria  
Uma elevada e tosca penedia,  
A quem corôa um pico a altiva fronte  
[...]

Demandei esta rocha e do eminente  
De toda ella um ribeiro vi, que nasce,  
Que do sol recolhendo dentro a face  
Pareceu converter-se todo em ouro.  
[...]

De *Ita* nome lhe deu, e na rudeza,

Do gentio talvez, que hoje alterado  
O nome *Cunumím* lhe seja dado.

(*Villa Rica*, Canto Dois, p. 16-18)

Segundo Charles Boxer, em *A Idade do Ouro do Brasil*, a convicção de que o Brasil devia ter minas de metais e pedras preciosas já existia há quase dois séculos, inspirada pelas histórias dos espanhóis sobre o *El dorado* ou pela interpretação de lendas americanizadas, ou simplesmente pela aproximação geográfica do Potosí argentífero. (BOXER, 2000, p. 57)

Na narrativa de Claudio em *Villa Rica*, a empresa de Fernão Dias Paes empreende suas buscas pelo Rio São Francisco em busca das esmeraldas dos manuscritos antigos. Cuidaram em buscar junto a *Rupabussu*, o Lago Grande, onde junto estariam as montanhas de esmeraldas. Os homens da comitiva iam até os índios ter notícias da localização das pedras, até que chegaram a *Vupabussu* (*Villa Rica*, Fundamentos Históricos, p. XX a XXX). No canto Sexto de *Villa Rica*, o poeta descreve as características da região que procuram, declamando que são as buscadas regiões sua pátria terra, o lugar mais rico, o paraíso procurado pelos bandeirantes.

São estas, são as regiões benignas,  
Onde nutre a perpetua primavera  
As verdes folhas, que abrasar pudera  
Em outros climas o chuvoso inverno

[...]

E as serras, que em distintos horizontes  
Murando vão pelos remotos lados

[...]

Sempre o principio te ha de ser occulto,  
Quando chegues ao fim do rio ou serra.

(*Villa Rica*, Canto Sexto, p. 45-46).

Segundo Sergio Buarque de Holanda, em *Visões do Paraíso*, as descrições medievais do Éden destacam a perene primavera e invariável temperança do ar, que prevalecia no horto sagrado, como teorizado por Isidoro de Sevilha. O paraíso foi transportado para a América do Sul graças à influência de autores espanhóis, como Antônio Leon Pinelo, que disse que os primeiros pais moraram antes da queda na América do sul, e sua localização estava entre os quatro rios que cortavam o paraíso: o Prata, o Amazonas, o Madalena e o Orenoco. O autor descreve que, no Brasil, esse velho mito, juntamente com outros, foi retomado por Pero de Magalhães Gandavo, e as crônicas e cartas do período colonial demonstram que se houvesse paraíso na terra, seria no Brasil. Simão de Vasconcelos abre as crônicas da Companhia de Jesus, em 1663, teorizando que estava no Brasil o Éden e, mesmo já no século XVIII, Pedro

de Rates Hanequim, que viveu nas Minas por 26 anos, é julgado e condenado à morte pelo Santo Ofício por sustentar que o paraíso terreal ficaria e estaria conservado entre as serranias daquela capitania. Mas Sergio Buarque também adverte que os bandeirantes não sairiam em busca desse lugar paradisíaco se não fossem às esperanças de encontrar imensos tesouros. Na verdade, para ele, o simples atrativo do ouro, ou ainda da prata, a exemplo de Potosí, bastaria para autorizar o longo prestígio alcançado por uma região imprecisa. (HOLANDA, 2004)

Seguindo mitos e lendas indígenas, ligadas as características do paraíso terreal, os bandeirantes buscavam o dourado *Vupabussu*, que aparece nos documentos como sendo uma Lagoa Dourada. Como narra Sérgio Buarque, em 1550, índios do interior forão à Bahia e relataram terem vindo de uma região de um grande rio onde se encontra uma serra resplandecente. Em 1570, Gandavo nutriu esperanças de encontrar as montanhas reluzentes de esmeraldas no sertão. Ao longo dos séculos, houve uma composição de lugares míticos, como a grande lagoa boca do mar, as serras de pedras verdeongas, pedreiras de esmeraldas e safiras, montanhas de cristais verde e vermelho, ouro em grande abundância. A fama do *Sabarabuçu*, montanha de prata, foi se associando às montanhas de esmeraldas, localizadas na mesma linha de Potosí. Para o autor, o que as expedições tanto procuravam não era nem ouro nem prata, mas foram atrás dos relatos de esmeraldas. Várias bandeiras saíram de São Paulo em busca da Grande Lagoa (*Vaparabuçu*) pelo sertão adentro, com suspeita de que alcançariam o Peru pelas águas do São Francisco. A miragem do *Sabarabuçu* argentífera e a da serra de esmeraldas, que aos poucos se transfiguraram nas antigas montanhas dos gentios, sustentaram-se das esperanças de grandes riquezas, mesmo depois da descoberta do ouro nas Gerais. A crença de um Éden, desse paraíso de riquezas terrais, portanto, mundanos, que generosamente se oferecia, e estava só a espera de ser ganho, era um dom de Deus, a natureza era um presente do Criador para o homem. (DIEGUES, 1996; THOMAS, 2001).

Esse paraíso, portanto, não era desejado como uma selva fechada, um lugar de bárbaros ou de natureza indomada. Era antes de tudo visto à luz das descrições bíblicas, como um Jardim planejado e prazeroso, um horto de delícias e bem-aventuranças. (BÍBLIA, Gênesis, cap. 1 e 2). Ainda segundo Sérgio Buarque, o paraíso tinha um clima temperado, bosques frondosos, de frutos saborosos e prados férteis, cortados em vários trechos por águas nos lugares elevados e íngremes e em formas de ilhas. Essa paisagem idílica é associada às descrições ufanistas sobre o Brasil desde os textos de Padre de Nóbrega, em 1549, que descreveu as possessões portuguesas na América, restrito a costa brasileira, como horto das

delícias, bondade dos ares, sanidade da terra, temperança do clima, mantimentos abundantes e beleza da vegetação. (HOLANDA, 2004, p. 354)

Todavia, o quadro descrito que seduzia as entradas pelo sertão contrastava com a realidade da natureza encontrada no interior. Um grande número de comunidades nativas, matos fechados na subida da serra para o interior dificultavam a penetração e íngremes serras pedregosas foi a natureza enfrentada pelos bandeirantes (DELVAUX, 2009). O mesmo contraste permeia os versos de Claudio Manoel da Costa ao se referir a sua terra natal. O paraíso para o poeta parecia estar mais próximo da imagem idílica do romantismo inglês do século XVIII, um horto cercado campos férteis, um retiro de paz para um trato pastoril. (*Obras Poéticas*, Soneto XIV). Mas sua paisagem idealizada, digna dos poemas arcadianos, não foi vislumbrada ao retornar para Minas Gerais.

Para Sérgio Alcides (2003), o poeta estava dividido entre dois mundos: o mundo rude dos sertões e o mundo mais culto dos centros urbanos do Reino. De volta depois de uma longa temporada de estudos em Coimbra, Claudio Manoel teve que percorrer o caminho novo rumo à sua cidade natal, cortando montanhas elevadas e de trajetos perigosos. Para o poeta, era como entrar num mundo incivilizado novamente, com suas águas barrentas e turvas e seus picos que atemorizavam aqueles que os observavam. Paisagem muito diferente das águas calmas do Mondego e das colinas arcadianas de terras férteis, onde as musas se deleitavam na beleza de uma paisagem harmoniosa.

Na Écloga XII, o poeta fala dos campos de Elísio, onde reinam um fino amor quando se estende o olhar sobre a ribeira, cujo rio era brando e mansamente inundava os férteis campos. Na Écloga XIV, já temos o triste pastor desterrado, em um lugar funesto e carregado de ruística floresta, banhado por um feio e turvo ribeiro, cercado por penhas medonhas. No Soneto VIII, tudo é horror na paisagem: “rio, montanha, troncos e penedos”. Era um lugar áspero demais para ser amado, conforme conclui no Soneto LXXXVII. *As Obras Poéticas*, com seus sonetos melancólicos e saudosistas de uma Arcádia, trazem versos se assemelham a literatura de desterro.

Onde estou? Este sítio desconheço:  
Quem fez tão diferente aquele prado?  
Tudo outra natureza tem tomado;  
E em contemplá-lo tímido esmoreço

(*Obras Poéticas*, Soneto VII)

Mas ao contrário, o poeta está em sua pátria, sentindo-se exilado da civilização e da paisagem inspiradora. Nas viagens pelos sertões que fez como convidado na comitiva de



Lobo Silva pelas fronteiras com Goiás e São Paulo, Claudio Manoel experiencia ainda mais a aspereza dos sertões. A *Fábula do Ribeirão do Carmo*, bem como os cantos VII ao IX de *Villa Rica*, retratam esse estado natural e associa os aspectos negativos de sua pátria com aquela paisagem. As serras representam um limite para que a civilização chegue à região.

Para o poeta, Vila Rica e os arredores precisam que a ordem cultural domine a natureza e a civilização consiga chegar à região. É preciso que o “gigante de mármore” o escute e permita que as musas venham lhe cantar versos. Aos pés do Itamonte, o “horrendo penhasco”, o pastor chora de saudades das ninfas e dos amores. (Écloga XIV e IX). Ao observar as “duras penhas”, seu peito aperta e se entristece. (*Obras Poéticas*, Soneto LVII).

Nas *Obras Poéticas*, esse momento é representado, principalmente no soneto LXXXVI, como de intensa tristeza para o poeta. O governador António Gomes Freire de Andrade, O Conde de Bobadela, com quem Claudio Manoel estabeleceu uma relação de amizade, havia falecido e em seu lugar foi nomeado Luis Diogo Lobo da Silva. As aproximações entre os dois não foram boas e Claudio Manoel se viu frustrado quando não alcançou o maior favor que desejava, ser procurador vitalício da Fazenda.

Na *Fábula do Ribeirão do Carmo*, o pastor tenta conversar com o gigante, em busca de consolo para sua amargura. Mas o Itamonte, o gênio daquela montanha, que simbolizava o poder da Coroa, o amedrontava, considerando a si mesmo como “parto da terra”, filho aborígene que guerreava contra os deuses. O pastor não consegue se sentir seguro diante daquela “montanhez tyrano”, em cujos sonetos em italiano, o pastor procura dialogar com o monte. Mas as penhas estão mudas, “Mármore duro”. (Écloga VIII).

Que inflexível se mostra, que constante  
Se vê este penhasco!

[...]

Queres ver, que esse monte áspero, e duro  
Sabe, que és causa tu das minhas penas?  
Pergunta-lhe; ouvirás, o que te juro.

[...]

Altas serras, que ao Céu estais servindo  
De muralhas, que o tempo não profana...  
Lá sobre o vosso cume se está rindo  
O Monarca da luz, que esta alma engana.

[...]

...volta a falar-me,  
Ó dura penha, eu quero aconselhar-me  
contimo mesmo

(*Obras Poéticas*, Soneto XLVII; LIII; LVIII e Epicêdio III)

Finalmente, o gigante o escuta e volta a falar com o pastor depois de seu pedido. Este é o momento da chegada do novo governador, o Conde de Valadares, no qual o poeta deposita suas esperanças e vê essa nova fase como de oportunidades para mudar a realidade da região: civilizar, desenvolver a vila e descobrir os tesouros ainda escondidos no seio do gigante, isto é, no interior. *O Parnaso Obsequioso*, então, já canta as maravilhas que o pastor vislumbra. A paisagem ainda é a mesma, o rio ainda é o Ribeirão do Carmo e o *Parnaso* ainda é o íngreme Itacolomi. Mas sua pátria, reconhecida rica e apta a civilização sob o domínio do novo governo, passa agora a ser amada e digna de ser lembrada pelo poeta.

APOLO Mas que é isto? Inda as Musas em silêncio  
No Parnaso se vêem? Não ouço ainda  
O número sonoro,  
A métrica harmonia,  
Que deve festejar tão fausto dia!

(*O Parnaso Obsequioso*, Coro 1)

GLAUCESTE Eu estava também já reparado  
Em um clarão que vinha do Oriente,  
Por entre aqueles tronco rebentando.  
Tudo parece novo já no monte, [...]  
Contente o povo todo,  
No monte, e na cidade

(*Obras Poéticas*, Segunda Parte, Ecogla)

Acabou o feio e desganhado inverno que fazia o horror destes campos; eles se cobrem já de novas e risonhas flores; [...] Parece que vai fugindo toda a rudeza destes montes.

(*Obras Poéticas*, Para terminar a Academia)

Enfim eu vos saúdo,  
Ó campos deleitosos,  
Vós, que à nascente Arcádia em grato estudo  
Brotando estais os loiros mais frondosos;  
Eu vos vou descobrindo [...]

(*Obras Poéticas*, Saudação à Arcádia Ultramarina)

O poeta faz saudações enfim a Arcádia Ultramarina, onde os poetas poderão enfim ter inspiração naquela distinta paisagem, como se fossem belas instâncias para se permanecer. Afinal, se convertera num paraíso, não só pelas riquezas, mas por ser possível tornar-se um lugar de civilização e das artes, de doçura e de harmonia.

Oh! Que mudança rara estou  
Nesta ribeira contemplando!  
Pouco a pouco dourando  
Se vai o escuro verde e o alto monte:  
Nova chama ilumina este horizonte.

(*Obras Poéticas*, Epístola IV)

**Fontes:**

ANTONIL, Andre João. *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas*. Trad. française et commentaire critique par Andree Mansuy. Paris: Institut des Hautes Etudes de l'Amerique Latine, 1968.

[Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios]. Bento Fernandes Furtado, ca.1750. In: Códice Costa Matoso. *Coleção das Notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COSTA, Claudio Manoel da. *Obras poéticas de (Glauceste Saturnio) – T. 2. Costa, 1729-1789*. Rio de Janeiro, 1903. [online]. [www.brasiliana.usp.gov.br](http://www.brasiliana.usp.gov.br)

\_\_\_\_\_. *Villa Rica*. Ouro Preto: Typ.do Estado de Minas, 1897.

\_\_\_\_\_. *O Parnaso Obsequioso*. [online] [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br). Acesso em 20/04/2014.

IGREJA Católica de Nossa Senhora da Assunção de Mariana-MG, Capela N.S. Conceição do Sitio da Vargem de Itacolomy, Arquidiocese de Mariana-MG, Certidão de Batismo (descrição online) de Claudio Manoel da Costa. Salt Lake City: Filmado pela Sociedade Genealógica de Utah, 1980. nº. 1284522/Item 17Fls. 110 e 110v.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *Claudio Manoel da Costa e seu poema: Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. 246p.

SENNA, Nelson Coelho de. *A terra mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

VASCONCELOS, Diogo de. Bicentenário de Mariana. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17, n.1, 1912, p.23-29.

\_\_\_\_\_. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 4ªed. 2 vol. 1974.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

**Referencias Bibliográficas**

AGUIAR, Melânia Silva de. *O Jogo de Oposições na Poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1973.

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos. Claudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

ARRUDA, Gilmar; TORRES, David; ZUPPA, Graciela (orgs.). *Natureza na América: apropriações e representações*. Londrina: Eduel, 2001, p. 193-216.

BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

COUSIN, Almeida. *Itamonte: epopeia brasilista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958. 263p.

COUTO, José Vieira. *Memoria sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. BH: FJP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DELVAUX, Marcelo Motta; FURTADO, Júnia Ferreira. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América portuguesa - séculos XVI a XIX*. 2009. 258 p., enc. Dissertação (Mestrado de História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso : os motivos edenicis no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed., 1996. São Paulo: Brasiliense, 2004.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, 1980.

\_\_\_\_\_. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiencia*. São Paulo: DIFEL, 1983.

## O estabelecimento dos imigrantes italianos no núcleo Timbuhy/ Santa Teresa-ES e a destruição da Mata Atlântica

**Simone Zamprogno Scalzer**

Mestranda Gestão Integrada do Território  
UNIVALE/MG

E-mail: zamprognos@yahoo.com.br

**Dra. Patrícia Falco Genovez\***

Docente do PPG em Gestão Integrada do Território  
UNIVALE/MG

E-mail: patricia.genovez@superig.com.br

**RESUMO:** O processo colonizatório proposto pelo governo do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, previa o povoamento e ocupação de terras com cultivo de café, a partir da venda de lotes de terra a imigrantes italianos aportados no Núcleo Timbuhy. Contudo, estes lotes estavam cobertos pela Mata Atlântica, que apesar de encantar o imigrante e fornecer madeira e caça, impôs-lhes grandes dificuldades de adaptação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Núcleo Timbuhy; Imigração Italiana; Ocupação do Território; Mata Atlântica.

**ABSTRACT:** The process of colonization proposed by the Espírito Santo government, in the second half of 19th century, forecasted the population and occupation of lands with coffee cultivation, from sale of plots of land to Italian immigrants into the Núcleo Timbuhy. However, these plots were covered with Atlantic Forest, which although delighted and provided wood and hunting to the immigrants, imposed them great difficulties of adaptation.

**KEYWORDS:** Núcleo Timbuhy; Italian immigration; Land Use; Atlantic Forest.

### Introdução

A busca por melhores condições de vida na mobilidade espacial é uma constante histórica da humanidade. No cenário histórico da segunda metade do século XIX, a população do Norte da Itália enfrentava sérios problemas, tais como as guerras pela unificação do país, as propriedades rurais com dimensões insuficientes para produzir o sustento da família, configurando um cenário de medo e dificuldades financeiras. No mesmo período o governo do Espírito Santo pretendia ocupar as terras da região serrana da província e implantar o cultivo do café. Muitas propagandas e promessas foram realizadas no Norte da Itália com a intenção de recrutar imigrantes para ocupar terras do Espírito Santo, que na maioria dos casos ainda estavam cobertas por densas matas.

---

\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais da UNIVALE.

Na busca por riqueza, terras férteis e paz, emigrar representava a melhor forma de fugir do Velho Mundo e construir uma nova vida em outra pátria. Assim, no último quarto do século XIX, milhares de italianos migraram para o Espírito Santo, em especial para o Núcleo Timbuhy/ Santa Teresa-ES. Esse Núcleo foi uma extensão da Colônia Santa Leopoldina, localizado a pouco mais de 70 quilômetros de Vitória. Sua população foi formada predominantemente por imigrantes italianos.

Os primeiros imigrantes italianos a se estabelecerem no Timbuhy foi um grupo oriundo da Expedição Tabacchi<sup>11</sup>, que ali se fixaram em 1874. Levados para trabalhar na fazenda do agenciador, Pietro Tabacchi, os imigrantes não encontraram as condições de vida e trabalho que lhes foi prometido (GROSSELLI, 2008). Isto revoltou aqueles imigrantes, que acabam abandonando a fazenda. O grupo se dissolveu, e estima-se que cerca de 140 imigrantes<sup>12</sup> tenham se estabelecido na região do Núcleo Timbuhy. A partir de 1875 começam a chegar na região os imigrantes trazidos pela ação do governo da Província do Espírito Santo.

No total 4.401 imigrantes se estabeleceram no Núcleo Timbuhy, sendo 4.197 italianos<sup>13</sup>. Ao se estabelecerem a grande maioria dos imigrantes recebia um lote de terra que deveria ser pago algum tempo depois com o dinheiro conseguido da venda do que era produzido na própria terra. Contudo, os primeiros tempos desses imigrantes no novo território não foram tão fáceis. Na maioria das vezes os lotes estavam cobertos por uma densa e exuberante floresta tropical, a Mata Atlântica, que guardava em seu interior além da caça e da madeira para construção, muitas ameaças e clima de difícil adaptação aos recém chegados. Esta exuberante floresta em algumas décadas foi sendo substituída por lavouras e vilarejos.

A partir da análise de dados documentais indiretos, como fontes escritas primárias do Arquivo Público, revisão bibliográfica sobre o assunto, além de pesquisa de campo e três entrevistas com descendentes dos imigrantes italianos, temos elementos para uma breve reflexão sobre o estabelecimento desses imigrantes e a destruição da Mata Atlântica.

Esta breve reflexão pode contribuir para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelos recém-chegados, nas primeiras décadas no Núcleo Timbuhy; além de nos

<sup>11</sup> Esta é a primeira expedição de imigrantes italianos a chegar ao Espírito Santo em fevereiro de 1874.

<sup>12</sup> Informações Banco de dados Projeto Imigrantes ES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) consulta em 24/02/2014.

<sup>13</sup> Informações Banco de dados Projeto Imigrantes ES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) consulta em 24/02/2014.

permitir perceber como a floresta era vislumbrada tanto pelas autoridades quanto pelos imigrantes.

### **O contato inicial com a floresta**

Na segunda metade do século XIX extensas áreas da Província do Espírito Santo ainda estavam cobertas pela Mata Atlântica. Essa exuberante natureza que encantava os imigrantes era também vista pelos governantes, como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da província. Sob esta ótica a terra seria mais produtiva se fosse povoada e ocupada por cultivos agrícolas.

Mesmo após iniciado o projeto de colonização, na década de 1870, a Província do Espírito Santo, principalmente em sua parte central, encontrava-se quase que totalmente coberta por matas virgens, consideradas como terrenos devolutos. Uma das poucas exceções, eram as áreas da colônia de Santa Leopoldina, a qual pertencia também o Núcleo Timbuhy, onde parte da mata virgem já estava sendo destruída com o início da ocupação. Uma lista de árvores e arbustos presentes nas matas do Espírito Santo nos dá uma dimensão de suas possíveis utilizações na alimentação, medicina, artesanato, dentre outras (MARQUES, 1878, p. 71).

É exatamente esse cenário que era avistado pelo imigrante italiano ainda do navio. De um modo geral, os imigrantes ficavam impressionados com o pano de fundo verde da floresta tropical que se descortinava diante de seus olhos (BUSATTO, 1990, p.248).

No romance *Karina*, de Virginia Tamanini, que descreve a saga de um grupo de imigrantes italianos que se instalaram em Santa Teresa, a protagonista Karina fica admirada ao avistar a terra na baía de Vitória: “Sorri, intimamente satisfeita. ‘Estávamos chegando. Esta é a Terra’! E olhava maravilhada, os montes recortados, coloridos de verde e cobertos de sol” (TAMANINI, 1980, p.20). No mesmo romance, mais uma vez Karina admira a floresta: “Onde já viu matas tão majestosas, sol tão claro, aves tão bonitas? Repare se é ou não um paraíso? (TAMANINI, 1980, p.34).

Entretanto, não é apenas no romance que a floresta suscita encantamento. O Cônsul italiano Carlo Nagar, enviado ao Espírito Santo na década de 1890, para averiguar a condições em que viviam os imigrantes italianos nesta província, também caracteriza a floresta:

As imensas florestas que cobrem este território são ricas em madeira para construção, entre as quais o vinhático, o pau d’arco, o jacarandá, a

maçaranduba, a sapucaia, a canela, etc., plantas medicinais, como a copaíba, o sassafrás, a ipecacuanha, a andiroba, etc. Porém, estas riquezas não estão sendo exploradas por falta de vias de comunicação, de mão-de-obra e de capital; (...) Ao longo dos rios do interior a caça é abundante e suas águas são ricas em peixes. (NAGAR, 1995, p. 33-4).

Dentro de um relato que resultou na proibição da imigração italiana para o Espírito Santo, é possível que o próprio Cônsul tenha ficado impressionado com tamanha diversidade de espécies.

Contudo, adentrar este paraíso não foi tarefa fácil. “A floresta era um intrincado de vegetação que parecia repelir o homem” (GROSSELLI, 2008, p.395). E o contato com a floresta era um dos primeiros desafios que o imigrante tinha que enfrentar. As características naturais do Espírito Santo eram bem diferentes das presentes no Norte da Itália. O clima era bem mais quente e úmido e a floresta, em muitas regiões, encontrava-se ainda praticamente intocada.

#### **A necessidade e a obrigatoriedade de desmatar**

O primeiro ponto que devemos considerar era o tipo de relação que o imigrante desenvolveria com a floresta. Ao contrário do índio que vivia integrado com a floresta, em perfeito equilíbrio ecológico, o imigrante veio para viver sob o modo capitalista de produção, e muitos sonhavam enriquecer (BUSATTO, 1990, p.250).

No modelo de desenvolvimento econômico que se pretendia implantar na Província do Espírito Santo, as florestas eram vistas com terrenos devolutos que deveriam ser ocupados. Vencer a floresta para o governo da época significava substituí-la pelo cultivo do café, por outras culturas e povoados.

Como parte deste projeto o governo passou a vender lotes de terras a imigrantes. Ao receber seu lote o imigrante assinava o Contrato de Designação do Lote de Terra junto ao governo local, este documento impunha algumas exigências para que o mesmo obtivesse o título definitivo de sua terra.

Dentre as cláusulas do contrato três fazem menção a necessidade de desmatar. Na segunda obrigação que o imigrante deve cumprir para conseguir o título definitivo da terra, está escrito: “No término de seis meses da data desta designação, deverá ser desmatada e plantada uma área de 1000 braças quadradas, e construída uma cabana de pelo menos 400 palmos quadrados.” A segunda exigência ainda diz que se não cumpridas as determinações os imigrante pode perder sua terra e as benfeitorias que já realizou. Na sexta exigência mais uma vez o desmatamento é citado: “As árvores após o desmatamento, deverão ser removidas



imediatamente se estiverem caídas na estrada, isto para conservar o trânsito livre.” Por fim na oitava exigência, temos a obrigação de desmatar para manter limpas as divisas dos lotes: “Os proprietários dos lotes deverão abrir caminho nas divisas com outros lotes, cuidar da conservação, desmatar e limpá-los anualmente, conservando as marcas divisórias como foi dito.”

Com o desmatamento sendo uma determinação e uma necessidade imediata para o estabelecimento do imigrante em pouco tempo, após a chegada dos primeiros grupos de italianos ao Timbuhy, iniciam-se os registros da mata sendo substituída pela ocupação humana. Biasutti (1994) narra este momento inicial:

Enfim, atiram-se todos, resolutos, à derrubada e queimada das matas a ao plantio do café e do milho. Erguiam-se, a cada volta da estrada, as humildes choupanas e, por entre as toras de árvores queimadas e chamuscadas, viam-se as plantinhas de café e de milho balouçarem suas folhas novas ao sopro suave da brisa (BIASUTTI, 1994, p.52).

Tamanini (1980, p.55) em seu romance descreve as dificuldades de um homem só derrubar a mata, fazer a queimada e cultivar sua terra. Através de sua protagonista, Karina, faz-se uma reflexão sobre este primeiro momento de vida na colônia:

Há ainda muito trabalho para nós aqui. Fala-se em ampliar a clareira para levantar uma Vila neste lugar. Parte dos homens trabalhará derrubando o mato no contorno dos morros, parte deitando abaixo e afastando as árvores nas margens do Timbuhy, para dar curso livre às águas e afastar as cobras. (TAMANINI, 1980, p.55).

A tarefa penosa que é descrita no romance também aparece no relatório do Presidente de Província Manoel da Silva Mafra. No relatório (MAFRA, 1878, p.44) ficam expressas as dificuldades que os imigrantes encontram em derrubar a floresta e que os mesmos quase desanimavam frente ao difícil e indispensável trabalho de derrubada da floresta.

Mas, apesar das dificuldades aos poucos os terrenos iam sendo desmatados. No relatório do então Presidente de Província Manoel Mascarenhas (1876), a substituição da mata pela povoação no Timbuhy, foi assim descrita: “O lugar em que se acha o Núcleo Timbuhy, há poucos meses mata virgem, acha-se transformado em uma povoação florescente” (MASCARENHAS, 1876, p.8).

Parte dessa povoação pode ser observada na foto abaixo. Estima-se que a foto tenha sido tirada na década de 1870. Na imagem podemos observar a clareia aberta na Mata Atlântica, e muitos troncos espalhados pelo terreno. Muitos deles serviam de pontes para superar o pequeno curso d’água que se formou no vale.



**Figura1-** Povoação do Núcleo Timbuy. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.  
**Fotógrafo:** Albert Richard Dietze in\_ GASPARINI, 2008, p. 177.

Como se percebe na foto, aos poucos surgia uma povoação em meio as destroços dos gigantescos troncos abatidos da floresta (MÜLLER, 1925, p.14). Em nome do progresso e da civilização é feita a grande derrubada de árvores seculares. O trabalho na derrubada e queimada das matas era um trabalho de todos, dada a necessidade em abrir espaço para os plantios (MÜLLER, 1925, p.21).

A derrubada da floresta e a ocupação do território foram acontecendo de forma gradativa, de acordo com a chegada de novos grupos de imigrantes e a distribuição da mata se dava à medida em que novos lotes de terras eram concedidos. O entrevistado Alcebíades Feller cuja mãe se estabeleceu em Santa Teresa por volta do ano de 1898, nos contou que existiam muitos locais onde só haviam picadas e outros que já estavam abertos e ocupados por famílias. Assim percebemos que a dificuldade da derrubada da mata e da limpeza do solo se estendeu às primeiras décadas da formação territorial de Santa Teresa.

Vencer a floresta era mesmo um grande desafio. As famílias ficavam nos barracões, enquanto os homens adentravam a mata para construir as primeiras cabanas e permitir a instalação dos familiares (GROSSELLI, 2008, p.396). Mas derrubar a primeira quadra de mata, não resolvia o problema do imigrante. Uma vez estabelecido em seu lote de terras, o imigrante, suas criações de animais e plantações precisavam conviver com os ataques que vinham da floresta. Dessa forma, o imigrante queria apenas um espaço para morar e

desenvolver suas atividades (BUSATTO, 1990, p.250), iniciou uma luta desigual com a floresta. Eram comuns os ataques de onças, gatos do mato, periquitos, serpentes e os mosquitos transmissores de doença (BUSATTO, 1990 p. 250-1). Era necessário descobrir, dominar e apossar-se do novo território (GROSSELLI, 2008, p. 397). Um informante, ouvido em trabalho de campo, afirma que, no início do século passado poucos eram os que tinham coragem de se aventurar para os lados do Rio Doce, pelo medo das doenças que eram transmitidas por mosquitos.

Contudo a mesma floresta que amedrontava, segundo o entrevistado Melício Montibeller, também era fonte de alimento para seus familiares: “Era puro mata, assim eles contaram. Eles mais comiam era caça né! Que a carne era caça”. Com o avanço do desmatamento e a caça, os “inimigos” que vinham da floresta foram gradativamente sendo eliminados, somente os ataques de serpentes duraram por mais décadas (GROSSELLI, 2008, p. 398-401).

Eliminar a floresta era “uma vitória e uma conquista humana, um sinal de progresso e de prosperidade.” (BUSATTO, 1990, p.249). Este fato também é descrito nos relatos orais dos descendentes dos imigrantes. O entrevistado Edimar Dossi relatou que: “As famílias eram grandes e querendo seu espaço, seu pedacinho de terra. Então eles começaram a se espalhar, mas, a região toda, era tudo mata, né! Não tinha como. (pausa) Foram trabalhando, derrubando mata, fazendo, achando seu espaço.” Desmatar era ganhar espaço da floresta, aos poucos a família fazia uma nova “derrubada<sup>14</sup>” e podia cultivar mais um pedaço de terra.

A expansão do cultivo da lavoura de café, um dos principais objetivos do governo da época, no início foi facilitado pelas terras férteis, disponíveis após a “derrubada” da mata nas primeiras décadas de ocupação deste território. O entrevistado Alcebíades Feller narrou que após a derrubada da mata sucedia-se o plantação do café: “Café, era só encostar a muda lá, precisava nem tirar ela já pegava”. Mas não podemos enumerar a cultura do café como a causa do desmatamento, como já dissemos, era necessário abrir espaço para a ocupação humana, com as vilas, sítios e plantações.

Mas, vale lembrar que todo esse processo ocorreu de forma paulatina. O desmatamento ocorreu em consonância com as necessidades dos imigrantes. Talvez, por isso, apesar de ter enfrentado mais de um século de desmatamento, Santa Teresa ainda é reconhecida nacionalmente por sua biodiversidade. Segundo pesquisa de 2011 cerca de 24,6%

---

<sup>14</sup> Termo muito ouvido em trabalho de campo, utilizado para designar prática que na maioria das vezes envolvia derrubar e queimar um pedaço da mata para abrir nova área de cultivo.

da área total do município são cobertos pela Mata Atlântica, uma porcentagem bem acima da média nacional (MARTINELLI, 2011, p.3). Mesmo assim não há muito o que comemorar, mas sim um compromisso de preservar o que restou, para que os problemas ambientais não se agravem ainda mais.

### Considerações Finais

O contato inicial do imigrante com a natureza desconhecida da Mata Atlântica foi muito difícil. Somado a esse fato estava à exigência e a necessidade de derrubar a floresta para dar espaço às moradias e plantações.

Por vezes a mata, fez parte do imaginário do imigrante e de seus descendentes, onde se destacam o medo dos animais selvagens e o encantamento da beleza das paisagens. Os relatos históricos conseguem demonstrar o sentimento de uma época em que a floresta era vista como algo que precisava ser destruído para alcançar o progresso. E mais do que isso algo que era tão grande que nunca acabaria, continuaria a fornecer a carne da caça, a madeira para queimar nos fogões e para construção. O progresso chegou a muitas áreas, mas hoje paga-se um alto preço.

Para encerrar escolhemos reproduzir o depoimento de um dos entrevistados pouco depois do gravador ser desligado; “Quando o ‘Guti’ Ruschi<sup>15</sup> falava pra preservar as matas, todo mundo chamava ele de doido. Hoje estamos vendo que era verdade!”

### Fontes

DOSSI, Edimar Antônio. *A imigração italiana no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa*. Santa Teresa. 08 abr. 2012. Entrevista a Simone Zamprogno Scalzer.

FELLER, Alcebiades. *A imigração italiana no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa*. Santa Teresa. 07 abr. 2012. Entrevista a Simone Zamprogno Scalzer.

MAFRA, Manoel da Silva. *Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878*. Vitória. Typographia da Actualidade.

MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MASCARENHAS, Manoel R. C. *Relatório apresentado a S. ex. o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Coronel Manoel R. C. Mascarenhas*. 3 de janeiro de 1876, Vitória, Typografia do Espirito-santense.

---

<sup>15</sup> Referência a Augusto Ruschi, filho de imigrantes italianos, ecologista, natural de Santa Teresa.

MONTIBELLER, Melício. *A imigração italiana no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa*. Santa Teresa. 14 jul. 2012. Entrevista a Simone Zamprogno Scalzer.

PROCESSO de terra de Angelo Margon com contrato de designação de lotes de terras. Disponível no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

PROJETO Imigrantes ES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) consulta em 24/02/2014.

### Referências bibliográficas:

BIASUTTI, Luiz Carlos. *No Coração Capixaba: 120 anos de História da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa –ES*. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luis Alberto De. *A presença italiana no Brasil*. Vol.2. Porto Alegre. Escola Superior de teologia; Fondazione Giovanni Agnelli. 1990.

GASPARINI, Sandra. *Santa Teresa: Viagem no Tempo 1873-2008*. Santa Teresa: 2008.

GROSSELLI, Renzo M. (1952). *Colônias imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

MARTINELLI, Flávia Silva. *Determinação de áreas adequadas para a permanência e persistência de populações de muriquis-do-norte em Santa Teresa (ES)*. Vitória: Anais Jornada de Iniciação Científica UFES 2010/2011, 2011.

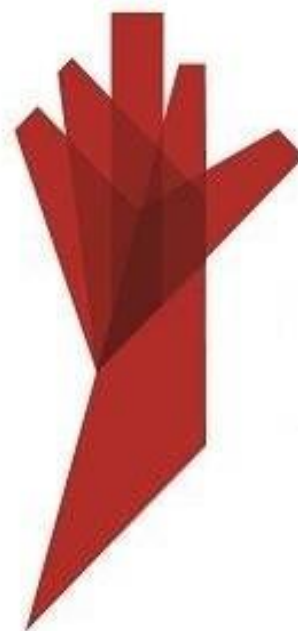
MÜLLER, Frederico. *Fundação e factos históricos de Santa Thereza: Estado do espírito santo*. Vitória. Diário da Manhã Marcondes & C. 1925.

NAGAR, Carlo. *O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana-1895: Relato do Cavalheiro Carlo Nagar cônsul real em Vitória*. Vitória. Arquivo Público Estadual. 1995.

TAMANINI, Virginia G. *Karina: Romance*. 5.ed. 1980.

## **Simpósio Temático 09**

**História da polícia, do crime e da  
justiça criminal no Brasil:  
perspectivas historiográficas e  
teórico-metodológicas**



**Coordenadores:**

**Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira**  
Doutorando em História Social - UFRJ  
lucaspereirahistoria@gmail.com

**Luciano Bernardino de Sena**  
Mestre em História - UFMG  
lucianodesena@gmail.com

**Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira**  
Doutorando em História - UFMG  
rodufop@yahoo.com.br

## Guarda de Chumbo: Ditadura e militarização da polícia no Estado de São Paulo (1967-1970)

**Gabriel dos Santos Nascimento**

Mestrando em História

Universidade Federal de São Paulo

[gabrielsn87@gmail.com](mailto:gabrielsn87@gmail.com)

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é discutir a militarização da polícia e como esse processo aconteceu no final dos anos 60 em São Paulo. Após o fim da ditadura do Estado Novo se estabeleceu uma discussão crítica sobre o caráter militar da Força Pública. Tal discussão foi abortada após o golpe de 1964. Após a ação dos diversos agentes envolvidos, acabou-se com a perspectiva de uma corporação civil, colocando-se o policiamento sob a lógica da contra-guerrilha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia; Ditadura; Militarização; Repressão.

**ABSTRACT:** The subject of this article is to discuss the militarization of the police and how this process occurred in the late 60's in São Paulo. After the end of the Estado Novo dictatorship it rised a critical discussion on the Força Pública military character. Such discussion was aborted after the 1964 coup. By the action of many agents involved, the perspective of a civil police force ended, and the policing was put underneath a counter guerrilla logic.

**KEYWORDS:** police; dictatorship; militarization; repression.

A recente movimentação política no país colocou, entre várias outras questões, a desmilitarização das polícias ostensivas. A sua presença há muitas décadas na vida brasileira parece tornar nebuloso para muitos dos envolvidos nesse debate o que são essas polícias e como vieram a se tornar isso. Dessa maneira, numa tentativa de contribuir e tentar esclarecer alguns pontos, esse trabalho vai discutir como se deu esse processo de "militarização" em São Paulo durante a ditadura. Será analisada a discussão desenvolvida desde o fim da ditadura do Estado Novo em torno "dupla função" militar e policial da Força Pública. Envolvendo oficiais da Força Pública, Inspectores da Guarda Civil, políticos e técnicos, tal discussão tendia para a crítica da militarização e unificação em torno de uma única corporação policial civil. O debate foi interrompido em 1967, com a publicação da primeira "Lei Orgânica da Polícia" da ditadura, que inicia um processo de subordinação das polícias ao Exército e fortalecimento da Força Pública. Esse processo não é uma sequência de eventos crescente, mas permeado de disputas, onde se articulam ambas as corporações polícias e governos Estadual e Federal, que vai até 1970, quando a militarização finalmente se consolida na figura da Polícia Militar.

A "militarização" é uma expressão muito utilizada nas discussões mais recentes sobre segurança pública ao redor do mundo, porém não há um consenso sobre seu significado. A segurança pública dos EUA, por exemplo, é entendida pela sociologia como estando em um processo de militarização, intensificado após o 11 de Setembro, devido, principalmente, à influência dos conflitos bélicos internacionais na vida urbana e ao uso grande crescimento de tecnologias de vigilância. (GRAHAM, 2009). A polícia britânica (a "melhor polícia do mundo"), também é vista em um processo de militarização, principalmente após o governo Thatcher, quando, após décadas, se colocou a tropa de choque, com suas bombas de efeito moral e balas de borracha, contra trabalhadores em greve. (REINER, 2004). As polícias de ambos os países são conhecidas por serem corporações civis e exercerem, ao menos no nível da retórica, o policiamento comunitário.

A ideia de militarização é utilizada, portanto, para relações as mais diversas entre polícia e Forças Armadas, adequadas a cada contexto. Para melhor operá-la, é necessário considerar a militarização em seus dois âmbitos. O primeiro é o âmbito jurídico, em outras palavras o que hoje se denomina investidura militar. É o caráter formal de uma organização, que envolve subordinação à legislação militar e *status* jurídico de seus componentes. O segundo âmbito é o aspecto funcional, que envolve uma estrutura hierárquica, práticas, treinamentos e demais itens burocráticos e do cotidiano que constituem um *ethos* militar nos componentes das corporações.<sup>1</sup> A combinação e intensidade desses dois âmbitos varia conforme a corporação policial. No caso brasileiro, ambos os aspectos foram acentuados pela ditadura militar.

Considerando esses aspectos, a militarização é algo antigo nas polícias brasileiras, especialmente na paulista. Desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, as polícias funcionavam como forças militares das oligarquias estaduais, envolvidas em disputas entre si e com o governo central. O auge da militarização, em São Paulo, se deu na Primeira República. A "missão francesa" de 1906, que trouxe oficiais do Exército francês para ministrar cursos à polícia paulista, e o investimento em armamentos pesados, que dotou-a de artilharia e força aérea, transformou a Força Pública de São Paulo em um "pequeno exército paulista" (DALLARI, 1977). Com seu grande poder de fogo e uma estrutura hierárquica que mimetizava o Exército, a Força Pública se envolveu não somente em operações de controle sociais "típicas" da polícia, mas em confrontos que poderiam ser classificados como guerras civis, como as chamadas Revolução de 1924 e a Revolução Constitucionalista de 1932. Até a

---

<sup>1</sup> Devo essa ideia a André Rosenberg, em texto ainda não publicado.



década de 1930, a Força Pública possuía mais poder de fogo do que o Exército lotado em São Paulo (BICUDO, 1977).

Esse período é utilizado por alguns oficiais da PM como contra argumento da desmilitarização. Em comparação à Força Pública dos anos 20, não faria sentido dizer que a atual Polícia Militar é excessivamente militarizada (TELHADA, 2014). Além de profundamente conservador, pois justifica que nada se altere porque a polícia seria o resultado de um progresso linear, ignora todo o debate posterior aos anos 30. A "desmilitarização" – correndo o risco de ser anacrônico - é uma pauta desde o fim da ditadura do Estado Novo. Todo o debate que se desenvolveu então, as críticas ao caráter militar da Força Pública, o fortalecimento da Guarda Civil são ignorado pelo conservadorismo de certos oficiais da PM.

Após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, onde a Força Pública atuou como a principal força militar do lado paulista, o governo Vargas questionou o poderio militar da corporação. Ela foi despojada de seu armamento mais pesado e de sua força aérea. Na Constituição Federal de 1934, onde aparece pela primeira vez a expressão "polícias militares", as forças públicas dos estados passam a ser "reservas do Exército". Este passa a controlar seu efetivo, armamentos, instrução e judiciário militar estadual. Tal subordinação, no entanto, tem como objetivo centralizar o controle, impedindo que os governos estaduais se voltem novamente contra o governo federal. O oficialato policial militar continua com autonomia para organizar a corporação (NEME, 1999, pp. 48-49; CARVALHO, 2011, p. 106).

Com o fim da Ditadura do Estado Novo e a constituinte de 1946, o papel das polícias militares sofre questionamento de diversos setores, inclusive de dentro de seu oficialato. A sua postura repressiva durante o Estado Novo e a estrutura similar ao Exército são alvo de várias críticas. Ao estudar os artigos de oficiais em jornais e revistas da Força Pública de São Paulo, Glauco de Carvalho observa o forte debate em torno da "dupla função", policial e militar, da corporação através de artigos em jornais e na revista do clube de oficiais. O caráter militar é visto por alguns oficiais como um empecilho a uma atuação de acordo com a nova situação democrática. (Carvalho, 2011, p. 110-122).

Na Constituinte estadual de São Paulo de 1947, inspetores da Guarda Civil e oficiais da Força Pública chegaram a se reunir para discutir um projeto de unificação, porém não chegaram a um acordo. (SYLVESTRE, 1985, p.73). Nas palavras do estudioso da história da Guarda Civil, ex-Inspetor da GC e Coronel PM reformado Vicente Sylvestre, a Força Pública estava desmoralizada e dizia-se na época que "a FP precisa mudar". (SYLVESTRE, 1985, p. 73).

A Guarda Civil ganhava poder no período democrático. Era uma corporação civil, criada em 1926, inspirada na polícia metropolitana de Londres, em contraste com a Força Pública, que seguia o modelo da *Gendarmerie* francesa. Os guardas civis recebiam melhores salários e estavam sujeitos a carreira única. Diferentemente da Força Pública, para atingir os postos de comando, um guarda deveria passar por todos os níveis da hierarquia (BATTIBUGLI, 2010, p. 48, 55).

Ela atuava nas principais cidades do Estado de São Paulo e na zona central da capital. Em 1947 foi estabelecido o "paralelo 38", que dividia a capital, deixando o centro e as zonas sul e oeste sob policiamento da guarda civil, enquanto a Força Pública era responsável pelas zonas norte e leste e pelo entorno de seus quartéis no centro. Além disso a GC possuía inserção na área da FP, através de vários postos policiais de cumprir funções de subdelegados em alguns distritos policiais. Em 1960, a capital possuía 7168 policiais, sendo 6165 guardas civis e apenas 1003 policiais da FP. Por outro lado, o interior do Estado possuía 5183 policiais, sendo 319 da GC e 4864 da Força Pública. (BATTIBUGLI, 2005, p. 232). O efetivo da Guarda Civil sofreu um aumento proporcional muito maior do que a Força Pública após 1946. Entre 1947 e 1964, enquanto a FP teve um aumento de 170%, a GC experimentou um crescimento de 275% (BATTIBUGLI, 2010, p. 109). Além disso, a GC executava o policiamento de locais estratégicos, como prédios públicos – incluindo o Palácio dos Bandeirantes, a Assembleia Legislativa, e o Palácio de Justiça - presídios, casas de detenção, aeroportos, escolas, cinemas, correio, o Parque Ibirapuera, a Companhia de Armazéns (Ceagesp), entre outros. Além disso, possuía o serviço de radiopatrulha, uma das principais tecnologias de policiamento da época (SYLVESTRE, 1985, p. 51).

Essa composição indica claramente que a GC ganhava poder, em detrimento da FP. Missões de técnicos americanos e ingleses, contratadas pelo Governo estadual, no fim dos anos 50 recomendaram uma série de reformas, incluindo a unificação das duas corporações em uma única corporação civil, o que foi fortemente combatido pela FP (BATTIBUGLI, 2010, p. 206-226).

O ambiente político das polícias era bastante conturbado no fim dos anos 50 e início dos anos 60. Grupos alinhados aos diferentes governadores, nacionalistas e até mesmo comunistas (apesar da ilegalidade do PCB) disputavam a liderança dos movimentos de policiais e das entidades de categoria. A Força Pública, apesar do rígido regimento disciplinar militar, envolveu-se em manifestações por questões salariais e até mesmo uma greve em 1961, quando foram fortemente reprimidos pelo Exército e por Batalhões da própria

corporação que não aderiram ao movimento (BATTIBUGLI, 2010, pp. 138-155). Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", o ex-guarda civil e militantes do PCB, Osni Santa Rosa ressalta esse ambiente, afirmando que na Guarda Civil todos tinham conhecimento de sua militância comunista e que isso nunca foi um impedimento (SANTA ROSA, 2013).

Apesar dessa relativa pluralidade de posições e da presença de setores de esquerda dentro das polícias, em abril de 1964, as duas corporações lançaram notas de apoio ao Golpe.<sup>2</sup> Além disso exerceram papel importantíssimo na repressão, garantindo a consolidação da derrubada de João Goulart. A Força Pública chegou a se preparar para enfrentar o II Exército, lotado em São Paulo, que, sob o comando do General Amaury Kruehl, aderiu tardiamente ao Golpe (DALLARI, 1977, p.76).

Nos anos iniciais da ditadura não há nenhuma modificação relevante nas polícias, com exceção da criação, em 1966, de Serviços Reservados nas duas corporações, visando o combate a subversão interna. É somente em 1967 que se iniciam um movimento de maior controle pelo Exército e ameaças a existência da GC. No início do ano, o recém-empossado Secretário de Segurança Pública, Cel. Ex. Sebastião Ferreira Chaves, extingue a assessoria da Guarda Civil que havia sido criada junto a sua pasta pela gestão anterior (SYLVESTRE, 1985, p. 94). No dia 13 de março do mesmo ano seria promulgada a nova "Lei Orgânica da Polícia" (Decreto-lei nº317/67) que instituiu a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), subordinada ao Ministério do Exército. Esse órgão teria função de "centralizar e coordenar todos os assuntos da alçada do Ministério da Guerra relativos às Polícias Militares", devendo "baixar normas e diretrizes e fiscalizar a instrução militar das Polícias Militares em todo o território nacional". Se torna prática, que se manteria até o fim da ditadura, que os comandantes das polícia militares e os Secretários de Segurança sejam militares do Exército.

De acordo com Vicente Sylvestre, esse decreto foi entendido como uma ameaça à existência da GC, pois ela sequer era citada em seu texto (SYLVESTRE, 1985, p.91). Diante desse decreto e da nova Constituição da ditadura, as Constituições estaduais tinham o prazo de até 15 de abril para se adequar. O Secretário de Segurança Sebastião Chaves, visivelmente hostil à GC, interpretava a nova "Lei Orgânica" como destinando o policiamento ostensivo exclusivamente à Força Pública. Diante disso, as entidades de categoria da Guarda Civil se mobilizam junto ao Governador Abreu Sodré, conseguindo que ele incluísse a GC no seu

---

<sup>2</sup> *Boletim Geral da Força Pública do Estado de São Paulo* nº 68, 10 de abril de 1964, Anexo. Museu de Polícia Militar; *Boletim Geral da Guarda Civil de São Paulo* nº 62, 3 de abril de 1964, Anexo. Museu de Polícia Militar.

anteprojeto de reforma da Constituição estadual. Durante o trâmite para votação na Assembléia estadual, patrocinou campanhas no rádio à seu favor bem como mobilizou seus familiares à enviarem mais de cinco mil telegramas aos deputados estaduais pedindo a manutenção da corporação (SYLVESTRE, 1985, p.85).

A proposta do governador, mantendo a GC foi aprovada, o que fez com que as suas entidades de categoria apresentassem a Assembléia com uma placa de bronze. Essa aparente vitória, porém, deslocou a disputa para a nova "Lei Orgânica da Polícia" estadual que deveria ser criada. Em 11 de agosto de 1967, uma "Comissão de Alto Nível" integrada por inspetores da GC, oficiais da FP, delegados da Polícia Civil e membros do gabinete de Segurança Pública iniciam discussões para um projeto. O clima da comissão era "tenso", de acordo com Sylvestre, sendo que os representantes da GC foram substituídos por serem considerados "muito radicais na defesa dos interesses da corporação" (SYLVESTRE, 1985, p. 95).

O trabalho da comissão é acompanhado por uma "guerra de pareceres jurídicos" entre juízes favoráveis e contrários a cada uma das corporações (SYLVESTRE, 1985, p. 93). Ambas as corporações estavam descontentes com a lei orgânica federal. Enquanto os guardas civis temiam por sua existência, soldados e oficiais da Força Pública tentavam ampliar sua influência e discordavam da interferência do Exército. O Comandante Geral da Força Pública, José Antônio Barbosa de Moraes, chegou a encaminhar um ofício ao Secretário de Segurança Pública se posicionando contra o ante-projeto de lei orgânica da polícia.<sup>3</sup> Um relatório do Serviço Secreto do Estado Maior da FP de Minas Gerais informa que oficiais das Forças Públicas de São Paulo e de Minas Gerais estariam fazendo reuniões secretas para se articular contra a nova Lei Orgânica da Polícia, pela extinção da IGPM e pela volta do comando às mãos de um integrante da corporação e não mais do Exército. O relatório, apesar de mostrar preocupação com a possibilidade de sublevação das polícias, ressalta, porém, que o movimento não tem um caráter "esquerdista", mas que os policiais apenas temem que o Exército tire suas armas.<sup>4</sup>

O resultado de toda a discussão, o Decreto-lei estadual 49240, de 24 de Janeiro de 1968, desagradou ambas as corporações. Se por um lado foi um golpe duro na GC, pois acabou com a divisão de áreas na capital, o paralelo 38 e passou as radiopatrulhas para a Força Pública, o decreto prometeu que o policiamento de trânsito, a cargo do 11º Batalhão de

<sup>3</sup> DEOPS, 50-D-1018, Arquivo Público do Estado de São Paulo. O ofício original não tem data, mas foi arquivado pelo DEOPS em 8 de Abril de 1968

<sup>4</sup> DEOPS. *Relatório*. 50-D-18-1020, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 28/01/1968

Pólicia da FP passaria à GC, o que efetivamente não se cumpriu. Por outro lado, as Polícias Feminina, Marítima e Aérea e a Guarda Noturna, antes independentes, foram incorporadas à GC.

Com a ascensão das grandes mobilizações de rua em 1968, no qual as polícias são a primeira linha de frente da ditadura e as crises de sucessão entre os generais presidentes, a necessidade de o Exército assumir o controle da repressão se torna mais patente. O AI-5 fecha o Congresso Federal e as Assembléias estaduais, acabando com o respaldo político que a GC tinha para defender seus interesses.

Com o início da guerrilha urbana, em 1969, a GC é alvo de ataques dos militares. No Congresso das Polícias Militares, em Fevereiro de 1969, o Cel. Iritaul Maciel de Vargas, comandante da Brigada militar do Rio Grande do Sul critica a

existência ilegal de corporações armadas e fardadas, verdadeiras policias militares simuladas com denominação de Guardas civis ou de trânsito e que, usurpando as direitos e deveres específicos das Polícia Militares, de executarem suas missões constitucionais nos estados, nos territorios e no distrito federal, ainda remanescem no desabrigo da salutar orientação, do controle e fiscalização das Forças Armadas, através da organização competente, isto é, a IGPM (SYLVESTRE, 1985, p. 100)

A IGPM envia um ofício ao Governo do Estado solicitando informações sobre a Guarda Civil, o que oi visto como um indício de que se empenharia na sua dissolução. Em 3 de Julho de 1969 é promulgada uma nova "Lei Orgânica" federal, o Decreto 667/69, que substitui o anterior de 1967. Em seu artigo 3 ele airma que as polícias militares têm exclusividade no policiamento, a não ser em casos estebelecidos em legislação específica. A sua ambiguidade faz com que as entidades de categoria da GC se mobilizem mais uma vez e, em agosto, Vicente Sylvestre é enviado à Brasília para tomar sclarecimentos junto ao Inspetor Geral das Polícias Militares. O Gen. Augusto de Oliveira Pereira, responsável pela IGPM, lhe garante que as Guardas Civis serão mantidas (SYLVESTRE, 1985, p. 102).

Porém, mais uma vez, a modificação na Constituição Federal, obriga uma mudanças nas respectivas estaduais. Sem apoio dos parlamentares ou da imprensa, agora sob censura ferrenha, a unificação com a Força Pública em uma corporação militar parece algo inevitável para a GC. As entidades de categorias, então controladas pelo PCB, mudam sua orientação. Passam a trabalhar para que os guardas civis permaneçam unidos na nova corporação ao invés de debandarem para outra função no Estado. Um novo grupo formado por guardas civis e oficiais da FP para estabelecer condições para uma unificação. Vicente Sylvestre, integrante desse grupo, descreve o clima como amistoso (SYLVESTRE, 1985, p. 102).

Enquanto isso, o Exército aprofundava suas relações com a Força Pública, ministrando diversos treinamentos, principalmente com a tropa de choque. Entre 20 e 31 de outubro, um destacamento de policiais da FP, a maior parte do 1º BP "Tobias de Aguiar", realizou treinamentos junto ao Exército para a constituição de um "Batalhão Brucutu", munido de carros blindados para controle de distúrbios civis.<sup>5</sup>

A "Diretriz Geral de Instrução" da Força Pública de 1969, responsável por estabelecer normas ao ensino dos ingressantes, apresenta adequações à nova lógica. Apesar de afirmar, já no início, "a prioridade que a Instrução Policial deverá ter sobre a Instrução Militar", a descrição de atividades "no quadro de Segurança Interna e no da Guerra Revolucionária", logo em seguida, só apresenta ações de combate à guerrilha urbana e até mesmo rural, como "ataques sumários a grupos subversivos armados" "dissolução pacífica ou violenta de ajuntamentos, reuniões, comícios, passeatas, distúrbios e outras aglomerações populares" e, de forma explícita, "operações anti-guerrilha nos centros urbanos ou em áreas rurais".<sup>6</sup> Além disso, o agente de segurança praticamente sempre referido como "o militar" e não como "o policial". A Diretriz previa um Curso Superior de Polícia, ainda em 1969, destinado a oficiais, sob controle e supervisão da IGPM. Tal curso devia ser reproduzido em cada um dos Estados aos demais oficiais, fato que se verifica no início dos anos 70.

O grupo que discutia a unificação chega a um consenso com oito itens: fusão das duas corporações em uma terceira de característica militar, com uniforme, denominação e insígnias distintas das atuais; denominação única dos postos hierárquicos, que pode ser a da FP; igualdade de direitos e deveres nos novos postos; proporcionalidade de representação da nova corporação; respeito ao direito de acesso a todos que estejam habilitados por cursos próprios; respeito ao direito de matrícula no curso de formação de oficiais aos elementos que preencham os requisitos de aptidão física e intelectual necessários até o limite dos 30 anos de idade; os elementos da base hierárquica da nova corporação denominar-se-ão "policiais"; representação de elementos de ambas as corporações no Estado Maior da nova organização (SYLVESTRE, 1985, p. 104).

A nova Constituição estadual não cita a GC, conforme esperado, o que faz com que vários policiais das duas corporações se aposentem. No entanto, mesmo a expectativa de um

<sup>5</sup> Boletim Geral da Força Pública, n 200, 21 de dezembro de 1969, Museu de Polícia. p. 3046.

<sup>6</sup> FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Diretriz Geral de Instrução*. 1969. Museu de Polícia. Caixa 164, pp. 7-8

acordo mínimo é desfeita com o Decreto-lei estadual nº 1072/69, de 31 de dezembro, que estabelece 180 dias para a unificação, ignorando os itens do acordo entre as corporações.

A luta das entidades de classe da GC se volta para o estabelecimento das condições da unificação e, principalmente, para a possibilidade de uma alternativa àqueles que não quiserem integrar a nova corporação. Uma Resolução da Secretaria de Segurança de oito de janeiro incorpora os termos do grupo e menciona a possibilidade de transferência para a Polícia Civil. Essa questão, no entanto permanece incerta, como mostra o decreto 217, de 8 de abril de 1970, que consolida definitivamente a unificação, criando a Polícia Militar do Estado de São Paulo. São estabelecidas equivalências entre os postos da GC e as patentes da FP com base nos vencimentos para a incorporação e se reafirma fortemente o caráter militar. Para os que não desejam ingressar na nova PM, é criado o "Quadro em Extinção da Guarda Civil de São Paulo". Os guardas civis tinham até dez dias após a publicação do decreto para optar por ele. Os que assim fizessem seriam realocados em algum outro cargo do serviço público estadual. Nada se mencionava sobre a transferência para a Polícia Civil.

O caráter vago desse quadro e a ausência da possibilidade de ingresso na Polícia Civil em muito desagradou a Guarda Civil. Mesmo assim, de um efetivo de 16062, um grupo de 1147 guardas optou pelo quadro em extinção. Além disso, diversos guardas e policiais da Força Pública aposentaram-se após o decreto.

A partir daí, a Polícia Militar teria grande influência do Exército, sendo inserida na lógica da Doutrina de Segurança Nacional e da Guerra Insurrecional. Ao longo dos primeiros anos da década de 70, diversos oficiais da PM vão fazer cursos em escolas das Forças Armadas. Treinamentos contra-guerrilha se tornam algo constante. Conforme os manuais, o treinamento tem aspecto fortemente militarizado, envolvendo combates na floresta e com armamento pesado. São criados grupos especializados nesse tipo de combate, como a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) e o COE (Comando de Operações Especiais). Técnicas militares passariam então a ser utilizadas no policiamento cotidiano. O intercâmbio entre práticas militares de combate ao crime político e as práticas usuais de combate ao crime comum se estabelece e a eliminação do inimigo passa a ser um objetivo (PINHEIRO, 1982). A consequência mais visível é a escalada de mortos em confrontos com a polícia. Em 1960 a polícia matou uma pessoa na cidade de São Paulo. Dez anos depois esse número subiria para 28 e, em 1975, atingiria 59 mortos (MELLO JORGE, 1983, p. 188).

Foi dessa maneira que se reverteu toda a discussão em torno da unificação em torno de uma única polícia de caráter civil em São Paulo. Do discurso de adaptação ao contexto

democrático de 1946, passou-se a um discurso bélico de combate ao "terrorismo". Após enfrentamentos dos diversos agentes e corporações envolvidas, o Exército conseguiu assumir controle sobre a polícia, transformando-a em um pequeno exército da repressão.

## Referências

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Polícia, Democracia e Política em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Humanitas, Fapesp: 2010.

DALLARI, Dalmo. *O Pequeno Exército Paulista*. São Paulo, Perspectiva: 1977.

CARVALHO, Glauco Silva de. *A Força Pública paulista na Redemocratização de 1946:dilemas de uma instituição entre a função policial e a destinação militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2011.

GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege*. Londres, Verso: 2009.

MELLO JORGE, Maria H. Mortalidade por Causas Violentas no Município de São Paulo: III – Mortes Intencionais. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, n. 15, p. 165-193, 1983.

NEME, Cristina *A Instituição policial na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 1999.

PINHEIRO, Paulo S. "Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares" In: PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria; PINHEIRO, Paulo Sérgio; MATTA, Roberto da. *A Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense: 1982, p. 57-91.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: 2004.

SANTA ROSA, Osni Geraldo. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" em 22/11/2013*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ADpt5g4VtIA> . Acessado em 14/06/14.

SYLVESTRE, Vicente. *Guarda Civil de São Paulo: Sua História*. São Paulo, sem editora: 1983.

TELHADA, Paulo A. L. L. Para Telhada, Polícia Militar não tem nada a ver com ditadura. *UOL*. 24/03/2014 Disponível em <http://tvuol.uol.com.br/video/para-telhada-policia-militar-nao-tem-nada-a-ver-com-a-ditadura-04020C183762D8C94326>. Acessado em 14/06/14.



## Um olhar sobre a Polícia Federal do Brasil: percursos institucionais e atividade de inteligência na virada do terceiro milênio

**Jaseff Raziel Yauri Miranda**

Graduado em História, com formação complementar em Ciência Política  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
[miranda.raziel@hotmail.com](mailto:miranda.raziel@hotmail.com)

**RESUMO:** A atividade de inteligência policial no Brasil tem raízes na comunidade de informações estabelecida na última ditadura civil-militar. Com a redemocratização do país e as crises na segurança pública, novas finalidades e desafios foram colocados para essa atividade. O trabalho procura, assim, levantar uma discussão acerca do debate teórico realizado em torno dessa atividade, bem como traçar os percursos da Polícia Federal até os anos 2000, de modo a verificar se houve uma sistematização da inteligência policial no órgão.

**PALAVRAS CHAVE:** Polícia Federal, inteligência policial, institucionalismo histórico

**ABSTRACT:** The police intelligence activity in Brazil has its roots in the information community formed on the last civil-military dictatorship period. With the democratization of the country and the crisis in public security, new goals and challenges were posed for this activity. Thus, we seek to raise a discussion on the theoretical debate around this activity, as well as feature the history of the Federal Police, and if there was an institutionalization of the police intelligence in this institution.

**KEY WORDS:** Brazilian Federal Police, police intelligence, historical institutionalism

Com a redemocratização do país, o fim da Guerra Fria e a progressiva superação dos paradigmas político-ideológicos desse conflito, novas finalidades e desafios foram colocados para a atividade de inteligência. Recentemente, com o agravamento da criminalidade e a complexidade das novas modalidades de delitos, a inteligência de cunho policial-criminal, apresentou-se como uma importante ferramenta para enfrentar esses dilemas.

Mas para entendermos o binômio ‘prevenção/repressão’ praticado pelos serviços de informações e inteligência ao longo da história do país nas últimas décadas, é importante ater-se aos antecedentes, aos conteúdos político-ideológicos que justificaram sua utilização ou definiram a natureza dos seus alvos: ora como dissidentes políticos, ou ‘subversivos’, ora como criminosos de grande porte. Para isso, recuar no tempo e percorrer os marcos institucionais é de suma importância. Entende-se que é através de práticas institucionalizadas que os governos e burocracias da atualidade definem ações públicas e tecem seus fios de poder.

A abordagem do institucionalismo histórico, logo, parece ser um instrumento adequado de análise da trajetória de um órgão como a Polícia Federal brasileira. A partir desse viés, apreendem-se determinadas instituições governamentais como estruturas com relativa autonomia – a qual aumenta se considerarmos áreas estratégicas como relações internacionais, segurança nacional ou policiamento federal –, capaz de se readequar a fatores exógenos ou conjunturais –ambiente internacional ou econômico–, mas sem deixar de desconsiderar vontades de atores ou grupos que se situam dentro destes quadros. O ritmo das mudanças incrementais e institucionais nesses ambientes, conforme Hall e Taylor (1996), estaria sujeito à relativa inércia histórica de práticas formais e informais já estabelecidas, e inclusive à pressão dos grupos inseridos na arena estatal para manter seu *status quo*.

Essa dependência de trajetória histórica pode ser discernida claramente ao serem enfocadas as práticas da comunidade de informações dos períodos de endurecimento político, e que legaram uma práxis e cultura de inteligência para a democracia, difícil de ser modificada. Isto teria dificultado a produção de reformas no *ethos* dos atores, bem como estabelecido percalços para institucionalizar novos formatos de ação. De certa forma, a era de informações direcionada para combater a dissidência política marcou a Polícia Federal brasileira, mesmo após o fim do último regime civil-militar. Ainda mais se considerarmos que muitos quadros internos da burocracia pouco se modificaram, permitindo, durante as décadas de 1980 e 1990, a reprodução de componentes que retardaram a sua reconstituição funcional (inclusive da inteligência policial) e a eficácia das suas competências.

No entanto, antes de avançarmos neste debate, torna-se fundamental mapear os conceitos que dão luz à atividade de inteligência policial no cenário recente, bem como enquadrar as etapas do processo de institucionalização da Polícia Federal e percebê-la no tempo em suas diversas fases, associada aos usos que se fez dos processos de inteligência. O estudo também buscou retratar as relações deste órgão dentro da comunidade de informações e situá-la em um panorama político mais abrangente e permeado por influências externas, como o embate Leste-Occidente, e o início conturbado da vida democrática no país após tal conflito.

Visto que se fez um enfoque mais institucional e próximo à Ciência Política, instrumentos da História Oral, ainda que considerados, cederam preponderância a documentos que abordam a inteligência e os órgãos correlatos pela perspectiva legal das suas configurações internas. O ponto fraco desse viés é se limitar a uma visão direcionada à informação descritiva. Por isso optou-se por complementar essas fontes com análises de

profissionais e acadêmicos, e também com notícias veiculadas por revistas e jornais de grande circulação, cujos conteúdos estão disponíveis no banco de dados interno do *Centro de Estudos Estratégicos e Inteligência Governamental* da Universidade Federal de Minas Gerais (CEEIG/UFMG). Por sua vez, ressalta-se que tais complementos passaram por profundo filtro de análise crítica e têm a devida menção bibliográfica.

### **A construção teórica da atividade de inteligência policial no Brasil**

Para dar amparo conceitual à pesquisa, primeiramente se faz necessário definir aquilo que se entende como inteligência. Assim, adotamos a afirmação de Michael Herman (1996, p.34.) que entende que inteligência “*is about ‘them’, not ‘us’*”, a atividade de inteligência tem seu foco no *outro*. Diferentemente de quaisquer outros órgãos estatais que também processam informações – agências de estatísticas, institutos geográficos etc. – a inteligência lida, além do *segredo*, com o conflito, pois busca um dado que é negado ou protegido. Por *outro*, então, compreendemos tanto o estrangeiro ou nacional que atua fora do país, quanto o chamado “inimigo interno” ou “inimigo público”, tendo este o interior das fronteiras do Estado o seu palco de ação. Os critérios para classificação de um indivíduo, organização ou mesmo governo em alvos, variaram de acordo com a percepção de cada Estado/governo em relação a esse *outro*; estando essa percepção sujeita a variáveis impostas pelo clima político vivenciado, quer em nível nacional ou internacional.

Por essa natureza, a inteligência classicamente tem sido utilizada como gatilho para ativar a defesa daquilo que se entende como Estado-Nação, e tem sido comumente dividida em inteligência de âmbito exterior e âmbito interior, de acordo à origem das potenciais ameaças. Conhecida por suas subdivisões, *inteligência de segurança*, *inteligência doméstica*, *inteligência de segurança pública*, a inteligência interna basicamente tem por objetivos a obtenção e análise de “informações sobre identidades, capacidades, intenções e ações de grupos e indivíduos dentro de um país, cujas atividades são ilegais ou alegadamente ilegítimas” [CEPIK, 2003, p. C-25].

No Brasil, a Polícia Federal, no entanto, não faz inteligência externa ou de Estado, tarefa essa formalmente atribuída à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Pelos princípios da Constituição de 1988 e do Sistema Integrado de Inteligência Policial (SINPOL), definidos na Instrução Normativa n. 26/2010, à Polícia Federal foram delegados pressupostos unicamente de âmbito interno.

Paralelamente, como apontado por Eduardo Esteves, há três vertentes para a inteligência interna: a) inteligência para proteção da ordem constitucional; b) inteligência de segurança interna; e c) inteligência policial ou criminal. Sob o conceito acima exposto, temos o que veio a ser conhecido como *inteligência policial*, que é a atividade de inteligência desenvolvida no âmbito das polícias civis, militares ou federal, definida por Esteves como aquela

[...] orientada a la prevención y llevada a cabo en apoyo de la investigación de delitos, entendida como una herramienta de uso cotidiano para la lucha contra la delincuencia común y organizada; respondiendo eventualmente a las necesidades específicas de la función policial y judicial.(ESTEVES, 2005, p. 12).

Concomitantemente, inteligência policial é entendida como:

[...] a aplicação de uma metodologia própria da atividade de inteligência, utilizada nas investigações sobre organizações criminosas e formas delitivas, cuja complexidade, gravidade e consequências inviabilizam uma prevenção eficaz por parte apenas das investigações policiais e judiciais”. (BRANDÃO, 2010, p.18)

Lima Ferro (2006, p. 85) aponta que a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), define a inteligência de segurança pública, com esteio no Decreto 3.695/2000, como a atividade sistemática de produção de conhecimentos de interesse policial, apoiando as atividades de prevenção e repressão dos fenômenos criminais no país.

Além disso, a atividade é prescrita pelo Manual de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal como sendo:

Um conjunto de ações de inteligência [...] que emprega técnicas especiais de investigação, visando a confirmar evidências, indícios e obter conhecimentos sobre a atuação criminosa dissimulada e complexa, bem como a identificação de redes e organizações que atuem no crime, de forma a proporcionar um perfeito entendimento sobre seu *modus operandi*, ramificações, tendências e alcance de suas condutas criminosas” (*apud* GONÇALVES, 2009, p. 28)

Ainda segundo Joannisval Gonçalves (2009), o conhecimento em inteligência policial se dá em três níveis distintos: o estratégico, o tático e o operacional. Sendo as atividades de cada nível orientadas de modo a “facilitar o processo decisório de gestão policial bem como para subsidiar o trabalho de Polícia Judiciária na produção de provas e revelação de evidências sobre autoria de crimes.” (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2009, p. 21-22). Nessa lógica, cada nível corresponderia a um período de ação, sendo, respectivamente, longo, médio e curto prazo. O nível estratégico advém da tradição militar, e

se ocuparia com assuntos que norteiam as atividades da instituição como um todo e podem implicar em medidas de grande escala. O nível tático, que cobriria ações de médio prazo, é voltado para as demandas do órgão. Sua função é produzir conhecimento que sirva para subsidiar políticas internas voltadas ao enfrentamento do crime. Por último, o nível operacional cobriria um prazo menor, estando atrelado a ações imediatas. Este último nível é o mais característico da inteligência de polícias judiciárias, pois volta-se para a investigação criminal (muitas vezes se confunde com ela) e a confirmação de evidências de delitos. Ainda segundo Gonçalves (2009, p. 15), o nível tático atuaria de forma probatória, no sentido de fundamentar autoria ou materialidade do ilícito penal (ref. Com página).

Esses são os marcos teóricos construídos para caracterizar as nuances da atividade de inteligência. Embora já existissem revistas de inteligência, como as da ABIN, e houvesse consideráveis trabalhos acadêmicos no assunto, o *Manual da Polícia Federal* de 2005 e a *Doutrina Nacional de Segurança Pública* (DNISP) de 2009<sup>7</sup> estão entre as primeiras expressões públicas e oficiais no que condiz à subárea da inteligência policial em nível federal. O que nos leva a inferir que as diretrizes e pressupostos legais sobre a atividade de inteligência policial no Brasil são muito recentes e indicam o quão incipiente é a área em termos de definição de preceitos ou marcos oficiais de orientação.

Num processo de institucionalização, esse relativo “atraso” pode ser um indicador que demonstra o quão lenta ou difícil é a definição de consensos em torno de determinado assunto ou o quão ‘impermeável’ se encontra determinado grupo burocrático frente a reformas ou a novas práticas. E para decifrar as especificidades da inteligência policial dentro da Polícia Federal, cabe, então, realizar um recorrido histórico deste órgão para mapear os porquês desse lapso, e a possível impermeabilidade ou relutância para sistematizar a inteligência policial, mesmo após o fim do último período ditatorial, a Constituinte e as crises de segurança pública que se abateram e que ainda persistem nos anos recentes.

### **A institucionalização do Departamento de Polícia Federal e a inteligência**

O processo de institucionalização da Polícia Federal começou naquilo que viria a ser o embrião da Polícia Federal: o *Departamento Federal de Segurança Pública* (DFSP) criado em 1944, por força do Decreto-Lei 6378. Tratava-se de uma readequação da Polícia Civil do Distrito Federal, que passou sua subordinação ao Ministério da Justiça e voltou suas

<sup>7</sup> “A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), aprovada pelo Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e normatizada pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Ricardo Balestreri, através da Portaria nº 22, de 22 de julho de 2009, publicada no DOU de 23/07/09” (ROMÃO, 2004).

atividades para a segurança pública no Distrito Federal que outrora era no Rio de Janeiro, e para o controle nas fronteiras em nível nacional. Essa foi, de fato, a primeira ação federalizante no sentido de constituir uma polícia em nível nacional.

Em 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a transferência para a nova capital federal gerou algum transtorno, pois os quadros funcionais da nova polícia, em sua maioria cariocas, não aceitaram sua transferência e permaneceram subordinados ao recém-criado Estado da Guanabara. Assim, para a formação dos novos quadros, recorreu-se à Guarda Especial de Brasília, órgão de segurança pública da cidade. Em 1964, após o golpe, o DFSP ganhou jurisdição efetiva em todo o território nacional, regulamentada pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro do mesmo ano.

Finalmente, no ano de 1967, ainda sob o governo Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200, Art. 210, o Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal. Tais acontecimentos e marcos regulatórios reforçam os sentidos de federalização e centralização de órgãos públicos levados a cabo por governos mais fechados e autoritários na história da administração pública brasileira (SOARES, 1998, p. 137-163). Também explicaria, em parte, o porquê dos órgãos policiamento já carregarem, desde esses tempos, pessoal e quadros de acentuada inclinação castrense.

O Departamento de Polícia Federal, como outros órgãos de segurança, foi, portanto, mais suscetível ao controle direto e ideologia dos militares e à influência da Doutrina de Segurança Nacional. Em Plena Guerra Fria, o alinhamento do governo brasileiro e dos militares aos ditames da ‘guerra total’, orientou os serviços de inteligência nos mais diversos órgãos para o combate ao “inimigo interno”. Segundo a Doutrina, os problemas de segurança, fossem da alçada externa ou interna, passaram a ser problemas de segurança nacional, entrando na ala dos assuntos da Defesa ou consignações de incumbência militar. (BORGES, 2003).

Diversos países da América Latina viram suas vias de participação e democracia ruir diante deste novo paradigma. Para os serviços de informação ou inteligência, a diferenciação entre os âmbitos externo e interno não faria muito sentido, já que os esforços eram canalizados para o *outro*, o *adversário* encontrado entre aqueles que se posicionavam contrários às disposições do governo militar, ou seja, os chamados *subversivos* dentro do próprio território.

Neste contexto, a Divisão de Inteligência da Polícia Federal concentrava toda sua atividade de informações em dois núcleos distintos: o *Centro de Informações* (CI) e o *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS). O DOPS voltava-se ao acompanhamento de movimentos sociais, sobretudo os conflitos agrários e reivindicatórios. Sua estrutura existia no órgão central em Brasília e contava com filiais nas Seções Regionais. Já ao CI cabia a função de dar provimento às normas e diretrizes do Poder Executivo, com especial ênfase para o serviço de contra-inteligência.

No DOPS, segundo entrevista compilada pela historiadora Priscila Brandão, foi comum ter coronéis das forças armadas ocupando cargos de direção, o que evidencia a militarização do órgão:

Antes da criação do SNI, as Divisões de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Federal eram as agências operacionais responsáveis por questões relativas à segurança interna. Segundo o depoimento do coronel Amerino Raposo, que trabalhava no SNI e fora alocado no Departamento Federal de Segurança Pública para reestruturar a Polícia Federal, os diretores do DOPS normalmente eram coronéis que vinham da 2ª seção das regiões militares, aquelas responsáveis pelo serviço de informações e contrainformações dentro das Forças Armadas. (ANTUNES, 2001, p. 56)

O DOPS do DPF foi extinto ainda em 1982, e a coordenação da inteligência passou para a Diretoria de Inteligência Policial [DIP]. Durante o processo de redemocratização no final dos anos 1980, a Polícia Federal tentou reestruturar suas atividades para tornar-se mais coerente com as orientações democráticas, passando então, ainda que rapidamente, a investigar crimes políticos e eleitorais.

Mas é justamente a partir do fim da ditadura que ocorreu uma relativa desagregação dos fins e das muitas funções do *Departamento de Polícia Federal* (DPF). A Polícia Federal, convive durante boa parte dos anos 80 e 90, com disputas internas, casos de corrupção e desvios de suas atividades de polícia judiciária. Por exemplo, aos escândalos envolvendo o diretor Romeu Tuma<sup>8</sup>, recorrentes na mídia da época, somam-se grampos ilegais, quando das discussões sobre a licitação do *Sistema de Vigilância da Amazônia* (SIVAM), em plena Esplanada dos Ministérios. (RAYMUNDO COSTA, 1999). Somem-se a tal quadro as rachaduras internas na corporação ocasionadas pelos embates entre os comandados pelo então Diretor Geral, Vicente Chelloti, contra as alas ligadas à *Diretoria de repressão a*

---

<sup>8</sup> O compadre doleiro. As perigosíssimas ligações do delegado Romeu Tuma com cambistas em ação na capital federal. *Revista Veja*, 04 de Dezembro de 1991; Delegado (Tuma) é suspeito de prevaricação. O Ministério Público está investigando denúncias de omissão e conivência do secretário Nacional de Polícia Federal (PF). *Folha de São Paulo*, 04 de Abril de 1992.

*Entorpecentes* (DRE), núcleo interno de poder que gozou de considerável autonomia e constituiu-se num “feudo” dentro do DPF.<sup>9</sup>

Tais eventos incorrem em um contexto no qual os organismos de inteligência e segurança direcionaram seus esforços no combate ao narcotráfico e aos entorpecentes para se legitimar. Afinal, esses mesmos órgãos que nasceram na Guerra Fria viram cair o Muro de Berlim, e junto com ele, o paradigma de combate aos dissidentes. Segundo Alexandre Bustamante, policial federal licenciado e atual Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso, as posteriores “fases” da Polícia Federal podem ser assim resumidas:

O setor de inteligência foi criado com a função precípua de assessoramento e sustentação do regime [...] [nossa tarefa] era manutenção do regime e o combate ao narcotráfico. Acabou e o pessoal ficou sem norte. Veio às torres gêmeas, e aí houve o rompimento com isso aqui [narcotráfico] porque querendo ou não a gente trabalha muito com uma linha internacional. [...] com as torres gêmeas os EUA se voltaram para o terrorismo e a Polícia Federal se voltou para a corrupção.<sup>10</sup>

O alinhamento com a política norte-americana é também apreensível, em tom de denúncia, em diversas publicações jornalísticas da virada do século. Bob Fernandes, responsável por coordenar oito reportagens da *Revista Carta Capital*, entre 1999 e 2004, inferiu que esses desmantelamentos mostraram uma realidade do DPF preocupante, pois:

[*Os Estados Unidos*] agiam quase sempre em constante parceria com a Polícia Federal daqueles tempos, dos anos 90 e dos dois primeiros anos do século XXI. Tempos em que uma Polícia Federal com baixo orçamento era refém do dinheiro e do poder de penetração da CIA, DEA, FBI, algumas das muitas agências dos EUA que então atuavam no país. (FERNANDES, 2013)

Segundo os materiais físicos e entrevistas coletados nessa série de reportagens, o próprio *Centro de Dados Operacionais* (CDO), hoje *Serviço de Operações de Inteligência Policial* (SOIP), teria, então, sido potencializado, no âmbito de inteligência, graças ao suporte da *Central Intelligence Agency* (CIA). Paralelamente, o *Grupo de Investigações Sensíveis* (GISE), teria contado com apoio da *Drug Enforcement Administration* (DEA). A fácil entrada de recursos estadunidenses no Departamento de Polícia Federal, fosse na forma de capacitação ou no fornecimento de equipamentos e infraestrutura, permitiu que o ex-chefe do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) no Brasil, Carlos Costa, declarasse: “a vossa Polícia Federal é nossa... trabalha para nós [os EUA] há anos” (FERNANDES, 2004). Ainda que, a priori, haja receios para recepcionar passivamente essa fala, não foi difícil perceber o cenário

<sup>9</sup> Crise Federal. Policiais 'grampeiam' conversa de diretor do órgão com funcionária que investiga setor de entorpecentes. *Folha de São Paulo*, 19 de Julho de 1998.

<sup>10</sup> Entrevista Alexandre Bustamante, realizada em Cuiabá, MS, em Out. 2002 por Priscila Brandão.



de crise dentro do órgão e a posição de relativa dependência em relação às agências norte-americanas. Basta mencionar os desdobramentos desse cenário, com remoção de Chelotti da diretoria da Polícia Federal e a crise política relatada nas edições da Revista.

Na recente vida democrática do país, somente na virada do século conseguiram-se avanços e relativa eficiência em órgãos de controle e segurança institucional. A literatura menciona, em geral, os casos do Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal. O primeiro, com base nos marcos regulatórios e de controle orçamentário implementados após a Lei de Responsabilidade Fiscal do ano 2000. A Polícia Federal, por sua vez, entrou numa fase marcada pela desarticulação de crimes como corrupção e crime organizado transnacional.<sup>11</sup> Se outrora as investigações mais sensíveis eram realizadas quase que exclusivamente por escritórios do CDO ou GISE, nesta nova etapa, a *Diretoria de Inteligência Policial* (DIP) e as delegacias especializadas começaram a atuar de maneira mais consistente.

Isso se deve também ao fato de que houve, no final da década de 90 e início dos anos 2000, a renovação com certa frequência dos quadros internos, promovendo-se concursos com alto grau de exigência para todos os cargos da estrutura burocrática. Tais mudanças possibilitaram empreender a repressão ao crime organizado e à corrupção de maneira mais sistemática em nível Federal, o que vem sendo demonstrado desde 2003 em um largo histórico de operações disponíveis na própria página web do Departamento, as quais muitas vezes são noticiadas pela mídia em geral.

No entanto, no que tange à inteligência policial ainda permanecem indefinições. A despeito de suas regulamentações teóricas, a institucionalização dessa atividade não tem sido efetivada no sentido de se perseguir uma *práxis* ancorada no desenvolvimento de capacidades investigativas e de inteligência policial, seja no nível operacional ou estratégico, ou na articulação entre o DIP e seus Núcleos Regionais ou Unidades de Inteligência Policiais. E como se já não bastasse esses desafios, a primeira década do século XXI tem assistido a atritos entre a figura do delegado com a dos agentes de campo e perícia, numa verdadeira batalha contra o *status quo* da supremacia da cultura jurídica na atividade policial investigatória, visando uma reorganização interna do DPF. Têm-se discutido que tão grave quanto à militarização excessiva da polícia ostensiva, tem sido a “advogadização” da polícia judiciária, que levou a executar nas delegacias um ritual semelhante ao que é exercido pela justiça através das varas criminais (BEATO FILHO, 1999). A institucionalização e a

---

<sup>11</sup> A exemplo da maior participação do Ministério Público junto à Polícia Federal nas investigações relacionadas à corrupção e improbidade administrativa em meados dos anos 2000, ver ARANTES (2010).

eficiência da inteligência policial tem sido comprometidas em vista das rachaduras e interesses desse embate.

### Conclusões

A institucionalização do *Departamento de Polícia Federal* do Brasil ou DPF é muito recente, seja em escala temporal ou em termos de vida democrática do país. É apenas no início do século XXI é que se percebeu relativo protagonismo e eficiência na escalada de operações do DPF. Ainda assim, sua trajetória institucional foi marcada por resistências e indefinições para incorporar os marcos teóricos acerca da atividade de inteligência policial. A pouca contundência nesta subárea da inteligência governamental encontra-se, muitas vezes, entrelaçada à produção de provas penais e à investigação criminal. Por sua vez, isto remontaria a um continuum ou práticas de uma “polícia para incriminar”, definida ainda nos tempos de policiamento político e de sustentação da comunidade de informações do último regime civil-militar. Também poderia ser um dos motivos da tênue diferenciação, ou mesmo da tipificação comum, entre inteligência e produção de provas, inclusive dentro do DPF.

Concomitantemente, se por um lado o DPF conseguiu alcançar um lugar de preponderância entre os órgãos relacionados à segurança e ao policiamento, por outro, a inteligência policial, voltada ao levantamento de informações com finalidade de planejamento estratégico e decisório para os gestores públicos e para os dirigentes do DPF, manteve-se à margem da instituição. Seja em tempos de suscetibilidade internacional nos anos 1990, quando foi coagida para levantar e produzir provas contra grupos ligados ao narcotráfico, seja por embates entre os seus quadros internos em torno da questão da “advogadização” das polícias Judiciárias nos anos 2000, esses sinuosos percursos demonstram que o DPF tem apresentado relutâncias e “impermeabilidade” para se redefinir diante da problemática da segurança pública e da busca por eficiência, inclusive em termos de inteligência policial.

### Referências bibliográficas

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002 p. 56.

ANTUNES, Priscila; CEPIK, Marco. Profissionalização da atividade de inteligência no Brasil: Critérios, Evidências e Desafios restantes. In: SWENSON, Russel e LEMONZY, Susana. *Profissionalismo de Inteligencia en las Américas*. Washington D.C.: Joint Military Intelligence College, 2003.

ARANTES, Rogério B.. *Corrupção e Instituições Políticas: uma análise conceitual e empírica*. In: 7º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA,

2010, Recife. Área Temática de Instituições Políticas, 2010. Disponível em <<http://www.itevaldo.com/wp-content/uploads/2010/09/corrupt%C3%A7%C3%A3o-e-institui%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADticas.pdf>> acessado em Dez. 2013.

BEATO FILHO, C. C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial: Eficiência, equidade e accountability. In: MELO, Marcus André (Org.). *Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Edistora Massangano, 1999, v. 1, p. 335-365.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

BRANDÃO, Priscila Carlos. Inteligência criminal no Brasil: um diagnóstico. In: XXIX INTERNATIONAL CONGRES OF THE LATIN AMERICAN STUDIES, 2010, Toronto. s Area LASA2010 Congress Paper Archive, 2010.

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e Castro, Celso.[a] *Os anos de Chumbo*. Memória Militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (2009, p. 21-22) apud ROMÃO, Cide Ferreira. *O que é inteligência policial? – discutindo um conceito*. Disponível também em <<http://www.inteligenciapolicial.com.br/2011/03/artigo-o-que-e-inteligencia-policial.html>>, acessado em Fev. de 2014.

FERNANDES, Bob. A Hora da Autópsia - Entrevista com Carlos Costa, ex-chefe do FBI no Brasil. *Carta Capital*, 20 de março 2004.

FERNANDES, Bob. Como os Estados Unidos espionaram o Brasil. *Terra Magazine*, 17 jul. 2013. Disponível em <<http://terramagazine.terra.com.br/bobfernandes/blog/2013/07/17/como-os-estados-unidos-espionaram-o-brasil>>, acessado em Fev. de 2014.

FERRO, Alexandre Lima. Inteligência de segurança pública e análise criminal. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 77-92, abr. 2006.

GONÇALVES, Joanislval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil. RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES, Santiago, 28-30 october 2009. <<http://www.ndu.edu/chds/redes2003/Academic-Papers/9.Intelligence/2.Public-Oversight-Intelligence/5.%20JOANISVAL-final.doc>>

HALL Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. XLIV, n. 5, 1996. Tradução: Hall e Taylor. As três versões do neo-institucionalismo. [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

RAYMUNDO COSTA do Painel SENADO FEDERAL. *Chelotti é exonerado da Polícia Federal*. em Brasília. 05/03/1999, disponível em

<<http://www.senado.gov.br/noticias/OpinioPublica/inc/senamidia/historico/1999/3/zn030535.htm>>, acessado em Dez. de 2013.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas”. Algumas observações. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

SOARES, Márcia Miranda. Federação, democracia e instituições políticas. *Lua Nova* (Impresso), v. 1, p. 137-163, 1998.

UGARTE, José Manuel. “El Profesionalismo en Materia de Inteligencia: Cuestiones Vinculadas.” In: SWENSON, Russel e LEMONZY, Susana. *Profesionalismo de Inteligencia em las Américas*. Washington D.C.: Joint Military Intelligence College, 2003.

ZEGART, Amy. *Flawed by Design. The Evolution of the CIA, JCS and NSC*. Stanford-CA: Stanford University Press, 1999.

## Trabalhadores, processos-crimes e ação policial nos anos 1950. Qual “espontaneísmo grevista”? Quais “greves de massa”?<sup>12</sup>

**Juliana Martins Alves**

Doutora em História Social

Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: julimatin@ig.com.br

**RESUMO:** O presente artigo objetiva, em primeiro lugar, discutir as noções de “*espontaneísmo grevista*” e “*greve de massa*”, sob a ótica do “populismo”, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. E, em segundo lugar, caracterizar os instrumentos governativo-coercitivos do Estado, baseados na *Lei* e na repressão policial, dirigidos às greves trabalhadoras entre 1953-1954.

**PALAVRAS-CHAVE:** Greves; trabalhadores; processos-crimes; Segundo Governo Vargas.

**RÉSUMÉ:** Le présent article a d’abord pour objectif discuter les notions de “spontanéisme gréviste” et de “grève de masse”, sous l’optique du “populisme”, pendant le second gouvernement Vargas. Et, en deuxième place, caractériser les instruments coercitifs du gouvernement de l’Etat, basés sur la *Loi* et sur la répression policière, dirigés vers les grèves travailleuses entre 1953-1954.

**MOTS-CLÉS:** Grèves; travailleurs; procès-crimes; second gouvernement Vargas.

### Introdução

Seguindo as revisões críticas da historiografia sobre o “populismo” como modelo teórico-interpretativo, que pretendeu *abarcar* os diferentes aspectos da política social e sindical do Estado e as relações deste com os trabalhadores, durante os governos de Getúlio Vargas (1930-45/1951-54), com base na categoria de “*política de massas*”, este artigo tem dois objetivos principais.

Primeiro, discutir as ideias de “*espontaneísmo grevista*” e “*greve de massa*”, atribuídas às greves trabalhadoras, sob a ótica do “populismo”, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Interpretações essas que, além de distanciadas das práticas efetivas dos diferentes sujeitos históricos, desqualificaram a história de luta dos trabalhadores. Segundo, contrapondo tais interpretações à experiência do operariado entre 1951-54: o texto objetiva caracterizar os mecanismos governativo-coercitivos do Estado – baseados na *Lei* e na repressão policial – em

<sup>12</sup> Embora assumindo todas as responsabilidades, agradeço ao Prof. Dr. Jorge Ferreira, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, por seus comentários a uma versão preliminar deste texto.

um contexto de avanço do movimento operário-sindical e quando as movimentações trabalhadoras assumem grande peso e visibilidade na cena política.

Para tanto, o estudo traz para a reflexão fontes ainda pouco investigadas nos estudos históricos sobre o período, como a *Revista Forense*, na qual as medidas governamentais, decisões da Justiça e processos envolvendo trabalhadores encontram-se fartamente documentados – analisada em conjunto com outras fontes documentais.

### **Trabalhadores e processos-crimes nos anos 1950**

[A] Polícia é a vanguarda das forças da Nação... [Seu] encargo é o de garantir a própria continuidade da Pátria. (LIMA, 1951, p. 75, 76).<sup>13</sup>

Em dezembro de 1951, foram presas as irmãs Gimenez e outros trabalhadores. De acordo com o julgamento do Supremo Tribunal Federal: Margarida e Ana Gimenez, ao lado de Jorge Garcia e Germano Canassa, distribuíram em Santo André, SP., panfletos de “*caráter sabidamente subversivo e atentatório à ordem política e social*”, concitando o povo e os trabalhadores a comparecerem em um comício popular, que fora proibido pela Polícia local. Contudo, *desobedecendo* a “ordem legal”, *instigando* a “desobediência coletiva ao cumprimento da Lei”, as referidas irmãs, *encabeçaram* um movimento para que o comício se realizasse, sendo presas no local. Assim, justifica o Tribunal: “sabendo” elas “ou devendo saber” que tais ações que “[possam] gerar desassossego e temor” na população são crimes previstos em Lei, coube a “intervenção do Estado”, por meio da Polícia.

Contra Jorge Garcia, relatavam os autos do processo, inexistiam “antecedentes político-sociais”. Já Margarida Gimenez e Germano Canassa, ao invés, eram “velhos conhecidos da polícia política”, guardando “em seu *dossier*” reiteradas manifestações de caráter subversivo. Contra a primeira pesava ainda a “imputação de crime de greve”, em um processo em curso. Dessa forma, em vista da manifestação incitando a “luta entre as classes sociais”, sentença o Supremo Tribunal Federal: o ato praticado “constitui crime de caráter político-social, que interessa à estrutura e segurança do Estado, assim como à ordem social”.<sup>14</sup> Germano Canassa e as irmãs Gimenez foram condenados, cada um, à pena de 1 ano e meio de

<sup>13</sup> Discurso proferido pelo Ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima, na *I Conferência Nacional de Polícia*, realizada no Rio de Janeiro, em 1951. *Relatório da Polícia Militar do Distrito Federal*. Ano III, n. 15, Setembro-outubro de 1951, p. 75, 76. “*As comemorações do dia do Trabalho*”.

<sup>14</sup> Entre 1951-1952, antes da entrada em vigor da nova *Lei de Defesa do Estado e Segurança Nacional*, instituída em janeiro de 1953, para julgar os crimes políticos e sociais ou contrários à *organização do trabalho*, os órgãos da Justiça baseavam-se no decreto 431, de 18/05/1938, que definiu os “crimes políticos e sociais”, nas diversas sanções da CLT (1943) às greves e na Lei 1.207, baixada pelo Congresso em 25/10/1950, que delimitava o “direito de reunião” e impedia manifestações políticas e sociais, sem a autorização prévia da Polícia.

detenção e multa de CR\$ 500,00, a ser paga no prazo de 6 meses (*Revista Forense*, março-abril de 1953, p. 385).

Já em 1954, o operário Elício Guimarães Lima protestou contra a injustiça de que fora vítima ao ser *preso em flagrante*, praticando ato incurso na legislação criminal. Para tanto, contribuiu a declaração das testemunhas que o classificaram: “*como agitador contumaz*”. De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal: embora o trabalhador acusado “não se achava dentro da fábrica”, estava na “porta desta”, situada na Rua dos Açudes (RJ.), “com um papel na mão, convidando a massa de operários, que acabava de almoçar, a acompanhá-lo até o escritório”, onde reclamariam um abono, não recebido. Em caso de recusa dos patrões, “[levantariam] a greve”. Em face da “desordem” suscitada por seu ato, o Tribunal decide-se pela manutenção do auto de prisão do operário e negação do *habeas corpus*. (*Revista Forense*, maio-junho de 1954, p. 402-403, 444).

Para os crimes de “*subversão à ordem política e social*” e contra a “*organização do trabalho*” – um dos pilares da política trabalhista, *atualizada* durante o segundo governo Vargas, no contexto da liberal-democracia dos anos 1950 – cabia “prisão preventiva”. Embora seja impraticável listar na íntegra esses processos, o elevado contingente de trabalhadores incursos nestes e em outros crimes mereceria um estudo específico e aprofundado.

Conforme jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal em 1951: embora admita a Constituição [de 1946] o *direito de greve*, “o exercício desse direito, está subordinado à condição precípua de se haverem esgotado os meios [conciliatórios]”. Mesmo porque, leciona a *Revista Forense*, com a CLT e a “instituição da Justiça do Trabalho”, adequadas a “conciliar interesses entre patrões e empregados”, estaria “definitivamente ultrapassada” a fase em que, “por insuficiência da ordem jurídica, se elevava o ‘direito de greve’ [uma “*aberração do direito*” ou um “*anti-direito*”] à categoria de um mito tão fecundo... ‘como a divindade de Jesus Cristo’. Assim, permitir ao empregado “reagir pela via de fato, que é a greve”, entraria “em conflito com aquele outro mandamento”, próprio das “sociedades civilizadas, que veda *fazer justiça pelas próprias mãos*”. (*Revista Forens*, n. 148, 1953, p. 471-472; v. 154, Julho-Agosto, 1954, p. 11; v. 156, Nov-dez, 1954, p. 33, 19). Por conseguinte, o “incitamento” ou a “exortação à greve” eram também considerados crimes.

Em junho de 1953, o sindicalista Benjamin Dantas Ávila e outros foram destituídos de suas funções sindicais, acusados de práticas “subversivas”, com base em parecer do Departamento Nacional do Trabalho e do **Setor Trabalhista** do DEOPS (Departamento de Ordem Pública e Social) do Distrito Federal. Sobre o processo registra a *Revista Forense*:

“ELEIÇÃO SINDICAL. CHAPA CONSTITUÍDA DE ELEMENTOS COMUNISTAS [sic]”. Conforme a sentença do Tribunal Federal: “São os fins lícitos que investem o ‘**poder de polícia**’ [do Estado] na fiscalização do funcionamento dos sindicatos”. Não “vai nesse mister nenhuma arbitrariedade, nem ofensa ao direito líquido e certo” dos sindicalistas e associados nos sindicatos. “Já chega de benevolência criminosa com os inimigos do Estado”. (*Revista Forense*, v. 155, Set.-out. de 1954, p. 210-214). São também significativos os processos julgados na Justiça do Trabalho, envolvendo trabalhadores com “ideias subversivas” e/ou “comunistas”. Estas eram consideradas “impeditivas” do “bom desempenho” pelo empregado de suas funções, dando-se, por diversas vezes, ganho de causa aos patrões (ALVES, 2010, p. 328).

Em 1952, compareceram à *Junta de Conciliação e Julgamento* em Belém (Pará), Antônia Ferreira e outras operárias para reclamar contra a *Companhia Industrial do Brasil*. Elas foram “injustamente dispensadas” por aquiescerem em distribuir “panfletos que lhes foram entregues à porta da usina por João Gomes”, *concitando* as “demais empregadas a entrarem em greve”. As reclamantes afiançavam não saberem como “surgiram no meio da fábrica os panfletos de exortação à greve” e que, de “*boa fé*”, admitiram terem distribuído alguns desses folhetos, mas sem qualquer intenção de prejudicar a empresa”. A Justiça deu ganho de causa às operárias por entender, com base no Decreto-Lei 9.070, não ter havido a “pretendida parede” (11/03/1952). (*Revista Forense*, n. 148, 1953, p. 471).

Dessa forma, a “*questão social*” continuará recebendo nos anos 1950 um tratamento *político simultâneo ao tratamento policial*. Greves, movimentações operárias, comissões de trabalhadores nas fábricas permanecem alvo constante da mira patronal e policial.<sup>15</sup> (SILVA e COSTA, 2001, p. 245).

### ***Qual “espontaneísmo” grevista ? Quais “greves de massa” ?***

A ‘*espontaneidade grevista*’ é muitas vezes o resultado da ignorância dos pesquisadores, que só podem ter conhecimento de certas greves no momento em que elas começam, surpreendendo patrões e empregadores, enquanto os operários não só as aguardavam como também as planejavam. (PERROT, 1984, p. 34).

Apesar das evidências relativas às manifestações, organização e formas de luta da classe trabalhadora, “*greve de massa*” e “*espontaneísmo grevista*” foram definições presentes nos estudos sobre o “populismo”. Com essas expressões pretendeu-se: tanto

<sup>15</sup> Em 1951, ocupava o cargo de diretor da *Delegacia de Ordem Política e Social* o major Hugo Bethlem. Entre as atribuições do órgão, cujo objetivo era *zelar pela ordem pública* e *pela segurança das instituições*, estava a severa repressão aos comunistas e às greves consideradas “ilegais”.



demarcar os limites de ação do movimento operário e sindical (*subsumido, cooptado, “manipulado”* pelo “populismo” varguista) *desqualificando-o*; como explicar o comportamento do operariado com base na suposta *sujeição* à “política de massas”. Essas interpretações, as quais não resistem à observação histórica das medidas governamentais, nem dos movimentos dos trabalhadores, foram consagradas nos estudos de José Álvaro Moisés sobre as greves de 1953-54.

O ano de 1953 foi, sobremaneira, importante para o sindicalismo brasileiro. Nele, ocorrem duas grandes greves. Em março, a chamada dos “*greve dos 300 mil*”, em São Paulo, cuja importância – além das estratégias de luta e organização dos trabalhadores, dentro e fora dos sindicatos – estará no fato de ter originado um *Comando Intersindical*, do qual nasceu uma organização à margem da estrutura sindical corporativa oficial: o *Pacto de Unidade Intersindical (PUI)*. E em junho, a Greve dos Marítimos, no Rio de Janeiro, que levaria a demissão de Segadas Vianna (segundo ministro do Trabalho, do Segundo Governo Vargas) e a entrada de João Goulart para o Ministério do Trabalho, com a reforma ministerial de junho de 1953. (BARSTED, 1982, p. 52).

Para José Álvaro Moisés, seguindo as pegadas de Francisco Weffort (1978), a “*greve dos 300 mil*” foi expressão da “*espontaneidade*” operária, resultado da “*política de massas*” do governo Vargas e da suposta “*incapacidade*” dos trabalhadores em conduzir de forma autônoma seus interesses de *classe* para o nível das lutas políticas, manifestando-se somente como “*massa*”, de modo “*instintivo*”. “*Massas*”, por definição, “*desorganizadas*” e “*inconscientes*” de seus interesses de classe. (MOISÉS, 1978, p. 135-136).

Apesar das diferenças de enfoque, essa questão foi também desenvolvida por Armando Boito Jr. com base no que define como o “*culto populista do Estado*”. Esse “*culto*” *introjetado* na memória dos trabalhadores corresponderia, de um lado, à “*passividade das massas*”, caracterizadas pela “*inércia*” ou “*fragilidade*” organizativa; e de outro, à “*expectativa da iniciativa salvadora do Estado*”. Para o autor, a função primordial do referido “*culto*” seria a de afastar ou “*desviar*” os trabalhadores das “*concepções revolucionárias*”, impedindo a formação de uma “*verdadeira*” consciência de classe. (BOITO JR., 1991, p. 74, 90-93). O “*espontaneísmo*” das greves e seu “*caráter de massa*” constituíram, assim, exemplos emblemáticos e corolários do recorte “*incapacidade de organização*”/resultado da “*massificação*” dos trabalhadores, atribuídos à greve dos 300 mil e a outros movimentos grevistas entre 1953-54. (SILVA e COSTA, 2001, p. 251).

Todavia, ao nos debruçarmos sobre a experiência dos atores sociais de *carne e osso* nos anos 1950, não encontramos trabalhadores “manipulados”, “greves espontâneas”; e, muito menos, operários “desviados” da “consciência real” de seus interesses pela “política de massas”, encetada pelo “populismo” getulista.

Durante o segundo governo Vargas o movimento operário e sindical brasileiro atingiu grande dimensão. A alta da inflação e do custo de vida, acima do salário mínimo, multiplicavam as greves. Segundo alguns cálculos, elas chegaram a 264 entre 1951-1952. Em princípios de 1953, várias categorias estavam mobilizadas.

A greve dos tecelões cariocas, além de considerada o “estopim” das greves que se seguiram, desfralda uma *bandeira*: o fim da exigência da “*assiduidade integral*”, imposta pelos empregadores na Justiça do Trabalho para o recebimento de reajustes salariais pelos operários e a quebra das *exceções* feitas a empresas, de mesma categoria econômica, que alegassem “*dificuldades financeiras*” e de “*produção*” para solicitar sua “isenção” no cumprimento dos acordos salariais. Nesse contexto, seria fundada a CISCAI – *Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral* – com uma direção nacional e unidades em vários estados, designadas CISCAIs estaduais. Sua direção apoiou quase todas as greves no período.

Em março de 1953, noticiava a imprensa: “190 MIL TRABALHADORES NA JUSTIÇA DO TRABALHO [sic]; 14 Categorias profissionais se batem para obter suas reivindicações máximas”. A propósito da “*greve dos 300 mil*”, estampa em matéria de página inteira, o *Última Hora*: “TÊXTEIS E METALÚRGICOS NO MAIOR PROTESTO DO PAÍS. 200 MIL OPERÁRIOS ENTRARAM EM GREVE HOJE NA CIDADE DE S. PAULO” [sic]; uma “comissão de paredistas será organizada a fim de levar” suas reivindicações aos representantes dos sindicatos patronais. Quanto às “recomendações do sindicato”, a Assembleia dos têxteis avisa aos trabalhadores que “não compareçam à porta das fábricas” e “se concentrem no campo de futebol do sindicato, a fim de evitar arbitrariedades” da Polícia. Os operários em greve devem dirigir-se “em grupos, para a sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Viação e Tecelagem, a fim de receberem orientação dos dirigentes”. (*Última Hora*, 30/03/1953, p. 1, 3, 7; 26 e 27/03/1953, p. 3, 7; 30/03/1953, p. 1).

Entre os dias 27 e 30, do mesmo mês, informa o jornal: “Palavra de ordem [do movimento]: pela união dos grandes sindicatos”; “Concentração nos bairros operários da capital bandeirante”; “A polícia presente em todas as manifestações”; “Novos entendimentos, hoje, na Federação das Indústrias e no Centro das Indústrias sobre a situação de greve, custo de vida e produção”. Apesar das declarações dos grevistas de que o movimento era “pacífico”,

o Departamento de Ordem Pública e Social (DEOPS) divulga em nota que: “Em face do movimento grevista, com indício de agitação extremista”, estaria “pronto” a intervir. E previne: “A ordem será, rigorosamente, mantida, sendo proibidos desfiles, passeatas... e reuniões de [paredistas], não permitidas por Lei”. (*Última Hora*. 28/03/1953, p. 2).

Tratava-se, entre outros dispositivos, da “*Lei de defesa do Estado e Segurança Nacional*”, reformulada em 1953, que previa punições para a convocação ou realização de “comício, reunião ou manifestação pública a *céu aberto*” (isto é, fora dos sindicatos oficiais), estabelecendo *pena de reclusão de 2 a 5 anos*.

A *greve dos 300 mil* abrangeu metalúrgicos, têxteis, marceneiros, gráficos, carpinteiros, operários nas indústrias de borracha, cristais, vidros, papéis, massas alimentícias e outras categorias, e durou quase um mês, sendo encerrada com a assinatura de um acordo em 23 de abril de 1953.

Em face destas e de outras movimentações, formas de organização e de luta do operariado entre 1951-54, talvez, se possa retomar aqui o questionamento que dá título a este tópico: qual “espontaneísmo’ grevista”? Quais “greves de massa”?

Não obstante os mecanismos de controle e repressão que incidiam sobre a ação sindical – acionando a Justiça do Trabalho e “*apropriando-se*” da estrutura sindical corporativa como espaço de luta e defesa de seus direitos – o trabalhador apresentava-se como ator político e social *consciente* de seus interesses.

A *Lei de Segurança Nacional*, reformulada em janeiro de 1953, foi aplicada à “greve dos 300 mil”, resultando em várias prisões e deportações.

Por seu turno, esposando os princípios da política estatal contrário às greves (comparadas à “guerra social”) e defendendo o “trabalho como *dever social*”, declarava o comando da Polícia Militar em 1953: “[As] *massas operárias precisam trabalhar sob controle e fiscalização. Do contrário, ficariam entregues aos azares de qualquer propaganda tendenciosa*” e *subversiva* [sic].<sup>16</sup>

### Considerações finais

Por fim, cabe salientar, que o enfoque sobre o aparato governativo-coercitivo do Estado, dirigido às greves e movimentações trabalhadoras entre 1951-1954, não significa, de modo algum, “anular” ou situar em *plano secundário* os benefícios sociais (materiais e

<sup>16</sup> Relatório da Polícia Militar do Distrito Federal, 1953. Boletim 102 do Quartel General.

simbólicos) auferidos pelo operariado, sob o governo Vargas. Nesse ponto, reduzindo a complexidade da política estatal a polarizações ou dicotomias simplificadoras: “repressão” às greves, estrutura institucional de natureza autoritária/*esvaziamento* ou “anulação” de direitos sociais. O que significaria ignorar os laços construídos entre Estado/trabalhadores, com vistas em um modelo que deixaria profundas raízes no terreno histórico, econômico, político e social brasileiro – considerando-se estar presente até os nossos dias a herança da Consolidação das Leis do Trabalho, legada pelo governo varguista. Como lembra Michele Perrot, a “repressão é totalmente insuficiente” para explicar a adesão operária, sendo preciso apreciar as relações sociais e a mediação do Estado, em todas as suas dimensões: “sociológicas, psicológicas, políticas, simbólicas...”. (PERROT, 2010, p. 62, 133).

Trata-se, sim, de entender que a política estatal de reconhecimento das demandas trabalhadoras, definida pelo trabalhismo, recolocado entre 1951-1954, jamais deixou de incorporar um projeto de “boa sociedade”.

Nesse sentido, pode-se refletir com John French, quando o autor observa:

Temos de sofisticar nossa compreensão [desses elementos], a fim de poder relacionar ambos, os direitos, a CLT e a força policial, muito ativamente envolvida no dia-a-dia com prisões de trabalhadores, e com as tentativas de quebrar os seus movimentos e controlá-los (...).

Na sua visão, trata-se de um sistema complexo no qual deixar de fora uma ou outra dimensão levaria ao “*abandono das complexidades*”.

Segundo French, tal aparato foi “criador simultâneo do corpo da Lei... e de agências policiais especializadas, controladas e parcialmente financiadas pelos industriais para ter os ‘seus’ fichados”. O mesmo sistema que produz a CLT e a Justiça do Trabalho, também concebe a “Polícia”, a *Lei de Segurança Nacional* e o “Deops, que durante as greves de 1953-54, não apenas tinham especialistas para bater nas pessoas, mas iam de porta em porta apanhar os trabalhadores e trazê-los de volta ao trabalho, para não mencionar [as] detenções, espancamentos e torturas”. (French. *Apud* FORTES, 1999, p. 193-194).<sup>17</sup>

De fato, distinguindo “os bons” dos “maus cidadãos”, vale dizer, os “bons” dos “maus trabalhadores”, era necessário, sob a ótica da política estatal, como medida de “eugenia social”, separar os segundos, aplicando-lhes outras medidas. Nesse particular, o “*SERVIÇO*

---

<sup>17</sup> - Sobre a maior especialização da Polícia e a atuação do Departamento Federal de Segurança Pública consultar a *Revista Lei e Polícia*, 1951-1954. Em meados de 1954, é inaugurado o Museu do DEOPS com a exposição de documentos comunistas desde 1926, apresentado como: “MAIS UMA PEDRA COLOCADA NO GRANDIOSO MONUMENTO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL [sic]”. (*Lei e Polícia*. Junho-julho de 1954, p. 7).

*DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA* [sic]” – órgão ligado ao Executivo Federal no segundo governo Vargas – fornecia quadros pormenorizados sobre a ação do governo, em matéria de “justiça” e “segurança pública”, “repressão” a indivíduos e movimentos considerados “subversivos”, *atentatórios à ordem política e social* e a “expulsão de estrangeiros”, cujas ações eram consideradas “lesivas à Nação”. As atividades desse órgão vinculavam-se ao *Serviço de Identificação Profissional* do Ministério do Trabalho, com o apoio de várias empresas. (ALVES, 2010, p. 309).

Assim, simultaneamente ao amplo conjunto de iniciativas governamentais relativas aos direitos sociais e benefícios, materiais e simbólicos, tão demandados pelo operariado durante décadas, obtidos sob os governos de Getúlio Vargas (e que, de modo algum, podem ser desconsiderados ou minimizados), como lembra Maria Helena Capelato: não se pode desconsiderar a importância de “uma cultura política que, mesmo voltada para os interesses das classes populares”, introduziu uma “estrutura institucional de natureza autoritária,... utilizada como mecanismo de controle social e político”. (CAPELATO, 2001, p. 164-165).<sup>18</sup>

### Referências Bibliográficas

ALVES, Juliana Martins. *Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)*. 389 p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP). Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2010.

BARSTED, Dennis Linhares. *Medição de forças – O movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil* (Uma análise crítica da estrutura sindical). São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, A., FONTES, Paulo et. alii. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas/SP.: Editora da Unicamp, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política: um estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo (1953-1954)*. São Paulo: Pólis, 1978.

PERROT, Michele. *Jeunesse de la grève: France, 1871-1890*. Paris: Seuil, 1984.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

<sup>18</sup> - A autora refere-se aqui aos novos estudos sobre os governos varguista, cardenista e peronista.

SILVA, Fernando T. da e COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**Fontes documentais**

*Lei e Polícia. Órgão Técnico de repressão à delinquência e defesa do regime democrático*. Rio de Janeiro, 1951-1954.

*Revista Forense. Publicação Nacional de Doutrina, Jurisprudência e Legislação*. Rio de Janeiro, 1953, 1954.

*Última Hora*. Rio de Janeiro, 1953.

## Os culpados por devassa: A ação da Justiça no termo de Ribeirão do Carmo (1711 – 1745)

**Maria Gabriela Souza de Oliveira**  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Ouro Preto  
mgabi.oliveira@gmail.com

**RESUMO:** Estudos acerca da história da justiça em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX tem se destacado na produção historiográfica atual. Muitos foram os documentos produzidos pela Justiça, especificamente a criminal, durante a prática de seus ofícios desde os primeiros anos do setecentos. O Rol de Culpados era um livro no qual se registrava todos aqueles considerados culpados pela Justiça. Através da análise quantitativa dos registros do Rol, destacam-se os indivíduos acusados através das devassas, instrumento de investigação oficial que voltava suas ações para delitos que atentavam contra a ordem, podendo assim, ser interpretadas como tentativa de estabelecimento de controle social. Neste sentido, propõe-se analisar quem eram os culpados por devassas e os crimes cometidos por eles que foram registrados no Rol de Culpados entre os anos de 1711 e 1740, no termo da Vila do Ribeirão do Carmo. A importância desta análise é dada pelo momento marcadamente reconhecido pela historiografia como um período de consolidação dos aparelhos administrativos e judiciais nas Minas na primeira metade do século XVIII, considerando a ampla incumbência da Justiça naquilo que a distingue nas tentativas de ordenamento da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça; Minas Gerais; Rol dos Culpados.

A justiça no Antigo Regime “é entendida um campo de atividade do poder”. É a primeira virtude do príncipe através da qual ele confere a cada um o que lhe cabe. (HESPANHA, 1993, p. 385). Seu âmbito era vasto, pois estava inserido numa sociedade em que as circunstâncias sociais eram regidas por direitos adquiridos que, uma vez consolidados, somente através da justiça poderiam ser alterados. Sobre a justiça recaía o poder de legitimar atos dos mais diversos, nas mais diversas instâncias, mas, sobretudo, da Coroa. (HESPANHA, 1993, p. 395).

“O direito penal das monarquias corporativas correspondia ao sistema político que as enquadrava” (HESPANHA, 2012, p. 131). É desta forma que Hespanha apresenta a discussão acerca do direito penal e sua real efetivação na sociedade moderna. Apontando para a existência de uma pluralidade de formas além da Justiça oficial para disciplinar a sociedade, estes mecanismos variavam dos meios privados, como os domésticos, aos extraterrenos, como a justiça divina com mecanismos para monitorar comportamentos desviantes, tornando a punição penal subsidiária de outras formas de controle.

Diante do universo das formas de justiça e punição, apresentaremos nesse artigo em um primeiro momento, o ambiente jurídico no qual as práticas estavam imergidas sob normas penais entendidas “como manifestação de um sistema axiológico subjacente, que o poder implicitamente prometia/ameaçava impor, como condição mínima de convivência social” (HESPANHA, 2012, p. 132.); e em um segundo momento, nos atentaremos ao Rol dos Culpados, livro que fazia parte do Juízo Criminal e nele eram lançados aqueles considerados culpados pela Justiça e estavam pronunciados a prisão e livramento. Fonte ainda inédita, somente havia o conhecimento do rol da Comarca do Rio das Mortes referente ao século XIX e agora, localizado o rol para o termo de Mariana referente a primeira metade do século XVIII, este livro nos permite conhecer para além dos universo dos culpados, mas também acompanhar as etapas e situações as quais os réus estiveram envolvidos desde a acusação até a sua condenação ou livramento.

Ao contrário do que normalmente se supõe, a formação da culpa no Antigo Regime acontecia antes mesmo do processo de livramento-crime, ou seja, após efetuar as diligências relativas a uma devassa ou querela, o juiz encontrando as provas ou indícios suficientes contra uma pessoa, ele a pronunciava à prisão e livramento e tinha o nome incluso no rol dos culpados. Porém havia meios de livrar-se dela ou de amenizá-la através de alguns caminhos: a carta de seguro, a homenagem, o alvará de fiança e a carta de perdão.<sup>19</sup> Esta situação nos leva a crer que a acusação pressupõe a culpa, ou seja, quando o réu é pronunciado ele já tinha muita coisa para explicar à Justiça. O rol dos culpados, desta forma, encontra-se entre o processo investigativo (devassa ou querela) e o início da etapa de livramento. Isso lança à fonte uma luz interessante acerca da dinâmica judicial e seus procedimentos legais, uma vez que insere-se o nome de um indivíduo nas páginas do livro, este tem um longo caminho para percorrer para retirar a culpa de seu nome e prosseguir em liberdade.

### **O Rol dos culpados**

“Tanto que o réu é culpado por querela ou devassa logo o escrivão é obrigado a escrever o nome do criminoso no rol dos culpados antes de principiar a acusação.”

<sup>19</sup> Segundo Sousa, “as Cartas de Seguro eram emitidas pelos corregedores das Relações e das Comarcas, cuja finalidade era de permitir ao réu responder em liberdade a causa; a Homenagem era concedida somente aos nobres o privilégio de não serem remetidos à cadeia pública; o Alvará de Fiança funcionava como O alvará que a reconhecia somente era concedido quando o réu tinha os pedidos de carta de seguro e homenagem negados, devendo ser entendido como uma graça concedida ao réu mediante o pagamento de certa quantia. Era rompido quando o réu não comparecia às audiências e, a Carta de Perdão Através do perdão, o réu podia conseguir não só o alívio da pena, como também anulá-la. Porém Vanguerve Cabral destaca que, mesmo alcançando o perdão, o réu deveria se livrar da acusação por parte Justiça, pois “os delitos respeitam tanto as partes ofendidas como a República e acusando a Justiça com perdão da parte ofendida, respeita então o castigo a República ofendida.” (SOUSA, 1820 *Apud* CABRAL, 1730, p. 127).



(CABRAL. 1730, p. 46). Innocência de Sousa Duarte, em *Novíssima prática judicial ou regimento dos escrivães de primeira instância*<sup>20</sup>, descreve o rol dos culpados como um livro obrigatório nos cartórios. Ou seja, tratar-se-ia de um instrumento comum a prática jurídica como um todo. Ele devia ser organizado em

ordem alfabética, que deve conter os nomes de todos os pronunciados com as declarações de idade, naturalidade, filiação, sinais e mais circunstâncias para se verificar a todo o tempo a identidade deles, designação da natureza dos crimes, épocas em que se cometeram, data dos despachos de pronúncia, condenações, absolvições ou indultos que os culpados tiverem. Esse livro deve ser encadernado, com termo de abertura e encerramento, e numerado pelo juiz. (DUARTE, 1863, p. 167)

Nele eram lançados os nomes dos culpados, a tipologia do crime, o tempo em que este se deu e as informações necessárias sobre o culpado. Era um livro conservado em segredo no cartório e dele só saía para as audiências ou para ser apresentado em correição.<sup>21</sup> Vanguerve Cabral orientava que, assim que a culpa estivesse formada, o escrivão deveria registrar o nome do réu no rol (CABRAL, 1863, p. 37).

A culpa formada era uma presunção de culpabilidade que impunha ao juiz a obrigação de ordenar ao escrivão que “lançasse o nome no rol deles”, procedendo assim o livramento. O livramento era a forma de comprovar ou não a inocência para que o réu conseguisse ter seu nome riscado do rol, com uma anotação que o classificava como livre. (TEIXEIRA, 2011, p. 48)

Ou seja, quando o réu se apresentava para a primeira audiência, seu nome já constava no rol e, a partir daí deveria responder pela culpa formada na etapa investigativa. Geralmente, quando este era inscrito no livro, um mandato de prisão era expedido (TEIXEIRA, 2011, p. 47).

Sob a guarda do escrivão e mantido em segredo, neles eram lançados dados sobre os procedimentos legais, as etapas do processo, a tipologia criminal, a data do ocorrido, bem como informações relacionadas ao réu, como moradia, cor, etc. Trata-se de uma fonte dinâmica que permite não só o estudo da condição daqueles considerados culpados pela Justiça, mas também a compreensão das etapas e situações nas quais os réus estiveram envolvidos desde a acusação até a sua condenação ou livramento.

O rol dos culpados de Mariana possui 94 páginas, iniciando na de número 6. Não se sabe ao certo se esta é sua página inicial, ou se as primeiras se perderam. Ele acompanha

<sup>20</sup> DUARTE, 1863. Vale destacar que este manual pertence a segunda metade do século XIX, porém, poucas são as informações localizadas sobre este tipo de documento, o que justifica a inserção desta no texto.

<sup>21</sup> As correições, segundo Sousa, consistiam no “poder de julgar e de castigar inerente ao sumo império. Porém, em significação restrita, é a jurisdição e poder dado aos corregedores das comarcas. (SOUSA, dic, tomo II, p. 413)

todos os procedimentos legais pelo qual o réu passa. Assim, nas “cotas” – isto é, entradas geralmente no canto esquerdo do livro - eram registradas os procedimentos legais que sucediam ao lançamento no rol, os procedimentos pelos quais o réu passava, bem como as situações diversas que influenciavam no andamento do juízo, tais como: “fuga”, “ausente”, “morto”, “apelado”, “livre”, “preso”, “seguro” ou “encaminhado à Junta da Justiça”. Assim, todo este movimento da justiça e do réu, nos permite acompanhar os caminhos percorridos pelo culpado até o fim do livramento.

Para Laura de Mello e Souza, a justiça foi uma das facetas do poder que contribuiu para a manutenção do sistema colonial, tendo a violência, a coerção e a arbitrariedade presentes na aplicação desta nas Minas, determinando pactos e especificidades em diferentes escalas dentro desta sociedade. Para a autora, a ineficiência do poder em normatizar e controlar as populações que estavam às voltas com o universo da transgressão, de cooptação de autoridades e violação das normas, apontando para particularismos e adaptações no funcionamento da justiça. ANASTASIA, 1998, p. 20). Marco Antônio Silveira, por sua vez, apresenta um desenvolvimento do processo de formação social em Minas Gerais a partir de 1735 em termos paradoxais, em que de um lado estava sendo delineado um aparato institucional reafirmando o poder do Estado e de outro, a criação de um quadro de instabilidade que colocavam de lado os conflitos expressos por meio de revoltas para se manifestarem na violência cotidiana (SILVEIRA, 1997, p. 26).

Partimos, portanto da compreensão de que a primeira metade do século XVIII é um período de solidificação das estruturas de sociabilidade e de implementação da autoridade régia na capitania, caracterizado como momentos fulcrais de articulação do Estado e de estruturas de sociabilidade responsáveis por formas mais estáveis de vida social. (AGUIAR, 1999).

Como instrumento de investigação oficial, as devassas<sup>22</sup> são um tipo de instrumento da Justiça que podem ser interpretados como uma tentativa de estabelecimento do controle

---

<sup>22</sup> Definidas pelas *Ordenações*, os casos passíveis de devassa eram: mortes, forças de mulheres que se queixarem que dormiram com elas carnalmente a força, fogos postos, moeda falsa, incêndios propositais, sobre fugida de presos, quebrantamento de cadeia, resistência, ofensa da Justiça, cárcere privado, furto de valia de marco de prata e dai pra cima, arrancamento de arma em igreja ou procissão, ferimentos feitos à noite seja a ferida grande ou pequena; ferida no rosto ou aleijada de algum membro, ou sendo ferida com besta, espingarda, ou arcabuz seja de dia ou de noite e das assuadas. *Ordenações Filipinas*, liv. 1. tit. 65-68 dos Juizes Ordinários e de Fora; §31 – Casos de devassa. Porém, se fosse requerido pelas partes, furtos de menor valor “(contanto que não desçam da valia de 200 réis) que tirem sobre isso inquirição, tirá-la-ão dando primeiro juramento dos Santos Evangelhos á parte se se queixa bem e verdadeiramente e se lhe foi feito furto juntamente duzentos reis ou dai pra cima ou sua valia. E jurando que sim, tirarão somente ate oito testemunhas a custa das partes que que requerem.” p. 139-141. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/11p144.htm>. Acesso em

social. Eram atos pelos quais testemunhas eram inquiridas sobre algum crime. Bluteau as define como “ato jurídico em que por testemunha se toma a informação de algum caso de crime. Este ato faz público e manifesto o crime e o autor dele. É um ato de inquirição.” (BLUTEAU, 1712 - 1728. 8 v. ). As devassas foram instituídas para descobrir os delitos e seus autores e dar-lhes o castigo devido:

E se assim não for não se castigar os crimes, ficariam as partes e a República ofendidas, pois a experiência tem mostrado que pelas devassas se tem sabido quem cometeu os crimes e não eram sabidos os criminosos e por eles foram castigados. (CABRAL, 1730, p. 257)<sup>23</sup>.

Por ser “ato jurídico pelo qual se inquirem testemunhas por autoridade do juiz para informação de algum delito” (SOUSA, 1825, p. 356), tanto os manuais utilizados quanto as *Ordenações Filipinas* eram claros quanto aos procedimentos para se perguntar sobre os crimes. Compreendendo as devassas como uma ação direta da Justiça sobre um delito, fizemos um levantamento dos tipos de crime e dos culpados por este tipo de procedimento jurídico que constam no rol dos culpados. No quadro abaixo encontramos a listagem de todos os crimes cometidos e suas respectivas origens: querelas, devassas ou devassas janeirinhas. A maior incidência dos crimes ocorridos entre 1711 a 1745 são crimes de “morte”, “ferimentos”, “furtos” e “resistência aos oficiais de Justiça”.

Partindo dos dados do quadro 1 e da concepção de que as devassas serviam para encontrar o culpado de um crime, temos a tabela abaixo que indica a presença de ações frente aos crimes que ameaçavam a ordem, constatando a tentativa da Justiça de se fazer presente na mediação dos conflitos. Assim, dos 600 nomes registrados no livro, 70,3% foram culpados por devassa pela Justiça em Mariana no período de 1711 a 1745, isto evidencia a atividade judicial num momento de implementação do aparelho administrativo e jurídico em ações entendidas como públicas, por mais que haja dificuldade em definir os limites entre o que era público ou particular, “admitia-se serem públicos os delitos de que se tirava devassa.” (FERREIRA, Manoel Lopes *apud* AGUIAR, 1999, p. 51). Em contrapartida, 28,5% dos culpados, foram incriminados por ações particulares, as querelas.

---

10/06/2014; 27/04/2013. Assuadas são de acordo com Gomes, são ajuntamentos de pessoas que não são parentes nem “domésticos do convocante”, porém caso seja comprovado que esse ajuntamento não foi para fazer o mal, não é caso de devassa.

<sup>23</sup> Segundo Gomes, podem ser especiais ou gerais. Há também as devassas particulares, as quais devem seguir o mesmo método que a querela, aberta a partir da *petição de denúncia*.

**Quadro 1:** DEMONSTRAÇÃO DAS TIPOLOGIAS CRIMINAIS QUE GERARAM INCLUSÃO NO ROL DOS CULPADOS PELO TIPO DE PROCESSO INVESTIGATIVO NO PERÍODO 1711-1740<sup>24</sup>

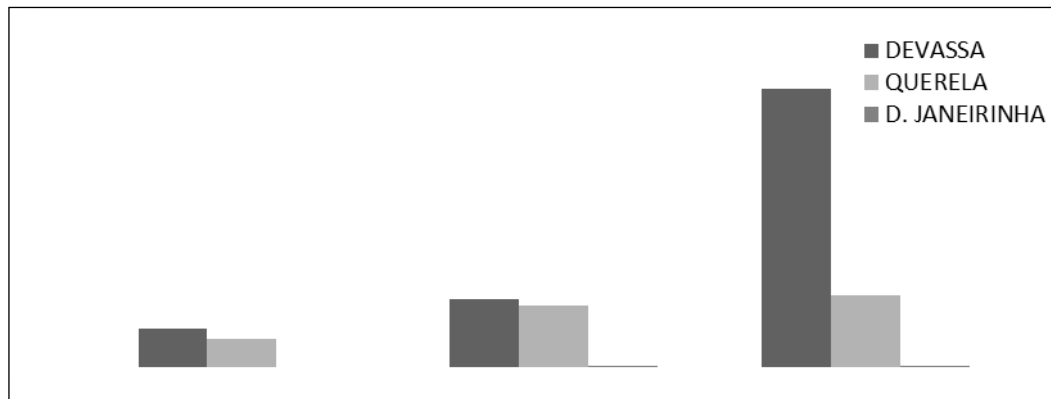
Tipologia Criminal	Tipologia Processual			
	Devassas	Devassas Janeirinhas	Querelas	NC
Apagado	1	0	0	0
Açoite	3	0	0	0
Assuada	2	0	2	0
Assuada/ferimento	2	0	0	0
Cutilada	5	0	0	0
Defloramento	0	0	1	0
Desaparecimento	3	0	0	0
Descaminho de fazenda	1	0	0	0
Ferimento	39	0	23	0
Ferimento/assuada	2	0	0	0
Ferimento/furto	3	0	1	0
Ferimento/furto/incêndio	1	0	0	0
Ferimento/pancadas	1	0	0	0
Ferimento/roubo	6	0	0	0
Fuga de pessoas da cadeia	18	0	2	0
Furto	35	0	15	0
Furto; abalroadas	20	0	0	0
Furto; abalroadas; morte	1	0	0	0
Furto; bordoadas	6	0	0	0
Furto; roubo	2	0	0	0
Furto; tiro	1	0	0	0
Levante de 1713	2	0	0	0
Levante	2	0	0	0
Morte	199	0	7	1
Pancadas	1	0	3	0
Pancadas; nodoas e pisaduras	0	0	1	0
Resistencia aos oficiais de Justiça	39	0	0	0
Roubo	2	0	0	0
Tiro	16	0	1	0
Tiro; ferimento	1	0	0	0
Venda proibida	1	0	0	0
Não Consta	7	4	115	1
Total	422	4	171	3

**Fonte:** Rol dos Culpados de Mariana e seu termo (AHCS)

Observando a distribuição destes processos judiciais pelas décadas em questão, temos o gráfico:

<sup>24</sup> As devassas janeirinhas, de acordo com Marcos Magalhaes Aguiar, extrapolavam suas atribuições “(apuração de desvios e faltas dos oficiais) e também viravam campo de investigação os concubinatos, roubo e venda de aparelhos litúrgicos, mas tinham como caráter principal revelar os erros de ofício e desvios de atribuições jurídicas”. AGUIAR, 1999, p. 63.

**Gráfico 1: DISTRIBUIÇÃO DE DEVASSAS E QUERELAS QUE GERARAM INCLUSÃO NO ROL DOS CULPADOS NO PERÍODO 1711-1740**



Fonte: Rol dos Culpados de Mariana e seu termo (AHCS)

Os dados apresentados no gráfico apontam para algumas situações interessantes acerca da estrutura judicial de Mariana. Sabe-se que até o final da década de 1720, Vila Rica e Mariana possuíam somente dois tabeliães para cada termo. Aguiar informa que nas décadas de 1730 e 1745 novos tabelionatos foram introduzidos, somando-se no fim do século XVIII, três em Vila Rica e dois em Mariana. Isso levanta alguns caminhos para entendimento: o primeiro deles refere-se a uma possível estrutura administrativa que vinha se consolidando, a outra possibilidade aponta para uma jurisdicionalização dos conflitos, já que em 1725, Vila Rica solicita à Coroa a criação dos cargos de escrivão do crime e tabelião do judicial, pois os escrivães “experimentam notável prejuízo pela pouca expedição que os escrivães dão aos seus papéis” (AGUIAR, 1999, p. 79). Aguiar ainda afirma que em Mariana, no mesmo ano, “somente um tabelião concentrava a expedição dos processos-crime”, (AGUIAR, 1999, p. 79) corroborando ainda mais com a idéia de saturamento dos cargos e poucos profissionais.

A “disfuncionalidade” do corpo dos funcionários levou a uma ausência de manutenção dos equilíbrios sociais caracterizando as Minas do século XVIII como um espaço de desorganização política colocando a criminalidade como principal elemento do cotidiano. (ANTUNES, 2005, p. 47).

O gráfico acima nos leva a perceber intensificação das ações judiciais principalmente na década compreendida entre 1731 a 1740. É interessante perceber a presença expressiva de crimes de violência física e de ordem pública e, em contrapartida um momento de “introdução das estruturas políticas, judiciais e administrativas que delinearão os traços gerais da administração portuguesa em Minas.” (AGUIAR, 1999, p. 50).

Partindo dos argumentos defendidos por Marco Antonio Silveira sobre as manifestações de violência como forma de resolução de conflitos, esta violência tornando-se

visível e temível à ordem pública, mesmo que em determinadas ocasiões, ela pudesse ser útil ao controle local, em outras, tornava-se ofensiva ao utilizar destas formas alternativas de resolução de conflitos (ANTUNES, 2007, p. 9), demandou do Estado uma ação impositiva das autoridades e órgãos oficiais (ANTUNES, 2007, p. 4) a fim de estabelecer controle e normatizar a sociedade. Assim sendo, nos crimes violentos o Estado agia no sentido de manter a paz, abrindo os processos para evitar desordens públicas tão ameaçadoras para a manutenção da ordem nas minas do século XVIII.

### Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em 10/06/2014.

CABRAL, Antonio Vanguerve. *Epilogo juridico de varios casos civeis, e crimes concernentes ao especulativo e practico*, Lisboa Occidental; Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1729.

\_\_\_\_\_. *Pratica judicial muytoutil e necessária para os que principiao os officios de julgar e advogar, & para todos os que solicitao causas nos auditorios de hum, & outro foro, tirada de vários autores praticos, e dos estilos mais praticados nos auditórios*, Coimbra, Officina de Ferreyra, 1730.

DUARTE, Innocencio Sousa. *Novíssima Prática Judicial ou Regimento dos Escrivães de Primeira instância*. Porto: em casa de Cruz Coutinho – Editor, 1863.

GOMES. Alexandre Caetano. *Manual Prático Judicial, cível e criminal em que se descrevem os meios de processar em um ou outro juízo etc*. Lisboa: Officina de Caetano Ferreira da Costa, 1766.

ORDENAÇÕES Filipinas, liv. 1. tit.65-68 dos *Juízes Ordinários e de Fora*; §31 – Casos de devassa. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/11p144.htm>. Acesso em 10/06/2014. 10/06/2014.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de hum dicionário jurídico, theoretico, e práctico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*. Tomo primeiro A-E. Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825.

\_\_\_\_\_. *Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal*. 3ª edição aumentada e acrescentada com hum repertorio dos lugares das Leis Extravagantes, Regimentos, Alvarás, Decretos, Assentos, e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminais antes e depois das

Compilações das Ordenações, por ordem chronologica, e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1820

### Fontes manuscritas

Rol dos Culpados (1711-1745) – 2º Ofício. Caixa 69.

### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcos Magalhães. *Negras Minas Gerais: Uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História FFLCH/USP, São Paulo.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas.

\_\_\_\_\_. *Em meio às cutiladas e triagas: leis e justiça dos sábios e dos rústicos em Vila Rica e Mariana (1750-1808) I Simpósio de História Impérios e Lugares no Brasil - Território, Conflito e Identidade*. UFOP, ICHS - Mariana – MG, 2007.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HESPANHA, António Manuel. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. In: *Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993

\_\_\_\_\_. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel. *Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

\_\_\_\_\_. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Laura de Mello. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Chaves. *As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crime das Minas do Ouro (1769 – 1831)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2011.

## A precariedade das cadeias coloniais: o caso da cadeia velha de Vila Rica (1725-1785)

**Mateus Freitas Ribeiro Frizzone**

licenciado em História

graduando em História (bacharelado) UFMG

[mfrizzone@gmail.com](mailto:mfrizzone@gmail.com)

**RESUMO:** Esta comunicação pretende discutir a estrutura física das cadeias na América Portuguesa tendo como foco principal a cadeia velha de Vila Rica (1720 – 1785), considerando as várias reclamações em relação à precariedade do prédio contrastante com a significativa população carcerária. Tentar-se-á, assim, contribuir para o entendimento das funções das cadeias no Antigo Regime Português.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cadeia – Brasil Colonial – Vila Rica – Punição – Antigo Regime

**ABSTRACT:** This paper discusses the physical structure of the prisons in Portuguese America, focusing mainly on the old chain of Vila Rica, considering the various complaints regarding the precarious building and contrasting with the large population of prisoners. The main objective is to contribute to the understanding of the functions of the chains in the Portuguese Ancient Regime.

**KEYWORDS:** Prison - Brazil's colonial period – Vila Rica – Punishment - Ancient Regime

Entre 1725 e 1785 a cadeia de Vila Rica foi motivo de preocupação para as autoridades. Uma das principais vilas de todo o Império Português, Vila Rica teve uma cadeia de pau a pique durante um período de grande exploração aurífera. Mesmo com a decadência da mineração na segunda metade do XVIII a localidade ainda era de fundamental importância, afinal ali estava o centro da administração das Minas, que eram consideradas, a essa altura, como porção central da monarquia dos Bragança como um todo (MONTEIRO, 2000: 136).

A importância das cadeias, preferencialmente resistentes, parece inegável, sobretudo na Capitania de Minas Gerais. A extração aurífera atraiu indivíduos de inúmeras regiões das Américas e da Europa em busca do tão precioso metal exigindo que a Coroa Portuguesa regulasse de forma mais efetiva a região e investisse na manutenção da ordem. O rápido aumento populacional, a grande circulação de pessoas e pedras preciosas e a importância econômica e administrativa que a localidade adquiriu vertiginosamente implicaram também no crescimento dos crimes e da sua importância relativa. Homens bons se misturavam com aventureiros e bandidos e, muitas vezes, cometiam crimes e desordens, eram perseguidos pelos agentes locais da justiça e eventualmente acabavam nas prisões.



Entretanto, Carlos Aguirre afirma que “as cadeias não eram instituições demasiadamente importantes dentro dos esquemas punitivos implementados pelas autoridades Coloniais. [...] Na maioria dos casos, tratavam-se de meros lugares de detenções para suspeitos que estavam sendo julgados ou para delinquentes já condenados que aguardavam a execução da sentença” (AGUIRRE, 2009, p. 37 – 38). Tal afirmação se assenta no fato de que a pena de restrição da liberdade não estava prevista no livro V das Ordenações Filipinas. Diferentemente da ideia contemporânea de punição individual, reclusa, voltada para a reinserção do infrator na sociedade e baseada, sobretudo, na restrição da liberdade, a punição no Antigo Regime era corporal e pública, espetacularizada.

A punição é parte significativa na atribuição régia de ser justo e aplicar a justiça. Funciona como forma de coagir os súditos, de conquistar o respeito através do temor ao rei. Uma lógica não só de coerção, mas de purificação do corpo, que deveria sofrer para expurgar os crimes. E justiça é a função primeira do monarca, sendo ela equivalente à manutenção da ordem e do bem comum, o conhecimento e reconhecimento do justo de cada situação. Portanto, acreditava-se que a aplicação imparcial da lei pelo soberano junto com a honestidade nos deveres públicos implicaria no bem estar e no progresso do reino, já o contrário seria punido pela justiça divina.

Outro fator significativo para que as cadeias não sejam consideradas como importantes na administração colonial é que as condições sanitárias e estruturais desses prédios não eram nem razoáveis, implicando em um elevado número de fugas e altos índices de enfermidades e mortalidade. A lentidão da justiça e as péssimas condições sanitárias poderiam transformar a passagem pela cadeia em prisão perpétua e sentença de morte. Além disso, “a superpopulação carcerária já era um dos grandes problemas enfrentados pelos governantes em fins do século XVIII,” (FERREIRA, 2009:219).

Para Minas Gerais, Liana Reis menciona as péssimas condições das cadeias, com destaque negativo para a de Vila Rica. Eram espaços pequenos e insalubres nos quais vários presos se amontoavam, as enfermidades eram frequentes e a mortalidade altíssima. Em alguns casos, por causa da ocupação rápida do território, o terreno escolhido para a construção da cadeia não era o mais apropriado, e sofria, por exemplo, com inundações. “As cadeias públicas mineiras parece terem constituído mais um problema para as autoridades” (REIS, 2008: 99). José Antônio Lopes fala da dificuldade de haverem cadeias que merecesse tal nome nas Minas (LOPES, 1955: 93).

A velha casa de Câmara e cadeia de Vila Rica, cuja rematação ocorreu em 1723 e que ficou pronta, provavelmente, em 1725, era um prédio sobrado todo ele de pau a pique; no térreo ficava a cadeia e no segundo pavimento a câmara. Segundo o documento referente à rematação das obras, deveria ter 30 palmos de pé direito, 90 de frente e 60 de fundo<sup>25</sup>. A cadeia dos brancos seria debaixo da casa de audiências e teria 40 palmos em quadra com duas grades com portas. Seria de xadrez no chão e madeira de três quartos em quadra, assoalhada por cima do xadrez. As paredes seriam de pau a pique, barreadas por fora e por dentro e forradas de taboado de alto a baixo. A prisão dos negros, sem assoalhos, porém com o seu xadrez debaixo do chão, aterrado, as paredes de taboado na mesma proporção da dos brancos e haveria uma porta forte no taboleiro da escada que vai para a casa de cima. A das mulheres ficaria a um lado por detrás da cadeia dos brancos, com sua grade e janela por dentro. (LOPES, 1955: 106). Um requerimento dos soldados da guarnição de 1741 (APM, CC - Cx. 128 – 21016) faz menção, também, a uma casa do carcereiro nos fundos da cadeia, dividindo quintal, não havendo outra saída pelos fundos a não ser passando por dentro da dita casa.

Com relação à população carcerária, em um requerimento do carcereiro Antônio de Serqueira de 03/01/1747, consta que há “nas enchovias da mesma quase sempre mais de 150 presos” (APM, CC - Cx. 68 – 30718). Ademais, a partir da análise de sete listas e inventários de presos da cadeia de Vila Rica feitas entre 1730 e 1736 (1730, 1731, duas em 1732, 1733 e duas em 1736, portanto sem uma periodicidade definida), é possível notar um número expressivo de presos, ainda que muito díspar, indo de 46 a 181 presos registrados e sem muitos critérios explicitados para os registros. Vale ressaltar que, apesar da maioria negra (41%), 26% são declarados brancos<sup>26</sup>.

Durante esses 60 anos de funcionamento do prédio que aqui chamamos de cadeia velha, diversas foram as obras pedidas e/ou executadas para melhoria das condições do prédio, desde consertos das grades, correntes, assoalhos, paredes e telhados até o requerimento de Antônio de Serqueira, anteriormente referido, para a construção de uma enfermaria e de uma chaminé na enxovia das mulheres – obra autorizada desde que feita com poucos recursos, e de pedra.

<sup>25</sup> Se considerarmos o palmo português como 1/5 de vara, ou 22 cm, é possível estimar que a Casa de Câmara e Cadeia deveria ter 6,60 m de pé direito, 19,80 m de frente e 13,2 m de fundo, portanto, dois pavimentos de 261,36 m<sup>2</sup>.

<sup>26</sup> Refere-se aqui às seguintes listas depositadas no Arquivo Público Mineiro: APM CMOP Cx. 02 Doc. 18; APM CMOP Cx. 03 Doc. 01; APM CMOP Cx. 03 Doc. 15; APM CMOP Cx. 03 Doc. 37; APM CMOP Cx. 04 Doc. 17; APM CMOP Cx. 08 Doc. 06; e APM CMOP Cx. 08 Doc. 28.

Vários desses documentos tratam da falta de segurança e da precariedade do prédio. Já em 1726, Dom Lourenço de Almeida informa ao Rei sobre as condições da cadeia e reclama das fugas constantes, três em apenas um ano (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 8, Doc.: 43). Em 1734, numa representação feita à câmara, Antônio Ferreira fala da dificuldade de conseguir carcereiros, pois estes achavam a cadeia insegura, sendo nomeado João Correa Madris, “único que queria servir”. Além disso afirma que a câmara não tem nenhuma obrigação pela “fugida dos presos, como também por competir estas diligencias aos carcereiros, e quando estes achão pouca segurança na cadea Recor[rão] aos ministros para que os mandem segurar” (APM, CMOP Cx.: 07, Doc.: 05).

Sobre as condições de “estadia” na cadeia, em uma representação de 1750, os presos brancos reclamam do “grande desconforto que experimentaõ todas as vezes que chove, pois fica, e se poem toda a caza da enxovia dezassossegada com agoa que entra pelas janelas da caza da Camera, que enchendo a dita caza, sahe toda para a dita enxovia, em quantidade grande” (APM CMOP Cx. 23 Doc. 03). No requerimento dos soldados da guarnição, já citado, os mesmos pedem para fazer a limpeza da cadeia pelos fundos para evitar moléstias e devido ao mau cheiro.

A cadeia de pau a pique é controversa desde antes de sua construção. Dom Pedro de Almeida, governador da capitania, em 1720 impede a construção da mesma, pois com pouca diferença de preço se faria uma de pedra e cal. Portanto a predileção por um prédio de pedra e cal, resistente e seguro, existe desde muito cedo nas Minas. Em 1747 há uma certidão do escrivão da Câmara Manuel Pinto de Queiroz referente à ordem régia relativa à construção de cadeia de pedra e cal, pela debilidade que a cadeia oferece aos presos, por ser de barro e pau a pique, ter as paredes podres, pela tenuidade da madeira. Essa ordem é de 1730, mostrando a preocupação da Coroa com a precariedade da cadeia de Vila Rica, e determina “fazer a cadeia de pedra e cal para que nela estejam os presos e criminozos com toda a segurança a vista das rendas que administra a mesma câmara” (APM, CC– Cx. 14 – 10296).

As obras da nova cadeia (de pedra e cal – atual Museu da Inconfidência) só seriam iniciadas em 1785 e, poucos anos antes, em 7 de julho de 1780, é feita mais uma representação da Câmara sobre a “necessidade de edificar uma cadeia publica para a segurança dos presos que a ella se remetem das diferentes jurisdições desta Capitania. He constante a ruina em que se acha a Caza de que ao prezente nos servimos, e o perigo evidente que há de que de todo chegue a cahir, e a demolir-se haja por bem dignar-se de informar sobre a nossa propozição porque parecendo ajustada”. A representação passou pelo governador

Cunha Menezes, que escreveu em seu despacho para a Rainha D. Maria I que “hé verdade que a Cadêa actual sendo velha e de Madeira, naõ póde conter os facinorozos que néla estão” (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 116, Doc.: 35).

A despeito de todas essas reclamações sobre fragilidade da cadeia de Vila Rica, em 1737, Martinho de Pina Proença “dá por este conselho [Conselho Ultramarino] Conta a Vossa. Magestade que no Governo daquellas Minas, não há Cadeya, que tenha mediana segurança, Senaõ a de Villa Rica e do Sabará. Na villa de São Jozê, e da de Saõ Joaõ Cabeça da Comarca do Ryo das Mortes, naõ havia quando entrou naquele Governo mais Cadeya, que huã cazinha arrendada em que juntamente Seprendido homens, e molheres, Negros, e brancos, Seculares, e clerigos Sealguns mandavaõ prender os Seus Superiores, sem devizaõ, ou Separação alguã, e Contra a honestidade de hú Lugar publico, que tanto zellaõ as Leys” (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 34, Doc.: 45).

A insistência na construção de prédios resistentes, de pedra e cal, e a recorrente referência à cadeia na documentação administrativa sugerem que talvez não fossem instituições tão secundárias para a administração colonial.

Além de serem resistentes, é importante salientar a necessidade de enxovias separadas para negros, mulheres e brancos e, como aparece em uma acordão da Câmara sobre a construção da cadeia de Vila Rica datado de 1714, essa deveria ter “casa de caseiro [...] e huma casa que service de sala livre para os presos q. tivecem omenagem” (LOPES, 1955: 93), afinal, a distinção social também era marcante na hora de punir. Temos ainda que as cadeias, preferencialmente, ficavam no mesmo prédio da câmara (Casas de Câmara e Cadeia), em uma posição central do núcleo urbano e próxima ao pelourinho, outro símbolo importante da Justiça Real. Geralmente estavam no primeiro piso, com as grades voltadas para a rua, para que os transeuntes não só vissem (função exemplar), como para que os presos conseguissem esmolas, pois o Estado não se responsabilizava pela manutenção deles. Em muitas localidades a Santa Casa de Misericórdia ajudava na manutenção dos presos, o que não era o caso de Vila Rica, onde a história da Misericórdia é um caso a parte, pois apesar de existir desde muito cedo, não funcionou, dentre outras coisa, por falta de prédio próprio.

### Fontes

*Ordenações Filipinas*. Em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>, acesso em 06/07/2013

Lista nominativa dos presos brancos, pardos e negros (1730). APM CMOP Cx. 02 Doc. 18.

Auto de inventário da cadeia entregue pelo carcereiro José da Costa Novais ao escrivão (1731). APM CMOP Cx. 03 Doc. 01.

Relação de presos brancos, negros e forros da cadeia (1732). APM CMOP Cx. 03 Doc. 15.  
Auto de inventário da entrega dos presos da cadeia ao arrematante Agostinho Fernandes Pereira (1732). APM CMOP Cx. 03 Doc. 37.

Autos de inventário de presos que se acham na cadeia de Vila Rica e suas sentenças (1733). APM CMOP Cx. 04 Doc. 17.

Inventário dos presos, forros e demais pertences da cadeia de Vila Rica (1736). APM CMOP Cx. 08 Doc. 06.

Inventário dos presos, forros e demais pertences da cadeia de Vila Rica (1736). APM CMOP Cx. 08 Doc. 28.

Representação da câmara informando a dificuldade em conseguir carcereiros, devido a fuga de presos e a falta de segurança da cadeia (01/07/1734). APM, CMOP Cx.: 07, Doc.: 05

Solicitação de reforma na cadeia onde se encontram os presos brancos e também, de assistência aos presos pobres (21/01/1750). APM CMOP Cx. 23 Doc. 03

Certidão do escrivão da câmara Manuel Pinto de Queiroz referente à ordem régia relativa à construção de cadeia de pedra e cal. (18/09/1747). APM CC- CX. 14 – 10296

Requerimento do carcereiro Antônio de Serqueira sobre o pedido de construção de uma enfermaria nos quintais da cadeia para os presos com doenças graves (03/01/1747). APM CC - CX. 68 – 30718.

Requerimento dos soldados da guarnição sobre a permissão para limpeza da cadeia através da porta do quintal para evitar moléstias (01/03/1741). APM CC - Cx. 128 – 21016.

Carta de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, informando a situação em que se encontravam as cadeias e os prisioneiros, conforme provisão régia de 27 de junho de 1725. A margem: cópia da mesma provisão (20/05/1726). AHU – Cons. Ultramar. – Brasil/MG – Cx.: 8, Doc.: 43.

Consulta do Conselho Ultramarino sobre a carta de 1737, abril, 15, de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, dando conta da falta de segurança nas cadeias das Minas e ainda mais no que toca aos carcereiros (04/02/1738) AHU – Cons. Ultramar. – Brasil/MG – Cx.: 34, Doc.: 45

Representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica, dando conta do péssimo estado em que se acha a cadeia local e solicitando providências no sentido de se edificar uma outra. Em anexo: vários documentos (01/07/1780) AHU – Cons. Ultramar. – Brasil/MG – Cx.: 116, Doc.: 35

## Referências

LOPES, José Antônio. *Os palácios de Vila Rica: Ouro Preto no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC ; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e Sociedade na América Latina, 1800 – 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes. NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz. (org.). *História das prisões no Brasil*. Vol.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p.35 – 77.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. O tronco na enxovia: escravos e livres nas prisões paulistas dos oitocentos. In.: MAIA, Clarissa Nunes. NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz. (org.). *História das prisões no Brasil*. Vol.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 179 – 215.

REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720 - 1800)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.

HESPANHA, A. M. (org.). *Justiça e Litigiosidade – História e Prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

XAVIER, Ângela Barreto. “*El Rei aonde póde, & não aonde quer*” – Razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

LARA, Sílvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 1999.

## A repressão (correção) à vadiagem: a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino e a transformação do vadio em trabalhador nacional. Sabará (1895-1901)

Sérgio Luiz Milagre Júnior  
Mestrando em História  
UFJF  
[s.milagre@hotmail.com](mailto:s.milagre@hotmail.com)

**RESUMO:** O artigo apresenta a evolução da pena no Brasil e como o Projeto de Lei de criação da Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino se inseriu nesse contexto. Analisou-se, também, como a Instituição se tornou um “espaço de disciplina” no combate à vadiagem, em Sabará (1895-1901), que visava, através do trabalho, civilizar e moralizar o vadio e, conseqüentemente, prepará-lo para a mão-de-obra na lavoura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pena; Correção; Trabalho; Colônia Correccional

**ABSTRACT:** This article discusses the evolution of the sentence in Brazil and how the Bill established of the Colonia Correccional Agrícola do Bom Destino was inserted in this context. Thereby, analyzed how the Institution became an "area of discipline" in the fight against stray, in Sabara (1895-1901), which aimed to civilize and moralize the bum through econseqüentemente work prepare you for the workforce, work in the fields.

**KEY-WORDS:** Sanction; Correction; Work; Colônia Correccional

### A pena de correção no ocidente

Michel Foucault (1987), em sua obra *Vigiar e Punir*, buscou analisar a genealogia das prisões nas sociedades modernas, enunciando a emergência da “sociedade disciplinar” como forma de universalização do controle social, através de práticas de vigilância e de disciplina e a produção de corpos/almas dos sujeitos. Para isso, o autor relaciona o surgimento das prisões e a conseqüente reforma dos criminosos com a necessidade de manutenção do *status quo* industrial e a formação de indivíduos disciplinados.

Os seus estudos, entretanto, não se restringiram à simples análise do discurso da época, mas destacaram, também, as relações de poder na formação do conhecimento e na institucionalização das práticas sociais punitivas.

Criada pelo Governo Mineiro em 1895, a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino, em Sabará, apresentava dois objetivos principais: o primeiro, de caráter econômico, referia-se à formação de uma mão-de-obra, já que, segundo os proprietários de terra, a abolição causou uma falta de braços, devido à inadaptabilidade do livre e do liberto em se

adequar ao novo regime de trabalho; e o segundo, de caráter social, estaria ligado à manutenção da ordem pública, feita através da repressão à vadiagem, que, usando da educação e da disciplinarização dos corpos pelo trabalho, seria capaz de civilizar e moralizar o vadio, considerados, pelas elites mineiras, como “inimigos do trabalho”.

O Decreto 858/1895, que regulamentava a criação da Colônia, possuía “relações de poder” que estavam diretamente ligadas às ideias de vigilância, disciplina e correção. Esta aproximação com o referencial teórico foucaultiano, assim como o processo de evolução da pena no ocidente, exigem maiores explicações.

A origem de toda penalidade iniciou com o sentimento da vingança privada, na qual a reparação do dano pela vítima poderia ser facilmente marcada pelo excesso e descompasso em relação ao fato praticado pelo criminoso. A pena de suplício era comum.

Mas quais as características que marcaram a passagem da pena de suplício para a de prisão? Talvez o principal aspecto esteja na mudança do sujeito passivo do crime. Com o decorrer da modernidade, surge a ideia de um organicismo social, onde quem sofre, na realidade, o delito pelo crime, é a própria integridade da sociedade. Foucault (1987) antevê que esse foi o início da “sociedade disciplinar”, pois trouxe características essenciais para a distribuição, classificação, hierarquia e disciplina do Direito, da sociedade e dos indivíduos.

Autores como Cesare Beccaria (2005) e Jeremy Bentham (2000), apoiados em princípios do utilitarismo e racionalismo, demonstraram claramente a necessidade de se acabar com as exposições públicas de tortura e passar para um regime jurídico punitivo mais conivente com as necessidades da época, ou seja, para a limitação do exercício da liberdade.

A sociedade disciplinar se aprimorou a partir do século XIX, principalmente com os avanços técnicos e com a lógica industrial. Dessa forma, seguindo também os princípios da ordem e do progresso, o Estado buscou, além de punir e encarcerar, corrigir o criminoso, ou seja, torná-lo um cidadão disciplinado e um trabalhador útil. Para Thompson (1998), disciplina do trabalho foi uma arma poderosa para a nova lógica capitalista, na qual a sociedade capitalista já tinha absorvido e aceito a disciplina e passaram a impô-la aos trabalhadores. Obviamente os encarcerados entrariam nessa lógica.

Entendida, portanto, essa passagem da pena de suplício para a de encarceramento, assim como a necessidade dessa última em se adequar aos novos tempos tornando-se mais útil à sociedade através da disciplinarização e trabalho, fazia-se necessário entender como a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino se inseriu nesse contexto.



### Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino

A Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino foi pensada em um período de mudanças do sistema de governo brasileiro com o objetivo de reformar os “ociosos” e “vagabundos” que atrapalhavam a “ordem social” mineira. Estes “inimigos do trabalho honesto”, conforme afirmava Silviano Brandão, riam das leis que, “digamos a verdade, em lugar de corrigil-os moral e physiologicamente, protege-os com uma pena sem utilidade pratica.” (BRANDÃO, 1894, p.14)

Em 1893, durante o governo de Floriano Peixoto, um Decreto Legislativo Federal de nº 143, de 12 de julho, autorizou a criação de estabelecimentos voltados para a correção, pelo trabalho, dos vadios e vagabundos. Conforme apresenta seu artigo 9º, “os Estados poderão fundar à sua custa, colônias correccionaes agrícolas, na conformidade das disposições d’esta lei, correndo somente a despesa por conta da União, quando nas leis annuaes se votar a verba especial para ellas. [sic]”.

Tomando como base a Lei Federal de n.º 143/1893, o Deputado Bueno Brandão submeteu à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7 de 10 de maio de 1894. Entre as especificações, consta o artigo 1º que “fica o Governo auctorizado a fundar cinco colônias correccionaes na conformiade da lei Federal n.º 145 de 12 de julho de 1893”, em Minas Gerais. No seu discurso, afirmava que

esses indivíduos, processados em virtude das nossas leis, quando condemnados são muitas vezes, ou quase sempre atirados em cadêas infectas, em uma promiscuidade com criminosos perversos, o que concorre muito para a depravação moral dos desgraçados que ahi são recolhidos. E, terminando o cumprimento da pena, são de novo restituídos à sociedade, trazendo ainda maior somma de vícios, quando não voltam completamente pervertidos e dispostos a prosseguirem na senda do crime. (BRANDÃO, 1894).

Além do apoio do deputado, as considerações dos representantes da Lei de nº 7/1894 também tinham o apoio de outros governantes, como, por exemplo, o Chefe de Polícia, Alfredo Pinto Vieira de Melo, que afirmava:

disse-o no meu passado relatório e convictamente ratifico neste, que ‘no seio das prisões arruinadas o criminoso não se regenera; não existe uma classificação moral dos detidos, no intuito de salientar-lhes os caracteres, affastando-os o mais possivel uns dos outros, conforme o grau de perversidade; não há finalmente um regimen de trabalho susceptivel de tornar effectivamente a pena um principio de defezadocial; pois, o criminoso habituado por muito tempo à ociosidade, ao cumprir a pena, continua a ser um elemento mais perigoso do que quando para elle se abriam as portas do carcere. [...] Consiste esse plano em melhorar as cadeas existentes que forem

susceptíveis de reparos e em construir novas nas localidades onde não há prisões, mas ergastulos infectos ou pequenas casas arruinadas sem ar nem luz. (MELO, 1895, p.7)

Do Projeto proposto pelo deputado Bueno Brandão, aprovado em segundo turno, também em 1894, com algumas modificações, se originou a Lei n.º 141, de 20 de julho de 1895, que adaptando a antiga norma às necessidades de Minas e ao Código Penal de 1890, autorizou a fundação de duas colônias correccionais agrícolas nas comarcas em que o governo julgasse mais conveniente. Conforme apresentou o Secretário dos Negócios do Interior, Henrique Augusto de Oliveira Diniz: “para a primeira colonia que se deve installar, em virtude da lei n. 141 citada, foi já designado o local nas immediações da nova capital de Minas, tendo sido tomadas, para o fim de que se trata, as providências iniciaes mais necessárias.” (DINIZ, 1896, p.11).

Dentre as possibilidades de localização, escolheu-se a fazenda “Bom Destino”. Essa, que emprestou o nome para a Colônia Correccional, estava situada a nove quilômetros de Santa Luzia, a doze de Sabará e a seis da Estação General Carneiro. A escolha próxima à estação foi proposital, a fim de favorecer o escoamento das produções, principalmente para os três núcleos principais que a cercava: Santa Luzia, Sabará e Belo Horizonte (Nova Capital).

Além de criada pela Lei n.º 141/1895, a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino foi regulamentada pelo Decreto n.º 858, de 16 de setembro de 1895, aprovado pelo Congresso Mineiro, e elencou, entre os pontos principais:

art 1º. Ficam estabelecidas e fundadas em próprios estadoaes designados pelo governo duas colônias correccionaies para o trabalho: I. Dos indivíduos de qualquer sexo e idade que, não estando sujeitos ao poder paterno, ou sob a direção de tutores ou curadores, sem meios de subsistência por fortuna própria, ou profissão, arte, officio, ocupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pelas cidades, villas ou povoações. II. Dos que tendo quebrado o termo de bem-viver em que se hajam obrigado a trabalhar, manifestarem intenção de viver no ócio ou exercendo indústria illicita, immoral ou vedada pelas leis. III. Dos maiores de 9annos e menores de 14, do sexo masculino, que tiverem obrado com discernimento e forem condemnados nos termos do art.30 e 49 do Codigo Penal. Parágrafo único: Será julgado e punido como vadio, nos termos da lei e deste regulamento, todo aquelle que se sustentar de jogo (art. 374, do Codigo Penal).

Além disso, cada colônia teria acomodações para 150 reclusos, divididos em três repartições com capacidades para 60 homens adultos; 60 para menores homens; e a terceira para as mulheres. Tais cômodos seriam incomunicáveis e vigiados constantemente. O policiamento, portanto, tinha a função de vigiar todos os caminhos do estabelecimento e todos

os passos dos reclusos. Antes do toque de recolher, era feita uma chamada nominal dos reclusos recolhidos aos dormitórios.

No capítulo “Regime de Trabalho” ficou definido que os sentenciados seriam divididos em duas turmas: uma para a lavoura e outra para as oficinas. Silva exemplifica isso bem, mostrando que:

nos idas úteis, o horário de trabalho era estipulado de acordo com as estações do ano, no verão iniciava às cinco horas da manhã, no inverno às seis e encerrava às cinco da tarde; [...] os trabalho agrícolas desempenhados nas colônias abrangiam: horticultura, plantas alimentares e industriais (chás, algodão, alfafa e outras) que seriam plantadas de acordo com o clima. [...] Cada colônia deveria ter oficinas de ferreiro, carpinteiro e alfaiate, além de uma lavanderia para a ocupação das mulheres. (SILVA, 2006, p.44-5).

Porém, mesmo com várias expectativas, a história da Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino foi efêmera e sem frutos. A instituição criada em 1895, posta em funcionamento em 1896, teve um prazo de duração de apenas cinco anos, sendo fechada em 1901. Os relatórios dos administradores da Colônia ratificam o fracasso, demonstrando que ela passou grande parte do seu curto período em crise. Diversos fatores faziam com que a Colônia, criada para corrigir os vadios, não passasse de um simples galpão de armazenamento dos mesmos, muito semelhante às antigas prisões tão criticadas.

Além da falta de maiores investimentos nos próprios funcionários, o primeiro ano do estabelecimento foi marcado por apenas 15 reclusos – número insuficiente para manutenção da própria Colônia.

A escola, por seu turno, funcionou até 1898, quando foi dispensado o professor. Além da incapacidade em manter o professor, o diretor lamentava a precariedade do seu funcionamento, destacava principalmente a falta de livros. Além disso, nos diversos relatórios da Colônia, perceberam-se queixas quanto à alimentação dos presos, na qual as autoridades, frequentemente, pediam para aumenta-las, pois não conseguiam suprir a necessidade do local.

Em 1898, devido à baixa produtividade da Colônia, o governo instituiu que fosse feito o corte de lenha nas proximidades, com o intuito de enviá-las para o ramal férreo da capital, para a Imprensa Oficial de Minas Gerais e para alguns particulares. Todo esse trabalho era feito sem nenhum rigor ou disciplina, contrários à proposta inicial da Instituição.

Dessa forma, conclui-se que má administração e a resistência dos reclusos em participar dos planos das autoridades faziam com que a Colônia Correccional Agrícola do Bom

Destino se tornasse uma instituição que só trouxe despesas aos cofres públicos, não atuando, na prática, como seu objetivo principal: espaço de disciplina dos reclusos.

### **Considerações Finais**

O aparato teórico proposto por Foucault, ao pensar a sociedade disciplinar como uma forma de universalização do controle social, através de práticas de vigilância e disciplina, e de produção de corpos/almas dos sujeitos, leva a pensar na criação da Colônia Correcional como uma instituição capaz de objetivar o saber-poder específico das autoridades mineiras em prol de um assujeitamento dos desviantes. Tornar os vadios trabalhadores disciplinados, conforme exigia a sociedade capitalista emergente, era fundamental para a manutenção do *status quo* da elite mineira.

Todavia, embora tivesse um projeto de lei exemplar para os ideais republicanos da época, o funcionamento da Instituição se deu de maneira precária, não só por falta de recursos ou má administração, mas talvez porque o próprio assujeitamento dos indivíduos pelo “saber-poder”, conforme apresentou Foucault, jamais seja completo.

A teoria de submissão dos vadios ao imperativo do trabalho não foi capaz de abarcar a prática. Os indivíduos não podem ser considerados como tábulas rasas das quais se imprime condutas e hábitos de obediência. Os indivíduos carregam consigo experiências, práticas e valores que são definidoras de sua própria identidade enquanto indivíduo e do seu lugar na sociedade.

O organicismo da sociedade, também destacado pelo pensamento da época e que configurou a concepção de que o delito fere em primeiro lugar à própria sociedade e as ações reformadoras do indivíduo e a disciplina tornaram-se essenciais, não foi capaz de dar conta da percepção de que, ainda que enclausurados, os vadios permaneciam sujeitos e autônomos em suas vontades. Eles são um capítulo a parte, que merece um estudo posterior.

Apesar do fracasso da Colônia Correcional Agrícola do Bom Destino, os ideais que foram responsáveis pela sua criação perduraram. Não é à toa que poucos anos depois um grande projeto visou criar a “Penitenciária Agrícola de Neves” na capital mineira, tida por muitos como uma das maiores penitenciárias da América. Mas isso é outra história...

### **Fontes Primárias**

ANNAES da Câmara dos Deputados de Minas gerais. Quarta sessão da primeira legislatura. Anno de 1894.

Decreto n.º 858 de 16 de setembro de 1895.

Decreto-Lei n. 145, de 11 de julho de 1893.

BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes*. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1894.

D'ANDREA. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1843*. Ouro Preto, Typografia do Correio de Minas, 1843.

DINIZ, Henrique Augusto de Oliveira. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário dos negócios do interior*. Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1896.

MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. Relatório ao Dr. Chefe de Polícia. In.: DINIZ, Henrique Augusto de Oliveira. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior*. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1895.

### **Bibliografia**

BECCARIA, Césare Marchese di. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Hemus, 2005.

BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed, 1996.

SILVA, Karla Leal Luz de souza e. *A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem: as colônias correcionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267-304.

## Maria Midão: fogo, paixão e desordens Nas imediações da Praça de Mercado do Rio de Janeiro

Vitor Leandro de Souza

Mestrando em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

[vitorleandro@id.uff.br](mailto:vitorleandro@id.uff.br)

**RESUMO:** Maria Coelho Midão, mulher corajosa da virada do Oitocentos, demonstrou em diversos momentos de sua trajetória ter uma forte personalidade. Agressiva, desafiadora, com um histórico de enfrentamentos e desafetos, Midão transgrediu espaços idealizados e sacralizados. Este trabalho tem por objetivo compreender o papel social feminino no Rio de Janeiro, nos casos envolvendo Maria Midão, através das páginas policiais da imprensa carioca entre as décadas 1880 e 1910.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Gênero; Rio de Janeiro; Micro-História

**ABSTRACT:** At the turn of the nineteenth century, the brave Maria Coelho Midão demonstrated at various points of her career to have a strong personality. Aggressive, defiant, with a history of confrontation and enemies, Midão transgressed idealized and sacralized spaces. This work seeks to understand the female social role in Rio de Janeiro, in cases involving Maria Midão, through the crime news of Rio press in the decades between 1880 and 1910.

**KEYWORDS:** Gender History; Rio de Janeiro; Micro-History

### **Recém-casados: paz e tranquilidade dos primeiros anos?**

Maria Augusta Midão era natural de Portugal, filha legítima de Antonio da Silva Midão e de Anna de Jesus, solteira, residente no número 35 da rua São Bento, com o também português Antonio Coelho Pereira<sup>27</sup>. Não foi possível precisar a data de desembarque deles no porto do Rio, porém, é provável que estivessem na cidade desde o início da década de 1880.

O casal testemunhou as profundas transformações ocorridas na virada dos séculos XIX para o XX. A então Capital do Império brasileiro seria palco do anúncio oficial do fim do sistema escravista (1888) e em pouco mais de um ano a queda da Monarquia (1889). A população da cidade que em 1872 era de 274 mil, atingira em 1890 o número de 522 mil. Dentre estes, eram estrangeiros 73 mil e 150 mil, respectivamente. Tais dados indicados por Marcos Bretas (1997, p.19), atestam o vertiginoso crescimento populacional que a vivenciado pelo Rio de Janeiro.

<sup>27</sup> Após o casamento, passa a chamar-se Maria Coelho Midão. Conforme informações da *Habilitação de Casamento*, Ficha 57640, Número 1446, Maço 2957. Arquivo Nacional (Doravante AN).

Abrigando o principal e mais importante porto brasileiro, a malha urbana do Rio sofria uma acentuada reconfiguração espacial. Surgiam eixos claros da ocupação do terreno/mercadoria da Capital Federal. Enquanto o projeto modernizador consolidava a ocupação da região sul pelas elites, a parte antiga da cidade seria reservada aos órgãos da administração estatal, comércios e negócios. Por sua vez, aos mais pobres restava enfrentar os desafios de sobreviver frente à realidade excludente do aumento exacerbado dos preços, principalmente alugueis e gêneros alimentícios de primeira necessidade. Tal projeto encontrou na República o seu ápice, com grandes remoções e demolições que abriram espaço para a construção de largas avenidas e agravaram ainda mais os problemas de acesso à moradia, expulsando as classes populares para os subúrbios ao norte.

Em 1895, no dia 6 de junho<sup>28</sup>, Antonio e Maria Augusta uniram-se em matrimônio. Ele com 49 anos de idade, e ela, 34. Ela era doméstica, ele – como tantos portugueses que vivam na cidade – trabalhava como empregado do comércio. Tinham um filho, de nome Cândido Coelho Midão, que na ocasião do matrimônio possuía cerca de 5 anos de idade.

Algum tempo depois, o casal passa a dividir espaço de trabalho em um comércio na principal praça de Mercado da cidade, na freguesia da Candelária, talvez como empregados de alguma das bancas que ali funcionava. Após oficializarem a união, mudaram-se para um sobrado, alugado no número 9 da rua do Cotovelo<sup>29</sup>, propriedade de Manoel Antonio da Rosa e Josepha Maria Ferreira.

Notícias envolvendo Maria Midão e a proprietária do imóvel chegaram aos jornais de grande circulação da cidade poucos meses após a mudança para nova casa. Dando conta de agressões trocadas entre elas. Segundo *O Paiz* (5 de fevereiro de 1986, p.2.), a querela teria tido início após os constantes conselhos dados por Josepha a Antônio Coelho "que jogasse neste ou naquele bicho", ainda pela manhã, quando Coelho saía de casa em direção ao trabalho. Josepha dizia: "*Então, Sr. Joaquim*" [sic] na verdade dizia a Antônio Coelho Pereira, "*não joga nem dez tostões no galo? Pois olhe que ele está dando que é um regalo.*", diante do insucesso no jogo, Antonio Coelho, ao chegar em casa, contava a sua esposa. Midão "voltava toda a sua raiva contra a causadora indireta da perda daquele dinheiro". Em tempos difíceis,

<sup>28</sup> AN - *Habilitação de Casamento*, Ficha 57640, Número 1446, Maço 2957.

<sup>29</sup> Localizada aos pés do Morro do Castelo, Segundo Brasil Gerson (2000), a rua foi aberta antes de 1690 e teve várias denominações. Como beco do Cotovelo, por ter um trajeto sinuoso. Depois beco do Açougue Grande, quando ali se instalou um açougue na esquina da rua da Misericórdia. Beco do Padre Vicente, ali morador. Conhecida como rua do Cotovelo, desde 1815. Em sessão da Câmara Municipal de 20.5.1878, recebeu o nome de rua do Bispo Dom Vital, que perdurou até 1882, quando teve o nome restabelecido de rua do Cotovelo. Em 1917 passou a se denominar rua Vieira Fazenda, desaparecendo com os novos arruamentos realizados na urbanização da Esplanada do Castelo.

diante do custo de vida cada vez mais elevado, qualquer gasto extra certamente causava desequilíbrio no orçamento doméstico, entretanto, não podemos excluir a possibilidade de que Maria Midão também sentisse ciúmes da situação que envolvia seu esposo e a vizinha-proprietária.

Após meses de provocações e discussões, uma "explosão de ódio" levou Maria Midão e Josepha Ferreira à "luta corporal, que fazia colheita de murros, socos e contusões". Ao chegar à 5ª delegacia, Maria Midão declarou que quando chegava em casa, por volta das 18 horas, portando uma trouxa de roupas, se deparou com Josepha agarrada ao pescoço de seu filho Cândido, de 6 anos. Ao ver que o menino havia sido arremessado escada abaixo por Josepha, que contou ainda com o auxílio de uma criada", agarrou-se com ela, que se achava com uma bacia de roupa na cabeça, a qual caiu sem que pudesse conhecer se sobre alguém ou alguma coisa". O depoimento de Maria Midão indicava que a agressão partira da locatária e que qualquer dano que sua oponente tivesse sofrido, não seria sua responsabilidade, mas antes de tudo um acidente.

Na edição do dia seguinte do jornal *O Paiz* (6 de fevereiro de 1896, p 4.) volta ao assunto, desta vez publicando uma coluna assinada pelo próprio Manoel Antonio da Rosa, o esposo de Josepha Ferreira. Tentando mostrar que tudo não passou de um equívoco, Manoel da Rosa relata que não havia "a menor relação de amizade" entre sua esposa e Antonio Coelho. E ainda explanou que o verdadeiro motivo da querela seria que, há alguns meses, o casal Coelho faltava com o respeito aos proprietários, fazendo uso de "certas palavras não dignas de gente de sociedade distinta". Na verdade, por conta da situação insustentável, Manoel da Rosa teria entrado com pedido de despejo judicial, fato que ainda não teria sido concedido. Para o proprietário, o verdadeiro motivo das provocações e da agressão seria justamente a insegurança do casal Coelho diante da possibilidade de concretização do despejo judicial.

A narrativa dada por Manoel é bem diferente da primeira versão colhida pela reportagem e que traz somente o depoimento de Midão. No texto encomendado pelo proprietário do imóvel, Manoel negou que a agressão tenha partido de sua esposa (JORNAL DO BRASIL, 06 de Fevereiro de 1896, p.2). Pois, segundo ele, Josepha teria sido surpreendida em casa, quando amamentava sua criança, no momento em que Maria Midão, "na sua cólera cega" iniciou a agressão, inclusive atingindo com um soco a criança que estava no colo. Contrapondo o argumento que Midão declarara à reportagem de *O Paiz* de que havia reagido a uma agressão e que e eventuais danos teriam sido acidentais. Ainda segundo



Manoel Rosa, mesmo as testemunhas convocadas por Antonio Coelho para depor sobre o caso do despejo, "nada disseram em desabono" a sua própria família.

Entretanto, podemos imaginar que ambas as narrativas possam ser coerentes e possíveis, independentemente da verdadeira versão. O que nos importa é perceber que ao verificarmos as trajetórias de algumas mulheres na transição dos século XIX para o XX, na sociedade brasileira, e particularmente na sociedade carioca, podemos, no primeiro momento ser conduzidos por caminhos tranquilos, em que predominam serenidade e submissão. Especialmente se pensarmos na configuração social da cidade, composta em sua maioria de homens, muitos destes imigrantes provenientes da Europa mediterrânea. Um sociedade em que, por influência religiosa (de matriz patriarcal e profundamente patriarcal), a figura da mulher distinta e responsável pela educação da sagrada instituição familiar deve ser emulada, transfigurando-se idealmente em honesta, honrada e de boa fama. A realidade apresentada é outra. Normas de comportamento, comumente impostas e esperadas pela sociedade, são colocadas à prova por Josepha Ferreira. A radicalização encontra personificação em Maria Midão, afinal, nossa portuguesa reincidirá e não pararia por ai (BRETTELL, 1991, p.26).

### **Midão: mulher valente, rica e poderosa**

Maria Midão enquadrar-se na categoria "excepcional normal", elaborada pelo historiador italiano Eduardo Grendi (REVEL, 1998, p.33). Sua trajetória pode nos ajudar a perceber e compreender o perfil de tantas outras mulheres do seu tempo. A matriarca da família Coelho, poderia ser definida como um ponto fora da reta, mesmo para seus contemporâneos. Longe de pensar que as mulheres do seu tempo não estivessem Como nos é mostrado, por exemplo, a descrição publicada em *O Corsário* (28 de Março de 1893, p.3), ainda sobre a briga com Josepha:

A praça [do mercado da Candelária e] das Marinhas é um valhacouto de algumas pessoas más, com exceções; por isso não admiramos em nada que a nossa heroína fizesse escala por ali.

Má, perigosa, é um ente para quem toda a compaixão é pouca e há bem tempo que deveria ser conhecida do público.

Nem histérica é, por que se assim fosse seria desculpável, porém, nas suas ações divisa-se perfeitamente uma organização criminosa pouco rara.

O seu marido em parte é culpado: não teve a energia bastante para guardar n'uma jaula sua consorte fera, nem tampouco exportá-la para bem longe do Rio de Janeiro.

A nossa sociedade pede um corretivo para esta megera, a personificação do barbarismo antigo.

Adjetivos como "má", "perigosa" "criminosa", podem nos ajudar a entender a imagem que o periódico tentou imprimir em seus leitores a respeito de Maria Midão. Além de responsabilizar o marido, aliando a incapacidade de Coelho em ser enérgico ao espírito insubmisso da mulher. Uma vez que o marido demonstra não conseguir controlar Maria Midão, deixando-a fora da "jaula" do comportamento esperado, cabia portanto à sociedade - por meio de suas leis - o dever da aplicação de um "corretivo" enérgico. Ainda que não faça menção à briga protagonizada por Maria Midão, ocorrida havia algumas semanas, para a publicação, é fundamental que justiça fosse feita.

O que foi possível reconstituir da trajetória de Maria Midão, especialmente na sua relação com as autoridades, indica o caráter desafiador e o uso do prestígio, de sua situação financeira favorável e influência que a mesma exercia, com a finalidade de conseguir vantagens pessoais.

Tais métodos não eram ocultados por ela, expressavam muito mais a articulação entre insubmissão e estratégias de resistência. Como no confronto com Dr. Monteiro Lopes, advogado contratado por Josepha Ferreira para o inquérito, em que Midão, numa das poucas vezes que aceitou comparecer à delegacia, afirmou diante de um policial a respeito do inquérito que respondia como acusada: "Pouco me importa com isto; pois tenho doze contos para gastar na pretoria de Santo Antônio" (O PAIZ, 20 de Março de 1896, p. 3) , sugerindo comprar decisão favorável da justiça.

O dr. Monteiro Lopes, reconhecido na Capital Federal por seu engajamento nos movimentos abolicionista e republicano, era também um forte defensor de diversos grupos de trabalhadores , fazia uso de espaços nos jornais de grande circulação da cidade para informar sobre o andamento do seu trabalho inclusive publicando textos integrais de cartas endereçadas a autoridades do judiciário, como a que o advogado encaminhou à redação de *O Paiz* (20 de Março de 1896, p. 3), denunciando possível ligação entre o pretor de Santo Antonio e a matriarca da família Coelho. Segundo Montes Lopes, além de assinar muito contrariado o mandado de prisão preventiva contra Midão, o pretor teria enviado um emissário da pretoria a sua casa, com objetivo de avisá-la para que ela conseguisse fugir para Montevideú antes que a prisão fosse concretizada.

Desta vez Montes Lopes conseguiu atingir seu objetivo, Midão já estava de malas prontas para viajar, mas finalmente foi conduzida até a 4ª pretoria. Pelo que conhecemos da nossa portuguesa podemos imaginar a reação dela durante o trajeto. O próprio advogado Lopes nos sugere: "não devo aqui repetir [as palavras ditas por Midão] pelo respeito sincero

que tenho ao público e ao venerado desembargador presidente da corte de apelação", interlocutor da carta. Mesmo sem conhecer o desfecho do caso, o episódio nos conduz a novos indícios importantes da personalidade e do modus operandi de Midão diante dos homens de seu tempo.

### **O incêndio do Mercado da Candelária**

Em 1890, Antonio Coelho está estabelecido no principal entreposto de abastecimento do capital federal, Mercado da Candelária. Em sociedade com Domingos Fernandes Farinha, Coelho abriu um botequim e café, porém sua permanência estava ameaçada por conta de um novo pedido de despejo. Ainda que não estejam claros os motivos que levaram o responsável pelo arrendamento da praça do Mercado da Candelária e Chalés a determinar que Coelho deveria desocupar o espaço, esta não seria a primeira vez que o Coelho e Midão enfrentariam um pedido de desocupação forçada. Enfim, provavelmente a situação a seguir nos ajude a compreender melhor a reação de Maria Midão e Antonio Coelho diante da rejeição e os conflitos diante da convivência com os comerciantes, vizinhos e mesmo com as autoridades.

Na noite de domingo, 30 de abril, a paz e o silêncio das ruas desertas do centro da cidade é interrompido pelos apitos denunciando o sinistro que atingia o Mercado da Candelária. Inicialmente a única vítima fatal do incêndio foi o jovem de 18 anos de idade, de nome João Monteiro da Fonseca, que trabalhava como caixeiro do armazém, sob a firma Matheus & C, e que dormia no negócio para abri-lo pela manhã, logo chegasse seu patrão (e tio), Domingos Lopes Martins. Todavia, no dia seguinte, 01 de maio, a real dimensão do incêndio foi divulgada pelas autoridades. Além da terrível destruição, outras quatro vítimas faleceram em meio às chamas.

Literalmente no calor dos acontecimentos, o redator do *Jornal do Brasil* (1 de maio de 1899, p.1) ouviu a versão de que "o arrendatário da praça do Mercado, sr. coronel Pupo de Moraes", convidou a Antonio Coelho Pereira, o proprietário de um botequim na dita praça, a retirar-se. Mesmo contrariado, o locatário, "retirou-se murmurando" em certo tom de ameaça. O fogo teria começado na altura do número 263 da praça das Marinhas (ver figura 3), anexo ao Mercado da Candelária, coincidentemente (ou não), justamente no local onde funcionava o botequim dos Coelho e às vésperas da data marcada para a desocupação do estabelecimento.

Além de Antonio Coelho, foram acusados ainda sua esposa, Maria Coelho Midão, e Pedro Lema Peres, proprietário de um hotel na praça das Marinhas, ao lado do dito boteco. Uma das suspeitas era de que o casal Coelho e Pedro Lema teriam provocado o incêndio por

conta do valor referente ao seguro. Evidentemente, Antonio Coelho e Maria Midão, tinham uma questão pessoal e a vingança devido ao despejo do botequim do qual eram proprietários pode ter motivado o atentado.

Só conseguimos dimensionar as consequências do incêndio do Mercado para a cidade, quando percebemos a importância do edifício da Candelária na rede de abastecimento de gêneros de primeira necessidade. A partir dele, chegavam pescado ou "gêneros da roça" do Recôncavo da Guanabara ou ainda de regiões mais afastadas. Era também local de trabalho e reunião de trabalhadores de diversas procedências e das mais diferentes profissões, como por exemplo, carregadores, vendedores ambulantes, peixeiros, comerciantes, quitandeiros, etc. Após o incêndio, a demanda pelo mercado não havia diminuído, porém, parte do espaço disponível para o comércio havia sido consumido pelas chamas.

O caso do incêndio traz algumas informações sobre Maria Midão, uma delas diz respeito ao novo endereço residencial da família Coelho, que passou a ser no número 227 da rua da Alfândega, e finalmente a afirmação das testemunhas de que a portuguesa teria executado a ação incendiária ateando "petróleo no assoalho" do botequim. Suponho que de fato Midão tenha sido executora do sinistro. Mais uma vez, expressão da sua coragem, proatividade e confiança de que o judiciário lhe será favorável, como de fato, novamente, aconteceu, em 1902 os acusados de terem incendiado a Praça de Mercado da cidade são absolvidos.

### **Midão: Dona de casa dedicada?**

Em 23 de fevereiro de 1904 (O PAIZ, 24 de fevereiro de 1904, p. 2) o delegado da 5ª Delegacia recebeu denúncia de que "na casa n. 227, à rua da Alfândega, estava presa em cárcere privado a menor Dolores Mattos" e que o autor do crime era o jovem Candido Pereira "empregado da casa de pasto à rua Senhor dos Passos n. 34, propriedade de Antônio Pereira". O delegado, acompanhado de alguns homens da força policial, seguiu "imediatamente para a casa de pasto onde efetuou a prisão de Candido", em seguida foi até a referida casa à rua da Alfândega, onde residia... Maria Coelho Midão, sua mãe.

Antonio Coelho, tentando "burlar a ação da polícia", correu em disparada indo "por um caminho mais curto prevenir a mulher", porém, o delegado atento à situação, conseguiu chegar simultaneamente ao esposo de Midão. Ao ser perguntado sobre sua investida, respondeu Coelho "que andou mais rápido para abrir a porta, no entanto, começou logo em altas vozes prevenir a mulher do fim da visita da polícia".

Ao subirem as escadas, foram todos recebidos por Maria Midão, que estava acompanhada por uma mocinha que afirmou ser Dolores Motta,

foi então que Maria dirigindo-se ao delegado: "Quem é você?", e tendo a resposta de que falava com uma autoridade, desandou um forte murro na cabeça do delegado ao mesmo tempo que abria a boca numa torrente, de palavras injuriosas impossíveis de serem aqui reproduzidas.

Não contente, "a virago, raivosa, acompanhada do marido, fez cair sobre os policiais terrível chuva de projéteis que encontrou à mão". Agredir a um delegado e trancar-se em casa, provocando transtorno em mobilizar forças, como o marceneiro para abrir a porta do cômodo em que trancou-se na tentativa de resistir a ação policial, sinalizam em parte a resistência a valores misóginos interligado a ações criminosas. Midão retrata a dualidade da mulher oprimida e guerreira, que busca na sociedade patriarcal e excludente da virada dos Oitocentos condições iguais de reação.

O casamento de Maria Midão e Antonio Coelho durante os mais de 20 anos que estiveram juntos demonstrou a cumplicidade e companheirismo em diversas situações. Desde o incêndio, passando por a agressão de vizinhos, o casal o mostrou-se solidário nas decisões. Talvez Antonio Coelho não conseguisse controlar Midão, ou mesmo não quisesse lhe por as rédeas que outros julgavam necessárias. Em diversas situações que apresentei neste texto, evidenciou-se que o comportamento de Maria Midão era de sobrepor-se ao marido, muitas vezes ignorando sua presença.

Outra ideia fundamental é a defesa dos negócios da família. Midão levou isso com sua dedicação e empenho particulares. Afinal, diante das ameaças de despejo e/ou da perda da estabilidade residencial ou comercial, Midão adotou métodos de resistência extremos. Podemos imaginar a dificuldade em conseguir moradia perto do local de trabalho, especialmente diante das demolições frenéticas realizadas a partir de 1880, ou mesmo os prejuízos provocados pela perda de um ponto comercial como o da praça do Mercado. Talvez essas sejam algumas pistas que nos ajudem a entender parcialmente as motivações do comportamento de Maria Midão.

Contudo isso não deve reduzir os possíveis pensamentos de Midão. Os limites das suas atitudes ultrapassam os padrões estabelecidos. Estavam na fronteira do crime, da agressividade, dividindo terreno com a conquista de espaços de participação, de direitos, de autonomia. Assim, a agressão ao delegado pode ser lida também como uma reação aos padrões e convenções opressoras. Tais padrões serviam com um instrumento ideológico em que as posições sociais estavam marcadas, ou seja, distinguindo a mulher burguesa (recatada,

obediente, comportada, digna), das mulheres pobres (criminosas, insubmissa, transgressora) (FONSECA, 1997, p. 517.

O casamento chegou ao fim. Se o temperamento desafiador de Midão não levou à separação, as forças da natureza deram conta de Coelho. "Da rua da Alfandega, n.227, saiu ontem [1 de junho de 1906] para o cemitério de S. João Batista o féretro do sr. Antonio Coelho Pereira, natural de Portugal, casado e de 59 anos de idade" (CORREIO DA MANHÃ, 2 de Junho de 1906, p 2) .

### Conclusão

A trajetória de Maria Coelho Midão é por si só intrigante. A protagonista destas páginas nos permite perceber uma série de desencontros diante dos comportamentos comumente esperados como parte do *ethos* feminino na virada dos século XIX e XX, além de romper com as posições hierárquicas.

A transgressão recorrente de Midão confunde-se muitas vezes com o crime e, ainda que algumas vezes o tenha sido, é possível fazer outra leitura. Uma possibilidade é pensar tais atos como esforços da matriarca Midão em ser protagonista da sua própria história. Provocando espaços de atuação em meio a realidade social em que as mulheres deveriam comportar-se de acordo com normas idealizadas. Maria Coelho Midão demonstrou-se hábil na elaboração/realização de estratégias buscando inserir-se nas possíveis malhas que permitiam desvencilhar-se das convenções sociais. Em muitos dos casos apresentados aqui Midão foi a própria causadora de tais fissuras.

Sua pró-atividade pode ser interpretada como um simples desvio de caráter. Entretanto, seria possível manter uma personalidade tão forte enjaulada sob as convenções domésticas? A própria Maria Midão, por meio das atitudes, ao longo das três décadas do registros encontrados nos respondeu.

### Bibliografia

BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem mulheres que esperam*. Consequências da emigração numa freguesia minhota. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In.: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1997, p.510-553.

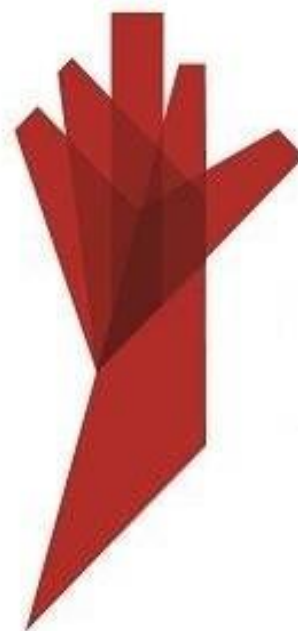
GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GONÇALVES, Andrea Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

## **Simpósio Temático 10**

**Pensar a ditadura no cinquentenário  
do golpe: sociedade, política e cultura  
no regime militar brasileiro  
(1964-1985)**



### **Coordenadores:**

**Ana Marília Carneiro**

Doutoranda em História e Culturas Políticas - UFMG  
anammc@gmail.com

**Gabriel Amato Bruno de Lima**

Mestrando em História e Culturas Políticas - UFMG  
amatogabriel@gmail.com

**Natália Cristina Batista**

Mestra em História e Culturas Políticas - UFMG  
nataliabarud@yahoo.com.br

**Juliana Ventura de Souza Fernandes**

Mestra em História e Culturas Políticas - UFMG  
julianavsf@yahoo.com.br



## Caos na Boca do Lixo: a representação tropicalista do Brasil em *O Bandido da Luz Vermelha* (1968)

Fábio Santiago Santos

Graduando em História – Licenciatura  
Universidade Estadual de Montes Claros  
fabiosantiagosantos@yahoo.com.br

**RESUMO:** Antes da edição do AI-5, em 1968, as pretensões revolucionárias da arte engajada dão lugar à reflexão sobre as contradições da modernização planejada pela ditadura. Essas mudanças estão presentes no filme *O Bandido da Luz Vermelha*, de Rogério Sganzerla. Este trabalho identifica relações com manifestações artísticas anteriores ao filme e revela afinidades com o Tropicalismo na representação do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tropicalismo; Ditadura; Cinema.

**ABSTRACT:** Before AI-5, in 1968, the revolutionary pretensions of engaged art are replaced by the reflection on the contradictions of modernization planned by the dictatorship. These changes are present in Rogério Sganzerla's *O Bandido da Luz Vermelha*. This article identifies relations with the previous artistic events and reveals affinities with Tropicalism in representing Brazil.

**KEYWORDS:** Tropicalism, Dictatorship, Cinema.

### Introdução

As agitações e incertezas decorrentes da nova ordem política estabelecida em 1964 repercutiram intensamente nas artes brasileiras nos anos finais daquela década. Às vésperas da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>1</sup>, novas e radicais propostas artísticas de interpretação e representação do país emergem às margens das tendências nacionalistas e revolucionárias, que garantiam a hegemonia cultural da esquerda. O Tropicalismo e o Cinema Marginal são duas das novidades mais exemplares, notáveis pela incorporação de influências variadas, brasileiras e estrangeiras, e pela estética *kitsch*, de valorização do “mau gosto”.

Características de ambos os movimentos podem ser percebidas no filme *O Bandido da Luz Vermelha* (1968), dirigido por Rogério Sganzerla. Este trabalho compõe uma análise de cenas significativas da obra, ancorada na necessidade de “buscar os elementos narrativos que poderiam ser sintetizados na dupla pergunta ‘o que um filme diz e como o diz?’”

---

<sup>1</sup> Decreto baixado no dia 13 de dezembro de 1968, sem prazo de vigência, que garantiu o reforço do poder executivo: o presidente passa a ter o poder de suspender as atividades do Congresso – o que de fato acontece com o AI-5 - e de intervir nos estados e municípios. Há, com o AI-5, uma nova onda de cassações de direitos políticos, além da suspensão do direito de *habeas corpus* para acusados de crimes políticos. A censura à imprensa e às diversões públicas também se intensifica a partir deste decreto.

(NAPOLITANO, 2005, p. 45). Ou seja, procurar-se-á aqui, por meio da análise de diálogos, falas, imagens e outros recursos narrativos, associados a elementos extrafílmicos importantes, como entrevistas e depoimentos do cineasta, investigar o modo como foi pensada e construída a representação alegórica do país naquele momento de grandes crises e tensões nos campos social, cultural e político. A fonte fílmica deverá ser compreendida aqui como um entrelaçamento de discursos distintos que interagem entre si (BARROS, 2012); desse modo, o referencial teórico de autores como Marcos Napolitano e Ismail Xavier será de grande importância ao possibilitar a identificação de relações entre as muitas propostas e ideias – estéticas e políticas – que inflamavam os debates culturais da época.

O texto se dividirá em duas partes: na primeira, trará uma contextualização e a caracterização dos movimentos culturais ligados ao filme *O Bandido da Luz Vermelha* e dos diálogos e embates que mantinham entre si. Após esse momento, na seção seguinte terão espaço algumas considerações breves acerca da análise de determinadas cenas emblemáticas do filme, ressaltando-se as conexões destas com o Tropicalismo.

### **A queda das utopias revolucionárias e as radicalizações estéticas e políticas**

Principal movimento cinematográfico do país na década de 1960, o Cinema Novo vinha se reestruturando desde o golpe civil-militar, quando começara a empreender uma revisão de certezas no tocante à ação política e ao alcance do seu pretendido público-alvo. A euforia dos vários setores progressistas e de esquerda em torno das reformas de base do governo de João Goulart havia dado lugar a uma necessidade de novas posturas, que incluíam, no caso dos produtores culturais, da incitação à resistência ao regime autoritário à adesão ao “desbunde” contracultural, não raro visto como alienação.

A homogeneidade do movimento é posta em xeque pela adoção de propostas diferenciadas pelos cineastas. Enquanto o maior expoente daquele grupo, Glauber Rocha, radicaliza as propostas de cinema comprometido com a questão social, cineastas como Carlos Diegues e Joaquim Pedro de Andrade deixam de lado a agressividade temática que caracterizara o movimento em sua primeira fase e partem em direção a uma proposta de cunho “antropológico”, interessado na investigação do caráter do povo brasileiro. *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade, é o maior exemplo desse redirecionamento do Cinema Novo.

Por outro lado, alguns diretores iniciantes começam a empreender uma produção estética e tematicamente mais radical: surge o chamado Cinema Marginal. Esse conjunto de

novos diretores, filmes e propostas não constitui um movimento articulado, mas revela uma “sensibilidade estética, artística e política que aflora durante o endurecimento do regime militar” (PEDREIRA, 2011, p. 1).

Na ótica desses cineastas, elementos tão interpretados e comentados nas mais diversas manifestações artísticas, como a miséria e o subdesenvolvimento do país, deixam de ser tratados com a rigidez da esquerda cinematográfica e recebem uma abordagem mais agressiva e, ao mesmo tempo, debochada. A representação do brasileiro, por exemplo, sofre um deslocamento: antes, figuras como a do sertanejo ou do operário eram vitimizadas e/ou enobrecidas, conforme a proposta dos cinemanovistas de levar o público a se reconhecer nos filmes; com o Cinema Marginal, surge o anti-herói impotente, desiludido e desesperado, a vagar pela grande metrópole em processo de modernização, sem propor reflexões ou provocar catarses. O personagem Luz, de *O Bandido da Luz Vermelha*, é o maior exemplo desse novo modelo de protagonista para o cinema brasileiro.

A história, que se passa na cidade de São Paulo, baseia-se em um personagem real que provocara pavor na mesma metrópole no ano de 1967. A apropriação por Rogério Sganzerla do famoso caso policial ocorre, entretanto, por ser “um bom pretexto para refletir sobre o Brasil da década de 60” (SGANZERLA, 1968, s/p). O bandido da luz vermelha do filme, assim, quase nada, além do epíteto, tem a ver com o bandido real que lhe serviu de inspiração.

Luz, como o bandido é chamado, é marcado por uma indefinição quanto à identidade, simbolizada por uma mala que carrega consigo em vários momentos e na qual se pode ler, na parte interna, o pronome “eu”. Além da desorganização da sua “mala egótica”<sup>2</sup>, há ainda outros elementos que tornam mais confusa a delimitação da história do personagem, como a multiplicidade de versões e discursos acerca de sua origem, personalidade e seus atos. Há, por exemplo, momentos em que uma dupla de locutores radiofônicos narra a trajetória de crimes do bandido, atribuindo-lhe todo o caos social, enquanto em cena o personagem se mostra patético e inserido em um campo de ação bastante reduzido. Segundo Ismail Xavier, a indagação “Quem sou eu?”, proferida pelo personagem inúmeras vezes ao longo do filme, representa “a expressão irônica da crise de identidade própria ao ‘depois da queda’ de todo um projeto nacionalista” (XAVIER, 2001, p. 67).

O filme, desse modo, insere-se no contexto de reflexões acerca da queda das utopias revolucionárias diante do golpe militar, mas, diferente de filmes do Cinema Novo, como

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Jean-Claude Bernardet no livro *O voo dos anjos: Bressane, Sganzerla* (1991).

*Terra em Transe* (1967), de Glauber Rocha, e *O Desafio* (1965), de Paulo César Saraceni, cujos protagonistas são intelectuais que agem racionalmente e buscam soluções para suas aflições, o “herói” de *O Bandido da Luz Vermelha* é marcado pela aceitação debochada do fracasso. Suas falas e diálogos são bastante representativos desta situação, como nos seguintes exemplos: “Eu sei que fracassei..,”; “Eu sou um boçal”; “Eu tinha que avacalhar, um cara assim só tinha que avacalhar pra ver o que saía disso tudo”.

O contexto político conturbado pode ter motivado a composição “boçal” do personagem, conforme sugere o próprio diretor:

Acima de tudo, a estupidez e a boçalidade são dados políticos, revelando as leis secretas do corpo explorado, desesperado, servil e subdesenvolvido. [...] Assim, o bandido da luz vermelha é um personagem político na medida em que é um boçal ineficaz, um rebelde impotente, um recalcado infeliz que não consegue canalizar suas energias vitais. (SGANZERLA, 1968, s/p)

Essa mudança no cinema autoral se relaciona com outro importante evento daquele período: a emergência do Tropicalismo. Esse movimento envolvia vários nomes da vanguarda artística, da música ao cinema, passando pelo teatro e pelas artes plásticas, e baseava-se em ideais da Antropofagia modernista, encabeçada por Oswald de Andrade, na década de 1920.

O Tropicalismo afastava-se de setores nacionalistas, à esquerda, dos mais diversos campos artísticos, ao propor, em um momento de modernização conservadora apoiada em capital estrangeiro empreendida pelo governo militar, a absorção de elementos modernos e estrangeiros pelas tradições arcaicas brasileiras. Conforme Hélio Oiticica, artista plástico que nomeara o movimento, “para a criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita européia e americana terá que ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia de nossa terra”. (OITICICA, 1968, s/p *apud* RIDENTI, 2003, p. 147).

No cinema, a influência do Tropicalismo foi paradoxal. O Cinema Novo de Glauber Rocha, com *Terra em Transe*, teve fundamental importância para o desenvolvimento das ideias de concepção do Brasil como país marcado por fortes contradições. Essas contradições do subdesenvolvimento representadas em *Terra em Transe* tornaram-se, então, temática amplamente revisitada, cantadas nos festivais e nos discos por Caetano Veloso e Gilberto Gil e encenadas no Teatro Oficina por José Celso Martinez Corrêa. Glauber Rocha, por sua vez, valorizava o que o movimento tinha de inventivo, anticonvencional e irracional, elementos marcantes para uma autoafirmação cultural do Terceiro Mundo, mas recusava o diálogo intenso dos tropicalistas com a contracultura estadunidense e inglesa (RIDENTI, 2014, p.

241). O Cinema Marginal, por seu turno, promove a fusão da temática do subdesenvolvimento a elementos da contracultura ocidental, estando, desse modo, mais afinado com as propostas tropicalistas.

Alguns autores tentaram traçar contrapartidas estritamente políticas para o Tropicalismo. Roberto Schwarz, por exemplo, enxergava no movimento uma “expressão ambígua entre crítica e integração ao que significou politicamente a instauração da ditadura militar, também ela articuladora do moderno e do arcaico” (RIDENTI, 2014, p. 251). Heloísa Buarque de Holanda, no entanto, encontrou afinidades entre a estética tropicalista e a guerrilha urbana: ambas seriam tendências radicalizadas, que romperam com a visão intransigente da esquerda tradicional (RIDENTI, 2014). Segundo Ridenti (2014), embora os campos das artes e da política estivessem indissolúvelmente articulados, inexistente uma correspondência mecânica entre ambos. O autor, assim, opta por observar as tendências nas posições individuais dos artistas:

[...] a maioria dos tropicalistas era crítica da ditadura militar, bem como dos grupos de esquerda, preferindo posições políticas alternativas, um misto de contracultura, anarquia e deboche, tendo no máximo simpatia em relação a grupos de esquerda que lhes pareciam, à distância, ter afinidade com a contestação tropicalista (2014, p. 253).

Embora Rogério Sganzerla não se considerasse participante do movimento – assim como não se associava à ideia de Cinema Marginal –, essa identificação com o Tropicalismo é bastante visível em sua obra. Sua representação de um país que se modernizava a ferro e fogo relaciona-se, de fato, com uma concepção debochada e anárquica, distante da rígida polarização esquerda-direita. É notável em *O Bandido da Luz Vermelha* a linha crítica baseada “na tentativa de equacionar as contradições do Brasil e seus dilemas históricos, entre outros, o de ser um país arcaico-moderno, cosmopolita-provinciano, industrializado-subdesenvolvido” (NAPOLITANO, 2005, p. 505), conforme se exemplificará a seguir.

### **O país em caos sob a ótica tropicalista**

A aproximação entre Rogério Sganzerla e o Tropicalismo em *O Bandido da Luz Vermelha* pode ser compreendida a partir da identificação de alguns elementos gerais que caracterizam todo o filme, além da análise de algumas cenas específicas que exemplificam a assimilação da ideia de país caótico, esmagado por enormes contradições.

É preciso ressaltar a necessidade de se empreender uma análise que ultrapasse o foco nos elementos escrituráveis, como o roteiro e os diálogos do filme, pois, segundo José D’assunção Barros,

[...] a metodologia utilizada para análise fílmica deve considerar, antes de mais nada, que a obra cinematográfica dispõe de determinado número de modos de expressão que não são mera contrapartida ou transcrição da escrita literária, mas que têm, ao contrário, a sua própria especificidade (2014, p. 31).

Assim, é importante que se compreenda o filme como uma linguagem específica na qual se agrupam diversos substratos distintos, como a trilha sonora, os cenários, a ação gestual etc. Há, desse modo, a necessidade de se lançar mão de uma análise diversificada, que dê conta dos vários elementos que compõem o resultado da obra cinematográfica.

Em *O Bandido*, a trilha sonora de fato não poderia ser ignorada, pois é um dos componentes reveladores dos diálogos do cineasta com as muitas possibilidades estéticas em voga naquele momento. É preciso lembrar que, no campo da música, debatia-se a fusão promovida pelos tropicalistas entre guitarras elétricas e estilos populares brasileiros. No *III Festival da Música Popular Brasileira*, em 1967, por exemplo, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram alvos de grande polêmica devido às performances das músicas *Alegria, Alegria* e *Domingo no Parque*, que receberam o acompanhamento, respectivamente, das bandas Beat Boys e Os Mutantes.

O rock integra a trilha sonora de *O Bandido* em vários momentos, como na sequência final, em que se encena a eclosão de um apocalipse alegórico em que se interligam invasão de discos voadores e intervenção militar. Neste momento, a música *I don't live today*, do guitarrista Jimi Hendrix, sobrepõe-se aos cantos de candomblé retirados do filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, do ano anterior. Essa fusão de estilos musicais que simbolizam contextos e eventos tão díspares pode ser vista como uma subversão debochada do discurso, tão estimado pela esquerda tradicional, de valorização da cultura brasileira em oposição às influências provenientes de países imperialistas. O diretor Rogério Sganzerla propõe então, já nesse aspecto, a junção ambígua do moderno-arcaico como expressão da brasilidade, fazendo uma mediação no diálogo improvável entre o maior representante do Cinema Novo e um dos ícones da contracultura estadunidense.

O deslocamento promovido pelo Cinema Marginal em relação aos ambientes em que se situam os enredos fílmicos também pode ajudar a elucidar essa aproximação. Enquanto, no Cinema Novo da primeira fase, tinha-se um apreço pelo cenário rural, sobretudo o nordestino, visto como local onde estaria resguardada uma cultura genuinamente brasileira e como ponto de irradiação da tão esperada revolução social, o Cinema Marginal, e, mais precisamente, *O Bandido*, promovem uma “valorização” do centro urbano, caracterizado não apenas pela

modernização, mas também por uma decadência material e moral. Nessa mudança de preferência na ambientação dos filmes, é evocado, mais uma vez, o paradoxo de coexistência entre atraso socioeconômico e modernização.

A Boca do Lixo foi o microcosmo recortado por Sganzerla para a representação alegórica das crises do país, que perturbavam artistas e intelectuais daquele período. As contradições inerentes àquele local eram gritantes: situada no centro da maior e mais moderna metrópole do país, a Boca do Lixo era conhecida por sua concentração de tipos sociais marginalizados e atividades ilícitas<sup>3</sup>.

Em determinado momento, os já citados locutores radiofônicos, cujas vozes perpassam o filme narrando peripécias do bandido e outros fatos aleatórios, apresentam a Boca do Lixo como o “império da bolinha, da desordem e dos *gangsters*, da prostituição em massa, do tráfico de menores, do crime industrializado e do comércio automobilístico, (...) um bairro criminal cheio de fome e culpa”. Durante a fala dos narradores, a câmera se desloca verticalmente e revela contrastes: lixo e desorganização na Boca e altos arranha-céus ao fundo. A definição da Boca pelos narradores revela também uma dicotomia: o império do comércio automobilístico – e vale lembrar que em 1968 teve início o milagre econômico, que se ancorou na produção e consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis – é também um simples bairro marcado pela miséria. Os problemas sociais associados a países periféricos são apresentados de modo irônico pelos narradores: o uso de termos que remetem à industrialização e ao consumo resulta em uma contestação debochada do progresso econômico que levaria, a partir do ano seguinte, o governo militar à difusão de um ufanismo exagerado e ameaçador.

A primeira sequência do filme é também relevante na composição de um universo absurdo e caótico. Enquanto os narradores avisam em tom alarmante que foi “decretado estado de sítio no país” e que “o dispositivo policial reforça todos os seus órgãos de segurança” – não há explicações, nesse momento, acerca dos motivos que levaram o país ao estado de sítio –, na imagem é possível ler em um letreiro luminoso que “os personagens não pertencem ao mundo, mas ao terceiro mundo”. Em seguida, as vozes ironizam: “Qualquer semelhança com fatos reais, irreais ou imaginários, é mera coincidência”, enquanto o letreiro noticia uma “Guerra total na Boca do Lixo”. A presença do letreiro luminoso no qual as

---

<sup>3</sup>Ironicamente, a Boca do Lixo era também um importante polo de produção cinematográfica, de onde saiu parte considerável da produção do Cinema Marginal.

palavras correm velozes permite compreender a tentativa do diretor em representar um mundo nervoso e violento. Enfim, uma cidade moderna localizada no Terceiro Mundo.

Em outra cena impactante surge um anão gritando profeticamente para um grupo de pessoas que o cerca que “O terceiro mundo vai explodir! Quem tá de sapato não sobra! (...) A solução para o Brasil é o extermínio total”. A cena não tem qualquer relação direta com o fragmentado enredo sobre o bandido da luz vermelha, mas a frase voltará a aparecer em outros momentos do filme, por meio da voz em *off* do anão e também falada pelo próprio bandido, sobretudo nas sequências finais, quando o colapso social torna-se iminente. O Terceiro Mundo é retratado no filme não como local de transformações revolucionárias e afirmação de alternativas às potências mundiais em Guerra Fria, mas, sim, como um ambiente apocalíptico, no qual as utopias não são mais possíveis. O modo como os personagens expressam o mal-estar também corrobora essa leitura e “se afasta da crença da superação histórica dos nossos arcaísmos, provocando no espectador a estranheza diante de todos os discursos nacionalistas. Neste sentido afirma o Brasil como absurdo, como imagem atemporal, estática e sem saída” (NAPOLITANO; VILLAÇA, 1998, p. 53-75), conforme propunha o Tropicalismo.

A desconfiança com que o filme se ocupa de questões como a vocação revolucionária do Terceiro Mundo e a euforia crescente em torno do desenvolvimentismo decorre das incertezas em relação aos rumos políticos e econômicos que o país poderia tomar, pois, a partir do golpe civil-militar, ocorreu na produção artística uma reavaliação da “experiência do país, como drama ou comédia, sempre com ironia, uma vez que os percalços da revolução, ainda em pauta, já projetavam no horizonte o fantasma da condição periférica como um destino e não como um estágio da nação” (XAVIER, 2012, p. 30).

Nas cenas descritas acima, é possível identificar referências à conjuntura política do país. Por meio do recurso à alegoria, o diretor aborda nas falas de personagens e na narração em *off* aquilo que não poderia ser dito abertamente. A paranoia acerca da vulnerabilidade do país frente a uma ameaça comunista e a desilusão decorrente da instauração do regime autoritário são facilmente reconhecíveis se o filme for compreendido como produto da história: “como todo produto, [o filme é] um excelente meio para a observação do ‘lugar que o produz’, isto é, a sociedade que o contextualiza, que define a sua própria linguagem possível, que estabelece os seus fazeres, que institui as suas temáticas” (BARROS, 2012, p. 67).



A abordagem agressiva do país e de seu subdesenvolvimento na representação fílmica proposta por Rogério Sganzerla, que influenciaria depois grande parte da cinematografia brasileira, portanto, só pode ser compreendida com a inserção do filme em um contexto em que os discursos acerca da revolução e da superação do atraso recebiam um significado diferente daqueles construídos pela esquerda no período pré-1964.

### Referências

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: entre expressões e representações. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção (orgs.). *Cinema-História: teorias e representações sociais no cinema*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 55-106.

BERNARDET, Jean-Claude. *O voo dos anjos*: Sganzerla, Bressane. SP: Brasiliense, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-287.

NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, n.35, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100003)>. Acesso: 06 mai. 2013.

PEDREIRA, Flávia de Sá. Confrontando identidades no filme O bandido da luz vermelha. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos... XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 1-7. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546130\\_ARQUIVO\\_OBandidodaLuzVermelha2.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546130_ARQUIVO_OBandidodaLuzVermelha2.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2012.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2014.

SGANZERLA, Rogério. *Cinema fora da lei*. 1968. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/27/cinemaforadalei.htm>>. Acesso em: 12 out. 2013.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

### Fonte fílmica:

O BANDIDO da luz vermelha. Direção e roteiro: Rogério Sganzerla. Intérpretes: Paulo Villaça, Helena Ignez, Pagano Sobrinho, Luiz Linhares, Roberto Luna, Sônia Braga; Distribuidora de filmes Urânio LTDA, 1968, 1 filme (92 min).

## Festivais e Protestos: A resistência cultural ao regime militar no Brasil

**José Fernando Saroba Monteiro**

Mestrando em História do Império Português [e-learning]

Universidade Nova de Lisboa – UNL

jfmonteiro@hotmail.com

**RESUMO:** Os Festivais da Canção realizados durante as décadas de 1960 e início de 1970, além de modernizar e inovar a produção musical brasileira do período, também serviram como foco de resistência ao regime civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Destacou-se um tipo de canção politicamente engajada conhecida como “canção de protesto” de viés esquerdista que procurava resgatar a tradição popular brasileira e politizar a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Festivais da Canção, canção de protesto, regime militar.

**ABSTRACT:** The Song Festivals played during the 1960s and early 1970s, besides modernizing and innovating Brazilian music of the period, also served as focus of resistance to civil-military government that ruled in Brazil between 1964 and 1985. The highlight was a kind of politically engaged song known as "protest song" with left leanings that tried to rescue the Brazilian folk tradition and politicize the society.

**KEYWORDS:** Song Festivals, protest song, military government.

A conturbada década de 1960 foi um período de grande agitação política. O “golpe de 1964”, que iniciava o período onde vigorou o regime militar no Brasil, foi resultado de uma “(...) conspiração dos militares com o apoio dos grupos econômicos brasileiros.” (AQUINO apud FICO, 2004, p. 40), além de uma “(...) radicalização [da esquerda] que resultou no colapso da democracia.” (FERREIRA, 2004, p. 182). O golpe civil-militar, que objetivava impedir o avanço do comunismo, teve considerável oposição materializada e ramificada no movimento estudantil, sindicatos, partidos políticos, guerrilha e manifestações culturais, além de divergências entre os próprios militares quanto a devolução do poder aos civis. No âmbito musical originou-se uma “canção politicamente engajada” que visava expor os problemas sociais da nação, tal como uma maior conscientização política da sociedade, a “canção de protesto”. Essa vertente também apresentava um caráter nacional-popular buscando o resgate de gêneros musicais relacionados à tradição.

As “canções de protesto”, que vinham ao lado dos *protest songs* norte-americanos e da *nueva canción* latino-americana, tinham um caráter de cultura de “resistência” (arte popular revolucionária). No Brasil, tiveram sua base na música engajada (participante) de Carlos Lyra

e nos ideais do Centro Popular de Cultura (CPC)<sup>4</sup>, assim como nos catárticos espetáculos *Opinião*, *Arena Conta Zumbi*, *Arena Canta Bahia* e outros. Na esfera musical Carlinhos Lyra, Nelson Lins e Barros, Geraldo Vandré e Sérgio Ricardo (ala esquerda da Bossa Nova), foram os personagens que se envolveram de corpo e alma nessa clivagem. Outros como Edu Lobo, Vinícius de Moraes, Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale (os três últimos integrantes da pela *Opinião*) também contribuíram para este quadro. José Ramos Tinhorão nos esclarece que:

O primeiro compositor ligado à bossa-nova a demonstrar inquietação em face do excesso de informação cultural estrangeira no movimento foi Carlos Lira. (...) Carlos Lira compôs em 1957 um samba em que, citando nominalmente o bolero, o jazz, o rock e a balada, criticava sua influência na música brasileira. Essa composição, intitulada *Criticando*, ia revelar-se afinal uma antecipação do seu samba *Influência do Jazz*, composto dentro do mesmo pensamento crítico em 1961, mas que estava destinado a soar como uma ironia: apontando a absorvente influência do estilo americano de tocar, a música de *Influência do Jazz* indicava ela mesma o quase mimetismo a que chegara a bossa-nova na incorporação de células musicais e recursos particulares da música norte-americana. (TINHORÃO, 1974, p. 227-228).

Daí em diante a vertente “canção de protesto”, que se iniciava, passa a ganhar fôlego e dezenas de compositores seguem o exemplo, vindo, a partir 1965, a integrar os chamados Festivais da Canção.

A “Era do Festivais” (ou Festivais da Canção, como eram chamados) foi um período de grande fertilidade na Música Popular Brasileira na década de 1960, surgiram inúmeros artistas que vieram a substituir os grandes nomes surgidos durante a “Era do Rádio”. Com o advento da televisão, ainda em 1950 no Brasil, foi possível recorrer à essa nova linguagem midiática que aproximava ainda mais o público de seus artistas preferidos, público este, agora, de classe média, consumidor e massificado. Jairo Severiano nos mostra que:

Num período que se estendeu de 1965 a 1972, a televisão brasileira viveu sua fase de maior interação com a música popular, através de programas – como ‘O Fino da Bossa’, ‘Jovem Guarda’ e ‘Bossaudade’, todos produzidos pela TV Record – e uma sequência de memoráveis festivais da canção, realizados na maioria pela TV Globo do Rio e a TV Record de São Paulo. Abriu o ciclo o I Festival Nacional de Música Popular Brasileira, promovido pelas TVs Excelsior do Rio e de São Paulo, em março e abril de 1965. Realmente, essa modalidade de espetáculo musical competitivo, inspirada no famoso Festival de San Remo (Itália), já havia acontecido no Brasil cinco anos antes, com os denominados Festival do Rio (‘As Dez Mais Lindas Canções de Amor’), pela TV Rio, I Festa da Música Popular Brasileira, pela TV Record, e Homenagem à Canção Brasileira, pela TV Tupi de São Paulo. Mas, sucesso mesmo, com a consagração popular da composição vencedora – ‘Arrastão’, de Edu Lobo e Vinicius de Moraes – e de sua intérprete – Elis Regina – foi o Festival da Excelsior. Requintada e vibrante, ‘Arrastão’

<sup>4</sup> Grupo fundado no Rio de Janeiro em 1962 e ligado a UNE.

mescla influências da bossa nova com asperezas da música nordestina. (SEVERIANO, 2009, p. 347).

Com o advento dos Festivais da Canção ocorre uma catalização da “música engajada” que passa a atingir um público mais vasto, a servir de molde para a chamada “música de festival” e também de alicerce para o surgimento da própria MPB. A primeira canção a sintetizar todas essas questões foi *Arrastão* (Edu Lobo/ Vinicius de Moraes), defendida de forma ímpar por Elis Regina no I Festival Nacional da Música Popular Brasileira da TV Excelsior, em 1965. A canção de Edu e Vinicius preocupava-se com o pescador do litoral, com sua religiosidade e seu desejo de bonança traduzido no trecho: “Nunca, jamais, se viu tanto peixe assim”. Aliás “Nas canções de Edu Lobo, os temas, em geral, giram em torno dos excluídos sociais: sertanejos ou pescadores (...)” (CONTIER, 1998, p. 25).

No ano seguinte, em 1966, foi realizado o II Festival Nacional de Música Popular Brasileira da TV Excelsior que teve como vencedora a canção *Porta Estandarte* (Geraldo Vandré/ Fernando Lona). A canção possibilitou a Geraldo Vandré algum reconhecimento ante o público e, sem dúvida, Geraldo Vandré foi o compositor de maior representatividade na “canção de protesto”, depois de seu desvinculamento com a Bossa Nova, e o que melhor sintetizou a canção engajada no mercado. Segundo Marcos Napolitano:

A busca constante de referências musicais e culturais revelava as vicissitudes de um artista que, mais do que outros, incorporou a tarefa de criação de uma canção “de massa”, engajada e exortativa, dentro das estruturas do mercado. Essa tarefa era incrementada pela radicalização do quadro político do país, que parecia impregnar o trabalho de Vandré mais do que o de outros músicos. A partir de 1967, tornou-se o músico brasileiro mais identificado com a versão brasileira da “canção de protesto”, superando Nara Leão. Essa mudança de referencial foi causa e efeito da grande popularização da MPB, entre fins de 1966 e 1968, cuja demanda requeria canções mais diretas e exortativas, inspiradas nas formas musicais anteriores à bossa nova. (NAPOLITANO, 2007, p. 127).

Vandré ainda venceria o II Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, também em 1966, impactante moda-de-viola *Disparada* (Geraldo Vandré/ Théo de Barros), síntese da “música de festival” e ícone da “canção de protesto”, retratando a vida de um boiadeiro que era rei, numa magistral interpretação de Jair Rodrigues acompanhado por Trio Marayá e Trio Novo, empatando na finalíssima com a despolitizada *A Banda* (Chico Buarque de Holanda) defendida por Nara Leão. Neste festival, canções como *Lá vem o bloco* (Gianfrancesco Guarnieri/ Carlos Lyra), *Ensaio Geral* (Gilberto Gil), *De Amor ou Paz* (Adauto Santos/ Luiz Carlos Paraná), *Canção de Não Cantar* (Sérgio Bittencourt) e *Jogo de Roda* (Ruy Guerra/ Edu Lobo), sugeriam sutis abordagens políticas. Ainda em 1966 teve

início o I Festival Internacional da Canção (FIC) pela TV Rio, onde o segundo lugar, com *O Cavaleiro* (Geraldo Vandré/ Vanelisa Zagni da Silva), defendida por Tuca, trazia uma mensagem de paz para os homens simples, seja o sertanejo, seja o jangadeiro.

Em 1967 acontecia o III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record. Neste período o regime militar começou a interferir mais diretamente nos festivais, a TV Record era vista como “(...) “foco” de “ação psicológica sobre o público, desenvolvida por [artistas] de orientação filo-comunista (...)” (NAPOLITANO, 2004, p. 110) que disputavam o certame. As canções passaram a ser apreciadas pelos censores que sugeriam mudanças nas letras, relação complexa pois o censor “(...) passou a ter uma influência particular sobre cada obra, pois faziam sugestões que muitas vezes eram aceitas.” (CAROCHA, 2006, pp. 208-209). A surpresa deste festival foi os ídolos da Jovem Guarda, vistos como alienados ou a favor dos militares (“adesistas”), interpretarem canções “engajadas”. Roberto Carlos entou o samba *Maria, Carnaval e Cinzas* (Luiz Carlos Paraná), Ronnie Von cantou *Minha Gente* (Demetrius) e Erasmo Carlos defendeu *Capoeirada* (Erasmo Carlos). Neste mesmo festival eclodiu o “som universal” de *Domingo no Parque* (Gilberto Gil) e *Alegria, Alegria* (Caetano Veloso) que dariam, destarte, o ponta-pé inicial no Tropicalismo<sup>5</sup>. Neste mesmo festival de 1967, Jair Rodrigues defendeu a “engajada” *O Combatente* (Walter Santos/ Teresa Souza), Elis Regina, *O Cantador* (Dori Caymmi/ Nelson Motta), Nara Leão e Sidney Miller, *A Estrada e o Violeiro* (Sidney Miller), Chico Buarque e MPB 4, *Roda Viva* (Chico Buarque) e Sérgio Ricardo o samba *Beto Bom de Bola* (Sérgio Ricardo). Geraldo Vandré apresentou *Ventania* (Geraldo Vandré/ Hilton Acioly), onde o boiadeiro de *Disparada* deixava o cavalo para se tornar chofer de caminhão. A primeira colocada, a galvanizante sertaneja *Ponteio* (Edu Lobo/ José Carlos Capinan) foi interpretada por Edu Lobo e Marília Medalha, no melhor estilo das “músicas de festival”, a letra de Capinan tinha uma interação política bem ao gosto dos mais politizados, aludindo a um desejo de mudança idealizado por muitos, como diz o trecho: “Certo dia que sei por inteiro/ Eu espero, não vá demorar/ Este dia estou certo que vem/ Digo logo o que vim pra buscar/ (...)/ Vou ver o tempo mudado/ E um novo lugar pra cantar”. “A platéia dos festivais, formada em sua maioria pela juventude estudantil, estava sintonizada com aquele movimento musical que falava da realidade social brasileira.” (MELLO, 2003, p. 215).

<sup>5</sup> Os tropicalistas embora fossem acusados de não ter uma posição direta quanto à oposição ao governo, representavam o movimento contracultural, de modo a também não se subordinarem ao regime vigente, situação que só se resolveu com o exílio de Gil e Caetano, incorrendo numa reconciliação com a esquerda.

O mais político dos festivais foi o III Festival Internacional da Canção da TV Globo, realizado em 1968 no ginásio do Maracanãzinho. A juventude esquerdista, que vinha se fortalecendo desde a fundação do PCB, proliferava e formou um *parti pris* ante o regime militar, que foi seu ostensivo inimigo. Neste ano, as ruas se transformaram em praças de guerra, foi feita a “Passeata dos Cem Mil” e surge o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Esses acontecimentos influenciaram a *intelligentzia* e a classe artística da época, que, por vezes, adentraram os valhacoutos do regime. “A questão da consciência política envolvia diretamente as tarefas culturais e, neste sentido, podemos ter uma idéia da responsabilidade que recaiu sobre os artistas e intelectuais.” (NAPOLITANO, 2001, p. 39). Dessarte, nunca houve tantas canções protestando num mesmo festival, basta ver os títulos: *É Proibido Proibir* (Caetano Veloso), *Canção do Amor Armado* (Sérgio Ricardo), *Questão de Ordem* (Gilberto Gil) e *América, América* (César Roldão Vieira). Geraldo Vandré participaria do festival com a revolucionária *Pra não Dizer que não Falei das Flores* (Geraldo Vandré), que apesar do título trazia, sem tergiversar, versos como: “Há soldados armados/ Amados ou não/ Quase todos perdidos/ De armas na mão/ Nos quartéis lhes ensinam/ Uma antiga lição:/ De morrer pela pátria/ E viver sem razão.”, que atingiam em cheio o regime militar, foi o auge do festival e da “canção de protesto”. Além destas havia outras canções politizadas, mas com títulos despretensiosos como *Flor e Pedra* (Carlos Castilho/ Vitor Martins).

No IV Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, ainda em 1968, algumas canções tiveram problemas com a censura já na primeira eliminatória, eram elas: *Dia da Graça* (Sérgio Ricardo), *O General e o Muro* (Adilson Godoy), *São, São Paulo meu Amor* (Tom Zé) e *Dom Quixote* (Rita Lee Jones). Jorge Ben apresentou a canção *Queremos Guerra* (Jorge Ben) e seriam também apresentadas as tropicalistas *Divino Maravilhoso* (Caetano Veloso/ Gilberto Gil), defendida por Gal Costa, e *2001* (Rita Lee Jones/ Tom Zé), com Os Mutantes.

Neste período a ditadura militar se encontrava em sua fase mais dura. Malgrado os entraves, em 1969 foi anunciado o IV Festival Internacional da Canção da TV Globo, onde destacaram-se *Charles Anjo 45* (Jorge Ben) e *Gotham City* (Jards Macalé/ José Carlos Capinan), entre outras. No mesmo ano se realiza o V Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, que iniciou com uma das canções sendo proibida pela censura, era *Clarice* (Eneida/ João Magalhães), mas que depois seria liberada e ficaria com o segundo lugar no certame, interpretada por Agnaldo Rayol. Sairia vencedora a canção *Sinal Fechado* (Paulinho da Viola), defendida pelo autor, na letra: “(“Olá como vai?/ Eu vou indo, e você, tudo bem?”),

a dificuldade do diálogo (“pois é, quanto tempo/...me perdoe a pressa”), o isolamento na cidade (“precisamos nos ver por ai/ Pra semana., prometo, talvez”), a necessidade de fuga (“por favor telefone, eu preciso beber alguma coisa...”) e o final sem fim (“adeus.../ adeus...”), refletem a mordação da comunicação.” (MELLO, 2003, p. 349).

Sob o governo de Emílio Garrastazu Médici, em 1970, o Brasil viveu o “milagre econômico” e o ufanismo tomou conta do povo, eram muito comuns *slogans* como: “Ninguém segura este país” ou “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Porém a repressão e a censura se intensificaram. Nesse contexto surgiu o V Festival Internacional da Canção pela TV Globo incluindo canções dos então novatos Beto Guedes, Sueli Costa, Ivan Lins e Luiz Gonzaga Jr. (os dois últimos, junto a Aldir Blanc, e outros, integravam o Movimento Artístico Universitário – MAU). Surgiram também, neste festival, canções que se cogitava serem de caráter político no tocante ao racismo, como *Abolição 1860-1980* (Dom Salvador/ Arnaldo Medeiros). Aliás, a *black music* se sobressaiu e canções influenciadas pelo ritmo *soul* como *Encouraçado* (Sueli Costa/ Tite de Lemos), *O Amor é meu País* (Ivan Lins) ou mesmo, a definida como *xaxado-soul*, *A Charanga* (Wanderléa/ Dom), tiveram destaque. Mas nenhuma agradou tanto quanto *BR-3* (Antônio Adolfo/ Tibério Gaspar) com interpretação do notório Tony Tornado e participação de Trio Ternura, a canção, que venceu o festival, tinha o nome da estrada que ligava o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, mas na verdade os versos “A gente corre/ E a gente corre/ Na BR-3/ Na BR-3/ E a gente morre/ E a gente morre/ Na BR-3/ Na BR-3”, traziam uma metáfora ao quadro político-social do país.

Em 1971, quando alguns artistas exilados, alhures, regressavam, aconteceu o VI Festival Internacional da Canção da TV Globo, onde inicialmente duas canções foram vetadas, eram: *Corpos Nus* (Taiguara) e *Pirambeira* (Hermínio Bello de Carvalho/ Maurício Tapajós). A vencedora *Kyrie* (Paulinho Soares/ Marcelo Silva) não ressoou e a bucólica *Casa no Campo* (Zé Rodrix/ Tavito), defendida por Zé Rodrix, Grupo Faia e Tavito, mas depois gravada por Elis Regina, acabou indelevelmente marcando o festival devido à forma como reflete o pensamento da juventude da época.

Em 1972 chegou a vez do VII Festival Internacional da Canção da TV Globo. Devido a declarações contra o exército, da presidente do júri nacional, a esquerdista Nara Leão, o mesmo foi destituído. Não de somenos o *rock*, visto como símbolo do imperialismo cultural pela esquerda, aparece neste período mais ativamente e Raul Seixas faz grande sucesso, sobretudo, com sua mistura de *rock* e *baião* em *Let me sing, let me sing* (Raul Seixas). Neste festival a neologista *Viva Zapátria* (Sirlan Antônio de Jesus/ Murilo Antunes) teve problemas

com a censura, devido à palavra “pátria”. Outras canções que se tornaram evidentes foram *Cabeça* (Walter Franco) e *Eu Quero é Botar meu Bloco na Rua* (Sérgio Sampaio), esta última sugerindo já no título uma manifestação pública.

### Conclusão

Como observamos a chamada “canção de protesto”, nascida do inconformismo com a internacionalização da música brasileira e alimentada pelos ideais da juventude esquerdista da década de 1960, vai ganhar um grande impulso com os Festivais da Canção, onde passou a ser apreciada por um público muito mais vasto e com uma consciência política mais apurada. Os festivais servem então de palanque para que os representantes da vertente “canção de protesto” exponham suas ideias e atinjam o numeroso público dos festivais. Isso tudo foi prontamente sentido no âmbito da música brasileira, que viveu um período de grande transformação culminando no desenvolvimento de uma vertente que seria depois conhecida como MPB. Além disso, os festivais quanto um espaço social, passaram a representar um foco de resistência ao regime vigente, que tentou através da censura e da represália conter o avanço da ideologia esquerdista transmitida pelas canções. Acredita-se, por exemplo, que o *leitmotiv* para o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi a canção *Pra não Dizer que não Falei das Flores* (Geraldo Vandré), que com os versos diretos que possuía poderia criar maiores transtornos para o regime. Não obstante, a canção tornou-se um hino na luta contra a repressão, entoada ainda hoje nas diversas manifestações que se realizam. Entoada também nos palcos, à exemplo do ocorrido na apresentação da cantora norte-americana Joan Baez, em março de 2014, em São Paulo, que além de cantar *Pra não Dizer que não Falei das Flores*, convidou seu autor Geraldo Vandré para acompanhá-la no palco, e mesmo sem cantar Vandré foi ovacionado, talvez apenas pelo fato de insurgir depois de quarenta anos no anonimato.

### Referencia bibliográfica

CAROCHA, M. L. A censura musical durante o regime militar (1964 – 1985). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 189 – 211, 2006.

CONTIER, Arnaldo D. Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional e o Popular na Canção de Protesto (Os Anos 60). *Rev. Bras. Hist.*, v. 18, n. 35, p. 13-52, 1998.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Rev. Bras. Hist. [online]*, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*(vol. 4). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELLO, José Eduardo (Zuza) Homem de. *A Era dos Festivais: Uma parábola*. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a Canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959/1969)*. São Paulo: Ed. AnnaBlume/FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Rev. Bras. Hist.*, v. 24, n. 47, p.103-126, 2004.

\_\_\_\_\_. *A síncope das idéias: A questão da tradição na música popular brasileira*. 1ª ed.. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: Das origens à modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2008.

SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. *A Canção no Tempo: 85 anos de músicas brasileiras (vol. 2: 1958 – 1985)*. São Paulo: Editora 34, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular: Da modinha à canção de protesto*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

## A imprensa na transição: valores políticos e projetos de democracia (1979-1988)

**Mauro Eustáquio Costa Teixeira**

Mestre e doutorando em História

UFOP, com bolsa Capes/CNPq

[mauroteixeirabh@gmail.com](mailto:mauroteixeirabh@gmail.com)

**RESUMO:** Partindo de editoriais veiculados pelos quatro maiores jornais do Brasil durante três momentos fundamentais da transição política (a anistia de 1979, o vigésimo aniversário do golpe de 1964 e a promulgação da Constituição de 1988), esta comunicação procura discutir as identidades políticas da grande imprensa brasileira e sua atuação na definição dos rumos brasileiros desde então.

**PALAVRAS-CHAVE:** transição – ditadura – imprensa – anistia – Constituição

**ABSTRACT:** From the editorial articles of the four largest newspapers in Brazil for three key moments in the political transition (the amnesty of 1979, the twentieth anniversary of the coup of 1964 and the promulgation of the 1988 Constitution), this communication discusses the political identities of the Brazilian press and its actions in the definition of Brazilian directions since then.

**KEYWORDS:** transition - dictatorship - Press - amnesty - Constitution

### Introdução

A ditadura instalada no Brasil em 1964 nunca foi derrubada, no sentido estrito da palavra. Ela deixou de existir através de um processo de que se arrastou entre 1979 e 1988, período ao longo do qual ela foi “redefinindo-se, transformando-se, transitando lentamente para o regime democrático, mudando de pele como um camaleão muda de cores” (REIS, 2014, p. 15-16).

Como se sabe, os militares chegaram ao poder apoiados e auxiliados por diversos setores civis, interessados em deter os movimentos sociais (operário, camponês, estudantil etc.) que viviam um momento de ascenso, bem como impedir a efetivação das “reformas de base” propostas por João Goulart. Neste processo, coube destaque à imprensa de grande circulação, que, de forma quase unânime, ajudou a desgastar o governo Jango e a legitimar o golpe.

Esse apoio permaneceu ao longo do regime, ainda que de forma descontínua e irregular. No momento em que os militares começaram a se preparar para deixar o governo, a grande imprensa buscou participar da definição dos rumos da democracia ser instalada. Analisar os posicionamentos políticos que ela assumiu ajuda a entender as expectativas dos

setores socialmente dominantes em relação ao futuro político do Brasil, e expõe um certo acordo entre as elites civis e militares no sentido da preservação de mecanismos autoritários dentro das instituições democráticas.

Nesta comunicação, pretendemos discutir elementos de identidade política presentes nos editoriais da grande imprensa durante a transição. Para nossa análise, optamos por desprezar artigos assinados e selecionar apenas editoriais, que revelam o posicionamento da diretoria da empresa jornalística. Nosso objetivo é “fotografar” a tomada de posição política pela imprensa em três momentos fundamentais da transição: a anistia aos presos e exilados políticos, em 1979; a comemoração dos vinte anos da “Revolução”, em 1984; e a promulgação da Constituição de 1988.

### **Anistia: em busca da eliminação do conflito**

O projeto de lei de anistia enviado ao Congresso nacional pelo governo Figueiredo em junho de 1979 e aprovado em agosto daquele ano foi motivo de bastante controvérsia na sociedade brasileira. Isso porque, ao mesmo tempo em que garantia a impunidade dos agentes do Estado que haviam praticado violações de direitos humanos durante a repressão aos movimentos de esquerda, excluía da anistia os presos políticos ou banidos que houvessem se envolvido em “crimes de sangue”, ou seja, em ações armadas com vítimas.

De uma forma geral, os grandes jornais receberam bem o projeto. Se é verdade que, em textos assinados, alguns articulistas criticassem aquelas contradições, os editoriais que expressavam a opinião das direções viam a anistia como oportunidade para uma grande conciliação de forças políticas em torno do projeto de transição dirigido pelo regime. Percebe-se, em alguns textos, uma certa rejeição pelo conflito, pelo dissenso, pelo confronto de projetos e modelos políticos e sociais.

Assim, a *Folha de S. Paulo*, embora criticasse as limitações do projeto do governo, considerava-o uma oportunidade para que os anistiados participassem “da transformação de conflitos legítimos em compromissos legais e pactos políticos característicos da sociedade pluralista que se deseja” (“A anistia do Palácio”, 1979, p. 2). Observamos que, neste caso, a *Folha* não nega legitimidade ao conflito, mas considera o caminho dos “compromissos” e dos “pactos” não só preferível, mas próprio de uma sociedade pluralista. O ideal de pluralismo do editorial, em nosso entendimento, limita essa pluralidade, no máximo, à formulação de projetos. A prática política deveria ser regida pela noção de consenso entre forças antagônicas.

Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* fazia coro ao deputado Ernâni Satyro, autor do substitutivo aprovado pelo Congresso, ao dizer que “muito vai depender do comportamento dos anistiados nesta primeira fase” (“A anistia e a esperança”, 1979, p3). A própria anistia via-se, assim, condicionada, e o anistiado não estava, na visão do parlamentar e do jornal, livre para fazer política como julgasse melhor. Deveria manter-se nos parâmetros esperados pelo regime, sob pena de melindrar os ânimos militares e comprometer o processo de “abertura”.

Já o *Jornal do Brasil* afirmava que o ato governamental “retira do passado o ressentimento” (“Fronteira Aberta”, 1979, p. 10), ilustrando uma tendência geral no sentido de enxergar capacidades demiúrgicas no Estado autoritário. Mais tarde, quando da aprovação em plenário do projeto, o mesmo jornal diria que “uma parte do passado se desliga dos nossos problemas políticos” e que “A anistia, ao apagar o passado, lança o futuro como um encontro dos que estavam divididos” (“Gesto concluído”, 1979, p. 11). O *JB* enxergava, na proposição e aprovação de uma lei, o condão de alterar as relações dos homens e mulheres com o tempo.

Em relação a essa relação com o passado, deve ser notado, também, o quanto as noções de “esquecimento” e “silêncio” eram centrais nos editoriais da grande imprensa acerca da anistia. A *Folha de S. Paulo*, quando do envio do projeto, criticava o fato de a mensagem presidencial que o acompanhava tecer juízos de valor acerca dos beneficiados, o que estaria “em flagrante conflito, portanto, com o propalado desejo de esquecer o passado.” No mesmo texto, buscava-se ditar qual seria a “concepção oposicionista de anistia”: “esquecimento e perdão sem ressalvas” (“A anistia do palácio”, 1979, p. 2). O *Estadão*, por sua vez, subscrevia a recomendação do presidente Figueiredo: “certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz e da tranquilidade da família brasileira” (“A anistia e o desafio”, 1979, p. 3).

Assim, na opinião geral da grande imprensa (bem como na de comandantes militares e líderes políticos civis, que omitimos por razões de espaço), a anistia não dava aos anistiados o direito de lembrar o passado ou de falar sobre ele. O propalado congraçamento, que deveria se impor sobre a diversidade e a pluralidade de projetos, só poderia vingar na medida em que o conflito violento, ativo poucos anos antes, fosse silenciado na memória e no debate político daquele momento.

Porém, mesmo esta concórdia não era um desejo universal entre a imprensa. *O Globo* abria seu editorial afirmando que “Ninguém em sã consciência poderia almejar que a anistia política viesse a beneficiar criminosos comuns, bandidos que, *sem nenhuma motivação política*, atentaram com violência contra a pessoa ou a propriedade” (“O símbolo da palavra

cumprida”, 1979, p. 1, itálico nosso). Ao referir-se de tal forma aos presos excluídos da anistia, o jornal da família Marinho não só fingia ignorar o caráter evidentemente político das ações de guerrilha urbana, mas tentava circunscrever a própria noção de “política” a atividades que se mantivessem dentro da institucionalidade vigente.

O editorial considerava razoável que os excluídos viessem a ser beneficiados por indulto, mas entendia que, neste caso, “A anistia nos impõe, também, o *sacrifício* de receber de volta à comunidade política” aqueles perseguidos e seus inspiradores, e esperava, nos mesmos moldes do *Estadão*, que “o ato superior de esquecimento e a experiência do exílio moldem seus espíritos para um *comportamento adequado* ao convívio democrático de respeito mútuo e moderação.” (Ibidem, itálicos nossos).

Assim, na visão dos editoriais dos principais jornais brasileiros no período, a anistia reincorporava os perseguidos ao sistema político, apenas sob a condição de “bom comportamento”, ou seja, de não prejudicarem o “consenso” que se buscava. A democracia a ser construída, de acordo com aqueles discursos, deveria ter limites rígidos quanto à liberdade de ação política da sociedade.

### **Vinte anos do golpe: o consenso que desce do alto**

Cinco anos depois da anistia, por ocasião da comemoração do aniversário de vinte anos da “Revolução” de 1964, os editorialistas dos principais jornais do país formularam análises e balanços que revelam, uma vez mais, a adesão a um modelo de relações entre Estado e sociedade marcado pelo autoritarismo e pela limitação das possibilidades de dissenso por parte dos setores sociais organizados.

O balanço elaborado pelo *Jornal do Brasil* expõe a preocupação com a instabilidade que, na visão do *JB*, marcaria todos as sucessões presidenciais brasileiras, desde 1930 (também haveria processo sucessório em 1984, ano do texto em questão). O editorial entende que a única alternativa capaz de evitar mais uma crise sucessória era “a iniciativa que cabe ao Presidente Figueiredo: convocar os políticos de expressão nacional para um entendimento, pois só ele pode fazer o gesto capaz de despertar nas lideranças intransferível responsabilidade que recai com exclusividade sobre eles.” (“Identidade da Crise”, p. 10).

Observe-se que o jornal carioca não apenas pugnava pela conciliação como saída para o impasse, mas também entendia que ela teria que partir do Poder Executivo; uma conciliação de cima para baixo, vertical, dirigida pelo poder então instituído. Além disso, não devemos perder de vista a significância do trecho final da citação: a construção do modelo conciliador

era atribuição *exclusiva* das “lideranças”; dela, fica patente, não deveriam participar os liderados, meros seguidores. Reafirmava-se a concepção elitista da participação política, bem típica da grande imprensa brasileira.

Uma visão parecida impregna o texto publicado na mesma data pela *Folha de S. Paulo*. Inicialmente, o editorial coloca que o golpe de 1964 “correspondeu às exigências de significativos setores da sociedade”, já que Jango foi incapaz de manter os movimentos sociais “dentro da ordem e da lei” (“Vinte anos depois”, p. 2). É sintomático que a ideia de “ordem”<sup>6</sup> preceda a de “lei” no raciocínio da *Folha*. Fica sugerido que, para o jornal paulista, era mais importante manter uma dada hierarquia social do que preservar a Constituição de 1946.

Logo à frente, a *Folha* acusa o regime de ter mutilado a democracia após ter sido instalado em nome dela. Era hora de abandonar o autoritarismo. Mas isso, no entender do editorial, não era uma tarefa para a sociedade ou as organizações que dela fazem parte: “Ao presidente João Batista Figueiredo, oriundo e continuador do sistema político implantado em 1964, cabe a tarefa histórica de encerrá-lo em definitivo, desobstruindo o caminho para a efetiva democratização do país.” (Ibidem). Para a *Folha*, como para o *JB*, não cabia à sociedade eliminar o regime, mas sim a ele próprio. Era o retrato da transição que, efetivamente, se fez.

*O Estado de S. Paulo* expressa visão parecida, mas segue um outro caminho. Também ele defende o golpe de 1964 e o credita à “progressiva perda do controle da situação social e política, durante o governo do sr. João Goulart”, e manifesta nostalgia pelo governo de Castello Branco e sua marca “asséptica e ascética”. Após ele, o regime teria se degenerado pela corrupção de uma “oligarquia” que se dedicara a “criar e depois ampliar o fosso entre a Nação e o Estado” (“A Revolução e a política”, p. 3).

Gostaríamos de destacar dois aspectos na análise do jornal da família Mesquita: em primeiro lugar, a construção que vê a ditadura em total divórcio com a sociedade, esta mera vítima daquela. Mais tarde, esta visão se cristalizaria como um dos mais poderosos mitos em torno do autoritarismo brasileiro, o de que “a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura,

---

<sup>6</sup> Para Giuseppe Vergottini (1998, p. 851, itálico no original), para quem “A Ordem pública é comumente evocada como *limite ao exercício de direitos*”. Já Caio Graco Pinheiro Dias (2009, p. 339, itálico nosso) coloca que “há ordem quando os comportamentos humanos se adéquam a critérios ordenadores, de forma que as relações que deles resultam entre os indivíduos sejam compatíveis com os objetivos perseguidos *por quem instaura a ordem*”. Na medida em que a *Folha* apoia e justifica o golpe de 1964 com o argumento da “ordem”, fica patente que ela rejeita a atuação dos movimentos sociais pré-1964, que visavam a um novo modelo de relações entre as classes sociais, que alteraria a hierarquia entre elas.

como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo.” (REIS, 2014, p. 8). Omite-se a o apoio e a participação de diversos setores da sociedade civil mesmo nos momentos mais fechados da trajetória autoritária.

Em segundo lugar, chamamos a atenção para o fato de que, nesta apreciação, o *Estadão* não utiliza a palavra “sociedade”, preferindo “Nação” para nomear o ente que, em sua visão, estaria oposto ao Estado. Reflete-se aqui uma concepção orgânica de sociedade, vista como um todo indiviso: “Foi a Nação, fiel aos ideais traídos de 31 de março de 1964, que arrancou do Executivo a revogação do Ato Institucional n.º 5; é a Nação que está a exigir as eleições diretas, quando não a Assembleia Nacional Constituinte para por termo ao período excepcional que se iniciou 20 anos atrás.” (“Vinte anos depois”, p. 3). Os ideais aparentemente democráticos do jornal não toleram o dissenso e a diversidade – chamados de “precipitação de alguns”, “imaturidade de muitos” e “atitude de poucos mas eficientes agentes provocadores” (Ibidem) – na formulação dos rumos políticos do país.

Até onde pudemos observar, os editoriais de *O Globo*, curiosamente, não fazem menção ao vigésimo aniversário do golpe no fim de março ou início de abril de 1984. Porém, no dia 07 de outubro daquele ano (momento de certo acirramento da campanha sucessória), em sua primeira página, o jornal traz texto assinado pelo proprietário, Roberto Marinho, intitulado “Julgamento da Revolução”. Nele, o jornal assume o apoio não só ao golpe, como fazem *Folha* e *Estadão*, mas ao regime como um todo, e elabora longa lista de argumentos – sobretudo econômicos – para tanto. Por fim, fala na “missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios” (Ibidem).

O posicionamento dos principais jornais brasileiros, ao fazer o balanço de vinte anos de autoritarismo e propor caminhos para o futuro, revela posicionamentos diversos, mas que convergem no sentido de defender a manutenção da hierarquia política e social comumente chamada de “ordem”. A ditadura já não lhes serve; seus instrumentos de controle da população, sim.

### **A nova Constituição: “salvar essa gente”**

No momento final da transição brasileira, a grande imprensa<sup>7</sup> formula visões, em geral, pessimistas acerca da Constituição que deveria reger o Estado de Direito nascente. Uma exceção parcial é a *Folha de S. Paulo*, que sublinha o fato da Carta ser “uma Constituição

<sup>7</sup> Ainda não nos foi possível localizar editorial do *Jornal do Brasil* acerca da Constituição de 1988.

democrática soberanamente escrita por representantes eleitos para tal fim”. Mas não deixa de registrar os “elementos de atraso, autarquização e estatismo” que entende haver no texto aprovado (“O fim da transição”, p. 2).

*O Estado de S. Paulo* volta a se ressentir da falta de unidade ao criticar o texto que, em sua opinião, “não foi capaz de irmanar os movimentos de opinião na consecução de algumas tarefas imediatas de recuperação nacional”. E registra também uma visão personalista do poder, ao lamentar a ausência de um “grande líder político” na obtenção do consenso em torno do texto final: “não sendo referendado por nenhuma grande personalidade, torna-se naturalmente um compromisso não definitivo” (“A sorte foi lançada”, p. 3).

Porém, é no editorial de *O Globo* dedicado ao texto final aprovado que transparecem esclarecedoras visões políticas das elites civis brasileiras. Assim como o *Estadão*, o jornal dos Marinho critica o “excessivo enfraquecimento do Executivo”, e assim como a *Folha* ressalta o caráter democrático da Carta. Mas o texto vai além, e relembra a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, em 1500, na qual o escrivão da esquadra de Cabral opinava que o melhor que se podia fazer no Brasil era “salvar essa gente” – no caso, os povos indígenas – através da catequese. O jornal carioca dá essa missão à Constituição de 1988: “Assim devemos ver a nova Constituição do Brasil: não uma garantia de democracia e prosperidade, mas a semente a partir da qual elas prosperarão, se nisto todas as forças da Nação se empenharem – para “salvar essa gente” e levá-la ao futuro.”

*O Globo* não considerava o povo brasileiro capaz de salvar-se a si próprio, ou de conduzir-se autonomamente ao futuro. Se tomarmos a citação ao pé da letra, ele nem mesmo faria parte do conjunto das “forças da Nação”. Fica patente, nessa construção, a visão da política como atividade de tutela de uma maioria incapaz, praticamente selvagem, por parte de uma elite esclarecida, que saberia “levá-la ao futuro”. Para esta elite, a “Nova República” se afigurava como uma perspectiva “democrática”, mas desde que por isso se entendesse uma democracia construída por ela e imposta ao conjunto da sociedade.

### **Considerações Finais**

O estudo dos editoriais dos grandes jornais brasileiros em momentos fulcrais da transição revela elementos importantes das identidades políticas dos controladores daqueles órgãos. Tendo em vista a importância econômica de tais empresas e suas relações com anunciantes e com os setores mais privilegiados da população, entendemos que tais elementos



iluminam um posicionamento político-ideológico que vai além dos jornais, sendo partilhado hegemonicamente no interior das elites civis.

Chama-nos à atenção, em primeiro lugar, uma profunda rejeição pelo *dissenso*. Ranciére (1996, *passim*.) entende que só o conflito, o litígio, é capaz de constituir o sujeito político, pois só ele é capaz de romper a atividade meramente gestionária, dando voz a setores comumente excluídos e forçando a invenção de alternativas que encaminhem este conflito e superem alteridades antes irreduzíveis. O dissenso teria, assim, um papel civilizador.

Nossa leitura dos editoriais da grande imprensa sugere que aquelas empresas jornalísticas pretendiam justamente exorcizar esse dissenso, entendido enquanto possibilidade de criação e invenção políticas. Ao tolerar o movimento social somente se enquadrado nos limites de certa “ordem”, bem como ao pretender a manutenção de elementos autoritários introduzidos após 1964, elas buscavam impedir uma reversão real das “conquistas” da ditadura.

Em segundo lugar, devemos destacar a defesa da apropriação, por parte do Estado, do poder de formular e organizar as soluções políticas a serem implantadas na gestão da sociedade. Conforme documentamos, os acordos, as transições, as reformulações, devem sempre partir, na visão dos editorialistas, de quem já comanda o aparelho estatal. Além do modelo evidentemente autoritário de relação entre Estado e sociedade que essa concepção consagra, sublinhamos que, nesse marco, toda alternativa política válida seria, pelo menos em princípio, uma alternativa de continuidade, donde avém mais um bloqueio à inauguração de um novo regime.

Por fim, ressaltamos um profundo elitismo nas formulações dos editoriais sob análise. Se no texto de *O Globo* citado ao final da última parte esse elemento aparece de forma explícita e até exacerbada, em outros momentos ele não deixa de transparecer, na valorização dos papéis das lideranças e dos “grande homens” nos momentos de definição de rumos políticos.

Aqui, como chamamos a atenção anteriormente, apresentamos apenas algumas “fotografias” das identidades políticas da grande imprensa durante a transição brasileira. Uma análise mais ambiciosa deverá ter em conta um conjunto de fontes maior e mais amplo, e instrumental de análise mais aprofundado. Desta forma, acreditamos, será possível lançar luz não só sobre o papel jogado pelos grandes jornais durante a transição, mas também sobre a inspiração para sua atuação nos dias de hoje.

## Referências

- A ANISTA do Palácio. *Folha de S. Paulo*, 28 de junho de 1979, p. 2.
- A ANISTIA e a esperança. *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1979, p. 3.
- A REVOLUÇÃO e a política. *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 1984, p. 3.
- A SORTE foi lançada. *O Estado de S. Paulo*, 24 de setembro de 1988, p. 3.
- FRONTEIRA aberta. *Jornal do Brasil*, 28 de junho de 1979, p. 10.
- GESTO concluído. *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1979, p. 11.
- IDENTIDADE da crise. *Jornal do Brasil*. 31 de março de 1979, p. 10.
- O FIM da transição. *Folha de S. Paulo*, 05 de outubro de 1988, p. 2.
- O SÍMBOLO da palavra cumprida. *O Globo*, 29 de junho de 1979, p. 1.
- RANCIÉRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. SP: Cia. das Letras, 1996, pp. 367-82.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- VERGOTTINI, Giuseppe. Ordem Pública. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 (2 v.), p. 851-852.

## “Pra frente Brasil”: música, discurso, dispositivo, identidade nacional e produção de verdade na ditadura militar no Brasil

Nayara Crístian Moraes\*

Graduanda em História

UFG-Regional Jataí

[ncm.hist@gmail.com](mailto:ncm.hist@gmail.com)

**RESUMO:** Tem-se como objetivo neste trabalho levantar questões e buscar compreender momentos do período de ditadura militar no Brasil através da canção *Pra Frente Brasil* de Miguel Gustavo, nos atentando para a busca da identidade nacional. Para isso, nos embasamos em conceitos de Michel Foucault, tais como: discurso, dispositivo e verdade, fazendo também um diálogo com Michel de Certeau quanto à sua “operação historiográfica”.

**PALAVRAS-CHAVE:** música; discurso; dispositivo; identidade nacional; ditadura militar

**ABSTRACT:** The objective of this study is to raise questions and seek understanding about time periods of the military dictatorship in Brazil through Miguel Gustavo’s song *Pra Frente Basil*, focusing in the pursuit of national identity. For this, we base ourselves in the concepts of Michel Foucault, such as speech, device and truth, also doing a dialogue with Michel de Certeau as to its "historiographical operation".

**KEYWORDS:** music; speech; device; national identity; military dictatorship

O período de ditadura militar no Brasil caracteriza-se como um período de violência, suspensão de direitos civis e repressão excessiva. No entanto, parte da sociedade se aliou ao governo e se conformou com essas medidas autoritárias, ao ponto de hoje se falar em *ditadura CIVIL militar*. A hipótese que move este trabalho é a de que determinadas verdades foram construídas para que a população passasse a acreditar que fosse necessário “salvar” o país do comunismo. Vários foram os enunciados que circularam nessa época com o objetivo de exaltar o país e principalmente a necessidade do ufanismo. Slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “este é um país que vai pra frente”, foram amplamente divulgados pela mídia oficial ou não, e muitas também foram as produções musicais utilizadas com a mesma finalidade, tal como a canção que aqui nos ateremos: *Pra Frente Brasil*, de Miguel Gustavo. Para isso é necessário que entendamos a importância do conceito de *discurso*.

Para o filósofo Michel Foucault, em *A ordem do discurso*, analisar o discurso é mais do que pensar na palavra falada observando apenas sua construção semântica. Pensar o

---

\* Bolsista de iniciação científica – PIVIC no curso de Letras UFG-Regional Jataí.

discurso é também pensar a condição do discurso, seu plano discursivo, sua vontade de verdade, sua condição de verdade legitimada em instituições e saberes que em conjunto com as práticas (FOUCAULT, 1996, p. 15-17) se colocam na sociedade ao longo do tempo, ao longo da história, assim, em *Arqueologia do saber* diz que:

Empreender a história do que foi dito é refazer, em outro sentido, o trabalho da expressão: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído. Assim se encontra libertado o núcleo central da subjetividade fundadora, que permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história, mais séria, mais secreta, mais fundamental, mais próxima da origem, mais ligada a seu horizonte último. Essa outra história que ocorre sob a história, que se antecipa (FOUCAULT, 1987, p. 140)

Ainda acerca do discurso, há a questão da materialidade do mesmo. Para Foucault a produção do discurso envolve a subjetivação porque esta produção envolve também controle, organização e redistribuição fundados em procedimentos que conjuram poderes e perigos para que os discursos se materializem nas sociedades. Para o estudioso contemporâneo, não é possível estudar o discurso sem enxergá-lo tendo em vista “suas condições, seus jogos e seus efeitos” (FOUCAULT, 1987).

Para ele é preciso questionar nossa própria vontade de verdade e “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 1996, p. 51), tal como afirma Maria do Rosário Valencise Gregolin, estudiosa do discurso foucaultiano da UNESP em *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*:

A discursividade tem, pois, uma *espessura histórica*, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se *efeitos discursivos*. Foucault propõe analisar as práticas discursivas, pois é o *dizer* que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico. A análise dessas práticas mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma “verdade” é um fato histórico. (GREGOLIN, 2007, p. 15)

Ora, este acontecimento de que fala Foucault se produz como ele mesmo diz “como efeito e em uma dispersão material”, que só conseguiremos entender se nos propormos a desconstruir discursos de verdade (FOUCAULT, 1987).

Ainda em *Arqueologia do saber* (1987), Michel Foucault em relação ao discurso, busca o enunciado e o plano discursivo na tentativa de fazer do enunciado uma espécie de “átomo do discurso” justamente porque a gramática não dá conta do mesmo, porque o

importante é o que se produz no próprio ato do discurso, no fato de ter sido anunciado, fazendo com que os efeitos dos discursos ganhem mais importância porque tal como afirma Foucault: “cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente habitado por um desses atos”.

Foucault trata a importância do lugar e condição de emergência de um discurso, desta forma, estudar o tempo em que se emergiu tais discursos, neste caso, em canções, no período da ditadura militar no Brasil, é importante para percebermos os “valores de verdade”:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, do estado das coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (FOUCAULT, 1987, p. 104)

É aqui que nos esbarramos com a “operação historiográfica” de que fala Michel de Certeau em seu livro *A escrita da história*, pois para ele o gesto do historiador sempre liga as ideias aos lugares, mais uma vez destacando a emergência e condição de um discurso, de uma prática e atividade humana no processo histórico:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar, procedimentos de análise, e a construção de um texto. É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação historiográfica se refere à combinação do lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. (CERTEAU, 2011, p. 47)

Quanto ao conceito de *dispositivo*, no dicionário de conceitos foucaultianos de Judith Revel, *Foucault: conceitos essenciais*, encontramos ao longo da obra vários tipos de dispositivos de poder colocados por Foucault, dos quais podemos citar, por exemplo: dispositivos de regulamentação de discursos, dispositivo de sexualidade, dispositivos discursivos que sustentam práticas, dispositivos securitários ou de segurança, dispositivos de saber e dispositivos disciplinares. Quando vamos ao significado do conceito de dispositivo encontramos na explicação de Judith Revel uma informação fundamental para este estudo: Em *As palavras e as coisas*, Foucault coloca o dispositivo como *episteme* onde o dispositivo é “estritamente discursivo”, entretanto tempos depois, o conceito de *dispositivo* contém igualmente instituições e práticas:

Um dispositivo é "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito e o não-dito [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos". O problema é, então, para Foucault, o de interrogar tanto a natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra quanto sua função estratégica. (REVEL, 2005, p. 40)

Gilles Deleuze, filósofo também francês fala do conceito de dispositivo que Foucault criara. Para ele, o dispositivo se constitui em linhas visíveis e invisíveis. Linhas de enunciação, força e subjetividade inclusive. Entretanto Deleuze acredita que é preciso:

Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de *trabalho de terreno*. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal. (DELEUZE, 1999, p. 155).

“Desenredar as linhas de um dispositivo” vai de encontro com o que Foucault propõe que se faça: interrogar estes dispositivos encontrando sua função estratégica. Ainda para Deleuze, a historicidade dos dispositivos nos remete à importância dos regimes de enunciados. Tais dispositivos atravessam os limites em direção a campos variados da sociedade:

Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz – mas é também a dos regimes de enunciado. Porque os enunciados, por sua vez, remetem para linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos. E, se as curvas são elas próprias enunciadas, é por que as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não são nem sujeitos nem objectos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limites em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc. (DELEUZE, 1990, p. 155).

Em uma conferência em 2005 no Brasil, o filósofo italiano Giorgio Agamben destaca três pontos fundamentais do conceito foucaultiano de *dispositivo*:

Resumamos brevemente os três pontos:

- 1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder.

3) É algo de geral (uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.

(AGAMBEN, 2005, p. 9-10)

Outra questão importante que podemos ver nas ideias de Agamben acerca do conceito aqui tratado é a questão da subjetivação que mascara e acompanha a identidade pessoal:

Recapitulando, temos assim duas grandes classes, os seres vivos (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os vivos e os dispositivos. Naturalmente as substâncias e os sujeitos, como na velha metafísica, parecem sobrepor-se, mas não completamente. Neste sentido, por exemplo, um mesmo indivíduo, uma mesma substância, pode ser o lugar dos múltiplos processos de subjetivação: O usuário de telefones celulares, o navegador na internet, O escritor de contos, o apaixonado por tango, O não-global etc etc. A ilimitada proliferação dos dispositivos, que define a fase presente do capitalismo, faz confronto uma igualmente ilimitada proliferação de processos de subjetivação. Isto pode produzir a impressão de que a categoria da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência, mas trata-se, para sermos precisos, não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que acrescenta. O aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda a identidade pessoal. (AGAMBEN, 2005, p. 13)

É preciso então desconstruir as verdades, observando a historicidade da canção que aqui chamamos de dispositivo de poder, dispositivo discursivo, cultural e social, dispositivo este que também teve suas funções estratégicas na construção da imagem do mito do paraíso brasileiro.

Na década de 1970 no Brasil, surgem canções como *Pra Frente Brasil*, ora tentando buscar a identidade nacional junto ao povo, sendo cantadas pelo povo, ora sendo utilizadas em propagandas institucionais direcionadas pela AERP, ou mesmo sem intenções, mas com efeitos de sentido que ajudaram a mitificar e construir o chamado período de desenvolvimentismo brasileiro. Acerca do sucesso *Pra Frente Brasil* de Miguel Gustavo:

[...] Grande sucesso. Como seria, 15 anos depois, um jingle que Gustavo fez por encomenda da Rádio Globo, para produtos que patrocinariam a cobertura da Copa de 70. Ficou tão boa a marcha, com tanto apelo e vibração, que pediram ao compositor para substituir os nomes dos produtos por algo mais geral e menos comercial. Pois o resultado, “Pra frente Brasil”, acabou virando sucesso nacional, hino da seleção tricampeã do mundo e uma das maiores peças de propaganda dos tempos do general Médici. (MÁXIMO *apud* PICCINO, 2012, p. 78)

Seria a busca de uma nova identidade nacional em meio ao caos? Seria o ufanismo declarado ao lado de movimentos desenvolvimentistas junto ao “Brasil que vai pra frente” na

ditadura militar? Jairo Severiano e Zuza Homem de Mello descrevem *Pra Frente Brasil* assim em *A canção no tempo*:

Muita música já foi feita em homenagem à seleção brasileira de futebol, algumas até de bastante sucesso como a “Marcha do Scratch Brasileiro” de Lamartine Babo, que praticamente inaugurou em 1950 os auto-falantes do Maracanã, e “A taça do mundo é nossa”, de Maugeri, Dagô e Lauro, marcha comemorativa das copas de 58 e (devidamente atualizada) de 62. Nenhuma, entretanto, tem a força, a beleza e a popularidade de “Pra frente Brasil”, do compositor Miguel Gustavo. Quem assistiu a epopeia do tri é imediatamente transportado àqueles dias de euforia ao ouvi-lá, de preferência na gravação original do Coral do Joab: “Todos juntos, vamos / pra frente Brasil, Brasil / salve a seleção...” O mais curioso é que esta composição era a princípio um simples *jingle*, encomendado por uma cervejaria patrocinadora de transmissões esportivas. Mas a vibração que “Pra frente Brasil” despertou nos noventa milhões de brasileiros citados em seus versos transcedeu sua função promocional, transformando-a no hino da seleção. (SEVERIANO; MELLO, 2006, p. 156)

O sociólogo Marcelo Ridenti em seu livro *Em busca do povo brasileiro* afirma ter existido de fato grande busca pela identidade nacional durante o período da ditadura militar, e afirma também o interesse do governo na intervenção do estado no chamado desenvolvimentismo nacional:

Do fim dos anos 1950 ao início dos anos 1970, nos meios artísticos e intelectualizados de esquerda era central o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro; buscavam-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar de Era Vargas, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado. Esse tema foi diluindo ao longo dos anos, especialmente após o fim da ditadura militar civil (RIDENTI, 2014, p.1).

Durante a ditadura militar, se via percorrer um poder que para Michel Foucault consiste em biopoder. O poder sobre o corpo, o poder sobre as populações. Um poder operado segundo a governamentalidade.

Ora, a violência para que fosse executada precisava apoiar-se em justificativas. “Salvar o país dos comunistas” era o lema da vez. Empresários apoiavam com os slogans em seus cartazes: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Na década de 1970, a copa também precisava acontecer. Os militares precisavam parecer protetores da nação. E o Brasil cantava algumas vezes assim:

### **Pra Frente Brasil**

*Miguel Gustavo, 1970.*

Noventa milhões em ação,  
Pra frente Brasil,  
Do meu coração...  
Todos juntos vamos,  
Pra frente Brasil,



Salve a Seleção!

De repente

É aquela corrente pra frente,  
Parece que todo o Brasil deu a mão...  
Todos ligados na mesma emoção...  
Tudo é um só coração!

Todos juntos vamos,  
Pra frente Brasil!  
Brasil!  
Salve a Seleção!

Era preciso cantar com o Brasil, colocá-lo novamente nos versos. Neste momento o governo militar também acabou se apropriando desta canção, incentivando o futebol, eram artistas cantando a brasilidade do país, o amor do verde e do amarelo, tão bonito, tão inzoneiro... Mas em que condição estava este país? Independente das intenções destes sujeitos, que efeitos têm este discurso neste momento sombrio da nação?

As críticas ao ufanismo não se tratam aqui de criticar o enaltecimento de uma nação, de um povo, até de um time verde e amarelo; mas a fragilidade da defesa deste mesmo discurso está nas circunstâncias em que o mesmo acontece. Como dito anteriormente, na história e para Foucault, quando um discurso está sendo proferido, uma verdade está sendo criada, uma verdade está sendo produzida, porque não existe uma verdade absoluta, mas verdades que se formam ao longo do tempo, através dos sujeitos, através de seus discursos no tempo.

Longe de entender os sujeitos como passivos. Obviamente muitas verdades não são aceitas. Era por isso que os protestos e resistências existiam nos anos de chumbo. É por isso que estudos como este tentam desconstruir determinadas verdades forjadas em saberes legitimados pelo tempo, pela mídia, pelas instituições ou até mesmo pelo próprio seio da cultura e do povo.

As ambiguidades permearam estes duros tempos de ditadura militar. Ao mesmo tempo em que existia o medo, existia também a vergonha de dizer que se queria deixar o país... Porque o certo era amá-lo, independente das atrocidades que aconteciam nos porões da ditadura. Era amá-lo ou deixá-lo. Será?

Ao mesmo tempo em que o Brasil entrava no processo de ditadura militar havia rumores de certa abertura política nos últimos anos de 1970, o que nos faz pensar nestes “pequenos” acontecimentos do cotidiano brasileiro que nos deixam dúvidas. Concomitantemente a década de 1970 seria um marco para a história das mídias no Brasil, e

segundo Carlos Fico o regime de ditadura não ficou atrás criando a AERP, órgão de propaganda do regime militar. (FICO, 2004).

Não só para as mídias de massa, mas também para a própria indústria cultural, os anos de 1970 principalmente, foram efervescentes e ao mesmo tempo em que a indústria cultural crescia, o governo investia em propagandas ufanistas. (NAPOLITANO, 2002).

Entendemos que as produções de verdade se davam e se dão nas grandes instituições, nas grandes práticas discursivas mas também e principalmente em toda a estrutura de relação entre os sujeitos, sejam em suas práticas cotidianas ou em sua produção dentro de instituições governamentais ou não.

Dentro de um processo político temos um processo cultural que pode ser percebido nas décadas de ditadura militar em nosso país, o que nos impede de acreditar que o poder só se dá no campo dito “político” porque podemos enxergar claramente o papel de sujeitos imbricados na arte, na cultura.

Assim, a canção, esta estrutura de versos escritos, cantados em harmonia com a melodia perpassam os campos discursivos da sociedade, a serviço das instituições governamentais ou não, mas também a serviço da busca pela identidade nacional, para justificar uma ditadura ou para abraçar os corações do próprio povo.

A canção assim se torna um dispositivo, porque nela se cruza o dito e o não dito. Ela responde a uma urgência histórica, ela é também um tipo de estratégia social, governamental, propagandista, um dispositivo de subjetivação, saber e poder, que é capaz de produzir uma verdade. A verdade de um país tropical, admirado pelo mundo por suas belezas variantes, uma verdade que generaliza, pois não contabiliza o sofrimento, a repressão e a censura vivida pelo mesmo país chamado de paraíso.

Não é nosso papel estereotipar os anseios de intelectuais e indivíduos em busca de uma certa “brasilidade”, mas é nosso papel desconstruir verdades que não se pautam na realidade vivida, na experiência traumática da ditadura, pois o tipo de nacionalismo formado durante o período não condiz com os fatos históricos, porque enquanto uns comemoravam os gols do país, outros eram massacrados, desaparecidos e mortos, tendo suas mortes e seu desaparecimento justificados por discursos que de uma forma ou de outra, acabavam maquiando a triste realidade, acabavam justificando o poder sobre os corpos, e tal discurso ufanista esteve presente em *Pra Frente Brasil*.

## Bibliografia

ALEXANDRE, Ricardo. *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*. São Paulo: Globo, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: *Michael Foucault, filósofo*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>>. Acesso em 7 jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 3. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Revista Comunicação, mídia e consumo – ESPM*, São Paulo, v. 4, n. 11, 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

MARCONDES, Marcos Antônio; MELLO, Zuza Homem de; ALMEIDA, Maristela Ribeiro de. *Enciclopédia da música brasileira: popular*. São Paulo: Art Editora; Publifolha Editora, 2000.

MELO, Alice. 18 de setembro de 1969 - Aprovada a lei de segurança nacional. *Blog Hoje Na História – Jornal do Brasil*, 18 set. 2010. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=23648>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política - 1968-1981. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004.

\_\_\_\_\_. *História e Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PICCINO, Evaldo. “Pra Frente Brasil”, “Independência ou Morte” e o uso de música e cinema como propaganda oficial. *Revista Novos Olhares*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 74-83, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/55402/59006>. Acesso em: 4 jun. 2014

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Carlos Piovezani Filho, Nilto Milanez. Revisão técnica Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SEVERIANO, Jairo; HOMEM DE MELO, Zuza. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*, vol. 2: 1958-1985. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

SOUZA, Marcos Santana de. Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na imprensa de Sergipe – 1964-74. *Revista Fenix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, a. 5, n. 3, jul.-set. 2008. Disponível em:

<[http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO\\_15\\_MARCO\\_SANTANA\\_DE\\_SOUZA\\_FENIX\\_JUL\\_AGO\\_SET\\_2008.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_15_MARCO_SANTANA_DE_SOUZA_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

### Discografia

*A História de 1972 – ZYD-66 - Rádio Jornal do Brasil AM/940 Khz*. Documento Sonoro em Disco Continental; Produtor: Fernando Veiga; Locutores: Sérgio Chapelin e Eliakim Araújo. Gravações Elétricas, 1972.

*Brasil, 150 anos de Independência– São Paulo, o samba pede passagem*. LP TC-008, Tapeçar, 1972.

## A crise de 1964 na imprensa: o *Correio da Manhã* e a radicalização política das direitas e esquerdas no governo Goulart

**Renato Pereira da Silva**

Mestrando em História

Universidade Federal Fluminense

Bolsista Capes

renatops15@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo apresenta os caminhos iniciais de pesquisa sobre o papel político do jornal *Correio da Manhã* frente ao governo João Goulart (1961-1964), tendo como eixo de discussão a relação entre a radicalização das direitas e esquerdas e o diário carioca. Trata-se de refletir sobre o modo pelo qual o jornal se posicionou na conjuntura do início dos anos 1960, período marcado pela reação ou defesa às reformas de base.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Correio da Manhã*; governo Goulart; radicalização das direitas e esquerdas; golpe civil-militar de 1964.

**ABSTRACT:** This article presents the initial avenues of research on the political role of the newspaper *Correio da Manhã* against the government of João Goulart (1961-1964), with the axis of discussion the relationship between the radicalization of the right and left and the Rio daily. This is a reflection on the way in which the paper is positioned at the juncture of the early 1960s, a period marked by reaction or defense to base reforms.

**KEYWORDS:** *Correio da Manhã*; government of Goulart; radicalization of the right and left; civil-military putsch of 1964.

### Introdução

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil viveu um momento de intensa efervescência política. O desejo por mudanças permeava o campo político, social e cultural da sociedade brasileira. Foram anos intensos na vida política republicana brasileira, marcados, sobretudo, pelo protagonismo dos movimentos populares.

Eram tempos de guerra fria, contexto histórico marcado pela polarização ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. As duas superpotências não mediam esforços para empenhar todos os recursos no sentido de evidenciar as contradições existentes em escala mundial em torno de seus interesses. Foi um contexto em que as imagens do ideário “ocidental e cristão” se sentiam ameaçados com a projeção das ideias comunistas. Grupos e instituições seguidores da visão de mundo ocidental se sentiam cada vez mais preocupados com o “perigo comunista”, que se afigurava com maior grau desde a revolução cubana, em

1959, e, principalmente, com sua respectiva opção por um governo socialista, em 1961. No entanto, para as esquerdas e grupos nacionalistas, sobretudo da América Latina, era uma alternativa para novos tempos.

Não só a revolução cubana acenava como alternativa, como outros movimentos semelhantes. A revolução argelina, em 1962, o processo de independência da África negra e do mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária do Vietnã, retomada nos anos 1960, entre outros, configuraram-se como esperança aos movimentos de cunho nacionalista que se despontavam na América Latina, em especial no Brasil (REIS, 2005, p. 17). Os referidos movimentos constituíam-se como processos históricos que incendiavam as imaginações e as utopias, juntamente com a fermentação ideológica. Pareciam reforçar e estimular a ideia de revolução que ganhava sentidos e tonalidades fortes no início dos anos 1960. Entretanto, a ressonância e o impacto do movimento revolucionário cubano não só permeou o imaginário de todas as esquerdas e grupos nacionalistas brasileiros, como tirou o sono dos Estados Unidos e dos grupos conservadores.

É diante desse contexto internacional que se abriu uma conjuntura de grandes lutas sociais, até então, inéditas na história republicana brasileira. Era hora de reconhecer e praticar os direitos de cidadania com voz, voto, opinião e decisão. Entre 1961 e 1964, os movimentos sociais conheceram um significativo crescimento e, conseqüentemente, a ampliação da participação popular no processo político detonou um conjunto de demandas sociais e pressões reivindicatórias no meio urbano e no campo. Em contrapartida, os setores mais conservadores da sociedade, temendo o avanço dos movimentos populares, reagiram para conter as reformas projetadas pelo presidente João Goulart. O processo de crescente polarização da sociedade não se limitou mais ao Parlamento, ultrapassou a esfera institucional para impedir ou defender mudanças estruturais para o país. Grupos de orientação política oposta se enfrentaram em alguns dos embates mais emblemáticos da nossa história política. Nesse cenário, os atores políticos foram fazendo suas escolhas dentro de um determinado campo de possibilidades que acabaram por minar oportunidades de acordo e fragilizaram as instituições liberal-democráticas (cf. FIGUEIREDO, 1993).

Desse modo, cabe uma pergunta: Como a imprensa, especialmente o jornal *Correio da Manhã*, se comportou na conjuntura explosiva dos anos 1960? Qual foi o papel político do diário carioca? Analisar a trajetória do *Correio da Manhã* no pré-1964 poderá sinalizar sua atuação nos idos de março de 1964.

### Um baluarte na defesa da legalidade

O *Correio da Manhã* se caracterizou ao longo da sua existência por ser um jornal de opinião, oposição e combate a governos e medidas que considerasse como violações à legalidade. Essas características assinalavam a chamada “ortografia” do matutino carioca (cf. ANDRADE, 1991). O diário seguia uma orientação política liberal, mas diferente de outros jornais repudiava medidas extremistas tanto à direita quanto à esquerda, caracterizando-se como um ferrenho defensor da legalidade.

A atuação política do diário carioca tinha como referencial os seus editoriais. Nos depoimentos de Carlos Heitor Cony e Luís Alberto Bahia, fica notório o reconhecimento de que o editorial era o forte do jornal (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2001, p. 102). Segundo Bahia, a estrutura do *Correio da Manhã* seguia o modelo francês em que o cargo de redator-chefe equivalia ao de ministro, em função das atividades que desempenhava no jornal. O redator-chefe lia tudo de importante todos os dias, instruía, estimulava e até pautava, enfim, tinha o comando dos editoriais que influíam o jornal. De acordo com a avaliação de Marialva Barbosa, esse processo pode ser compreendido como uma lógica discursiva que é determinada pela necessidade dos veículos de comunicação de afirmarem suas concepções e legitimarem sua identidade, na qual se sobressai a imagem de formador de opiniões (cf. BARBOSA, 2007). Podemos compreender que a imprensa em todo momento busca espaços privilegiados não só para manifestar como para ser a detentora da opinião pública.

Na conjuntura explosiva do início dos anos 1960, o *Correio da Manhã* passou a ser entre os jornais da grande imprensa brasileira um porta-voz do discurso da legalidade. Embora não fosse janguista, tampouco defensor da política trabalhista de João Goulart, apoiou a sua posse em meio à crise da renúncia de Jânio Quadros, contra uma tentativa golpista dos ministros militares Odílio Denys (Guerra), Sílvio Heck (Marinha) e Grun Möss (Aeronáutica) (cf. LABAKI, 1986). Não titubeou em denunciar as medidas coercitivas e inconstitucionais utilizadas na crise de agosto de 1961, como prisões, espancamentos e, principalmente, a censura e a apreensão dos jornais por Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara. Apoiou a solução de compromisso que envolvia a adoção do parlamentarismo, endossando as justificativas de que as mudanças no jogo político atendiam às necessidades de uma solução negociada para se evitar uma guerra civil.

Já durante o governo Goulart sob o regime parlamentarista, defendeu a manutenção da política externa inaugurada por Jânio: a Política Externa Independente. A PEI se constituiu

como uma estratégia de negociar uma nova forma de inserção internacional do país; na busca de novos mercados, daí a importância de buscar relações com a América Latina e o mundo afro-asiático (VIZENTINI, 2008, p. 210- 212). O reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, com fins econômicos, e o posicionamento contrário do governo Goulart frente a uma intervenção armada dos Estados Unidos contra Cuba, despertou o ímpeto dos grupos conservadores, anticomunistas, do clero e da própria imprensa, como os jornais *Globo*, *Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, que exigiam a adoção de medidas contra o governo cubano (VICTOR, 1965, p. 432). No entanto, o *Correio da Manhã* estava mais interessado na soberania econômica e política. O diário carioca não aderiu aos discursos que relacionavam Goulart ao comunismo internacional e à anarquia.

Com efeito, a relação entre o *Correio da Manhã* e o governo Goulart começou a mudar, principalmente nos meses que antecederam o golpe. O ano de 1963 iniciava-se em um clima de euforia para as esquerdas com a realização do plebiscito que visava o restabelecimento do presidencialismo. Entretanto, gerava em seguida, grandes frustrações, sobretudo com o fracasso do Plano Trienal<sup>8</sup> e com as tentativas de Goulart encontrar consenso entre os grupos nacionalistas e de esquerdas e dos conservadores para colocar em andamento as reformas de base, principalmente a agrária. Aquele ano fechava-se sob o prisma de intensa radicalização política. A sociedade dividia-se e o programa reformista entrava em um atoleiro de impasses.

O *Correio da Manhã*, embora se afastasse do governo, não contribuía para alimentar e insuflar o clima de radicalização que tomava conta do país. Pelo contrário, reafirmava seu apoio às reformas e repudiava qualquer medida extremada, seja à direita, seja à esquerda. Ao contrário de outros jornais, o *Correio da Manhã* não incitava a radicalização, pelo menos até às vésperas do golpe.

### **Apoio às reformas e repúdio ao radicalismo**

O segundo semestre de 1963 foi marcado por um ambiente de graves crises políticas e com repercussões negativas no campo econômico. Aliada à insurreição dos sargentos, em setembro, e ao pedido de estado de sítio, em outubro, episódios ocorridos naquele ano, o país também passava por um processo de ondas grevistas, sendo que muitas vezes parte delas teve como pano de fundo motivações políticas, mas também como reflexo do aumento da inflação,

---

<sup>8</sup> O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, ministro do Planejamento, tinha como metas básicas o combate à inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, impulsionar as reformas econômicas necessárias para manter um desenvolvimento autônomo posterior. Contudo, encontrou forte oposição entre os conservadores e os grupos de esquerdas.



refletindo no custo de vida. O índice elevado de paralisações não só se restringia às cidades, mas também contagiava o campo (BANDEIRA, 2010, p. 166).

Aquele período registrava a polarização da sociedade a favor ou contra as reformas. Os conflitos políticos não estavam mais sendo resolvidos de forma satisfatória dentro ou fora do Congresso Nacional. O quadro de agitação política fez com que o Legislativo ficasse imobilizado e incapaz de oferecer saídas para os impasses criados, dando a sensação de um confronto iminente entre os grupos radicais de esquerda e direita (SANTOS, 1986, p.59). De um lado, sob a liderança de Leonel Brizola através da Frente de Mobilização Popular, as principais organizações de esquerda não só lutavam pelas reformas de base, sobretudo a agrária, como pressionavam Goulart a abandonar sua estratégia de implementar as reformas pactuadas via parlamento (FERREIRA, 2007, p. 547). De outro, tomava corpo um processo de condensação de várias correntes de oposição às reformas: grupos empresariais patrocinados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (cf. DREIFUSS, 1981) somados a maior parte da classe média e alguns setores das camadas populares. Formava-se uma corrente política anticomunista que se manifestou intensamente durante o governo Goulart (cf. MOTTA, 2002).

Enquanto a maior parte da imprensa divulgava notícias alarmantes sobre o risco de comunização do Brasil, insuflando um ambiente propício à radicalização política, o *Correio da Manhã* defendia em seus editoriais que o maior problema do país era a crise econômica e que as reformas de base deveriam ser implementadas na “lei” e não na “marra” como defendiam as esquerdas radicais. Neste sentido, repudiava com contundências os discursos radicalizados oriundos tanto da extrema-esquerda quanto da extrema-direita. O jornal denunciava a existência de dois inimigos:

De um lado, a grave crise. De outro lado, os agitadores que caluniam o país no estrangeiro, com entrevistas antipatrióticas, e agitadores, que pretendem fazer ao governo ameaças pueris. (...) Não tínhamos a inquietação social, mui justificada, dos campos de Pernambuco. Mas os srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros resolveram inventá-las e explorá-las demagogicamente.

Com eles tornou-se impossível o diálogo. Mas esse diálogo é necessário entre os responsáveis – governo, classes produtoras, sindicatos, o povo. (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/10/1963. 1º caderno, p. 6.)

O jornal não poupa críticas aos governadores Carlos Lacerda (Guanabara) e Ademar de Barros (São Paulo), considerados como principais políticos da ala conservadora por incentivar o quadro de inquietação social, além de ressaltar a dificuldade de ambos no diálogo com o governo. Defendendo a manutenção da democracia representativa, o diário insistia no

diálogo entre o governo, os empresários e os sindicatos. Podemos interpretar que o *Correio da Manhã*, em meio ao processo de polarização e radicalização política, defende a união da sociedade brasileira contra a crise econômica.

Entretanto, o ano que seria das reformas de base finalizava-se sem que elas tivessem dados passos importantes para a sua concretização. O ano de 1963 fechava-se com a deteriorização do campo econômico, principalmente com o descontrole inflacionário e político, com as dissensões entre os vários grupos políticos, tanto à esquerda quanto à direita. É nesse clima de incertezas que o ano de 1964 se iniciava. Contudo, o *Correio da Manhã*, seguindo sua orientação legalista, continuava condenando os grupos da esquerda e da direita que insistiam apenas em radicalizar o processo político, minando a ordem democrática. No início de 1964, a posição do diário carioca era a seguinte:

Verificamos, com pesar que a palavra Democracia também serve de pretexto para uma série de manobras, muitas vezes contra a própria democracia. Justamente a chamada vigilância em torno das instituições já degenerou em ameaças permanente a elas brincando-se com veleidades golpistas e cultivando-se com ternura o golpismo da Esquerda para justificar o golpismo da Direita. (*Correio da Manhã*. 15/02/1964. 1º caderno, p. 6.)

As divergências entre os três maiores partidos acerca da estratégia de Goulart de implementar as reformas pactuadas no Congresso Nacional tornaram-se delicadas, para não dizer impossível, no início de 1964. As facções radicais dificultaram acordos políticos e contribuíam para aumentar a instabilidade institucional (SANTOS, 1986, p. 80). A FMP não era instrumento eleitoral, mas uma organização concorrente do PTB janguista fora do Congresso, sendo uma evidência clara de que a liderança de Goulart perdia terreno entre os radicais das esquerdas (D'ARAUJO, 1996, p. 145). Por outro lado, o PSD, partido tradicional de centro, abandonava a sua posição moderada em prol da radicalização (cf. HIPPOLITO, 2012). Já a UDN, partido líder de oposição, movia-se cada vez mais para uma tomada de posição agressiva e destruidora contra qualquer medida constitucional do governo (cf. BENEVIDES, 1981).

Com relação ao *Correio da Manhã*, à medida que Goulart aproximava-se das esquerdas como estratégia de forçar o Congresso a aprovar as reformas, seu afastamento frente ao governo era cada vez mais nítido. As suspeitas de ruptura institucional por parte de Goulart fizeram com que o *Correio da Manhã* adotasse uma conduta de discursos mais críticos e contundentes em relação ao governo. Às vésperas do golpe, o diário carioca começou a evidenciar as ambiguidades do seu posicionamento frente à sua maior defesa: a legalidade.

### O divisor de águas

O mês de março de 1964 revelou-se como o momento em que a radicalização política atingiu seu ápice, cujas proporções foram preocupantes para a própria manutenção da ordem democrática. Após meses de impasses e indecisões em torno da implementação das reformas de base, o presidente João Goulart resolveu partir para a ofensiva, disposto a deslocar o peso das decisões políticas para a praça pública, liderando a realização de um conjunto de grandes comícios nas principais cidades do país para aumentar as pressões a favor das tão sonhadas mudanças: as reformas de base.

O primeiro – e único – comício foi realizado no dia 13 daquele mês, na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Em meio ao clima político tomado por suspeitas e acusações, o *Correio da Manhã* mostrou-se confiante diante a realização do comício, embora a relação do jornal frente ao governo, nesse momento, fosse permeada de críticas. No dia da realização daquele evento, o matutino carioca em editorial intitulado “O COMÍCIO” demonstrava o seguinte aos seus leitores:

(...) torna-se óbvio que a todos os setores responsáveis do país caberia, nesta hora, o dever indeclinável de envidar todos os esforços para evitar a desordem econômica. (...) Há ainda a considerar o problema das reformas de base. Não podem ser adiadas. Não podem ser continuar servindo de pretexto para intimidações e manobras extremistas. Entre o anti-reformismo generalizado do sr. Lacerda e o reformismo indefinido do sr. Brizola e Arraes não há diferença. (...) O sr. João Goulart e o Congresso terão uma ótima oportunidade de não serem incluídos nessa farsa. (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13/03/1964. 1º caderno, p. 6)

O *Correio da Manhã*, seguindo sua orientação legalista e seu papel moderador, repudia o extremismo das ações entre os grupos de direita e esquerda, destacando que não havia diferença entre Carlos Lacerda e Leonel Brizola, além de Miguel Arraes, considerados pelo jornal como principais responsáveis políticos por alimentar a intransigência de como as reformas deveriam ser implementadas. Podemos interpretar que o jornal carioca deixa claro que aquele era o momento para Goulart definir seu posicionamento, ou seja, rejeitar tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda.

Com efeito, a realização do comício da Central selou a aliança do governo com os movimentos populares (movimento sindical, trabalhadores rurais, estudantes, militares não graduados, entre outros), com o PCB e com a ala radical do PTB. João Goulart não podia imaginar que ao definir seu lado, selava o seu governo. O comício da Central desencadeou forças à direita e à esquerda a ponto de Goulart perder o controle do governo (FIGUEIREDO, 1993, p. 198). Enquanto as esquerdas ficaram eufóricas com as medidas de Goulart, a

repercussão foi recebida de forma negativa entre os meios conservadores da sociedade, reagindo através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo, no dia 19. O *Correio da Manhã*, por sua vez, considerou como “O ÚLTIMO COMÍCIO” do presidente. O jornal considerou um atentado à democracia representativa a tentativa de Goulart assinar os decretos envolvendo a Supra e a encampação das refinarias de petróleo. Como protesto às medidas, o *Correio da Manhã* expressava o seguinte:

O sensacional acontecimento do dia de ontem não foi o espetáculo propriamente do comício; foi a assinatura de dois decretos da mais alta repercussão para o país. Dois decretos de natureza demagógica: o da Supra – embora atenuado – e o da encampação das refinarias de petróleo. (...) Quanto ao comício em si não passou de uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o país de sobreaviso. (...) Quanto às reformas de base, não deixaremos passar o ensejo de lembrar que este jornal foi o primeiro a proclamar-lhes a inadiável necessidade. (...) E acrescentamos o desejo de que o comício de ontem fique sendo o último dessa espécie. Pois o país precisa de trabalho e de segurança e não de comícios que só fazem contribuir para a intranquilidade geral. (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14/03/1964. 1º caderno, p. 6.)

Após o episódio do comício da Central, praticamente toda a grande imprensa voltou-se contra o governo. O *Correio da Manhã* não fugiu à regra e responsabilizava Goulart por intranquilizar os ânimos e estimular o medo, sobretudo na classe média. O jornal interpretou as medidas do presidente como uma tentativa de golpe acompanhada de uma ditadura. Aquele evento foi um “divisor de águas” para o governo em relação ao diário carioca. De um lado, Goulart optou pelos grupos da esquerda, do outro, o *Correio da Manhã* escolheu abrir campanha para pedir a saída do presidente.

### Considerações finais

O *Correio da Manhã*, embora fosse contrário à quebra da legalidade e defendesse a saída de João Goulart por vias legais, na reta final do seu governo teceu severas críticas à sua gestão. O resultado foi a publicação dos editoriais “Basta!” e “Fora!”, respectivamente nos dias 31 de março e 1º de abril, repercutindo como sinais para o golpe e para a adesão de parcelas significativas da sociedade civil e do meio militar ao movimento que depôs o presidente João Goulart. Os editoriais tiveram um caráter de ultimato a Goulart e acabaram entrando para a história política. Ao apoiar o golpe contra o presidente, o *Correio da Manhã* acabou traindo a sua própria bandeira: a da legalidade.

Todavia, antes do clima político radicalizado e polarizado incendiar os ânimos à direita e à esquerda, o jornal, embora crítico à gestão de Goulart, apoiou medidas defendidas

pelo governo consideradas polêmicas para a época, como a manutenção da política externa e a reforma agrária. O *Correio da Manhã*, no entanto, como um agente social naquela conjuntura, acabou sendo contaminado pelo radicalismo que tanto combateu nos idos de março de 1964.

A imprensa se revela, assim, como um dos principais mananciais férteis para o conhecimento do passado, pois possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. A imprensa não só registra e comenta, mas, sobretudo, intervém e participa da história, e através dela se trava uma constante “batalha pela conquista de corações e mentes” (CAPELATO, 1994). Ela não age apenas de forma neutra ou imparcial, mas também como portadora de ideias e projetos. Recorrer ao jornal carioca *Correio da Manhã* é antes de mais considerá-lo um dos agentes políticos decisivos na conjuntura do início dos anos 1960.

#### Fontes:

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001. (Caderno de Comunicação: Série Memória).

#### Referências bibliográficas:

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reforma? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LABAKI, Almir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

REIS AARÃO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar Editor, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. V.3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

## A transição política democrática: as “Diretas Já” e o jornal *Estado de Minas*

**Rochelle Gutierrez Bazaga**

Graduada

[rochelle\\_gutierrez@hotmail.com](mailto:rochelle_gutierrez@hotmail.com)

**RESUMO:** O processo de transição política democrática brasileira é fruto de vários fatores que o impulsionaram, sendo que as “Diretas Já” constituem esse momento. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é compreender o contexto de transição política brasileira, através do movimento pelas “Diretas Já”, valendo-se dos editoriais publicados diariamente pelo jornal *Estado de Minas* entre janeiro e abril 1984, além de entender como a transição política brasileira se valeu da cultura política de conciliação, verificando seu lastro na história do Brasil.

**PALAVRAS- CHAVE:** transição, diretas , jornal

**RESUMEN:** El proceso de transición política democrática brasileña es el resultado de varios factores que han impulsado, y las "diretas ya" son este momento. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es entender el contexto de la transición política brasileña através del movimiento de "diretas ya ", basándose en los editoriais publicado por el diario Estado de Minas entre enero y abril de 1984, así como entender cómo la transición política Brasil se aprovechó de la cultura política de la reconciliación, la comprobación de su lastre en la historia de Brasil.

**PALABRAS-LLAVE:** transición,diretas,periódico

### Introdução

O processo de transição política brasileira é fruto de vários fatores que o impulsionaram, sendo que as “Diretas Já” constituem esse momento. A campanha reuniu diversos grupos sociais e políticos, que uniram e organizaram manifestações públicas para forçar o Congresso Nacional à aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Embora seja a maior manifestação de massa na história brasileira até os dias atuais, há uma grande ausência de literatura no campo historiográfico sobre o tema, tendo as ciências sociais, o jornalismo, se debruçado e constituído a literatura existente sobre o tema.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é compreender mediante o contexto de transição política brasileira, através do movimento pelas “Diretas Já”, valendo-se dos editoriais publicados diariamente pelo jornal *Estado de Minas* entre janeiro e abril 1984, como a transição política brasileira se valeu da cultura política de conciliação, verificando seu lastro na história do Brasil.

### A conjuntura política das “Diretas Já”

O Brasil vivia um momento de várias crises, entre elas crises de Estado, crises do regime, crises econômicas e várias tensões sociais latentes, além de ter se comprometido internacionalmente com o FMI no início de 1983, em um plano que previa de redução do crédito, déficit e subsídios públicos, a desvalorização da moeda e restrições ao aumento de salários. Essas medidas agravaram ainda mais a situação e a tensão entre trabalhadores e o Estado, gerando greves de várias categorias, em 1983 foram 393 contra 144 do ano anterior.

[...] o governo cedeu às pressões dos credores internacionais e recorreu ao FMI para obter empréstimos que permitissem financiar os desequilíbrios no balanço de pagamentos, sob a condição de que adotasse medidas necessárias para ajustar a economia à geração de novos saldos crescentes na balança comercial para o pagamento dos serviços da dívida externa e permitir a redução do déficit em transações correntes. Foi adotada uma estratégia ainda mais recessiva, que incluía a contenção da demanda interna, a desvalorização cambial e a redução do déficit do setor público e da inflação. (BERTONCELO, 2007, p.78)

A inflação também não parava de crescer, atingindo em 1983, 211% e em 1984 223,8%. Isso fez com que vários setores da economia fossem prejudicados, justamente pelo controle do déficit público e acabasse por gerar uma série de desempregos. No campo, os conflitos de terra se tornavam cada vez mais frequentes e violentos.

Outra questão importante, era a dívida externa que em 1983 chegou a atingir o montante de 95 bilhões de dólares. Juntamente com o aumento das dívidas, aumentava-se também a impopularidade do governo, demonstrado principalmente na figura de Delfim Neto, que tentava driblar as situações econômicas, com medidas financeiras e explicações, além dos casos de corrupção, que quase não eram apuradas e responsabilizadas.

Aumentando o descrédito crescente do governo junto à população, explodem, como bombas, vários escândalos financeiros – como Tieppo, Coroa-Brastel, Capemi, e Comind – envolvendo somas vultosíssimas, empresários e banqueiros cujos interesses eram favorecidos pelas medidas econômicas do governo. Os responsáveis, embora tenham lesado milhões de brasileiros, foram poupados. A mesma impunidade valeu para os envolvidos em corrupções no governo, em sua quase totalidade não apuradas. Enfim, estamos no país do “vale-tudo! (RODRIGUES, 1992, p.43)

Tudo isso, fez com que o mito da boa administração fosse destruído, e aos olhos da sociedade e principalmente do setor empresarial, ficou evidente a ausência de uma estratégia para a retomada do crescimento econômico em longo prazo. Merece destaque ainda, as divisões dentro do PDS (Partido Democrático Social), o que colocava em dúvida a sucessão presidencial dentro do próprio partido.



### **As “Diretas Já” no contexto de transição política brasileira**

O aprofundamento da crise do regime e a contagiante campanha pelas eleições diretas, fizeram com que as atenções se voltassem para as disputas no campo do jogo político e nos possíveis caminhos a democracia brasileira, esses caminhos passavam pelas discussões dos conceitos de ruptura, negociação, consenso, conciliação, revolução, que circulavam os debates acadêmicos, políticos e sociais.

A votação da Emenda Dante de Oliveira e sua consequente derrota trouxeram um rico debate no que se refere a transição política brasileira para a democracia, que colocou de um lado, o regime que via seu governo submergir em um desgoverno e a desagregação da sua base político-parlamentar e de outro, as oposições viram-se em uma situação inédita, em que tinham de um lado o clamor das ruas por avanços e de outro a necessidade de fazer uma solução negociada, correndo simultaneamente o risco de trair a vontade popular e assim reproduzir a conciliação elitista tão conhecida na nossa trajetória histórica.

Esse quadro colocou um grande problema as oposições que se viram com o risco de perder a oportunidade de promover a ruptura com o autoritarismo a partir de um amplo consenso nacional, o que fez crescer seus desafios, problemas e possibilidades. Nesse ponto esbarramos com outra questão, a sociedade estava desacostumada em conviver com questões da nação e seja qual fosse o desfecho, o povo teria que romper com uma crise de sociabilidade.

Ponto que merece destaque, a implantação do regime autoritário no Brasil se deu de cima para baixo, por um golpe de Estado Militar, cujo êxito ocorreu em grande parte da debilidade da sociedade civil, que não é nova e tem suas raízes passadas, e que de certa forma foi obrigada a seguir no processo de modernização capitalista, em que os aparelhos coercitivos e executivos do Estado, se tornaram fortalecidos.

Não que os golpistas não tenham buscado e, em certos momentos, até mesmo desfrutado do consenso de amplas camadas da população; mas se tratou sempre de um consenso passivo, que pressupunha a restrição (e não a socialização totalitária) da esfera política, isto é, a limitação do protagonismo político a uma elite militar e/ou tecnocrática, que fazia inclusive do antipoliticismo (“a política agita e divide, impedindo assim a segurança que garante o desenvolvimento”) o seu principal sustentáculo ideológico. Nesse sentido, o regime pós-64 foi “apenas” a encarnação extremada da velha tendência elitista e a encarnação externada da velha tendência elitista e excludente que sempre caracterizou a sociedade brasileira. (COUTINHO, 1984, p.13)

Diante desse quadro, é fato que a grande dificuldade enfrentada, principalmente pela oposição ao regime, é a luta para o fortalecimento e a autonomização da sociedade civil, que saia da noção de abertura controlada e que seja protagonista de uma efetiva transição democrática.

Aqui é importante refletirmos os conceitos de transição e de revolução, segundo Luiz Werneck Vianna, autor que pode ser considerado um cronista da situação, pois os termos e conceitos que apresenta estão fortemente sendo vivenciados do tempo em que está falando, ou seja do contexto do movimento por eleições diretas:

Na linguagem corrente, a referência a processos de transição geralmente alude a um certo tipo de movimento social e político com sentido oposto ao de revolução. Transição se confundiria com a idéia de conservação, enquanto que mudança se constituiria num privilégio das revoluções. Ainda avaliando o significado desta acepção usual, transição se identificaria a processos transformísticos, com a administração dos caminhos do futuro pelas forças do passado. Transição: negociação, conciliação, mudança administrada pelas elites, preservação, “aggiornamento” do tradicional. Revolução: o oposto (VIANNA, 1984, p.16)

Mais uma vez é necessário apontar que o processo de abertura, e conseqüentemente de transição, tem a modernização político-cultural como impulso, essa modernização que alterou socialmente a estrutura social e a composição demográfica no país, modernismo este que alterou as antigas formas de controle social das classes subalternas ao longo da nossa história, como por exemplo a CLT, coronelismo, populismo, etc. Logo, essas formas “criam e liberam as forças sociais que, autonomizadas das forças de controle social tradicional, se chocam contra a ordem autoritária, alargando assim o espaço para sua movimentação.”(VIANNA, 1984:18). Com isso, a transição se cumpre, principalmente pelos temas impostos pelo regime.

A transição brasileira é marcada por uma herança de equívocos, onde a democracia é usada como instrumento e o golpe se torna uma pratica habitual, seja pela força, seja pelo consenso. O perfil da transição do golpe militar que começa em 1979 e caminha até as primeiras eleições diretas depois desse processo, se faz pelo “alto”, fazendo com que permaneça uma certa continuidade política, em que as mudanças acontecem, mas os laços com o antigo regime permanecem e uma possível revolução, que romperia com todas essas amarras, tornar-se-ia impossível.

O grande problema desta concepção da atividade política é que – se continuar predominando – a democracia que teremos daqui para a frente será tão capenga quanto a que já tivemos no passado. Mais ainda, a continuar prevalecendo esse conceito conservador de política, se a democracia será capenga, uma revolução será simplesmente impossível. (WEFFORT, 1984, p.30)

Nesse sentido, o povo que deveria ser protagonista desse processo de mudança, continua a margem, o que pode ser expressamente refletido no processo sucessório que intercorreu a votação da emenda Dante de Oliveira, pelo voto indireto do Colégio eleitoral em 1985. É nesse momento também, que está presente o debate sobre democracia.

Merece destaque, que o discurso pela democracia, presente na pauta de discussões brasileira desde os anos de 1940, apesar de seu teor mudar de tempos em tempos, reaparece mais aparente nesse momento, embora esse debate já viesse acontecendo há algum tempo.

É nesse momento também que começam discussões entre os intelectuais e a sociedade, podemos citar aqui como exemplo a criação da Revista Presença, que nasceu da iniciativa de se pensar e discutir questões que estavam ocupando o centro da vida social, política e cultural, como por exemplo as discussões sobre ética, corrupção, liberdade de expressão, entre diversos outros temas, gerando uma pauta de debate dentro do processo de transição democrática.

O caráter contraditório e ambíguo de uma transição que se começa por cima se acentua sobre o pano de fundo dos fortes contrastes entre o “país legal” submetido a leis e instituições anacrônicas, e o “país real”, em processo de modernização acelerada. Compreende-se, pois, que a transição seja uma assunto polêmico, difícil de explicar, até mesmo de escrever. (WEFFORT, 1984, p.57)

Segundo, Suzeley Kalil Mathias (1995), em seu livro *Distensão no Brasil – o projeto militar*, essa preocupação quanto a explicação da transição, por conta das oscilações que aparecem ao longo desse processo, das perdas da violência pelo Estado, de um reforço na manutenção dessa violência, gerando assim distensões dentro do próprio Estado, o que demonstra que essa transição embora contraditória carregava consigo algumas transições ideológicas.

Os caminhos de uma revolução e de uma democracia podem se encontrar, criando uma democracia revolucionária, onde o sentido de revolução não se baseia somente pela questão da violência, mas sim pelos mecanismos de representação e de garantia dessa representação, sendo a democracia direta o seu caminho.

Nesse sentido, no Brasil, houve uma democracia de representação, onde a figura do político como representante aparece muito mais de forma pessoal, do que como um projeto coletivo. Aqui cabe também refletir o sentido de cargo público, sendo um conjunto de atribuições e deveres que devem ser dirigidos para todo um público e não somente para um determinado grupo como se fosse o cargo uma propriedade pessoal.

Isso é visível em toda a história brasileira, onde o público se confunde com o privado a todo o momento, gerando assim muitas vezes processos sucessórios, como se fossem heranças

por direito, tornando-se processos de continuidade e não de ruptura e de mudanças. Pode-se ainda encontrar essas características nos clássicos *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, entre outros.

Ainda existe a confusão dos conceitos de negociação e conciliação pelas elites, que implica em retomar, situações do passado e torná-las paradigmáticas para a resolução dos problemas colocados na pauta do dia, abrindo margem mais uma vez para a revolução passiva.

Segundo Luiz Werneck Vianna (2004),

Mobilizar a revolução passiva gramsciana, contudo, trazia consigo a necessidade de distinguir suas duas possibilidades: como programa de ação das elites conservadoras, com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando, ao iniciar um processo de transformações sob a cláusula de restrição de que este confirme e atualize seu domínio; como “critério de interpretação”, para o ator que se invista da representação de portador das mudanças, capacitando-o, a partir de uma adequada avaliação das circunstâncias que bloqueiam seu sucesso imediato e fulminante, a disputar a hegemonia numa longa “guerra de posições” e a dirigir seu empenho no sentido de um transformismo “de registro positivo”, assim desorganizando molecularmente a hegemonia dominante, ao tempo em que procura dar vida àquela que deve sucedê-la (VIANNA, 2004: 41)

E ainda,

A revolução passiva fora uma obra da cultura política dos territorialistas, e seus momentos de reformismo, [...] teriam produzido o efeito negativo da cooptação dos seres subalternos, o cancelamento de sua identidade e o aprofundamento das condições do estatuto da sua dominação. [...] Romper, no plano da política, com o contexto intelectual da revolução passiva, se fazia, assim, associar a uma idéia igualmente de ruptura com o próprio legado histórico formador da sociedade brasileira: a cultura política da Ibéria considerada como um peso opressor por seu autoritarismo-burocrático, parasitismo e natureza cartorial. (VIANNA, 2004: 52)

Logo, as “Diretas Já”, foi um movimento de acordos políticos, tendo ficado nítido na votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, onde o seu êxito não se obteve pela discordância dos que deveriam votar, mas sim pela ausência dos que deveriam representar os anseios do povo e deveria ser o lugar central da votação, onde se percebe que ao invés de avaliações individuais dos deputados, foram feitas concessões em bloco pela decisão de cada grupo político naquele momento.

Porém não podemos descartar que a década de 1980, foi um divisor de águas no que se refere a construção de uma democracia brasileira, com uma agenda de pautas próprias; logo as “Diretas Já” foram preponderantes para esse processo, sendo o primeiro momento em que o

povo retoma as ruas e um sentimento nacional de participação popular, volta a vigorar e fazer parte das discussões e debates.

### **Sobre a análise dos editoriais do jornal *Estado de Minas***

Nossa análise tem como fonte histórica os editoriais do jornal *Estado de Minas*, de janeiro a julho 1984, compreendendo este como o período de maior efervescência da campanha e o momento da votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. O jornal *Estado de Minas*, tinha circulação de terça a domingo, com editoriais presentes em todos os dias em um número de dois a três editoriais por dia.

Foi possível perceber uma grande mesclagem de assuntos no editoriais, sejam eles de ordem internacional, nacional, regional e local. Outro ponto observado era a grande preocupação do jornal com a sucessão presidencial, destacando a figura do Presidente Figueiredo nesse momento, e apontando possíveis sucessores, como Aureliano Chaves e Tancredo Neves, nomes de maior destaque nos editoriais. Ainda há grande discussão sobre os partidos PDS e PMDB e a transição de cima para baixo. Aponta também para uma discussão referente a escassez de líderes como observado no editorial de treze de abril de 1984, intitulado: Poucos líderes.

Por mais que o jornal tenha as diretas como tema de seus editoriais nesse momento, ele não se mostra muito entusiasmado com a campanha, pois entende que as eleições diretas não serão ponto determinante para se resolver a crise instaurada no Brasil, como pode se verificar no editorial do dia vinte e sete de janeiro de 1984, intitulado: Urna e Crise. “Pois, afinal se o voto direto representar de fato alguma coisa para superar problemas o mundo seria uma maravilha.”

Outro ponto, que merece destaque é a posição do então governador Tancredo Neves, como sendo um homem ético, e com capacidade impar para mudar os rumos da nação, porém enfatiza-se que o envolvimento do governador com as diretas é de ordem pessoal.

Percebe-se também o debate sobre as garantias por direitos sociais em detrimento do político, como mostra o editorial do dia vinte e seis de abril de 1984, um dia após a votação da Emenda Dante de Oliveira, intitulado: O anseio maior. “A mobilização pelas diretas não é emoção, como a qualificaram alguns juízos inidôneos. É o anseio mais puro, a mais legítima das reivindicações políticas da sociedade. Desconhecer esse dado da realidade é mais do que perigoso. Chega a ser provocador.”

A discussão sobre a questão das negociações do processo de abertura também estavam presentes como observado no editorial do dia vinte e nove de abril de 1984, intitulado: Nação Madura. “O presidente Figueiredo tem novamente diante de si uma oportunidade histórica para concluir, com segurança e sem artifício, a obra da abertura, tornando esse debate o fruto da conciliação nacional.” Pretende-se justificar a necessidade de um herói nacional, capaz de consolidar as mudanças.

O enaltecimento de Minas Gerais no processo de transição também aparece a todo momento, colocando os nomes de maior destaque em relevância, sendo eles o de Aureliano Chaves e Tancredo Neves, onde o jornal chega a defender que só os mineiros teriam condições políticas e éticas de conduzir o país. Preocupa-se também em apresentar um estado bastante forte, como demonstrado no editorial do dia vinte e seis de janeiro de 1984 intitulado: Força Mineira.

Por fim, não podemos perder de vista que os editoriais do jornal *Estado de Minas* reluzem a opinião das elites, seguindo a mesma linha editorial dos jornais da grande imprensa.

### **Conclusão**

Diante do exposto, podemos concluir que a derrota da Emenda Dante de Oliveira, representou uma derrota para milhões de pessoas que foram às ruas. No entanto, o significado da campanha não pode ser reduzido ao resultado da votação da emenda. O que nos leva a concluir que o movimento das diretas contribuiu para os debates e pressões no processo de transição política brasileira e conseqüentemente do processo político.

Especificamente sobre o processo sucessório, é importante frisar que a campanha tornou a emenda Dante de Oliveira o tema principal da agenda política, ampliou os espaços de debate de temas que faziam parte da disputa política, como por exemplo a questão da ruptura, da conciliação, negociação, consenso e revolução, que passaram a fazer parte da pauta de discussões, e que mesmo após a derrota da emenda, continuaram a ser ponto de partida para os debates políticos daquele instante.

Ponto importante, é que a cultura política de conciliação, esteve presente também nesse momento da história brasileira, embora seja por muitas vezes confusa e incompreendida. Aqui, compreendemos que o movimento pelas “Diretas Já”, reatualiza a forma como a cultura política de conciliação se manifesta.

Nesse sentido, embora as diretas não conseguissem liquidar o regime militar instaurado, ela impôs fortes obstáculos a sua continuidade, ampliando a crise política

desencadeada em 1983, e serviu de dimensão a discussão da concepção de democracia que temos hoje.

### Referências Bibliográficas

BERTONCELO, Edison. *A campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa, uma mercadoria política. *Revista História & Perspectiva*, Uberlândia, v.4, p. 131-139, jan/jun/1991.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007.

FAORO, R. *Os Donos do Poder - formação do Patronato Político Brasileiro*. 3º edição. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p.227-250, 1999.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Diretas-já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MATHIAS, Suzeley Kalil, *Distensão no Brasil – o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.13-37.

*Presença*. Revista de política e cultura. nº 1. Editora Caetés. Novembro de 1983.

*Presença*. Revista de política e cultura. nº 2. Editora Caetés. Fevereiro de 1984.

*Presença*. Revista de política e cultura. nº 3. Editora Caetés. Maio de 1984.

*Presença*. Revista de política e cultura. nº 4. Editora Caetés. Agosto/Outubro de 1984.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2.Ed- Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já – O grito preso na garganta*. 1º Ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Editora Ática. 1992.

SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e Transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1985.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan. 2004.

\_\_\_\_\_. *Travessia: da abertura a constituinte 86*. Rio de Janeiro. Editora Taurus. 1986.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense. 1984.